

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS**

**A INFLUÊNCIA CULTURAL PORTUGUESA NA
REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DA MICRORREGIÃO
GEOGRÁFICA DE CRUZ ALTA/RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Jessica Nene Caetano

**Santa Maria, RS, Brasil
2012**

**A INFLUÊNCIA CULTURAL PORTUGUESA NA
REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DA MICRORREGIÃO
GEOGRÁFICA DE CRUZ ALTA/RS**

Jessica Nene Caetano

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Área de Concentração em Análise Ambiental e Dinâmica Espacial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Geografia.**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Meri Lourdes Bezzi

Santa Maria, RS, Brasil

2012

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de
Mestrado**

**A INFLUÊNCIA CULTURAL PORTUGUESA NA REORGANIZAÇÃO DO
ESPAÇO DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CRUZ ALTA/RS**

elaborada por
Jessica Nene Caetano

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Geografia

COMISSÃO EXAMINADORA:

**Meri Lourdes Bezzi, Dr^a.
(Presidente/Orientador)**

Giancarla Salamoni, Dr. (UFPel)

Lauro César Figueiredo, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 30 de Março de 2012.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Santa Maria pelo ensino de qualidade e gratuito no período em que me graduei em Geografia Licenciatura Plena e realizei Mestrado Acadêmico.

À CAPES pelo auxílio financeiro de um ano e seis meses, o qual possibilitou a realização do trabalho de campo, aquisição de livros e de outros materiais que auxiliaram no desenvolvimento da pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências pelo amparo durante os dois anos em que fui mestranda.

À Professora Doutora Meri Lourdes Bezzi, orientadora desta dissertação, pelo companheirismo, iniciado no ano de 2007. Sem sua orientação não teria adquirido o crescimento intelectual e o amadurecimento pessoal que obtive.

Aos integrantes do Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (NERA/UFSM), Beatriz Rosso, Paloma Saccol, Lucas Pettine, Ana Luíza Alves, Taiane do Nascimento e, em especial, à Ana Giordani, Helena Brum Neto e Elizandra Voigt por toda a ajuda e dedicação que permitiram a finalização desta etapa em minha vida acadêmica.

Aos meus pais, Adelmo e Fátima. Minha motivação em desenvolver e finalizar este trabalho advém de todo o carinho e ânimo que recebi deles. Reconheço, ainda, que sem a ajuda de minha irmã Mauren, quem admiro e me espelho constantemente, não seria possível vivenciar este momento de minha produção intelectual.

À minha irmã gêmea Geani, companheira na vida pessoal e acadêmica. Nossa amizade e união me fortaleceu para dar seguimento a esta jornada.

À Sandra Regina Caetano (in memoriam), minha madrinha querida. Agradeço a Deus pela oportunidade de tê-la, por algum tempo, em minha vida.

Muito obrigada a todos!

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências
Universidade Federal de Santa Maria

A INFLUÊNCIA CULTURAL PORTUGUESA NA REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CRUZ ALTA/RS

AUTORA: JESSICA NENE CAETANO
ORIENTADORA: MERI LOURDES BEZZI

Data e local de Defesa: Santa Maria, 30 de Março de 2012

Esta pesquisa tem como foco central analisar a contribuição da cultura portuguesa e sua influência na organização do espaço da Microrregião Geográfica de Cruz Alta – RS, investigando o desenvolvimento social no decorrer do seu processo evolutivo ligado à dinâmica espaço-temporal pelo viés cultural. Como objetivos intrínsecos a pesquisa tem-se: (a) Analisar o processo de povoamento da Microrregião Geográfica de Cruz Alta pela cultura portuguesa, identificando os principais marcos temporais que resultaram na reorganização espacial e nas transformações culturais e (b) Identificar os principais códigos culturais portugueses expressos na paisagem da Microrregião em análise os quais são responsáveis pelo processo de identificação deste grupo social. Para atingir os objetivos propostos foram utilizadas bibliografias referentes à temática em questão, dados de fontes secundárias e do trabalho de campo. Posteriormente, fez-se a análise dos dados e a redação final da dissertação. Como resultados, esta investigação verificou que a inserção de códigos materiais e imateriais da etnia portuguesa não foi efetivada, somente, com a chegada de imigrantes vindos de Portugal, mas mediante o povoamento luso-brasileiro e a colonização açoriana na Microrregião Geográfica de Cruz Alta, se consolidando como uma matriz cultural lusa. Ressalta-se, também, que este estudo permitiu afirmar que a cultura lusa, no que se refere à manifestação material e imaterial de sua cultura apresenta-se, atualmente, como ausente na paisagem da MRG 011, com exceção do município de Cruz Alta, o qual ainda manifesta as singularidades desta etnia. Evidencia-se que esta pesquisa insere-se nas preocupações referentes à Geografia Cultural, procurando relacionar cultura e espaço de forma interdisciplinar.

Palavras-chave: Geografia Cultural, Cultura Portuguesa, Microrregião Geográfica de Cruz Alta/RS.

ABSTRACT

**Master's Degree Dissertation
Master's Degree in Geography
Federal University of Santa Maria**

THE PORTUGUESE CULTURAL INFLUENCE IN REORGANIZATION OF SPACE MICROREGION GEOGRAPHIC OF CRUZ ALTA/RS

**AUTHOR: JESSICA NENE CAETANO
ADVISOR: MERI LOURDES BEZZI**

Place and Date of presentation: Santa Maria, March, 30th 2012

This research focuses on analyzing the contribution of Portuguese culture and its influence on the organization of space at the Geographic Microregion of Cruz Alta-RS, investigating the social development in the course of its evolutionary process linked to the spatio-temporal dynamics by cultural bias. As has intrinsic goals of this research are: (a) analyze the process of settlement at the Geographic Microregion of Cruz Alta by Portuguese culture, identifying key milestones that resulted in the temporal and spatial reorganization in cultural transformations and (b) identify the major cultural codes Portuguese on the landscape expressed in the analyses of the Microregion which are responsible for the identification process of this social group. To achieve the proposed objectives were used bibliographies relating to the subject in question, data from secondary sources and field work. Later, it was the data analysis and final draft of the dissertation. As a result, this research found that the inclusion of material and immaterial codes of Portuguese ethnicity has not been effected only with the arrival of immigrants from Portugal, but by the Luso-Brazilian settlement and Azorean colonization in the Geographic Microregion of Cruz Alta, if consolidated as a Lusitanian cultural matrix. It should be noted, also, that this study allowed to state that its culture, regard to the manifestation of its material and immaterial culture presents itself today as absent in the landscape of MRG 011, with the exception of Cruz Alta, which still manifests the peculiarities of this ethnic group. It is evident that this research is part of the concerns relating to Cultural Geography, seeking to relate culture and space in an interdisciplinary way.

Keywords: Cultural Geography, Portuguese Culture, Geographic Microregion of Cruz Alta/RS.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1- Localização da Microrregião Geográfica de Cruz Alta.....	17
Fotografia 1: Casa da família Pereira em Salto do Jacuí/RS.....	194
Fotografia 2: Casa da família Guerreiro do Amaral em Salto do Jacuí/RS.....	194
Fotografia 3: Casas geminadas no centro do município de Salto do Jacuí/RS.....	194
Fotografia 4: Igreja de Ns^a Sr^a Aparecida em Salto do Jacuí/RS.....	194
Fotografia 5: Capela do Menino Deus em Jacuizinho/RS.....	195
Fotografia 6: Placa de mármore da Capela Menino Deus em Jacuizinho/RS.....	195
Fotografia 7: Antiga residência de inspiração lusa em Fortaleza dos Valos/RS.....	195
Fotografia 8: Residências geminadas em Ibirubá/RS.....	195
Fotografia 9: Antigas residências de inspiração lusa em Jóia/RS...	196
Fotografia 10: Casas geminadas em Santa Bárbara do Sul/RS.....	196
Fotografia 11: Residências geminadas em Santa Bárbara do Sul/RS.....	196
Fotografia 12: Construção de inspiração lusa em Saldanha Marinho/RS.....	196
Fotografia 13: Objetos e utensílios expostos no Museu Retomada do Pontão em Jóia/RS.....	197
Fotografia 14: Fachada frontal do Museu Retomada do Pontão	

em Jóia/RS.....	197
Fotografia 15: Monumento de Ns ^a Sr ^a Aparecida em Saldanha Marinho/RS.....	197
Fotografia 16: Catedral do Divino Espírito Santo em Cruz Alta/RS.....	199
Fotografia 17: Monumento de Ns ^a Sr ^a de Fátima em Cruz Alta/RS.....	200
Fotografia 18: Casa de Firmino de Paula Filho em Cruz Alta/RS.....	201
Fotografia 19: Residência do escritor Érico Veríssimo em Cruz Alta/RS.....	202
Fotografia 20: Casas geminadas no centro de Cruz Alta/RS.....	203
Fotografia 21: Fachada das residências geminadas em Cruz Alta/RS.....	203
Fotografia 22: Residência apresentando alpendre, peculiaridade da arquitetura lusa, em Cruz Alta/RS.....	203
Fotografia 23: Antiga construção de inspiração lusa em Cruz Alta/RS.....	203
Fotografia 24: Residência de inspiração lusa construída no início do século XX em Cruz Alta/RS.....	204
Fotografia 25: Casa em estilo “porta e janela” no município de Cruz Alta/RS.....	204
Fotografia 26: Residências em estilo açoriano no município de Cruz Alta/RS.....	204
Fotografia 27: Construções geminadas próximas à Viação Férrea de Cruz Alta/RS.....	204
Fotografia 28: Sepultados da família Bernardes dos Santos em Campos Borges/RS.....	208

Fotografia 29: Túmulo da família Paixão, em Campos Borges/RS...	208
Fotografia 30: Sepultados da família Borges da Silva em Campos Borges/RS.....	209
Fotografia 31: Túmulo da família da Rosa em Fortaleza dos Valos/RS.....	209
Fotografia 32: Sepultados da família Ferreira da Silva em Fortaleza dos Valos/RS.....	209
Fotografia 33: Túmulo da família Siqueira em Fortaleza dos Valos/RS.....	210
Fotografia 34: Sepultados da família Silva Jardim em Jóia/RS.....	210
Fotografia 35: Túmulo da família Carneiro e Morais em Jóia/RS.....	210
Fotografia 36: Sepulturas das famílias Oliveira e da Rosa em Jóia/RS.....	211
Fotografia 37: Túmulo da família Vieira em Boa Vista do Cadeado/RS.....	211
Fotografia 38: Outros sepultados da família Vieira em Boa Vista do Cadeado/RS.....	211
Fotografia 39: Túmulo da família Silva em Boa Vista do Cadeado/RS.....	212
Fotografia 40: Túmulos do cemitério localizado próximo à Capela Santa Tereza, em Saldanha Marinho/RS.....	212
Fotografia 41: Capela do cemitério da família Sá em Santa Bárbara do Sul/RS.....	213

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Chegada de imigrantes portugueses no Brasil 1872 a 1972.....	127
--	------------

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A: Questionário direcionado aos secretários de cultura, educação e turismo dos 14 municípios da Microrregião Geográfica de Cruz Alta/RS.....	258
ANEXO B: Questionário direcionado aos antigos moradores indicados pelos secretários de cultura da Microrregião Geográfica de Cruz Alta/RS.....	261
ANEXO C - Quadro 1: As primitivas famílias de Cruz Alta e suas origens.....	262
ANEXO D – Quadro 2 - O pioneirismo das famílias de origem lusa fixadas nos municípios da Microrregião Geográfica 011.....	267
ANEXO E - Quadro 3 - A origem lusa dos primeiros padres de Cruz Alta.....	269
ANEXO F: Folder sobre as manifestações da matriz cultural lusa no município de Cruz Alta/RS.....	272
ANEXO G: Fluxograma do desmembramento dos municípios da Microrregião Geográfica de Cruz Alta/RS.....	273

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	25
1.1 A evolução da Geografia Cultural.....	25
1.2 Os diferentes entendimentos acerca do conceito de cultura.....	37
1.3 A consolidação das identidades culturais.....	49
1.4 A importância dos códigos culturais: a materialidade e imaterialidade da cultura.....	54
1.5 Migração e Aculturação.....	62
1.6 A formação da paisagem cultural.....	66
1.7 Da região natural à região como foco de identidade cultural....	77
2 METODOLOGIA.....	95
2.1 O Método.....	95
2.2 Metodologia do trabalho.....	102
3 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES TERRITORIAIS QUE INTEGRAM A MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CRUZ ALTA/RS.....	106
3.1 Caracterização e organização socioeconômica da Microrregião Geográfica de Cruz Alta.....	106
3.2 O pioneirismo do grupo cultural luso na Microrregião Geográfica de Cruz Alta.....	110

3.2.1 Cruz Alta.....	111
3.2.2 Alto Alegre.....	112
3.2.3 Boa Vista do Cadeado.....	113
3.2.4 Boa Vista do Incra.....	114
3.2.5 Campos Borges.....	114
3.2.6 Espumoso.....	115
3.2.7 Fortaleza dos Valos.....	116
3.2.8 Ibirubá.....	117
3.2.9 Jacuizinho.....	118
3.2.10 Jóia.....	118
3.2.11 Quinze de Novembro.....	119
3.2.12 Saldanha Marinho.....	120
3.2.13 Salto do Jacuí.....	121
3.2.14 Santa Bárbara do Sul.....	122

4 MATRIZ CULTURAL LUSA: PORTUGUESES, LUSO

BRASILEIROS E AÇORIANOS.....	124
-------------------------------------	------------

4.1 A inserção da cultura lusitana no Brasil e Rio Grande do Sul através das imigrações lusa, açoriana, e fixação luso brasileira.....	124
---	------------

4.2 A contribuição do luso, luso-brasileiro e açoriano na formação do gaúcho típico.....	142
---	------------

4.3 A fixação de imigrantes portugueses e povoadores luso-brasileiros na Microrregião Geográfica de Cruz Alta.....	146
---	------------

4.4 A ligação entre imigração portuguesa e açoriana na Microrregião Geográfica de Cruz Alta.....	161
---	------------

5 IDENTIFICAÇÃO DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CRUZ ALTA COM A MATRIZ CULTURAL LUSA.....	165
5.1 Identidade lusa na Microrregião Geográfica de Cruz Alta: a verificação <i>in loco</i>.....	165
5.1.1 Alto Alegre.....	165
5.1.2 Espumoso.....	166
5.1.3 Campos Borges.....	168
5.1.4 Salto do Jacuí.....	169
5.1.5 Jacuizinho.....	171
5.1.6 Boa Vista do Incra.....	172
5.1.7 Ibirubá.....	172
5.1.8 Quinze de Novembro.....	175
5.1.9 Fortaleza dos Valos.....	176
5.1.10 Jóia.....	177
5.1.11 Boa Vista do Cadeado.....	179
5.1.12 Santa Bárbara do Sul.....	180
5.1.13 Saldanha Marinho.....	182
5.1.14 Cruz Alta.....	184
5.2 A herança lusa e sua manifestação na Microrregião Geográfica de Cruz Alta: os códigos culturais mais expressivos.....	192
5.3 A resistência das manifestações culturais lusas no município de Cruz Alta.....	198
5.4 A verificação da presença lusa na Microrregião Geográfica de Cruz Alta a partir da pesquisa em cemitérios.....	205
5.5 Matriz cultural lusa e o desenvolvimento socioeconômico da Microrregião Geográfica de Cruz Alta.....	215
5.6 Reflexões obtidas a partir da verificação <i>in loco</i>: a	

cultura portuguesa como uma “cultura invisível” na	
Microrregião Geográfica de Cruz Alta.....	219
5.6.1 A chegada precursora.....	221
5.6.2 O modo de fixação.....	222
5.6.3 Os estereótipos.....	225
5.6.4 O processo de hibridismo cultural e aculturação.....	228
5.6.5 O (des)cuido do patrimônio.....	233
5.6.6 A decadência econômica.....	235
CONSIDERAÇÕES.....	239
REFERÊNCIAS.....	247

INTRODUÇÃO

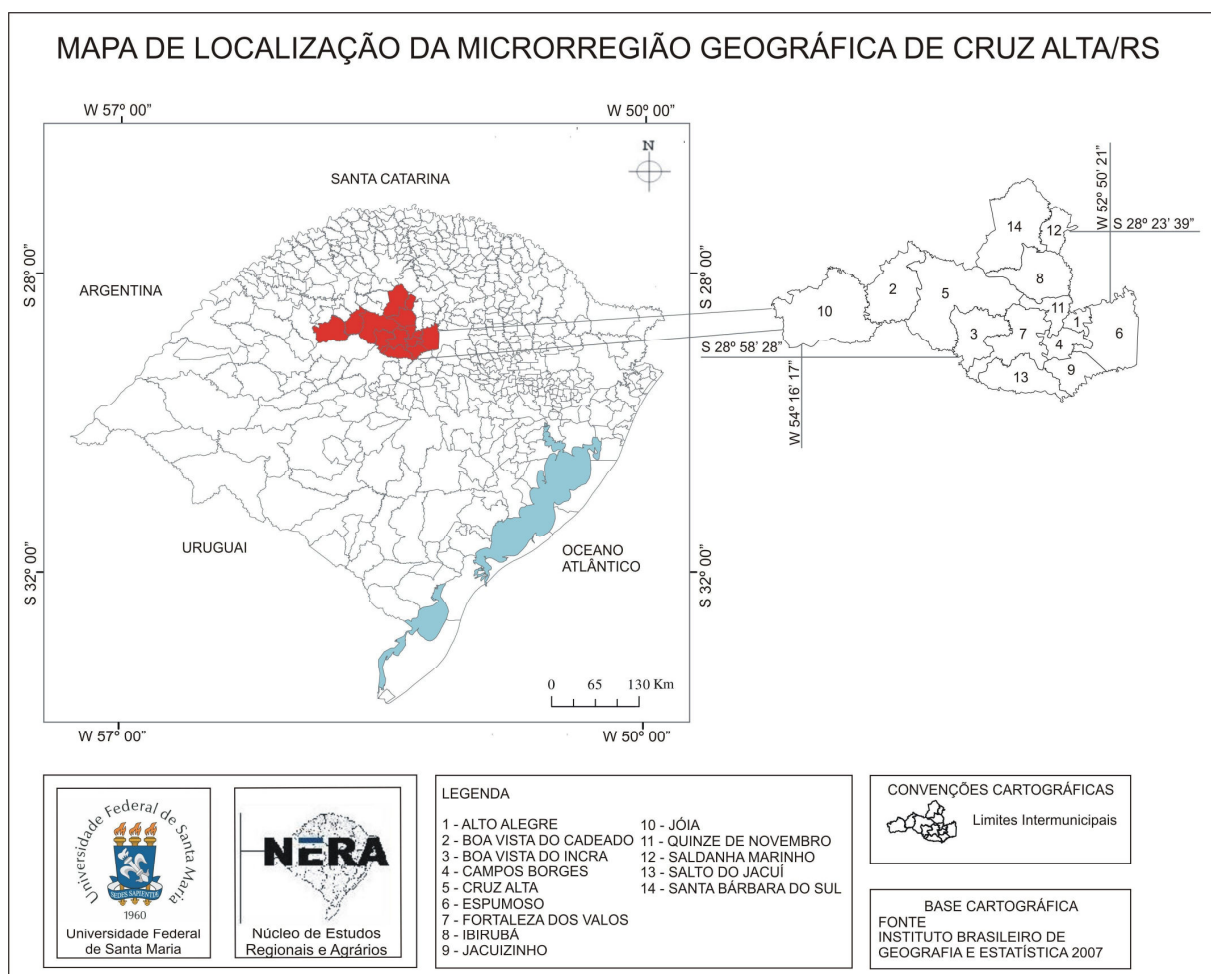
A presente pesquisa tem sua relevância ao destacar como eixo temático central a cultura e sua influência na organização do espaço, através dos processos de identificação que se materializam mediante uma simbologia específica, moldando paisagens e configurando regiões de acordo com as similaridades inerentes a um determinado grupo social, no caso específico deste trabalho, a matriz cultural portuguesa. Nesse contexto, a Geografia Cultural oferece subsídios teóricos para o desenvolvimento dessa pesquisa, destacando conceitos basilares como cultura, região e paisagem cultural, além dos códigos culturais materializados nas unidades territoriais em estudo.

Nessa linha de raciocínio, evidencia-se como objetivo geral analisar a contribuição da cultura portuguesa e sua influência na organização do espaço da Microrregião Geográfica de Cruz Alta, investigando o desenvolvimento social no decorrer do seu processo evolutivo ligado à dinâmica espaço-temporal pelo viés cultural. Como objetivos específicos, destacam-se: a) Analisar o processo de povoamento da Microrregião Geográfica de Cruz Alta pela cultura portuguesa (considerando o povoamento luso-brasileiro e a colonização açoriana), identificando os principais marcos temporais que resultaram na reorganização espacial e nas transformações culturais e b) Identificar os principais códigos culturais portugueses expressos na paisagem da Microrregião Geográfica em análise e, que são responsáveis pelo processo de identificação deste grupo social.

Para compreender a complexidade da temática proposta, justifica-se a necessidade de recorrer a outras ciências, como a Antropologia e a Sociologia, as quais também, possuem um arcabouço teórico referente à temática em estudo, o que lhe confere um caráter interdisciplinar.

A Microrregião Geográfica de Cruz Alta, também conhecida como MRG 011, tem como municípios membros (IBGE, 2011): Alto Alegre, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista

do Incra, Campos Borges, Cruz Alta, Espumoso, Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Jacuizinho, Jóia, Quinze de Novembro, Santa Bárbara do Sul, Saldanha Marinho e Salto do Jacuí (Mapa 1).



pa 1: Localização da Microrregião Geográfica de Cruz Alta/RS
 DAMBRÓS, Gabriela., 2011

Org:

Destaca-se que a seleção da Microrregião Geográfica de Cruz Alta ocorreu devido esta apresentar durante seu processo de ocupação, a fixação de alguns grupos étnicos, dentre eles, os que representam a *matriz cultural lusa*, a qual a presente reflexão teórica evidencia as imigrações portuguesa e açoriana e, também, a inserção luso-brasileira neste recorte regional. Ressalta-se a necessidade de estudos mais aprofundados sobre este grupo cultural e sua influência nesta porção do espaço rio-grandense.

O conceito de região, assim como outros conceitos-chave da ciência geográfica, passou por consideráveis transformações no decorrer da evolução do pensamento geográfico. Nesse sentido, convém destacar que a noção de região foi e ainda é muito importante porque não está limitada apenas à Geografia, mas também se insere no estudo de outras ciências, como a Antropologia, História e Sociologia, entre outras.

Hoje, o entendimento de região inserido na seara do pensamento geográfico, está relacionado à diferenciação de áreas e ao espaço heterogêneo, ou seja, frente aos diversos critérios (econômicos, políticos, culturais, entre outros), a região é um recorte da superfície terrestre diferente de uma outra porção espacial.

Destaca-se que as Microrregiões Geográficas são agregações de áreas classificadas em torno de diversos aspectos (social, político, histórico, cultural, natural, entre outros) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e não apenas por fatores econômicos, como as antigas Regiões Homogêneas. Dessa maneira, as Microrregiões Geográficas foram criadas graças à influência da Nova Geografia, que determinou critérios baseados em resultados estatísticos para eleger porções espaciais semelhantes segundo determinada característica. O diferencial das Microrregiões Geográficas estabelecidas pelo IBGE, é que mais características são consideradas, e não apenas uma.

A Geografia tem, então, como meta e desafio, acompanhar as transformações complexas do mundo de hoje, apresentando abordagens inovadoras para o conceito de região, tomando como aspecto norteador, o fato de o mundo estar menor diante de nossos olhos graças às inovações tecnológicas, principalmente as relacionadas à informática e, por conseguinte, à comunicação.

Considerando que essa investigação estuda, entre outros conceitos, o de região, convém salientar que o estudo dessa categoria analítica da Geografia tem uma abordagem cultural, ou seja, tem como foco a identificação cultural. Nesse sentido, a identidade cultural como modelo regional pode definir uma região de acordo com os hábitos, costumes e simbologias que os grupos fazem de sua vivência em um determinado território. Nessa perspectiva, a existência e afirmação dessa Microrregião

Geográfica se manifesta pela vivência de seus habitantes, que se apropriam desse espaço vivido e inserem elementos representativos de sua cultura, atribuindo à região uma identidade e uma relação fenomenológica que a diferencia de outras porções da superfície terrestre.

O estudo da região pelo viés cultural possibilita a valorização dos códigos que representam e tornam significativa a presença de um determinado grupo cultural. Dessa forma, a identidade cultural firma-se como um paradigma regional inovador, capaz de identificar uma coletividade e permitir que os indivíduos que compõem a mesma se identifiquem como membros de uma mesma cultura.

Por conseguinte, é através do estudo dos costumes e hábitos de um grupo social que se pode compreendê-lo e, ao mesmo tempo, interpretar o significado de região para a Geografia, ciência que se interessa profundamente pelas questões relativas ao desenvolvimento espacial e, portanto, pelos critérios que constituem as regiões, considerando a cultura como relevante fator de diferenciação, principalmente em tempos de uma globalização alicerçada por um projeto de padronização espacial.

Nesta perspectiva, a Geografia Cultural, desde o final do Século XIX até a década de 1970, viveu um intenso período de construção, apogeu, queda e reconstrução de seus alicerces teóricos, considerando que na década de 1990, seus trabalhos tiveram maior carga subjetiva.

Convém salientar o papel de três autores fundamentais na construção da Geografia Cultural: Friedrich Ratzel (1844 – 1904), Paul Vidal de La Blache (1845 – 1918) e Carl Sauer (1889 – 1975), salientando a contribuição deste último autor para a evolução do conceito de cultura na ciência geográfica.

Entre os discípulos de Sauer, destacam-se Wagner e Mikesell que, assim, como outros autores oriundos da Escola de Berkeley, privilegiaram os temas acerca da cultura, paisagem cultural, áreas culturais, história da cultura e ecologia cultural em seus trabalhos provocando, poucos anos depois, críticas a respeito da pertinência dos estudos de Geografia Cultural.

Salienta-se que as críticas à Escola de Berkeley vinham de geógrafos que se dedicavam a outras correntes e, até mesmo, de geógrafos sauerianos. A ausência de uma abordagem mais prática e a falta de uma visão mais crítica nos estudos influenciados por Sauer eram “falhas” apontadas por estudiosos da Geografia Quantitativa e da Geografia Crítica respectivamente.

Dessa forma, mesmo diante de inúmeras críticas, a contribuição da Geografia Cultural Saueriana é reconhecida e sua influência é evidente em muitos trabalhos referentes à temática cultural na Geografia, principalmente aqueles que procuram enfatizar os aspectos da cultura nas sociedades tradicionais.

Frente à renovação da Geografia Cultural, evidencia-se a grande difusão de pesquisas acerca da temática cultural, inicialmente encarada como um modismo e, atualmente, alicerçada por seus estudos marcados pela valorização dos símbolos e de seus significados, pela ênfase da vivência de um grupo social em um espaço, capaz de atribuir a essa superfície terrestre uma identidade cultural singular. Nesse sentido, as dimensões material e imaterial da cultura passaram a ser valorizadas pela Geografia Cultural renovada, alicerçada na importância dos símbolos e de seus significados presentes na paisagem, atribuindo identidade ao espaço onde esse grupo social está fixado.

Enfatiza-se, então, o papel dos códigos culturais como atributos que norteiam as ações de um grupo cultural ao mesmo tempo que simbolizam uma cultura difundindo-a, principalmente, através da linguagem. Convém enfatizar o papel dos códigos materiais e sua importância na construção da paisagem cultural, pois os elementos visíveis característicos de um grupo cultural materializam suas marcas mais evidentes nesse espaço, produzindo um conjunto patrimonial de imenso valor para a comprovação da contribuição de uma (ou várias) etnia (s) na formação e desenvolvimento de um município, uma região ou, mais especificamente no caso desta dissertação, uma Microrregião Geográfica.

Como códigos culturais materiais, pode-se elencar o estilo da casa, o vestuário, a música, a religião e as festividades sendo eles os mais expressivos para a verificação da presença de uma cultura em uma determinada porção da superfície terrestre.

Convém enfatizar, ainda, a contribuição dos códigos culturais imateriais para o estudo de um grupo étnico, salientando, de acordo com as contribuições de Claval (1999), os valores, as ideologias e as convenções. Nesse contexto, considera-se a subjetividade inerente à imaterialidade da cultura, constituindo-se como elemento tão importante quanto à cultura visível ou material.

A união entre o material e o imaterial no que se refere à cultura presentes nos estudos geográficos retorna a uma noção muito enfatizada pela Geografia Francesa no final do século XIX, de Paul Vidal de La Blache e, atualmente, em desuso na Geografia Cultural, sendo utilizada somente quando direcionada aos estudos ligados às identidades sociais – a de gênero de vida.

Frente à relevância dos códigos culturais nos estudos acerca da cultura na ciência geográfica, salienta-se o papel dos atributos característicos de um dado grupo social na formação das paisagens culturais e na constituição de um rico acervo patrimonial, capaz de atribuir valor cultural a um dado espaço, além de comprovar a presença de diversas etnias responsáveis pela ocupação e desenvolvimento dessa porção espacial. A interação entre os indivíduos que possuem uma mesma identidade cultural é realizada através da linguagem oral e/ ou escrita, permitindo a difusão dessas características culturais para as gerações seguintes.

O número cada vez maior de pesquisas sobre Geografia Cultural não faz parte de um “modismo” científico, mas é reflexo das constantes transformações sócio-espaciais motivadas, entre outras questões, pelas evoluções técnicas que levam a um contato cada vez maior entre as diferentes culturas. Nesse sentido, uma cultura não se mostra imutável e nem facilmente “corrompida” por uma nova cultura, mas reconstruída, mantendo códigos originais de sua formação tradicional e abrigando códigos novos de outros grupos culturais. A paisagem será espelho de todas essas modificações, uma

miscelânea de culturas manifestadas mediante os mais diferentes códigos representativos de um grupo cultural.

Esclarecendo os aspectos metodológicos dessa pesquisa, evidencia-se a relevância da Geografia Humanístico-cultural apoiada na fenomenologia, oferecendo embasamento teórico-metodológico consistente para o desenvolvimento de estudos acerca da questão regional como foco de identidade cultural. Nesse sentido, a fenomenologia de Edmund Husserl (1859 – 1938) contribuiu para a ênfase do espaço vivido nos estudos culturais em Geografia.

Ressalta-se que a ciência geográfica, ao interpretar o espaço, passa a decodificar, também, os signos para poder perceber os fatos, aproximando a Geografia da semiologia. Nesse contexto, os estudos regionais se inserem na abordagem cultural e na fenomenologia ao valorizar a vivência de uma determinada coletividade e a forma como esses indivíduos percebem o espaço onde vivem, se comportam e valorizam dados aspectos que pertencem ao cotidiano desses sujeitos.

A identidade de um grupo social define uma região atribuindo a essa porção territorial significações semelhantes ao de lugar. Porém, essas categorias não devem ser confundidas – as regiões são constituídas pela união entre as características desse grupo social com as peculiaridades do lugar, fornecendo uma identidade regional a essa porção territorial. Pode-se dizer então que estas categorias dialogam entre si.

A cultura é um fenômeno partilhado pela coletividade em seu território e, por isso, atua como agente organizador da sociedade e do espaço, encontrando na identidade cultural, um caminho para esses grupos se reconhecerem e se afirmarem perante as outras organizações coletivas. Nesse contexto, a fenomenologia se insere como método mais adequado para o estudo da região (e da microrregião geográfica) como foco de identidade cultural.

Por conseguinte, a identidade cultural como paradigma regional inovador unida à fenomenologia pretende compreender as dinâmicas da região pelo viés da

subjetividade, do espaço vivido e do significado da cultura como agente organizador da sociedade e do espaço.

Os territórios municipais da Microrregião Geográfica de Cruz Alta, no início do século XIX, assim como outros atuais municípios que não fazem parte desse estudo, eram domínio de Cruz Alta e, por isso, as características de povoamento dessas áreas são semelhantes, ou seja, a fixação pioneira dos imigrantes luso, açoriano, a inserção do luso-brasileiro e a posterior chegada de outros grupos, entre eles, alemães e italianos.

Desse modo, através de leituras acerca das características do povoamento das terras cruzaltenses, desde o surgimento do povoado e da Vila até os momentos atuais, verificou-se que o imigrante português e luso-brasileiro foi o impulsionador da construção da atual Microrregião Geográfica, por meio da aquisição de grandes extensões de terras, criação do gado solto deixado pelos jesuítas, comércio de muares em Sorocaba e produção da erva-mate, defendendo esse território das invasões dos espanhóis e tornando-o domínio da Coroa Portuguesa.

Diante das contribuições lusitanas no espaço da MRG de Cruz Alta, realizou-se a verificação “*in loco*” com o intuito de apreender a materialidade e imaterialidade deste grupo cultural as quais evidenciaram o questionamento central desse estudo: de que forma esses imigrantes (português e açoriano) e o povoador luso-brasileiro se manifestam no espaço da MRG 011?

A estruturação do presente esforço teórico alicerça-se através de cinco capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro enfatiza os conceitos basilares da pesquisa, entre eles identidade, paisagem e região cultural, evidenciando, também, os códigos culturais materiais e imateriais, entre outros aportes conceituais.

O segundo capítulo destaca aspectos conceituais sobre o método fenomenológico, além de apontar os procedimentos metodológicos que levaram aos resultados da presente pesquisa.

O terceiro capítulo ressalta a organização do espaço da Microrregião Geográfica de Cruz Alta, assim como o histórico do povoamento luso, luso-brasileiro e açoriano nos 14 municípios que integram a Microrregião Geográfica de Cruz Alta, utilizando como principal referência a página web do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011).

Os marcos temporais referentes ao povoamento português, luso-brasileiro e açoriano no Rio Grande do Sul e na Microrregião Geográfica de Cruz Alta, evidenciando datas e acontecimentos que (re)organizaram o espaço da atual MRG 011 ligados à fixação dessa matriz cultural são enfatizados no quarto capítulo.

O quinto capítulo aborda as interpretações obtidas mediante a realização do trabalho de campo, o qual compreendeu na realização de entrevistas, visitas à museus, centros culturais e cemitérios, bem como na visualização da paisagem das 14 unidades territoriais, destacando os elementos representativos da etnia portuguesa na MRG 011.

Como considerações finais apontam-se reflexões sobre a ausência de representações da matriz cultural lusa na MRG de Cruz Alta e também enfatiza o caráter da Geografia Cultural renovada onde as culturas que originaram determinados recortes regionais, foram em períodos atuais, substituídas por “novas culturas” que reorganizaram através de seus códigos culturais estas unidades territoriais dando-lhes novas feições nas paisagens destes municípios.

Nas referências são citadas todos os autores que contribuíram para a estruturação da matriz teórico conceitual da pesquisa.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esse capítulo trata sobre as principais bases teóricas que fundamentam o estudo da Geografia Cultural, entre elas, a evolução do conceito de cultura, as noções de identidade cultural, códigos culturais, paisagem cultural, região cultural e a importância da migração no processo de aculturação.

1.1 A evolução da Geografia Cultural

A Geografia Cultural, como importante tendência da ciência geográfica centraliza em seus estudos a organização do espaço promovida pela cultura, materializada e imaterializada pelos códigos culturais. Para Mikesell (2000, p. 88) “O crescimento da geografia cultural é cumulativo e não aditivo. É obtido basicamente por meio da comparação intercultural, verificação histórica e ampliação da investigação de áreas menores para áreas maiores”. Corrêa; Rosendahl (2000, p.9) acrescentam

Nascida na Europa, com um impulso particularmente forte na Alemanha e na França, a geografia cultural tem uma trajetória de pouco mais de um século. Como ocorre em qualquer ciência, as mudanças em seu percurso foram motivadas tanto por forças internas quanto externas.

Nesse sentido, Claval (1999, p.23) destaca que a cultura

- a- É a mediação *entre* o homem e a natureza;
- b- É a *herança*, resultado de um jogo de comunicação;
- c- Permite aos indivíduos e aos grupos se *projetarem* no futuro;
- d- É *feita* por palavras, articulada nos discursos e realizada na *representação*;
- e- É um fator essencial de *diferenciação social*;
- f- A **paisagem** é o objeto de trabalho da Geografia Cultural através da **marca cultural**. (Grifos nossos)

A questão cultural, como objeto de estudo da Geografia, apresenta ampla variedade de temas abordados nas pesquisas brasileiras, pois o Brasil possui uma grande diversidade cultural devido à sua formação étnica heterogênea. Dessa forma, o atual desafio dos estudos culturais configura-se na relação entre cultura e globalização, fenômeno mundial capaz de promover maior intercâmbio entre as culturas e minimizar as características originais da cultura dos grupos sociais. Mattelart; Neveu (2004, p.192) destacam

Essa vertente de pesquisa passou por importantes desenvolvimentos de uns dez anos para cá. Os trabalhos podem incidir sobre a maneira com que o espaço urbano – o das cidades ocidentais, mas também o das megalópoles do Sul – é apropriado, funciona como um recurso ou um *déficit* para grupos étnicos, para categorias de idade. Eles incidem também sobre a maneira com que a terceirização dos empregos, a desvitalização das indústrias tradicionais, a gentrificação dos centros urbanos recompõem as sociabilidades, afetam os estilos de vida. É também nesse horizonte que se inscreve parte dos trabalhos mais inovadores.

Para Mikesell (2000, p. 89) deve-se considerar

[...] a afirmação de Edward Price (1968, 129): “a geografia cultural não é um campo de estudos auto-suficiente, que produz seus próprios dados e os examina como elementos de um sistema fechado; ela é na realidade, uma troca na qual os dados e as interpretações originadas de várias fontes são examinadas a partir de um ponto de vista geral”.

É importante ressaltar que a evolução da Geografia Cultural está atrelada aos estudos de três autores, os quais podem ser considerados pilares para o desenvolvimento dos estudos culturais na ciência geográfica: Friedrich Ratzel (1844 – 1904), Paul Vidal de La Blache (1845 – 1918) e Carl Sauer (1889 – 1975) e, de acordo com Wagner; Mikesell (2007, p. 28) “[...] cinco temas implícitos - cultura, área cultural¹, paisagem cultural, história da cultura e ecologia cultural – constituem juntos, o núcleo da Geografia Cultural”.

Considerando a evolução da Geografia Cultural, destaca-se que a Geografia Cultural alemã tem como principal estudioso, Friedrich Ratzel que, em 1880, introduziu a denominação “Geografia Cultural” com a obra “*Culturgeographie der vereinigten staaten von nord-amerika unter besonderer berücksichtigung der wirtschaftlichen verhältnisse*” (CLAVAL, 1999).

No período entre 1882 a 1891, Ratzel escreve sua obra de grande expressão denominada de “Antropogeografia”. Nela o autor identifica e caracteriza as áreas habitadas pelos homens, mapeando-as, bem como destaca os fatores que levam a

¹ Wagner; Mikesell (2007, p.32) destacam que área cultural pode ser definida como “[...] territórios habitados, em qualquer período determinado, por comunidades humanas caracterizadas por culturas específicas”.

distribuição dos homens no espaço, além de enfatizar a ação da natureza sobre o homem. A esse respeito, Sauer (2007, p. 20) observa que

Friedrich Ratzel, em sua *Antropogeographie* edificou a base conceitual na qual se tem estruturado desde então a geografia humana em seu sentido restrito: um conjunto de categorias do meio físico – ordenadas a partir de conceitos abstratos de posição e espaço até os de clima e litoral – e sua influência sobre o homem. Apenas com este trabalho ele se converteu no grande apóstolo do ambientalismo e seus seguidores desconsideraram em muito os seus estudos culturais posteriores, nos quais se referia à mobilidade populacional, às condições de assentamento humano e à difusão da cultura através das vias principais de comunicação.

Nesse sentido, pode-se afirmar que Ratzel desenvolveu seus estudos com olhar determinista. Para ele, os povos primitivos ou *naturvölker* ainda não tinham recursos para se defenderem da natureza. Já os *kulturvölker* eram, para Ratzel, os povos civilizados e, portanto, já apresentavam ferramentas e técnicas mais elaboradas para se defenderem do meio. Destaca-se que Ratzel salientou, também, o papel das migrações em seus estudos culturais reforçando a ação do meio ambiente como elemento chave para as migrações de determinado grupo de um local e fixação em outro (CLAVAL, 1999).

A cultura para esse autor alemão, era estudada segundo os aspectos materiais, ou seja, os instrumentos e artefatos elaborados e utilizados pelo homem no espaço. Nessa perspectiva, a Geografia Cultural de Ratzel não valorizava a imaterialidade da cultura, como os valores de um povo, mas enfatizava, entre outros elementos de estudo, as paisagens agrárias como principal manifestação das etnias, capazes de expressarem toda a dimensão cultural da paisagem.

Enfatizando a contribuição da Geografia Cultural Norte Americana para a gênese e evolução dessa tendência da ciência geográfica, salienta-se o importante papel de Carl O. Sauer para o estudo cultural na Geografia. Corrêa; Rosendahl (2007, p.10) afirmam

Foi nos Estados Unidos, contudo, que a geografia cultural ganhou plena identidade, graças à obra de Carl Sauer e de seus discípulos, primeiramente em Berkeley e, em breve, dispersos por várias universidades. A denominada Escola de Berkeley (1925 – 1975) desempenhou papel fundamental na geografia cultural [...].

Sauer teve grande influência do pensamento geográfico da Alemanha e, por isso, destacou em suas pesquisas as paisagens agrícolas, as civilizações primitivas como a pré-colombiana, as populações indígenas do Sudeste Norte-Americano e do México. Sauer (2007, p. 23) enfatiza

O desenvolvimento da geografia cultural procede necessariamente da reconstrução das sucessivas culturas de uma área, começando pela cultura original e continuando até o presente. O trabalho mais rigoroso realizado até a presente data se refere menos às áreas culturais atuais do que às anteriores, já que estas constituem o fundamento do presente e sua combinação fornece a única base de uma visão dinâmica da área cultural. Se a geografia cultural, engendrada pela geomorfologia, tem um atributo fixo, este é precisamente a orientação evolucionista do tema.

Nesse contexto, o referido autor se destaca por inserir nos estudos culturais maior preocupação ecológica, criticando as civilizações modernas, pautadas na relação distante com os elementos da natureza. Sauer entende que os grupos culturais se relacionam entre si e, também, com o lugar no qual vivem, configurando as diferentes paisagens da Terra. A cultura, para ele, impõe marcas na paisagem as quais se perpetuam no decorrer do tempo constituindo-se nos signos culturais de determinado grupo social.

Salienta-se que Sauer, em 1922, torna-se professor titular da Universidade da Califórnia em Berkeley. A Escola de Berkeley contribuiu de maneira significativa para os estudos de Geografia Cultural, tendo em Sauer o grande representante das pesquisas inseridas nessa tendência geográfica. O autor fez parte dessa escola até 1957. Sauer (2007, p.25) define a Geografia Cultural

A geografia cultural implica, portanto, um programa que está integrado com o objetivo geral da geografia, isto é, um entendimento da diferenciação da Terra em áreas. Continua sendo, em grande parte, observação direta de campo baseada na técnica de análise morfológica desenvolvida em primeiro lugar na geografia física. Seu método é evolutivo, especificamente histórico até onde a documentação permite e, por conseguinte, trata de determinar as sucessões de cultura que ocorrem numa área.[...] Os problemas principais da geografia cultural consistirão no descobrimento do conteúdo e significado dos agregados geográficos que reconhecemos, de forma imprecisa, como áreas culturais, em estabelecer quais são as etapas normais de seu desenvolvimento, em investigar as fases de apogeu e de decadência e, desta forma, alcançar um conhecimento mais preciso da relação da cultura e dos recursos que são postos à sua disposição.

A Geografia Cultural Francesa teve nos estudos de Paul Vidal de La Blache grande representatividade, principalmente por se preocupar com as relações entre os grupos humanos e o meio ambiente habitado pelos mesmos.

La Blache acreditava que a adaptação do homem às condições impostas pela natureza gerava o modo de vida, ou seja, o hábito de um determinado grupo cultural e a elaboração das técnicas desse grupo. Para o autor a cultura era, portanto, a união entre a força das práticas comuns de uma cultura e a inovação de suas ferramentas e técnicas, capazes de transformar o meio de vivência dessa população. Compartilhando a mesma idéia, Wagner; Mikesell (2007, p. 31) afirmam que

O geógrafo cultural não está preocupado em explicar o funcionamento interno da cultura nem em descrever completamente padrões de comportamento humano, mesmo quando afetam a superfície da Terra, mas em avaliar o potencial técnico de comunidades humanas para usar e modificar seus *habitats*. Para realizar tal avaliação, a geografia cultural estuda a distribuição, no tempo e no espaço, de culturas e elementos das culturas.

Considerando a expressiva participação de autores franceses para o desenvolvimento da temática cultural na Ciência Geográfica, evidencia-se, não apenas, a colaboração de La Blache, mas de outros autores desse país, citando Albert Demangeon (1872 – 1940), Jean Gottmann (1917 – 1995), Jean Brunhes (1869 – 1930) e Pierre Deffontaines (1894 – 1978) como importantes estudiosos.

Destacando brevemente a perspectiva de estudo dos referidos autores, enfatiza-se, ainda, La Blache defendia que as culturas deveriam se adaptar ao meio, adotando um modo de vida e um gênero de vida. De acordo com Claval (2007, p.149 -150)

[...] O gênero de vida aparecia como um conjunto de técnicas e hábitos. A adaptação de um grupo humano a um meio ambiente específico dependia: I – das técnicas produtivas e da possibilidade de inventar novas técnicas; II – das técnicas de transporte e da possibilidade de desenvolver trocas com grupos vivendo em outros meios ambientes e III – dos hábitos do grupo. [...] A cultura estava presente na obra de Vidal de La Blache, com uma dupla face: a da técnica, com as possibilidades de inovação (daí o possibilismo vidaliano) e o da força do hábito, que aparecia como o maior fator de inércia dos grupos humanos.

Salientando as contribuições de Albert Demangeon e Jean Gottmann, enfatiza-se que o primeiro considerou a paisagem e as ações humanas sobre a mesma como

objeto de análise. Em 1922, escreveu o *Império Britânico*. Já Gottmann, como assistente de Demangeon, deu continuidade aos estudos atrelados à iconografia após a morte de seu orientador.

Jean Brunhes foi outro estudioso da temática cultural que priorizou o estudo da paisagem e, além de ser influenciado por La Blache, também, considerou as contribuições da Geografia Cultural Alemã, por ministrar aulas na Universidade de Fribourg, na Suíça, instituição que se utilizava dos idiomas alemão e francês. Claval (2007, p.153) destaca

O estudo das paisagens começava, para Jean Brunhes, por uma classificação dos usos do solo e uma análise do funcionamento das fazendas, oficinas, usinas ou lojas na área escolhida. Essa fase tinha de ser acompanhada pela exploração dos fatores históricos e etnográficos que explicavam uma grande parte das formas observadas. Essa é a razão pela qual a geografia de Jean Brunhes dava mais peso à cultura que as de Vidal de La Blache ou Demangeon. Ele estudava, por exemplo, a influência dos sistemas jurídicos sobre a irrigação na Espanha e África do Norte, ou o papel da arquitetura vernacular na diversificação das fazendas ou chácaras no campo.

Trabalhando junto com Brunhes, Pierre Deffontaines, ao escrever obras como *O homem e a serra*, *O homem e a floresta*, *O homem e o inverno no Canadá*, considerou nessas investigações a expressividade das culturas na Terra, enfatizando os atributos culturais materiais, ou seja, o que era visível na paisagem. Por exaltar os objetos e desconsiderar as idéias, as pesquisas de Deffontaines tiveram menor relevância se comparadas com as de Gottmann e Demangeon. Claval (2007, p.153) evidencia que esse autor “Teve pessoalmente um grande interesse pelo folclore e pela etnografia rural das regiões e países onde **morou e trabalhou**: a França do Sudoeste e do Leste, a Europa Central[...] o Brasil [...]”.

A França também colaborou significativamente para a inserção de uma perspectiva histórica nos estudos de Geografia Cultural, enfatizando a evolução dos objetos geográficos e explorando os marcos temporais dos acontecimentos geográficos. Assim, essa dimensão histórica valoriza a paisagem rural e a cultura local pode ser evidenciada tanto nas esferas local/particular, quanto racional/universal. Dois

autores franceses se destacaram ao desenvolver essa perspectiva de estudo, como Roger Dion (1896 – 1981) e Xavier de Planhol (1926 -).

Dion foi um importante geógrafo da França no período entre os anos de 1930 e 1960 e, ao produzir a obra *História da vinha e do vinho na França* (1959), pôde explicar a distribuição da produção de uvas e vinhos de qualidade no país, evidenciando a influência das características naturais. Claval (2007, p.155). afirma que “A análise de Roger Dion estava baseada numa interpretação do papel simbólico do vinho na civilização francesa”.

Planhol, assim como Dion, se interessou pelo estudo das paisagens, especificamente, as rurais. Também analisou a distribuição dos elementos característicos da cultura muçulmana. Assim como os demais geógrafos franceses, evidenciou que os fatores culturais são capazes de explicar os fenômenos geográficos (principalmente os da esfera econômica) e que esses fatores apresentam uma componente geral (racional e universal) e uma componente atrelada às imposições e predileções locais (muitas vezes irracionais).

Outro autor importante para a abordagem cultural na França foi o historiador Eric Dardel (1900 – 1968) o qual, ao escrever *L’Homme et la Terre* colaborou significativamente para a temática cultural, evidenciando a noção de *dasein*². Sua influência positivista e naturalista, possibilitou desenvolver a idéia de que a ciência geográfica deveria exaltar a presença do homem na Terra. O autor destaca nos seus estudos um sentimento ligado à religião.

Ao vivenciar o período de queda e ascensão da Geografia Cultural francesa, Armand Frémont (1933 -) impôs aos seus estudos a ênfase para o espaço vivido e para a utilização dos sentidos humanos na discussão acerca da ciência geográfica, influenciando outros geógrafos, como Jöel Bonnemaïson (1940 – 1998) e Augustin Berque (1940 -) e Jean – Robert Pitte (1949 -). Pitte, de acordo com Claval (2007, p. 159) “[...] abordou a geografia dos sons, a geografia dos cheiros e dos perfumes à

² Verbetes alemão que significa “existência”

experiência dos lugares”, evidenciando o papel dos sentidos e das preferências individuais como referências para a valorização das identidades culturais.

O período pós Segunda Guerra Mundial foi marcado por críticas à Geografia Cultural. Nessa época, poucas pesquisas inseridas na tendência cultural dos estudos geográficos foram desenvolvidas. O destaque para a dimensão material da cultura, ou seja, o conceito de cultura adotado na época a considerava como algo externo ao indivíduo, não acompanhando as mudanças em escala global. Cosgrove; Jackson (2000, p.15) a esse respeito enfatizam que

O interesse pelo campo da geografia cultural renovou-se na década de 1970, com o surgimento de diversas novas perspectivas. Em 1978, Cosgrove previa a cooperação vantajosa entre a geografia cultural humanista e a geografia social marxista, “através de uma investigação sobre o mundo do homem e as geografias da mente”

Pode-se dizer então, que após um período de reformulação da Geografia Cultural, em 1970 essa tendência da Geografia é resgatada com novas preocupações, novos olhares. Nesse sentido, ela é divulgada através de periódicos como *Geographie et cultures*, de origem francesa criado em 1992, *Ecumene*, de origem inglesa, criado em 1994 e *Espaço e Cultura*, periódico brasileiro criado em 1995. Corrêa; Rosendahl (2007, p.12) destacam

O processo de renovação se fez no contexto de valorização da cultura; a denominada “virada cultural”. Na década de 1980, um conjunto de mudanças em escala mundial ressalta a dimensão cultural dos processos em ação. Mitchell (2000) aponta essas mudanças, das quais indicaremos algumas: as mudanças na esfera econômica, o fim da denominada Guerra Fria, a ampliação dos fluxos migratórios da periferia para os países centrais, o movimento ecológico, novas formas de ativismo social e a crescente consciência da necessidade de novos modos de se construir e entender a realidade, até então calcada no racionalismo moderno, no raciocínio científico e na celebração da técnica.

Desse modo, com o *cultural turn* ocorreu, de acordo com Duncan (2000, p.62)

Sob a influência dos estudos culturais britânicos [...], cada vez mais comum nas ciências sociais (Philo, 1991). Muitos desses recrutados britânicos não são familiarizados com a geografia cultural americana tradicional. [...] Em consequência, concentram-se, de forma teórica, metodológica e empírica, em debater com outros membros da geração mais jovem, considerados a vanguarda da vanguarda.

Essa “virada cultural”, tornou relevante nos estudos culturais de Geografia e de outras Ciências Sociais, a noção de cultura, a qual foi conquistando amplo espaço, inclusive, na compreensão dessa ideia ligada ao senso comum. Essa renovação dos estudos culturais da Geografia, de acordo com Mondana; Söderström (2004, p.134) “[...] permitiu que a geografia cultural analisasse e compreendesse melhor, de um lado, as relações entre cultura, espaço e sociedade, e, de outro, as condições de produção do saber geográfico”.

Nesse contexto, Corrêa (2007, p.171) assinala cinco pontos relativos à natureza da Geografia Cultural, os quais se referem “[...] ao tempo, à escala dos estudos, à centralidade da perspectiva, os significados e, finalmente, à natureza política da geografia cultural renovada”. Nesse sentido, o autor (2007, p.172) destaca que

(i) A geografia cultural é muito mais identificada por uma específica abordagem do que por um dado conjunto de objetos empíricos. [...] É a abordagem adotada que definirá em que subcampo ficarão os temas selecionados. [...] (ii) não são os objetos, nem um dado recorte temporal passado, presente ou futuro, que definem a geografia cultural, distinguindo-a dos demais subcampos da geografia. (iii) a escala espacial, vinculada a um dado recorte dimensional da superfície terrestre, e para a qual os termos global, nacional regional e local podem ser adequados ao que se quer dizer, ainda que não abranjam todas as possibilidades de recortes. (iv) A geografia cultural que emerge “após a guerra civil” (DUNCAN, 2000), parte do princípio de que toda “atividade humana é ao mesmo tempo material e simbólica, produção e comunicação” (COSGROVE, 1998a, p. 5). [...] Em *Mundos de significados: geografia cultural e imaginação*, Cosgrove (2000) reafirma a diversidade de interpretações atribuídas à existência humana, reconhecendo ainda o papel da imaginação nas obras humanas, argumentando que ele reelabora, metaforicamente, aquilo que os sentidos capturam, atribuindo-lhes novos significados. (v) Presente na obra de diversos autores, o caráter político da geografia cultural aparece nitidamente em Taillard (1981), ao afirmar que o poder, manifesto em diversas escalas espaciais, exerce importante papel sobre as técnicas utilizadas por uma dada sociedade, as quais contribuem para viabilizar o modo como ela está organizada, isto é, sua cultura.

Refletindo acerca da imaginação na vertente cultural da Geografia e fazendo, mais uma vez, referência ao artigo de Cosgrove (2000), intitulado “Mundos de Significados: Geografia Cultural e Imagem”, compreende-se que este autor considera a imaginação como uma categoria chave para a Geografia Cultural, pois ela interpreta de forma crítica as transformações do espaço geográfico. Esse trabalho de Cosgrove se insere na “nova” geografia cultural que tem como termo-chave

“significado” ao analisar os aspectos culturais de um grupo. Cosgrove (2000, p. 36 -37) aponta que

Ao enfatizarmos a imaginação como elemento central no trabalho de geografia cultural, pretendemos abordar mais do que aqueles elementos resultantes das relações entre o homem e o mundo natural.[...] É a imaginação que metamorfoseia a comunidade humana e o ambiente natural em uma significativa unidade de espaço.

Resgata-se novamente Cosgrove, (2000, p. 56) quando o autor diz

Se o significado é a criação da imaginação, fica difícil atribuir-lhe autoridade fundamental: o significado do mundo está realmente aberto a elaborações, desafios e representações sem fim. Tal polivocalismo fica cada vez mais evidente nas sociedades modernas, sobretudo em locais metropolitanos habitados por populações altamente móveis e de diferentes etnias, línguas, religiões e estilos de vida, ou de outros indicadores convencionais de cultura. As vozes que, no passado, foram definidas como “outras” pelo discurso universalizante da cultura euro-americana de classe média, masculina e de cor branca – definição que dominou durante muito tempo os textos da geografia cultural – demandam agora um público para suas próprias construções imaginativas do significado do mundo.

Nessa perspectiva, Corrêa; Rosendahl (2000, p. 12) definem imaginação como

[...] aquilo que dá significado ao mundo, pois é por meio dela que o ser humano inicialmente realiza as transformações que condicionam sua existência na natureza. A imaginação não resulta apenas dos sentidos nem apenas do intelecto, e seu papel não se vincula puramente à produção nem à reprodução social. Através de metáforas, a imaginação atribui novos significados aos diversos aspectos naturais e sociais da realidade.

Salienta-se que, também a partir da década de 1970, foi valorizada a perspectiva cultural nos estudos sobre Geografia Urbana. Esse período marca a grande urbanização da sociedade, bem como maior avanço do contato entre diferentes grupos culturais, possibilitando o desenvolvimento de várias pesquisas acerca dessa dimensão cultural do urbano. Corrêa (2007, p.168) reforça que

A cidade, por exemplo, passa a ser vista, parafraseando Berque (1998), como marca e, simultaneamente, como matriz cultural, ou no dizer de Duncan (1990), como um texto no qual se lêem a sociedade e suas múltiplas interpretações da paisagem urbana. A incorporação do urbano à geografia cultural foi paralela à redefinição desta última. Nessa redefinição, a geografia cultural passa a ser epistemologicamente plural, uma heterotopia epistemológica (DUNCAN, 2000), na qual se combinam desigualmente diferentes matrizes, oriundas da tradição geográfica *saueriana* e *vidaliana*, das filosofias do significado e sua associada geografia humanista e da geografia

social inglesa, fortemente influenciada pelo materialismo histórico contido no pensamento de Raymond Williams e dos membros do Centre for Contemporary Cultural Studies de Birmingham (JACKSON, 1989).

Com a ascensão da Geografia Cultural Humanista e a Geografia Social Marxista houve a manifestação de uma “nova geografia cultural”, caracterizada por Cosgrove; Jackson (2007, p.136) como

[...] contemporânea e histórica (mas sempre contextualizada e apoiada na teoria); social e espacial (mas não reduzida a aspectos da paisagem definidos de forma restrita); urbana e rural; atenta à natureza contingente da cultura, às ideologias dominantes e às formas de resistência. Para essa “nova” geografia a cultura não é uma categoria residual, mas o meio pelo qual a mudança social é experienciada, contestada e constituída.

Pode-se afirmar, portanto, que a abordagem cultural reconstruiu a Geografia Humana, que se reestrutura em novas perspectivas, como aquelas atreladas ao comportamento humano, etnogeografias e geografias que tratam das características regionais. Até a década de 1970, não havia uma Geografia Humana embasada pela cultura, porém, nos dias de hoje, há um encaminhamento nessa direção. Claval (2007, p. 164) enfatiza que

[...] muitos foram os geógrafos franceses, desde o fim do século XIX, que estavam conscientes da necessidade de dar uma dimensão cultural à geografia humana. As suas contribuições essenciais foram as seguintes: I – a primeira geração já sublinhava o papel do gênero de vida e de suas componentes mais importantes, as técnicas e a força do hábito; II – ela sublinhava também, desde os anos vinte, o papel das representações, e mais especialmente, das representações simbólicas na organização do espaço; III – ela sublinhava o significado dos fatores etnográficos na diferenciação das paisagens; IV – os geógrafos com uma orientação histórica, da metade do século XX, demonstravam que os fatores culturais tiveram um papel mais importante que os fatores naturais na explicação de muitas distribuições geográficas; V – nos anos sessenta, os geógrafos franceses exploravam perspectivas novas; o espaço vivido, o papel dos sentidos e das representações aparecem hoje como orientações muito fecundas; VI – hoje, os geógrafos franceses trabalham intensamente na reconstrução da geografia humana sobre uma base cultural.

Nesse contexto, o conceito de cultura acompanhou essa renovação, abarcando novos elementos, como os atributos imateriais da cultura e o cotidiano. Corrêa; Rosendahl (2007, p.13) afirmam que “A cultura é vista como um reflexo, uma mediação e uma condição social. Não tem poder explicativo, ao contrário, necessita ser explicada”. Claval (2007, p. 163) esclarece que

A cultura aparece como um conjunto de gestos, práticas, comportamentos, técnicas, *know-how*, conhecimentos, regras, normas e valores herdados dos pais e da vizinhança, e adaptados através da experiência a realidades sempre mutáveis. A cultura é herança e experiência. Ela é também projeção em direção ao futuro. Os outros mundos dos alhures permitem julgar o presente e pensar o futuro: eles dão aos seres humanos o poder de julgar o real, de discernir entre o bem e o mal, de fazer escolhas e tomar decisões conforme as regras morais. Mas cada um constrói, a partir das visões morais que a sociedade lhe oferece, e da sua experiência, horizontes futuros. Graças a esses horizontes, a cultura aparece mais como a força que dá a sua forma ao futuro que como a repetição do passado.

Mitchell (2000, apud Corrêa; Rosendahl, 2007, p.13) salienta que cultura é “Conjunto de saberes, técnicas, crenças e valores que, no entanto, é entendido como sendo parte do cotidiano e cunhado no seio das relações de uma sociedade de classes”. Wagner; Mikesell (2007, p.28) também contribuem com o conceito de cultura ao entenderem que

Quer seja considerada uma propriedade ou atributo inerente aos seres humanos, ou meramente um artifício intelectual para se generalizar convenientemente a respeito de atitudes e comportamentos humanos, “cultura” é uma chave para a compreensão sistemática de diferenças e semelhanças entre os homens. A noção de cultura considera não indivíduos isolados ou quaisquer características pessoais que possam possuir, mas comunidades de pessoas ocupando um espaço determinado, amplo e geralmente contínuo, além de numerosas características de crença e comportamento comuns aos membros de tais comunidades. Em outras palavras, o conceito de cultura oferece um meio para classificar os seres humanos em grupos bem definidos, de acordo com características comuns verificáveis, e também um meio para classificar áreas de acordo com as características dos grupos humanos que as ocupam.

A compreensão acerca da cultura está atrelada à ação humana na superfície terrestre, enfatizando não apenas os aspectos materiais, mas, também, os imateriais, além de estudar o presente de determinado grupo cultural considerando seu passado e suas interações com outros grupos. A subjetividade inerente aos estudos da Nova Geografia, de acordo com Claval (2001, p. 39) resulta da

[...] transformação que começa a afetar os estudos culturais conduzidos pelos geógrafos a partir do início da década de 1970, repousa sobre uma mudança completa de atitudes e nasceu de constatação de que as realidades que refletem a organização social do mundo, a vida dos grupos humanos, a vida dos grupos humanos e suas atividades jamais são puramente materiais. São a expressão de processos cognitivos, de atividades mentais, de trocas de informação e de ideias. As relações dos homens com o meio ambiente e com o espaço têm uma dimensão psicológica e sociopsicológica. Nascem das sensações que as pessoas experimentam e das percepções a elas ligadas.

Exprimem-se por meio de práticas e habilidades que não são completamente verbalizadas mas que resultam de uma atividade mental; estruturam-se pelas preferências, conhecimentos e crenças que são objetos de discursos e de uma reflexão sistemática.

Novas escalas de estudo da cultura também passaram a ser consideradas, ou seja, não somente a escala local e regional, mas a escala global como importante dimensão para a compreensão dos fenômenos ligados à cultura, consolidando novas atribuições investigativas para os geógrafos culturais. Mikesell (2000, p. 91) destaca que

[...] um dos desafios essenciais para os geógrafos culturais é buscar o entendimento da relação conflitante entre o mapa político do mundo e os padrões mais complexos de distribuição lingüística e religiosa. Devemos também participar, junto com pesquisadores de várias áreas do conhecimento, do esforço para entender a tensão entre identidade subnacional e filiação nacional, existente na maior parte do mundo. Se somarmos a essas questões inúmeras outras implícitas na relação simbiótica entre pobreza de uma comunidade ou a dívida nacional e a degradação ambiental, teremos um extenso programa.

No que se refere ao estudos de Geografia Cultural no Brasil, destaca-se que essa tendência geográfica ganhou espaço a partir da década de 1990 e logo apresentou expressividade pela heterogeneidade cultural brasileira, resultado do povoamento e colonização diversificados no país.

Nesse contexto, foram determinantes a criação do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NEPEC), em 1993, e posterior criação de seu periódico *Espaço e Cultura*, em 1995. Os autores Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl são os responsáveis pelos referidos Núcleo de Estudos e periódico, representando papel relevante nos estudos culturais do Brasil.

1.2 Os diferentes entendimentos acerca do conceito de cultura

No que diz respeito à evolução do conceito de cultura na Geografia Cultural, destaca-se, primeiramente, a origem dessa palavra. Oriunda do latim, *cultura* significa cuidado direcionado ao campo e ao gado, surgindo no final do século XIII, para

caracterizar uma porção de terra utilizada para cultivo. Também para Sahlins (1976 apud Cosgrove 2007, p. 103) pode-se afirmar que

Pouco se ganha ao se tentar uma definição precisa de cultura. Fazê-lo implica sua redução a uma categoria objetiva, negando sua subjetividade essencial. Nenhum grupo humano considera seu mundo vivido como uma produção cultural, exceto a burguesia ocidental que criou o conceito de cultura. A palavra é ideológica.

Cosgrove (2000, p.53) destaca, ainda, que

O conceito de cultura, em termos de crenças e valores partilhados por um grupo humano, emerge somente com o reconhecimento de sistemas de crenças e valores alternativos, e sob, a motivação de um estudo “desinteressado”. Nas sociedades modernas, isto tem levado ao reconhecimento cada vez maior da relatividade das verdades culturais. Concomitantemente a esse relativismo, surgiu o interesse em submeter as culturas modernas à análise crítica e o reconhecimento de que elas são compostas de uma pluralidade de vozes que constroem, de formas diferentes, o significado para o mundo.

No século XV, a noção de cultura adquire nova conotação sofre sua primeira transformação e passa a designar uma faculdade, algo para ser trabalhado e desenvolvido. Posteriormente, no século XVIII esse conceito apresenta vários usos: seja como cultura das artes, cultura das letras ou cultura das ciências.

Com o decorrer do tempo, a compreensão de cultura passou a estar ligada à noção de formação, educação, ação de instruir. Essa idéia de cultura começou a criar uma separação conceitual entre “ser natural” e “ser cultural”. Ser cultural terá, então, uma conotação positiva, ou seja, irá se referir ao progresso, evolução e razão, ganhando um caráter iluminista.

O iluminismo entende que só existirá progresso nas várias esferas da vida humana, quando houver instrução, ou seja, cultura. Somos civilizados quando temos educação que está diretamente ligada à cultura, por isso cultura e civilização são noções muito próximas.

Na Alemanha cultura ou *kultur* e civilização apresentam sentidos diferentes. Enquanto que o primeiro representa a idéia de ganho intelectual, o segundo tem um significado mais superficial, ligado à aparência. Essa diferenciação de compreensão

deu-se pelo nacionalismo alemão e a busca por uma cultura nacional e, por isso, pode-se afirmar que o conceito de cultura alemão, surgido no século XVIII, é um conceito étno-racial (BRUM NETO, 2007).

Ainda no século XVIII, considera-se que a idéia de cultura estava ligada à noção de costume e, nesse sentido, a Geografia se utiliza da definição francesa de gênero de vida. Bezzi; Marafon (1992, p. 38 - 39) afirmam que “O gênero de vida para a Geografia, refere-se ao conjunto de técnicas, hábitos, usos e costumes que permitiam ao homem utilizar os recursos naturais disponíveis”.

Nesse contexto, compreende-se que um grupo social é mais desenvolvido por apresentar técnicas mais aprimoradas e, por isso, adapta-se melhor ao meio ambiente. Entende-se, nesse caso, que as ações humanas perante à natureza e suas potencialidades são condicionadas pelas aptidões culturais, ou seja, pela elaboração dos instrumentos utilizados para sobrevivência e transformação do ambiente onde vivem os indivíduos pertencentes à esse grupo social.

Essa compreensão revela a noção de cultura que irá ser ainda mais expressiva no século XIX na França, ou seja, a importância da manifestação da alteração humana na paisagem, classificando os povos em civilizados e não civilizados. O elemento utilizado como referência para essa análise é o nível de alteração impressa na paisagem, observado e descrito pelos pesquisadores influenciados, portanto, pela Geografia Clássica.

Dessa forma, o gênero de vida expressa a relação entre homem e técnica, permitindo a classificação dos lugares pelo grau de transformação da paisagem promovida pela ação antrópica. Chelotti (2008, p.57) afirma

Assim, cada grupo social vai expressar no espaço geográfico um determinado gênero de vida. No entanto, o gênero de vida não é algo imutável, pois a introdução de um novo elemento numa determinada região cultural, já é suficiente para modificar um velho gênero de vida, para dar a ele um novo dinamismo. Mas o gênero de vida permanece, só que agora com a incorporação de novos elementos, e a eliminação de outros.

Na França, o conceito de cultura teve considerável transformação ao longo do século XIX, imprimindo nessa noção maior riqueza. *Cultura* e *civilização* para os franceses tinham significados muito próximos, sendo, muitas vezes, utilizadas como sinônimos. Portanto, a diferenciação entre os dois conceitos imposta pela Alemanha, não era pertinente segundo defendiam os franceses, pois desconsiderava a cultura humana e valorizava, apenas, a cultura nacional.

A ausência da palavra cultura na Geografia Francesa não desmereceu esse país no que se refere aos estudos culturais, pelo contrário, a França contribuiu de forma significativa para a Geografia Cultural, inserindo nesses estudos a categoria gênero de vida para compreender a ação do homem na organização do espaço.

A nação francesa entende que pertencem à ela todos os que se reconhecem como franceses e, não apenas, aqueles que nasceram na França. Assim, a cultura pelo olhar francês, criada na Revolução de 1789, é vista como universalista, ou seja, fazem parte de uma mesma cultura, todos os que se consideram inseridos nela, independente de suas reais origens culturais. Nesse contexto, do século XIX até o início do século XX, a França rejeitou o termo cultura, usando, apenas, o termo civilização, implicando na ausência do conceito científico de cultura (Mattelart; Neveu, 2004).

A partir das primeiras noções de cultura, esse conceito ganhou definição científica a partir da Sociologia e da Etnologia³, escolhendo um comportamento de cunho positivo na reflexão sobre o homem e a sociedade. Nesse sentido, o conceito científico de cultura enfatiza, portanto, a unidade e a diversidade dos grupos existentes, não exaltando as diferenças de raças, uma compreensão ligada, muitas vezes, à Biologia.

Essa ideia se mostra como uma ferramenta de reflexão, evoluindo da noção ligada à Etnologia, ou seja, a pura descrição da cultura (como ela é) para uma compreensão mais ampla. Seguindo a tradição francesa do século XIX e início do

³ Em 1787, Alexandre de Chavannes criou o termo Etnologia para designar a disciplina que estuda a história dos encaminhamentos dos grupos em direção à civilização.

século XX, a cultura passa a significar um elemento de diferenciação e classificação dos grupos culturais do globo. Se faz presente, portanto, a distinção entre povos naturais e povos culturais, sendo estes últimos, conhecidos, também, como povos civilizados.

Nesse período, essa noção está muito ligada à educação, ou seja, todo o progresso físico, material e socioeconômico de um grupo, se deve ao nível de instrução que os indivíduos pertencentes ao mesmo, receberam. Assim, a educação oferece progresso à humanidade e, com o progresso, há maior alteração do meio natural.

No final do século XIX, essa compreensão encaixa-se perfeitamente nas pesquisas culturais em Geografia, pois esse entendimento valoriza a elaboração das técnicas específicas de alteração da natureza como significação equivalente à cultura.

Diz-se, então, que esse período revela o entendimento acerca do conceito de cultura atrelado ao nível técnico dos grupos sociais, salientando a agricultura como atividade de maior expressividade espacial. Essa valorização dos aspectos materiais dos grupos étnicos tornou relevante a análise da paisagem e seus atributos culturais visíveis.

Desde a estruturação da Geografia como ciência, a temática cultural se fez presente tendo na noção francesa de gênero de vida, uma relevante categoria para analisar e explicar a relação entre diversidade cultural e as diferenças físico-naturais na Terra. A França ofereceu, também, uma visão mais completa de cultura, pautada nos aspectos materiais (técnica) e imateriais (costumes) de um povo, considerando, também, a relação do mesmo com o meio ambiente.

Considerando a participação Norte-Americana para o desenvolvimento desse conceito, pode-se enfatizar que os Estados Unidos possibilitaram maior desenvolvimento e aprofundamento para a noção de cultura. Sauer, o representante mais expressivo da Geografia Cultural do referido país, considerava, segundo Corrêa; Rosendahl (2007, p.11)

[...] o conceito de cultura [...] como uma entidade supra orgânica, com suas próprias leis, pairando sobre os indivíduos, considerados como mensageiros da cultura, sem autonomia. A cultura era, assim, concebida como algo exterior aos indivíduos de um dado grupo social; sua internalização se faz por mecanismo de condicionamento, gerador de hábitos, entendidos como cultura. Segundo Duncan (1980), nesta visão de cultura não havia conflitos, predominando o consenso e a homogeneidade cultural. Nesta perspectiva, os processos de mudança se realizariam a partir de forças externas, por intermédio do processo de difusão de inovações e não em função de contradições.

Evidencia-se, portanto, que a cultura para a Geografia Cultural americana era reconhecida como uma entidade supra-orgânica, externa aos indivíduos, ou seja, era vista segundo uma condição ontológica que desconsiderava a importância da organização social e da condição psicológica da sociedade. Duncan (2007, p.64) acrescenta que

A teoria da cultura enquanto entidade supra-orgânica foi esboçada pelos antropólogos Alfred Kroeber e Robert Lowie durante os primeiros 25 anos do século XX, sendo, posteriormente elaborada por Leslie White. A cultura era vista como uma entidade acima do homem, não redutível às ações dos indivíduos e misteriosamente respondendo a leis próprias. Além disso, foi essa visão de cultura que passou a dominar a geografia cultural. Esta perspectiva foi adotada especificamente por Carl Sauer ao se associar a Kroeber e Lowie em Berkeley nas décadas de 1920 e 1930, sendo posteriormente transmitida para seus alunos.

O viés supra-orgânico da cultura enxerga o homem como um ser inativo e, por isso, a coesão entre os indivíduos é motivada por uma força externa à eles. Esse olhar não compreende que a cultura é o resultado dessa interação e não a causa dela, pois como afirma Duncan (2007, p. 75 – 78)

A reificação da cultura tem sido criticada como mística, um resquício do romantismo idealista alemão do século XIX. Franz Boas, o próprio professor de Kroeber, que acreditava firmemente no empirismo, criticou o supra-orgânico, dizendo que “parece-me desnecessário considerar a cultura como uma entidade mística que existe fora da sociedade, alheia a seus mensageiros individuais e movendo-se por sua própria força”.[...] Em suma, o mundo descrito pelos geógrafos culturais é um mundo no qual o indivíduo está em grande parte ausente, onde o consenso prevalece, onde os desvios são ignorados. É um mundo intocado pelos conflitos interculturais. Assim, a não-intencional consequência da teoria supra-orgânica tem sido desencorajar a investigação de importantes questões relativas à interação social, atribuindo explicações a uma entidade transcendental.

Mesmo recebendo muitas críticas, a visão de cultura de Sauer contribuiu significativamente para o pensamento geográfico. A noção de hábito nos estudos

culturais, foi amplamente divulgada por ele, que compreendia esse conceito como um sinônimo de cultura. O comportamento habitual era, portanto, uma lição cultural ensinada de geração em geração dentro de um grupo social. Resgata-se novamente Duncan (2007, p.85) quando o autor destaca que “[...] Sauer, Wagner e Mikesell, Wagner e Zelinsky definem cultura como um comportamento habitual aprendido e elaboram suas definições em termos muito semelhante”.

Com as discussões relativas à impertinência da visão supra-orgânica atrelada à cultura, os geógrafos culturais passaram a entender essa noção como um termo amplo para caracterizar o modo de vida dos grupos sociais. Entender a cultura como um conceito que abarca todos os atributos referentes a um povo serve, apenas, para tratar acerca de culturas mundiais correndo o risco, ainda, de impor estereótipos inconvenientes.

Na maioria dos países da Europa, no pós 2ª Guerra Mundial, ocorreu a emergência dos *Cultural Studies* como um novo modelo que compreende a cultura em um sentido mais amplo, desatrelada à noção de nação e vinculada às investigações sobre os grupos sociais. Mattelart; Neveu (2004, p.14) salientam que

Mesmo que ela permaneça fixada sobre uma dimensão política, a questão central é compreender em que a cultura de um grupo, e inicialmente a das classes populares, funciona como contestação da ordem social ou, contrariamente, como modo de adesão às relações de poder.

A influência estadunidense nos estudos culturais promoveu o triunfo dessa temática, seguindo, também, três abordagens teóricas principais: a influência de Franz Boas, a relação entre cultura e personalidade e, em última análise, a relação entre cultura e sistemas de comunicação.

Destacando a herança de Franz Boas (1858 – 1942) e a história da cultura, salienta-se que o geógrafo alemão era judeu e viveu até os primeiros tempos da Segunda Guerra Mundial e, por isso, mostrava-se sensível à questão do racismo. Sua

formação geográfica o levou para a Antropologia criando a Etnografia⁴ ou o estudo e a descrição dos povos e dos elementos que fazem parte de suas culturas como a língua e a religião.

Os estudos de Boas pretendiam discutir e conduzir à reflexão sobre as diferenças culturais dos grupos e não exaltar as diferenças raciais. O autor procurou desmontar o conceito de raça, valorizando o conceito de cultura como noção mais adequada para explicar as diferenças entre os povos. Franz Boas não acreditava, também, na existência de diferenças biológicas entre os povos não civilizados (primitivos) e civilizados, dando importância, apenas, para as divergências culturais, adquiridas e não inatas.

Nesse contexto, as investigações desse geógrafo e antropólogo centravam-se na interpretação da distribuição dos elementos culturais no espaço, aprofundando as ferramentas conceituais da Alemanha dando significado às noções de área cultural e traços culturais.

A escola cultura e personalidade se refere à maneira como a cultura está presente no indivíduo, se fazendo agir e provocando condutas. Enfatiza-se, dessa forma, que a pluralidade cultural deve corresponder à pluralidade de personalidades.

Atribuindo uma visão supra-orgânica da cultura, característica da Geografia Cultural Norte-Americana, podemos evidenciar a relevante contribuição de Zelinsky para o estudo da internalização da cultura, ou seja, o papel dos valores de uma cultura manifestados via o comportamento dos indivíduos que pertencem à mesma. Para o autor, a visão de mundo condiciona as preferências, ideais e a personalidade de um grupo cultural. Duncan (2007, p. 79 – 82) salienta

Seguindo as idéias de Kroeber, Kluckhohn e Talcott Parsons, Zelinsky argumenta que esses valores se internalizam e fazem com que as pessoas se comportem de uma certa maneira específica. É dessa maneira que a cultura

⁴ Cosgrove; Jackson (2007, p.139) salientam que, no estudo acerca da iconografia da paisagem, é utilizado o modelo etnográfico, criado por Erwin Panofsky (1939), com a finalidade de enfatizar as imagens na análise da representação da paisagem.

produz o comportamento. [...] Zelinsky compartilha com a escola da personalidade cultural da antropologia o erro de considerar valores e normas típicos ideais, presumivelmente derivados da observação causal do comportamento de certos grupos dentro da cultura e usá-los para explicar o comportamento. Ao criar um tipo ideal a partir de observações empíricas e depois usá-los para explicar observações semelhantes, produz-se uma tautologia. Isto é, ao mesmo tempo uma forma circular e grosseira de reificação e, certamente, uma utilização errônea de tipos ideais.

Quanto à cultura e sistemas de comunicação, enfatiza-se a contribuição de Margareth Mead ao destacar a importância de se considerar a forma como o indivíduo recebe sua cultura e as consequências para a formação da personalidade. Nesse sentido, enfatiza-se a noção de Enculturação como a ligação entre a referência de cultura, o método de educação e o tipo de personalidade dominante. Mattelart; Neveu (2004, p.12) destacam que “ No domínio socioantropológico, a contribuição precoce de Margaret Mead a Clifford Geertz, via Escola de Chicago é eminente”.

Dessa forma, recorre-se, também, à afirmação de Linton, que destaca que a personalidade básica é aquela comum aos membros de determinado grupo e delimitada pela cultura, sendo adquirida por meio da vivência cultural. Nesse sentido, a relação entre cultura e indivíduo consolidam duas diferentes realidades, porém, indissociáveis. O entendimento é obtido pela vinculação entre as duas não podendo a personalidade individual ser deixada de lado, porém, deve ser exaltada a personalidade coletiva que predomina em cada cultura.

Direcionando, ainda, o estudo para a cultura e sistemas de comunicação, convém reforçar a noção de subcultura como a diversificação da cultura, ou seja, cada grupo social pertence a uma cultura particular. Mattelard; Neveu (2004, p. 62). afirmam

As “subculturas” jovens – no sentido de estilo cultural específico – são objeto de um grande número de monografias desde o início dos anos 1970. *Bikers, hippies, mods, punks, rastas, rockers, ruddies, skinheads, teddy-boys...* não é certo que essas “subculturas” britânicas, às vezes já com quarenta anos, falem todas aos leitores do século XXI, que talvez tenham dificuldade de situar os “blousons noirs”⁵ franceses de 1960.

⁵ Mattelard; Neveu (2004, p.63) destacam que blousons noirs são “jovens franceses contestatários da década de 1960, revoltados contra a ideologia dominante e seus órgãos cotidianos”.

Na década de 1970, a visão contemporânea da cultura começou a emergir através de investigações que tratavam das culturas populares. A Escola de Birmingham foi a pioneira nessas pesquisas e, em seguida, a França começou esses estudos com o pesquisador Marc Augé. A partir de 1980 essa temática cultural mais atual, vinculada ao cotidiano das grandes cidades e dos não-lugares ganha atenção, principalmente, de investigadores britânicos. Mattelart; Neveu, (2007 p.14) enfocam que “Os trabalhos se estendem gradualmente para componentes culturais ligadas ao “gênero”, à “etnicidade”, ao conjunto das práticas de consumo”.

Desse modo, os estudos culturais, ainda pautados na abordagem marxista, foram impulsionados a seguirem novas teorias que pudessem abarcar as mudanças que estavam ocorrendo na sociedade. Assim, os estudos sobre cultura passaram a contemplar temáticas ligadas à subjetividade, consumo, mídia, entre outros. Nesse aspecto, evidencia-se a criticidade do pesquisador em abordar questões ligadas à classe social como elemento definidor das atuais condições de gênero, identidades culturais, etnicidade... entre outros. Mattelart; Neveu (2007, p.15) destacam

[...] Os defensores mais radicais dessas pesquisas reivindicam doravante o estatuto de uma “antidisciplina” . O termo marca a recusa de divisões disciplinares, de especializações, a vontade de combinar as contribuições e os questionamentos advindos de saberes cruzados , a convicção de que a maioria dos desafios do mundo contemporâneo ganham ao ser questionados pelo prisma do cultural.

Afirma-se que os principais teóricos fundadores dos estudos culturais foram Hoggart, Williams e Thompson. O primeiro se destacou por ser fundador de seu campo de estudos ao escrever a obra *The Uses of Literacy: Aspects of Working-Class Life with Special References to Publications and Entertainments* ou, em francês, com o título *La culture du pauvre* (“A cultura do pobre”). Como os próprios títulos insinuam, essa obra se refere ao estudo cultural da classe operária, utilizando as ferramentas de comunicação mais modernas. Nesse contexto, Hoggart expressou sua descrença na cultura industrializada e na valorização da resistência das classes populares.

Raymond Williams (1921 – 1988)⁶ e Edward Thompson (1924 – 1993) vinculam seus estudos culturais às relações de poder e à dinâmica da sociedade, sendo, assim, trabalhos atrelados ao marxismo que, em 1960, renasce graças à *New Left Review*, fundada por Thompson. Mattelard; Neveu (2004, p.47) enfatizam que

O trabalho de Thompson pode ser descrito como a opção por uma história centrada na vida e nas práticas de resistência das classes populares. Sua obra mais conhecida é *The making of the English Working Class* [1963], clássico da história social e reflexão sobre a sócio-história de um grupo social.

Além desses três autores, destaca-se, também, Stuart Hall que, no limiar dos anos 70, se destacou ao integrar uma outra geração de pensadores da temática cultural, fazendo parte de uma nova esquerda intelectual. Suas produções enfatizam temas como o cotidiano, o movimento punk, os conceitos vinculados ao marxismo, entre outros. Cosgrove; Jackson (2000, p. 24) destacam, ainda, a contribuição do referido autor e de outros pesquisadores atrelados à Geografia social e outras ciências humanas, para o desenvolvimento do conceito de paisagem

Trabalhos desta natureza têm sua motivação em idéias desenvolvidas no campo dos estudos culturais contemporâneos e derivadas, sobretudo, dos estudos de Raymond Williams e John Berger, bem como dos ensaios de Antonio Gramsci. A motivação imediata, por sua vez, está no trabalho desenvolvido por Stuart Hall e seu grupo, no Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham (Hall et al., 1978; CCCS, 1978, 1982; Hall e Jefferson, 1976). Os trabalhos refletem acerca das várias estratégias de resistência desenvolvidas por grupos subordinados para contestar a hegemonia daqueles que detêm o poder. Eles rejeitam aquilo que rotulam de preferências elitistas e antiquadas dos estudos culturais tradicionais, e exploram uma vasta gama de subculturas populares, interpretando seus significados contemporâneos em termos dos contextos materiais específicos.

De modo geral, as diferentes concepções de cultura que influenciaram diretamente a Geografia, foram primeiramente discutidas na Alemanha e França, países em que esses debates foram mais expressivos. O embate acerca do significado de cultura e a utilização ou não do termo civilização como sinônimo, possibilitaram grande riqueza teórica para essa questão conceitual.

⁶ Cinco anos antes da obra *The making of the english working class*(1963), Raymond Williams publicou *Culture and Society* (1958) que, de acordo com Mattelard; Neveu (2004, p.46) é “uma genealogia do conceito de cultura na sociedade industrial, desde os românticos até Orwell”.

Convém destacar que, com a ascensão da Geografia Crítica, alicerçada pela fenomenologia e o marxismo, o conceito de cultura ganhou novo sentido. A Geografia Cultural passou a ter conteúdo humanístico em suas produções, valorizando o ser social e sua vivência no espaço. Cosgrove (2007, p.104) enfatiza

[...] “cultura” serve para unir os aspectos fundamentais do ser social: (1) *trabalho*, a interação direta dos seres humanos com a natureza na produção (como “agricultura”, “viticultura”, “silvicultura”); e (2) *consciência*, as idéias, valores, crenças e ordem moral nas quais os seres humanos se tornaram cientes de si mesmos como sujeitos capazes de transcender a grosseira materialidade da natureza (como “cultura primitiva”, “cultura de classes”, “contracultura”). A cultura é o termo central do humanismo, incapaz de definição clara como um conceito objetivo, mensurável e compreensível apenas através da prática.

Nesse sentido, a noção de cultura ganhou caráter humano, considerando-a como idéia central para o entendimento do mundo vivido pelos grupos culturais. Cosgrove (2007, p. 104 Apud Buttimer, 1976), reforça que

Uma geografia marxista deve reconhecer que o mundo vivido, apesar de simbolicamente constituído, é material e não deve negar sua objetividade. O mundo vivido não é mero produto de uma consciência humana irrestrita, mas é precisamente o encontro coletivo de sujeito e objeto, da consciência e do mundo material.

A partir da década de 1980, com a renovação da Geografia Cultural, o conceito de cultura passa por uma revisão, motivada pelas críticas da década de 1970. Desse modo, a cultura não é mais compreendida inteiramente, como uma entidade supra-orgânica, mas analisada em partes. Salienta-se, ainda, que essa noção ganha uma compreensão atrelada à consciência dos hábitos, normas e valores, além de ser evidenciada a diversidade e instabilidade dos grupos culturais estudados. Corrêa (2007, p.169 -171) afirma

A cultura, em realidade, conforme argumenta Williams (1997) em texto de 1958, diz respeito às coisas correntes, comuns – “culture is ordinary” – apreendidas na vida cotidiana, no seio da família e no ambiente local. Nesse contexto, as idéias, habilidades, linguagem, relações em geral, propósitos e significados comuns a um dado grupo social são elaborados e reelaborados a partir da experiência, contatos e descobertas.[...] Significado adquire o status de palavra-chave nos estudos culturais. [...] A cultura, afirma Williams (1997), é elaborada a partir da criação de significados comuns em um dado grupo social. Nesta perspectiva, na análise da cultura o propósito “ não é responder às nossas questões mais profundas, mas colocar à nossa disposição as respostas que os outros deram” (GEERTZ, 1989, p. 40). Trata-se, em outras palavras, de

se analisar o significado dos saberes, técnicas e crenças de um dado grupo, traduzidos em representações e práticas, as quais dão sentido à vida do grupo.

Os autores, Cosgrove; Jackson (2000, p.26) reforçam que

Os estudos culturais contemporâneos nos ensinaram a reconhecer, acima de tudo, que as culturas são contestadas politicamente. A visão unitária da Cultura dá lugar à pluralidade de culturas, cada uma com suas especificidades de tempo e lugar. A cultura pode sempre ser representada como uma construção social e politicamente contestada.

Destaca-se que o interesse da ciência geográfica por essa temática de estudo, evidencia a relevância da cultura como elemento essencial para o entendimento da organização do espaço no campo de estudos da Geografia, ainda que realizada em parcelas diferenciadas do globo, onde as formas de ocupação foram desiguais. Cultura e espaço ou cultura-espaço ocupam posição central nas investigações científicas desenvolvidas, entre outras ciências, pela Geografia.

1.3 A consolidação das identidades culturais

A consolidação das identidades culturais se faz através de símbolos que identificam determinada cultura. As identidades são construídas por meio da delimitação da diferença via sistemas simbólicos de representação e, também, através de formas de eliminação social. Nesse sentido, Le Bossé (2004, p. 158) afirma que

A geografia cultural participou dos interesses contemporâneos sobre as questões de identidade e de fenômenos identitários. A noção de identidade foi explorada pelo conjunto de ciências humanas e sociais, através de uma grande variedade de abordagens específicas ou interdisciplinares. Realmente, existem diversas perspectivas teóricas sobre a identidade, que correspondem a diferentes motivos e maneiras de se entender essa noção.

Também nessa linha de raciocínio, Corrêa; Rosendahl (2004, p.11) destacam que

A geografia tem participado, nas últimas décadas, do interesse pelas questões associadas à identidade, questões pelas quais as demais ciências sociais têm também um grande, antigo e explícito interesse. Evidencia-se um grande número de abordagens e pontos de vista a respeito dessa temática.[...] O lugar aparece, então como foco privilegiado para esses estudos, que incluem tanto evidenciar a identidade *do* lugar, como a identidade *com* o lugar.

Desse modo, Le Bossé (2004, p. 163), caracteriza identidade como

[...] uma construção social e histórica do “próprio” [do *soi*, do *self*] e do “outro”, entidades que, longe de serem congeladas em uma permanência “essencial”, estão constante e reciprocamente engajadas e negociadas em relações de poder, de troca ou de confrontação, mais ou menos disputáveis e disputadas, que variam no tempo e no espaço.

Pode-se afirmar, então, que a identidade não é o antônimo da diferença pois ela se relaciona e depende da diferença. De acordo com Woodward (2000, p. 39)

Nas relações sociais, essas formas de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de sistemas classificatórios. Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la (e a todas as suas características) em ao menos dois grupos opostos – nós/eles (por exemplo, Sérvios e Croatas); eu/outro.

Identidade e diferença não são sinônimas, mas apresentam considerável relação de dependência. A identidade agrega o que é comum dentro de um mesmo grupo, enquanto que a diferença separa os mesmos, valorizando as características diferentes. Para Le Bossé, (2004, p.160) a identidade deve ser entendida como

[...] a resposta a um “o que é?”, “quem são eles?”, “quem somos nós?”, e serve para dar substância e sentido a objetos ou pessoas, ela pressupõe que sejam estabelecidos critérios adequados a uma identificação, que, de sua parte, remete a dois processos distintos e complementares. De um lado, a identificação consiste, em um sentido lógico transitivo, em designar e nomear qualquer coisa ou qualquer um, e depois em caracterizar sua singularidade. De outro lado, em um sentido intransitivo e por vezes reflexivo, e entendendo a identidade como similaridade, a identificação consiste em se assemelhar a qualquer coisa ou a qualquer um e se traduz, principalmente, tanto para o indivíduo como para o grupo, por um sentimento de pertencimento comum, de partilha e de coesão sociais.

A partir de 1970, a identidade ganhou uma roupagem humanística que possibilitou a ascensão da Geografia Social, expressiva por considerar a vivência dos sujeitos e das culturas. Le Bossé (2004, p. 166) enfatiza que “A identidade assume então um alcance geográfico novo, pela mediação conceitual do “sentido de lugar”. E destaca, também que “[...] o lugar influencia, até mesmo constrói, tanto subjetivamente como objetivamente, identidades culturais e sociais”. Le Bossé (2004, p. 170), ressalta que

De fato, se o lugar é reconhecido como uma sede – fonte e refúgio, santuário e cadinho – de identidade e encontra justamente um papel conceitual central na geografia cultural, é preciso compreender por que e como as identidades se formam localmente. Esse movimento de reflexão conduziu a uma redefinição conceitual do lugar em suas relações com o espaço. [...] A questão parece particularmente apropriada no contexto contemporâneo da globalização e face a uma comprovação paradoxal: embora a diversidade das identidades culturais parecesse ameaçada de erosão pelo efeito de forças globais trazidas pela revolução das comunicações, ela persiste e se afirma às vezes vigorosamente nas escalas locais ou regionais. Em vez de validar a idéia de uma dicotomia local/global separando duas formas escalares de identificação, nós as consideramos como dois pólos extremos de um *continuum* no qual as identidades geográficas se situam.

Nessa perspectiva, existe uma ligação entre identidade e toponímia. Esta última, de acordo com Corrêa (2007, p. 176)

[...] constitui-se em relevante marca cultural e expressa uma efetiva apropriação do espaço por um dado grupo cultural. É ainda um poderoso elemento identitário. A toponímia, em realidade, articula linguagem, política territorial e identidade.

Essa relação se expressa, principalmente no meio urbano, através das nomenclaturas de bairros, montanhas e outros elementos que fazem parte desse espaço e, por isso, manifestam a presença de um grupo social sendo, portanto, uma ferramenta de afirmação de identidade nacional. O nome de instituições, monumentos, ruas imprimem a fixação de um povo, bem como da elite dessa sociedade que, por meio do imaginário social, ilustram a identidade desse lugar.

A identidade têm significado social e cultural, servindo como delimitação entre as culturas. Uma identidade só se afirma perante outra identidade, exaltando as características que as diferenciam. Claval (1999, p. 98) reforça que “O grupo define a si mesmo por contraste e por exclusão: nós não temos alternativa de dizer *nós* a não ser pelo fato de formarmos uma coletividade que se opõe à massa dos outros”. Le Bossé (2004, p.162) complementa essa idéia

Para o indivíduo ou para o grupo que tomam consciência de sua identidade, são necessários não apenas os elementos de reconhecimento mútuo e de solidariedade internas, mas também um outro grupo, um “eles” em relação ao qual se terá o “nós”, um “aqui” face a um “alhures” ou a um “além”. [...] Assim, a identidade se exprime e se comunica de maneira interna e externa, através de práticas simbólicas e discursivas.

Nessa perspectiva, Brum Neto; Bezzi (2009, p. 29) destacam

[...] a identidade cultural é indispensável para a manutenção de um grupo social e, também, para o entendimento da produção do espaço local e regional em seus respectivos níveis de desenvolvimento . Atualmente, a identidade se tornou um fator de “valorização” do espaço como forma de dinamizar a economia local/regional, através da *différance* . Em um mundo globalizado, a cultura tem se constituído no diferencial que resulta em atrativo socioeconômico e possibilita, muitas vezes, uma perspectiva de desenvolvimento.

Pode-se dizer então que o processo de consolidação das identidades culturais recorre à origem histórica da evolução de um grupo cultural, onde dados elementos dessa cultura se afirmam e servem como marca, diferenciando-a perante os demais grupos sociais. Assim, as identidades são resultados da interação entre o passado, marcado pelo misticismo e busca pelo domínio do espaço, e o presente, ou seja, a luta pela permanência dos códigos culturais mais significativos de determinada cultura.

Dessa forma, admite-se que, dentro de uma única nação, há uma pluralidade de identidades culturais. Seguindo essa idéia, afirma-se que a busca por uma identidade única da Geografia Alemã foi superada pela idéia de universalidade e diversidade da Geografia Francesa.

A identidade cultural não elimina a identidade individual, ou seja, a vivência pessoal é considerada, porém, o que tem real importância são os elementos que norteiam todos os indivíduos pertencentes a uma mesma cultura. A este respeito, Claval (1999, p. 98) reforça que

A identidade é de uma só vez individual e coletiva, os gostos e a experiência variam em cada pessoa, mas a interiorização que torna consciente, no decorrer da adolescência, os valores a respeitar, tende a impor uma mesma forma à imagem que se faz de si mesmo.

Salienta-se que não devemos tratar acerca da identidade como algo finito pois ela está constantemente em transformação, como uma identificação. No que se refere aos tempos atuais, a relação entre identidade e globalização demonstra essa dinâmica, em escala global, conectando diferentes comunidades do mundo e estruturando-as segundo novas combinações no tempo e no espaço.

Nesse sentido, como efeitos mais expressivos da globalização perante as identidades, destaca-se a reivindicação de inúmeros grupos culturais pela preservação de suas riquezas identitárias, bem como a valorização da diversidade cultural do globo e o repúdio à homogeneização da cultura dos povos. A evolução dos estudos culturais, na década de 1980, estão atrelados à “virada etnográfica” que se refere ao estudo da cultura e sua divulgação pelas mídias. Mattelard; Neveu (2004, p.110) destaca

Compreendemos então que a “virada etnográfica” também pode ser pensada como uma continuidade, como identificação dos meios mais eficazes para analisar em campo os enigmas ligados aos processos de decomposição/recomposição identitária, para compreender consumos culturais, escolhas identitárias e ideológicas, “prazeres” midiáticos que não podem deixar de aparecer como escandalosos a intelectuais marcados pelo marxismo. Apoiando-se desde então em diagnósticos relativos às novas condições da formação de identidades sociais, Hall não deixou de afirmar a centralidade que a cultura adquiriu na gestão das sociedades e, por isso, na forma de considerar a ação política.

Le Bossé (2004, p.158) complementa a referida afirmação, pois

Desde a década de 1980 as “políticas de identidade” foram muito discutidas no mundo anglo-americano. Trata-se de estratégias complexas e paradoxais: as identidades sociais, carregadas de valor e de poder socioculturais, tornam-se “focos de resistência” (quando a questão é, principalmente, proclamar e defender os direitos identitários das minorias, sejam elas étnicas, religiosas, socioeconômicas ou sexuais), mas ocorre que a própria noção de identidade social é condenada e rejeitada como instrumento essencialista e alienante de um discurso modernista desejoso de manter uma ordem social julgada repressiva, até mesmo totalitária.

Alerta-se, porém, que, a reivindicação pela manutenção das identidades exige conhecimento e cautela. Le Bossé (2004, p. 175) ressalta que “O questionamento das práticas e discursos identitários exige, portanto, que estejamos atentos aos movimentos de dominação, de controle e de exploração que ali se exprimem”. Le Bossé (2004, p.176) salienta, também que “Em outras palavras: devemos nos interessar pela criação e pela difusão de ideologias identitárias que repousam sobre bases ou fatores geográficos”.

Com base nos autores supracitados, muitos consideram a cultura e a identidade onde elas não existem, como um ímpeto pela conquista da originalidade. Assim, as discussões atuais sobre a temática cultural abordam, entre outras questões, as

consequências da globalização na identidade, enfatizando a pretensa homogeneização divulgada por esse fenômeno global e a urgente valorização da diversidade de culturas no mundo. Le Bossé (2004, p.158), enfatiza, também, que

A pertinência da noção de identidade e sua riqueza conceitual facilitam a convergência de perspectivas temáticas diversas, não apenas entre as ciências humanas e sociais, mas também na área específica da geografia cultural. Esse movimento foi acompanhado de um aprofundamento da reflexão sobre o sentido e o alcance de objetos geográficos fundamentais, o lugar e o espaço – termos, aliás, cada vez mais solicitados por outras áreas além da geografia – nesse contexto intelectual. Os geógrafos se interessam particularmente pela identidade dos lugares e pelos papéis que eles desempenham na formação de consciências individuais e coletivas. Observam como as pessoas, sujeitos e agentes geográficos recebem e percebem, constroem e reivindicam identidades cristalizadas em suas representações e em suas interpretações dos lugares e das relações espaciais.

Portanto, a formação de identidades sólidas requer a relação estreita com a cultura e os símbolos mais representativos da mesma. Convém lembrar que a identidade pressupõe um limite, ou seja, considera os atributos semelhantes de um mesmo grupo social e delimita o mesmo ao evidenciar as diferenças culturais de um outro grupo. Enfatiza-se, por isso, a existência de uma identidade individual, pautada nas experiências de cada sujeito, porém, exalta-se a identidade cultural como um conjunto de marcas culturais que norteiam a conduta dos indivíduos pertencentes à uma mesma cultura. Le Bossé (2004, p. 179) conclui que

Assim, por um retorno às preocupações fundamentais das correntes humanistas e culturais, a reflexão sobre a identidade em geografia leva a ampliar o sentido do imaginário geográfico individual e social e, desse modo, a encaminhar a geografia cultural para um aprofundamento de sua especificidade. A geografia cultural como forma de preocupação e de saber examina e procura compreender o sentido da diversidade das identidades dos lugares e das pessoas. Os próprios geógrafos produzem identidades, de maneira mais ou menos consciente e voluntária por meio de interrogações e práticas discursivas que lhes são próprias.

Reforça-se, ainda, a pertinência do debate relativo à globalização e identidade como uma relação que exalta a diversificação cultural como forma de repudiar a homogeneização dos grupos sociais do planeta. A identidade é, portanto, um fruto da cultura, capaz de manifestar suas características mais expressivas e peculiares, concedendo valores culturais. A identidade delimita as culturas pois, a partir dela, determinado grupo social é incluído ou excluído.

1.4 A importância dos códigos culturais: a materialidade e imaterialidade da cultura

Uma cultura pode se manifestar no espaço por meio dos códigos culturais que se configuram como um sistema de símbolos, os quais permitem a visualização dessa cultura. Esses códigos possibilitam, também, a transmissão, das características culturais de determinado grupo através das gerações. Wagner; Mikesell (2007, p. 28) reforçam essa afirmação definindo que “A cultura resulta da capacidade de os seres humanos se comunicarem entre si por meio de símbolos”. Cosgrove (2007, p.103) destaca

Os seres humanos experienciam e transformam o mundo natural em um mundo humano, através de seu engajamento direto enquanto seres pensantes, com sua realidade sensorial e material. A produção e reprodução da vida material são, necessariamente, uma arte coletiva, mediada na consciência e sustentada através de códigos de comunicação. Esta última é produção simbólica. Tais códigos incluem não apenas a linguagem em seu sentido formal, mas também o gesto, o vestuário, a conduta pessoal e social, a música, pintura, a dança, o ritual, a cerimônia e as construções. Mesmo essa lista não esgota a série de produções simbólicas através das quais mantemos o nosso mundo vivido, porque toda atividade humana é, ao mesmo tempo, material e simbólica, produção e comunicação. Essa apropriação simbólica do mundo produz estilos de vida (*genres de vie*) distintos e paisagens distintas, que são histórica e geograficamente específicos. A tarefa da geografia cultural é apreender e compreender essa dimensão da interação humana com a natureza e seu papel na ordenação do espaço.

Nesse contexto, esses atributos culturais se expressam nas paisagens através do estilo arquitetônico das casas, trajes típicos, arte, gastronomia, religião, músicas, danças e festividades, entre outros elementos. Brum Neto (2007, p. 38) destaca que “Além desses, existem outros códigos que, embora não sejam visíveis, também são responsáveis pela materialização da cultura no espaço, como aportes culturais, com destaque para os valores, ideologias e convenções”.

Convém enfatizar que as cidades expressam a manifestação das particularidades culturais de um grupo, apresentando as transformações simbólicas de uma cultura através da temporalidade. Antigas formas são destruídas para que novas sejam construídas, velhas funções se modificam para que as antigas formas empreguem novos desempenhos frente à evolução da sociedade. Essas alterações não se limitam, apenas, à forma e à função, mas ao significado desses símbolos. Cita-se

como exemplo a representatividade da Igreja para a Idade Média, ou dos grandes prédios para a pós-modernidade refletem essa idéia. Corrêa (2007, p. 177 - 178) aponta que

É, em parte, por meio das formas simbólicas que a cidade expressa uma dada cultura e realiza o seu papel de transformação cultural, tanto em sua hinterlândia como em seu próprio espaço interno, tanto no passado como no presente e visando ao futuro. [...] A temática em tela, numa perspectiva espacial, situa-se na vaga fronteira entre a geografia econômica e a geografia cultural. Do ponto de vista da geografia cultural, é interessante reconhecer a identidade *desse* centros, assim como a identidade *com* eles por parte dos diversos grupos sociais, *insiders* e *outsiders*, conforme aponta Relph (1976). É relevante, por outro lado, considerar as condições de gênese das formas simbólicas e de suas articulações com outras atividades.

Dessa forma, considera-se que todo elemento cultural que permite sua visualização no espaço é um código cultural material e aquele que não possibilita tal visualização constitui-se, em um código cultural imaterial⁷. Nesse sentido, destacam-se os principais códigos culturais materiais, entre eles, o estilo das casas, a música, religião, festas e vestuário e os imateriais, como normas, crenças, valores, ideologias, entre outros.

Iniciamos nossa reflexão pelo código material estilo arquitetônico das casas. Este permite visualizar os aspectos físicos e a estrutura característica que comprovam a utilidade prática da residência, como, por exemplo, a estruturação dos aposentos e a configuração da área que rodeia e organiza o espaço dessa habitação. Assim, enfatiza-se a importante relação entre a cultura manifestada no espaço pelas formas específicas expressas pelo estilo da casa.

A música é outro código e se caracteriza por ser um importante elemento cultural, pois exalta o que tem significado para uma cultura, recorrendo ao passado e aos valores da história de um grupo social. A música reporta o ouvinte para as raízes de sua cultura. Admite-se que as canções expressam uma carga simbólica representativa. Nesse sentido, a música pode ser um veículo de manifestação da fé em rituais religiosos, com cantos que declamam uma prece representativa das experiências de

⁷ Como forma de atribuir maior detalhamento nesse estudo, serão caracterizadas, primeiramente os atributos materiais de uma dada cultura e, posteriormente, os imateriais.

vida e da imaginação do indivíduos que, simbolicamente, através deste código expressam a religiosidade como marca característica da cultura a qual pertencem.

A religião, outro código material manifesta as crenças de um determinado grupo social. Esse código apresenta atributos materiais e imateriais, ou seja, pode ser visível na paisagem, através da sua materialidade por meio das igrejas, grutas, capitéis, monumentos sacros, festividades religiosas (procissões). Quanto aos códigos imateriais esses estão ligados aos valores morais que orientam a ideologia de determinada cultura. Dessa forma, salienta-se que é a religião e seus ritos sacros que agregam os indivíduos pertencentes a um grupo social. De acordo com os estudos de Rosendahl, uma das referências centrais acerca da Geografia da Religião brasileira.

No final da década de 1990, a perspectiva cultural ligada à temática da religião, enfocou o sagrado e o profano como os dois pontos centrais desse estudo. Nesse sentido, Duncan (2000, p. 90) salienta que

A religião, da mesma forma que a linguagem, é um sistema de comunicação e um mecanismo de promover a integração, quando não o conflito. Sua distribuição gera questões de origem, propagação e fronteiras. A religião é um sistema de valores que tanto incentiva como inibe a atividade humana, por isso, merece mais atenção dos especialistas da geografia humana.

Desse modo, o sagrado se sustenta pela produção de bens simbólicos que revelam a devoção e a religiosidade de uma cultura. Rosendahl (2007, p. 189-190) acrescenta que

A diferenciação entre um bem simbólico e um bem não simbólico está na própria natureza de seu significado. A natureza do bem simbólico reflete duas realidades: a mercadoria e o significado, isto é, o valor cultural e o valor mercantil do bem. Poderíamos dizer que os bens simbólicos são mercadorias que possuem valor de uso e que, em determinado contexto cultural, passam a ter associado o valor simbólico.[...] É certo que o sistema religioso é formado por um conjunto de símbolos sagrados ordenados entre si, numa ordem conhecida pelos seus adeptos”, aponta Geertz (1989; 143). O bem religioso está profundamente comprometido com o sagrado e, como tal, é marcado por signos e significados; mas deve ser reconhecido também como fornecedor de regras e sentidos aos grupos religiosos. É o bem simbólico que dá sentido e significado às práticas religiosas de diferentes grupos.

Nesse contexto, convém destacar que é a territorialidade que alicerça a religião e esta, por sua vez, elabora um território capaz de solidificar as vivências religiosas

individuais, ou seja, as de caráter subjetivo e, também, experiências religiosas coletivas, que unem os indivíduos de um grupo social, preservando e consolidando as características originais de sua cultura. Nesse sentido, a religião é um importante elemento agregador que estrutura uma cultura a partir das crenças que norteiam as práticas cotidianas e a maneira como esse indivíduos vivem a vida.

Mesmo com o visível desinteresse atual pelo sagrado, ou seja, pela subjetividade inerente à religião, não se pode dizer que esse código cultural, como instituição marcada pelos símbolos, tem seu fim decretado, pois mais ícones religiosos são constantemente criados, fortalecendo as igrejas e marcando a presença desse elemento cultural como agente organizador do espaço.

Considerando a dimensão do lugar da religião, destaca-se que essa perspectiva permite fazer uma interpretação da existência do sagrado e do profano que, manifestados no lugar, abrem espaço para a compreensão da difusão da religião, da presença da hierópolis, das experiências ligadas ao sentimento religioso e da ação do sagrado na estruturação do espaço e na conformação da paisagem religiosa.

Pode-se dizer que a difusão da religião é promovida, mais expressivamente, pelas correntes de migração que, a partir de conflitos e conquista de um espaço, exaltam a religião e passam a influenciar os povos dominados através da aculturação. Desse modo, as vivências de um grupo e a forma como o mesmo manifesta sua religiosidade permitem que o mesmo expresse, portanto, sua identidade religiosa. Rosendahl (2007, p. 204) afirma

[...] a comunidade religiosa vivencia o lugar à sua maneira, de forma a construir um ponto fixo em que reencontra suas lembranças. Em todos, a religião realiza a “alquimia ideológica pela qual se opera a transfiguração das relações sociais em relações sobrenaturais, inscritas na natureza das coisas e, portanto, justificadas”, conforme Bordieu (1987:33) nos relata.

Existem, desse modo, experiências que carregam uma carga de subjetividade e, por isso, são vivências pessoais e inéditas, assim como existem, também, experiências vinculadas à uma regulamentação e, por dependerem da ação de um integrante especializado da igreja, configuram-se como vivências tradicionais da religião.

Assim, a religião, para determinadas culturas, é o código cultural de maior expressividade. Muitos povos são identificados no espaço considerando os elementos que representam a religiosidade do mesmo. Isso ocorre porque a religião se imprime na paisagem de uma maneira mais duradoura e abrangente e, por isso, se constitui em um dos atributos culturais mais importantes quando se estuda os grupos sociais. Rosendahl (2007, p.216) salienta que “Interpretar as paisagens religiosas significa reconhecer crenças e identidades culturais de seus habitantes”.

As festividades religiosas também se constituem em códigos culturais, pois são expressões próprias de um povo que manifestam o louvor por alguma divindade religiosa, entidades espirituais ou a comemoração pelos resultados ligados à atividade agrícola, entre outras razões. Nesse sentido, esse código cultural envolve outros elementos característicos da cultura de um grupo social, como a música, a dança, os trajes típicos, a gastronomia, e a religião.

Nessa perspectiva, as festas religiosas com procissões, música e quermesses representam a expressão da religião na paisagem em um determinado período do ano. São comemorações vinculadas à devoção de santos que, por ter como motivo central, a crença de uma cultura, é permitida e comemorada por todos que pertencem à esse grupo. Rosendahl (2007, p. 213) destaca que “[...] a festa religiosa urbana, ao contrário dos eventos religiosos nos centros rurais afastados, adquire um sentido mais modesto e de curto período de tempo, mas mesmo assim representa uma função de renovação espiritual”.

Outro código cultural significativo é o vestuário característico de uma cultura. Ele expressa a origem do local onde um grupo específico se consolidou, manifestando os aspectos físicos desse espaço e a utilidade dessa vestimenta no cotidiano dessa cultura. Nesse sentido, os trajes típicos pertencem às tradições de um povo e, por isso, exaltam as crenças, conhecimentos e costumes desse grupo, carregando, portanto, uma simbologia própria.

Enfatiza-se nesse estudo, a importância da linguagem como código cultural capaz de perpetuar as características de uma cultura através das gerações, ao

descrever oralmente ou através da escrita, a história de luta desse grupo, o significado do estilo das casas, gastronomia, vestimentas, festas e músicas desse povo, além de afirmar a importância da manutenção de suas crenças, valores e ideologias. Para Wagner; Mikesell (2007, p.29)

A língua, como meio essencial da comunicação humana, é obviamente um componente crucial de qualquer cultura. A influência exata da língua sobre a cultura tem sido estimada, mas nunca estabelecida claramente. Seja como for, a língua, por sua vez, é fortemente afetada por outros aspectos de uma cultura. Quaisquer que possam ser estas inter-relações, a linguagem de uma comunidade é uma de suas características distintivas. Uma cultura pode, certamente, abranger ou sobrepor diversos grupos lingüísticos diferentes, desde que seja mantido algum tipo de equivalência entre os sistemas simbólicos coexistentes; da mesma forma, um grupo lingüístico pode ser dividido entre diversas culturas diferentes.

Nesse contexto, considera-se que a linguagem é tanto um código cultural material, quanto imaterial⁸, pois se expressa visualmente através da escrita e, portanto, permanece por mais tempo na cultura de um povo, além de ser invisível através da oralidade, porém, com grande poder de transmissão mesmo que corra o risco de não se perpetuar por muito tempo e dependa muito da valorização cultural desse grupo. Cosgrove (2000, p.39) salienta que

A comunicação é o alicerce da intersubjetividade, ou seja, os valores e crenças compartilhados constituem a imaginação coletiva e definem a cultura não-material. A linguagem é o modo primário da comunicação humana, constituidora da própria individualidade daqueles que a utilizam. Por essa razão, os geógrafos culturais interessados na questão do significado do mundo têm-se dedicado cada vez mais ao papel simbólico da linguagem em nossas relações com o mundo natural, a ponto de alguns deles considerarem as paisagens culturais como textos, construídos de acordo com regras lingüísticas.

Para Mikesell (2000, p. 90) “Na maior parte do mundo, a pesquisa cultural-geográfica traz implícito o conhecimento do isolamento ou da mistura de línguas e dialetos”. Destaca-se, por conseguinte, a importância de se considerar, também, as gírias, os ditos populares, os apelidos e a linguagem expressa pelo corpo como parte característica de uma cultura, evidenciando que esse código cultural se manifesta,

⁸ Para Duncan (2000, p. 90) a linguagem não se manifesta visivelmente nas paisagens.

portanto, de forma espontânea e, também, através da instrução escolar por meio da alfabetização. Mikesell (2000, p.29) salientam que

[...] Exclamações, gestos, expressões faciais etc. também são linguagens; de outro modo, pinturas, emblemas e tudo o que é regularmente reconhecido como “significando algo” também são linguagens. Finalmente, objetos e comportamentos de todos os tipos entram no processo de comunicação. A cultura atribui significado a tudo, desde sons vocais deliberadamente articulados até seres, objetos e lugares.

Quanto aos códigos culturais imateriais, enfatiza-se, de acordo com Claval (1999, p.45), que os mesmos podem ser caracterizados segundo três elementos principais: os valores, as ideologias e as convenções.

Os valores se referem às convicções íntimas e princípios abstratos de conduta, geralmente influenciados pela religião e pela metafísica. As convenções são enraizadas no cerne cultural de um povo, direcionando questões referentes à honra, autoridade e responsabilidade. As ideologias, por sua vez, são estruturas leigas, sem vinculação religiosa e baseadas na razão que norteiam a história e o ordenamento social de um grupo cultural. Com relação ao papel da ideologia no imaginário cultural, Cosgrove (2000, p.48) recorre à Ricoeur, afirmando que

A ideologia oferece mitos e símbolos fundamentais que alicerçam as instituições e as ações coletivas através do ritual. A cultura oficial dos Estados Unidos expressa sua origem histórica na memória da Declaração da Independência de 1776, celebrada nos rituais anuais do dia 4 de julho. E expressa sua origem geográfica através das estrelas de sua bandeira denominada “Old Glory”. [...] As nações, como todos os outros grupos, usam o “imaginário social como memória ideológica de atos fundamentais sagrados [...] para integrar e legitimar a ordem social” (Kearney: 1991, 158). A expressão geográfica de tais atos é de interesse evidente para os geógrafos culturais. [...] Sem a força conservadora da ideologia, as utopias podem se tornar agentes de mudança brutalmente destrutivas, a ponto de apagarem culturas inteiras e suas paisagens.

Assim, a ideologia se mostra conservadora e, ao ser vinculada ao sentimento de superioridade e apego extremo ao lugar, pode gerar manifestações de preconceito e extinção de grupos culturais considerados “estranhos” ou diferentes. Esse foi o caso da busca pela eliminação do povo judeu na Alemanha promovido pelo Nazismo. A ideologia alemã de amor à terra e de superioridade racial, mostrou o lado perverso

desse elemento cultural que, desvinculada da utopia, produziu nacionalismos conservadores marcados pelas lutas étnico-culturais.

A transferência de costumes, hábitos e, também, de modelos de conduta reflete, portanto, uma transformação nos códigos culturais originais de um grupo cultural específico, indicando a evolução do sistema simbólico característico de uma cultura, modificado, portanto, para se adaptar a uma nova realidade.

A importância dos códigos culturais se firma através da possibilidade de um grupo exaltar sua cultura através do compartilhamento dos mesmos símbolos, que os identificarão perante os outros povos através das diferenças culturais. Assim, cada cultura tem seu sistema simbólico específico de representação, porém, essas características não serão eternas, mas irão evoluir no contato com outros grupos e com outras realidades.

1.5 Migração e Aculturação

O processo de migração tem forte relação com as questões históricas que impulsionam o deslocamento de certo grupo cultural, permitindo a difusão dessa cultura em um novo espaço.

A importância dos grupos culturais inseridos nesse novo ambiente se dá via manutenção dos símbolos representativos dessa comunidade. Se tratarmos a respeito do atual processo de migração nos Estados Unidos, veremos que os grupos latino-americanos ou qualquer outro presente no país, não representam grande impacto nas bases culturais estadunidenses ou das antigas culturas já presentes nessa potência econômica mundial. Isso ocorre porque, de acordo com Wagner; Mikesell (2007, p. 43) “Qualquer grupo imigrante nos Estados Unidos representa uma unidade subcultural efêmera e provavelmente única, aliada tanto à América quanto à sua anterior comunidade natal”. Os autores (2007, p. 44) ainda reforçam que

[...] Perde rapidamente o contato com sua comunidade de origem e tende a fossilizar os hábitos da “velha terra” que não são mais praticados na terra natal. Tais unidades culturais menores existem onde quer que uma comunidade

existente preserve seus costumes. Em algumas sociedades, elas sobrevivem por mais tempo que nos Estados Unidos. A história das comunidades judias segregadas nos centros urbanos do Velho Mundo ilustra uma situação muito diferente.

Evidencia-se o importante papel de duas ferramentas fundamentais para a delimitação de um grupo cultural, bem como seu contato e afirmação frente à outros povos – as idéias e as técnicas. Assim, a cultura se utiliza desses dois instrumentos para a difusão de suas particularidades e a perpetuação desses atributos no decorrer do tempo. Com o contato entre as comunidades, existe o acúmulo de símbolos que permitem o crescimento e a difusão das características culturais de um grupo (BRUM NETO, 2007).

Entende-se que caracteres culturais novos de outros grupos, podem ser incorporados aos atributos originais de uma certa comunidade. Existe, portanto, a permanência de antigos padrões que, ligados à outras culturas, gradualmente podem se modificar.

Nesse sentido, Wagner; Mikesell (2007, p. 31) enfatizam que

Os geógrafos culturais também dedicaram muitos esforços aos estudo da origem e dispersão de determinadas características culturais. Outro uso estratégico do raciocínio negativo está aparente. Ao estabelecer a história real ou provável das migrações e difusões, é possível mapear a distribuição de tais características em determinado período e assim, por eliminação, inferir que meios de transformação e desenvolvimento existiam numa época e lugar determinados. Um conhecimento completo da geografia histórica das culturas e das características culturais define e limita mais o comportamento humano potencial que pode explicar transformações geográficas e reduz, ainda mais, a necessidade de reconstruir modelos obscuros de comportamento.

A migração impõe ao grupo fixado no novo ambiente importantes adequações que irão acarretar mudanças nos elementos originais de sua cultura. Nesse sentido, as transformações no hábito surgem da necessidade de superar as dificuldades impostas pelas diferenças físico-materiais e socioculturais desse novo espaço.

Esses problemas encarados nos primeiros tempos de adaptação se refletem como condições naturais para a acomodação dessa cultura, permitindo à mesma, melhor ajuste nesse espaço “diferente”. Enquanto não existe esse “ajuste”, ou seja, a

aculturação não se consolida, verifica-se a pertinência, nos dias de hoje, de questões relativas às migrações, diásporas e às mobilidades espaciais como temas que se encaixam perfeitamente aos tempos de globalização. Mattelart; Neveu (2004, p.188) destacam que essas questões são “[...] ainda o lugar do confronto com novas mitologias sociais. A hidra do “multiculturalismo” é um caso a destacar”.

Muitos grupos fixados em novos locais, recorrem à construção de espaços de fuga que permitem à eles o retorno mental ao país de origem por meio de recursos midiáticos, como a televisão (redes de televisão francesa, italiana, portuguesa, alemã disponíveis via cabo, por exemplo) ou o rádio. Mattelart; Neveu (2004, p. 190) afirmam

O que está em jogo é a exploração de “espaços mentais”, de deslocamentos, de construções de refúgios identitários que oscilam de um universo cultural a outro, os combinam, os compartimentam, todas operações estranhas a uma monocultura da identidade ou de investimentos culturais.

Desse modo, a perspectiva cultural do desenraizamento e da saída do local de origem para um novo espaço, está diretamente ligado à migração, promovendo uma fragmentação dos ambientes de vida – o antigo lugar de moradia (que formou culturalmente um grupo) e o novo espaço de vivência (que exige adaptação às condições populacionais, ecológicas e culturais). Essa leitura sobre os impactos culturais causados pela mobilidade espacial dos grupos, refere-se, assim, à questão do multiculturalismo e Mattelart; Neveu (2004, p.191) destacam

Num trabalho sobre as polêmicas em torno do “multiculturalismo” e os fantasmas de “latinização” cultural dos Estados Unidos, o politólogo James Cohen [2000] sugere de seu lado a parte irracional de uma visão das culturas da migração (*Latinos* nos Estados Unidos) como cavalos de Tróia de uma ameaçadora alteridade cultural.

A aculturação pode ser entendida, portanto, principalmente, quando estudada dentro do contexto da migração, ou seja, da passagem de um país ou região com uma dada cultura para outra com uma cultura diferente. Um dos elementos culturais mais fortes para o desencadeamento do processo de aculturação é a religião. Rosendahl (2007, p.203)

A difusão da fé torna-se particularmente importante para a geografia ao se refletir sobre a ação missionária de expansão das idéias e condicionamentos

simbólicos, algumas vezes resolvida através de trocas dramáticas no processos de aculturação.

Dessa forma, enfatizam-se as transformações no modo de vida dos imigrantes quando entram em contato com uma ou várias culturas diferentes. O contato cotidiano entre diferentes grupos culturais provocam transformações nos elementos iniciais que serviam como referência para uma ou várias culturas. Porém, Wagner; Mikesell⁹ (2007, p. 42) salientam que

Elementos individuais e complexos culturais podem se tornar amplamente distribuídos por meio do contato de pessoas e por aculturação, sem ocorrer qualquer movimento importante de população – considerem-se a difusão de técnicas norte-americanas e européias pelo mundo em décadas recentes ou a introdução de produtos romanos muito além das fronteiras imperiais. Em contraste, ocorreram migrações de grande alcance sem perturbar notavelmente o modelo de áreas culturais; a emigração européia para os Estados Unidos nos últimos cem anos é um exemplo.

Considerando os fatores demográfico, ecológico e étnico-cultural, a aculturação é um conjunto de fenômenos em que cada grupo cultural modifica-se ao entrar em contato com uma ou mais culturas, desconstruindo e, posteriormente, reconstruindo os elementos pertencentes à essa cultura. É a maneira como um sistema cultural evolui, se desestruturando e reestruturando.

Pode-se considerar, baseando-se em Almeida (1975, p.203), que há um “fio condutor” entre migração e aculturação, pois todo movimento migratório implica transformações na relação dos migrantes com o espaço geográfico, repleto de simbologias e “marcas” socioculturais. Almeida (1975, p.203) considera, ainda, que

[...] O fenômeno migratório admite várias perspectivas de aproximação: demógrafos, sociólogos, geógrafos e economistas tendem a recortar este objeto de conhecimento segundo outros tantos “pontos de vista”, perdendo facilmente o sentido da globalidade do fenômeno. Faz-se sentir, assim, a necessidade de uma análise integrada das migrações.

⁹ Os autores afirmam, também a existência de redistribuição em larga escala de populações humanas, denominadas “fronteiras”, sendo o exemplo de fronteiras de *inclusão* ou *assimilação* a colonização árabe e espanhola; e as fronteiras de *exclusão* exemplificadas pela colonização de europeus em áreas ocupadas por povos menos numerosos e tecnicamente inferiores.

Nesse contexto, enfoca-se a importância das migrações e da mobilidade social para o entendimento acerca da cultura na atualidade. Grupos “estranhos” prestes a se fixar num dado local, causam verdadeiro pânico na população que habita esse espaço, denotando aversão ao que é diferente e não promovendo a mescla cultural necessária no processo de aculturação.

Por conseguinte, afirma-se que o estudo integrado da migração e da aculturação refletem o sentido metodológico, ou seja, a centralidade da análise das transformações do espaço promovidas pelos migrantes e, também, o sentido epistemológico, o qual mediante diferentes abordagens científicas, procura uma compreensão global do que é migração e aculturação e quais são seus impactos na organização do espaço.

1.6 A formação da paisagem cultural

A temática da paisagem é resgatada pelos geógrafos ao possibilitar o estudo de sua morfologia a partir dos anos de 1960, ganhando contribuições teóricas de muitos autores, em especial, de Carl O. Sauer. A paisagem, como objeto de interpretação da Geografia, permite a leitura da cultura e da história de um povo através da manifestação dos valores, crenças e demais atributos que os identificam, porém, de acordo com Mikesell (2000, p.91) “A palavra paisagem, mesmo com seus significados múltiplos e ambíguos, não possui um sentido amplo e suficiente para se tornar sinônimo de geografia cultural”.

Com esse propósito, Wagner; Mikesell (2007, p. 36) destacam que

O estudo da paisagem cultural serve, simultânea e inseparavelmente, a diversos fins diferentes. Independente da sua função de descrição sistemática, proporciona uma base para classificação regional, possibilita um *insight* sobre o papel do homem nas transformações geográficas e esclarece certos aspectos da cultura e de comunidades culturais em si mesmas. Busca diferenças na paisagem que possam ser atribuídas a diferenças de conduta humana sob diferentes culturas e procura desvios de condições “naturais” esperadas, causados pelo homem.

A paisagem, ainda intocada pelo homem, é formada, apenas, pelos elementos naturais e passa a receber a “marca” humana quando os grupos sociais desenvolvem técnicas que alteram esse meio natural. Por isso, se faz necessária a integração do

conhecimento físico-biológico ao se desenvolver um estudo atrelado ao processo de transformação da paisagem e a conseqüente repercussão dessas mudanças para os grupos culturais. Leite (1994, p.13) afirma que

A partir do momento em que o homem trocou a atividade nômade por uma atividade localizada, passando de caçador a agricultor e criador, surgiu a primeira ligação estável entre ele e o espaço que o cercava. Essa mudança de atividade, ao mesmo tempo que permitiu o desenvolvimento da produção para a sobrevivência, introduziu uma nova e profundamente importante alteração na relação do homem com a natureza: a possibilidade de transformar o cenário natural em um cenário construído, uma paisagem artificial, na qual as condições de sobrevivência são asseguradas pela repetição ativa dos ciclos observados na natureza. A aquisição de conhecimentos biológicos e a faculdade de organização dos processos bióticos, necessárias ao desenvolvimento das atividades sedentárias, surgem como características dominantes da nova estrutura ambiental.

Claval (2004, p.14) afirma que os diferentes termos referentes à paisagem têm origem do

[...] alemão forja o termo *Landschaft*, e o inglês, *landscape*, para traduzir o novo termo holandês, cujo emprego se impõe com a difusão do novo gênero pictural. O italiano transcreve a idéia de extensão de *pays*, que vem da raiz *land*, criando *paesaggio*, de onde deriva o termo francês. Seu emprego é verificado a partir de 1549.

Nessa perspectiva, o autor enfatiza a possibilidade de a paisagem ser interpretada como uma pintura que retrata uma porção da natureza escolhida pelo observador, evidenciando, nesse sentido, a subjetividade inerente à representação dessa categoria do espaço como expressão fiel da realidade. Leite (1994, p.30) afirma que

Até o século XVII, a distinção entre as artes e as ciências era muito maldefinida. É aceito, de maneira geral, que a fundação da Royal Society, em 1660, constituiu um marco do reconhecimento formal da ciência como um campo do conhecimento diferente das artes. No processo de análise e intervenção na paisagem, porém, essas duas dimensões sempre foram consideradas em conjunto. [...] Embora o conceito de paisagem tenha se difundido especialmente a partir do século XVIII, alimentado pelo espírito romântico ligado ao “mundo natural”, sua percepção sempre teve lugar importante na estruturação do cotidiano das sociedades humanas e no desenvolvimento de sua religiosidade, suas técnicas e sua economia. O contato com a natureza é significativo e simbólico na vida das pessoas e as diversas sociedades constroem, ao longo do tempo, um tipo de relação peculiar e específica com ela. A qualidade, a forma ou a função dessa relação variam no tempo e no espaço, e sua expressão na paisagem construída determina, altera ou influencia as condições de vida humana.

Nessa perspectiva, Claval, (2004,p.15) salienta que

Rapidamente se impôs a maneira de considerar a paisagem como qualquer “parte de *pays* que a natureza apresenta a um observador” (*Petit Robert*). Neste sentido amplo, desaparece a idéia de enquadramento da vista: o observador pode elevar ou abaixar seu olhar, virar sua cabeça, dar alguns passos, contornar um obstáculo. O destaque se transfere da perspectiva e do enquadramento observados para a parte do *pays* do qual se discerne a fisionomia.

Dessa forma, muitas paisagens diferenciadas se formam a partir da existência de culturas com sistemas simbólicos representativos, que imprimem nesse espaço suas características mais peculiares. Assim, a paisagem passa a ganhar significado cultural, ou seja, as paisagens naturais “evoluem” para paisagens culturais. Para Wagner; Mikesell (2007, p. 35)

[...] A associação típica de características geográficas concretas numa região ou em qualquer outra subdivisão espacial da superfície terrestre pode ser descrita como uma “paisagem”. Este termo abrange tanto as características distintas que servem para diferenciar uma região, como as características que não se limitam a uma região determinada mas ocorrem nela. Então, a paisagem cultural refere-se ao conteúdo geográfico de uma determinada área ou a um complexo geográfico de um certo tipo, no qual são manifestas as escolhas feitas e as mudanças realizadas pelos homens enquanto membros de uma comunidade cultural.

Enfatiza-se, nesse sentido, a representatividade do estudo da paisagem para a Geografia desde sua formação como ciência. Considerando que, inicialmente as pesquisas geográficas eram baseadas na observação e descrição, as paisagens, principalmente, as agrárias, eram valorizadas pelos primeiros investigadores desse campo científico. Gandy (2004, p.74) afirma que

A paisagem é um dos temas recorrentes do pensamento geográfico. No século XVIII, geógrafos como Humboldt e Ritter concebiam a paisagem como a interação da natureza (física) e da cultura. Tal concepção revela o aparecimento de uma preocupação com a classificação e o ordenamento da natureza, mas sugere também a consideração sobre a existência de laços materiais entre determinados tipos de sociedades e determinados tipos de paisagens. Nas últimas décadas do século XIX e na primeira metade do século XX, essa associação da paisagem e da cultura foi, em inúmeros casos, radicalmente reexaminada. Isso deu lugar a concepções baseadas em discursos ambientais deterministas, até mesmo reacionários.

A paisagem, como categoria de análise da Geografia, ofereceu vasto espaço para o estudo dos elementos da natureza e da cultura. Wagner; Mikesell (2007, p. 45) enfatizam

O conhecimento dos efeitos da ação humana pode ser de valor prático: beneficia a humanidade saber o que ela faz ao mundo. Para identificar e descrever quaisquer dos processos que ajudaram a criar uma paisagem, especialmente aqueles processos nos quais a interferência humana está envolvida, deve ser conhecida a seqüência de condições antecedentes.

Esse contraste entre paisagem natural e paisagem humanizada foi elemento central de discussão científica na Alemanha, que criou, como já referido anteriormente, o termo "landschaft" para agregar tanto as feições físicas da natureza quanto a ação humana sobre a mesma. Sauer (2007, p. 22) afirma

Nunca se produziu, no entanto, nenhuma tentativa séria de eliminar as atividades do homem do estudo geográfico. Os alemães têm repetido durante muito tempo, uma frase: "a transformação da paisagem natural em paisagem cultural"; expressão que proporciona um programa de trabalho satisfatório no qual o conjunto das formas culturais em uma área merece a mesma atenção que o das formas físicas. Toda a geografia é, com propriedade e segundo este ponto de vista, geografia física, não porque o trabalho humano esteja condicionado pelo meio, mas porque o homem, por si mesmo, é objeto indireto da investigação geográfica, confere expressão física à área com suas moradias, seu lugar de trabalho, mercados, campos e vias de comunicação. A geografia cultural se interessa, portanto, pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão característica.

Na França, Vidal de La Blache, influenciado pelo Possibilismo Geográfico, considerou nos estudos acerca da paisagem o poder de transformação do homem sobre o meio ambiente, porém, reforçou que o mesmo também é influenciado pela natureza. Nesse contexto, surgiu a paisagem natural modificada pela ação humana, ou seja, não houve o rompimento com o viés naturalista no estudo da paisagem, ainda que fosse exaltada a ação humana sobre a mesma. Guelke (1982, p.222)

[...] A paisagem cultural, como um registro da atividade humana sobre a Terra, propicia um guia inestimável para os valores das pessoas que a elaboraram. Esse registro é mais valioso do que questionários ou respostas subjetivas fornecidas porque ele é um registro de ação, não simplesmente de intenção. Ele espelha as prioridades políticas, econômicas e sociais das sociedades que o criou, indo além da retórica política e constitucional. A idéia de Vidal de La Blache, de que uma paisagem é uma medalha inserida na imagem do povo que a criou, ainda atualmente é válida.

Dessa maneira, a Geografia Cultural Francesa, ao passar por uma renovação a partir da década de 1970, considerou a importância dos sentidos e do corpo na interpretação da paisagem. Desse modo, o sentido de maior evidência é a visão ou o olhar do indivíduo. Vale ressaltar que, essa perspectiva de compreensão da paisagem, deixou de ter caráter funcionalista ligado à produção agrícola, ou de estar atrelada às funções dessa categoria do espaço no passado. Claval (2007, p. 160) reforça

Novas perspectivas apareceram no domínio dos estudos sobre a paisagem no final dos anos setenta. A paisagem cessou de ser concebida como um dado objetivo. O enfoque foi, a partir de então, colocado na dialética entre a dimensão objetiva e a dimensão subjetiva do olhar e sobre a relação entre a paisagem como marca da cultura e a paisagem como matriz da cultura. [...] Mas a paisagem é também um gênero de pintura. As questões essenciais que são colocadas nesse domínio são as seguintes: I – Qual é o sentido da paisagem nas sociedades onde ela se tornou um tema da pintura? II- Por que a pintura da paisagem apareceu mais cedo e unicamente nas áreas das civilizações européias (desde o século XV)? III – Qual o equivalente do sentido estético da paisagem nas culturas em que não existe a arte da pintura da paisagem ou a arte dos jardins?

Nos Estados Unidos, Carl Sauer investigou a diversidade das paisagens na Terra como resultado da relação das culturas com o lugar de vivência e com o meio ambiente. O autor também considera a relevância da paisagem natural e da transformação dessa natureza pelo homem, originando a paisagem cultural. Cosgrove; Jackson (2007, p.136) salientam que

A paisagem permanece um terreno fértil para os geógrafos culturais, mas Carl Sauer e seus seguidores da Escola de Berkeley não são mais seus únicos interlocutores. Sauer e seus discípulos, investigando o mundo rural e arcaico, concentravam-se em artefatos físicos específicos (as cabanas de madeira, as cercas dividindo territórios). Apesar de raramente o explicitarem, seus trabalhos baseavam-se no seguinte pressuposto etnológico: áreas geográficas distintas (paisagens) podem ser identificadas e descritas através do mapeamento dos elementos visíveis da cultura material produzida pelos grupos culturais unitários. Inevitavelmente as paisagens eram identificadas como produtos de sociedades estáveis, pré-modernas e predominantemente agrícolas, ameaçadas pelos processos de modernização.

Os estudos de Sauer envolviam, também, as paisagens diversificadas, comparando-as e ressaltando suas diferenças, considerando a evolução histórica das culturas manifestadas nessas paisagens, bem como o tempo e o local onde os grupos expressam suas características culturais.

Com esse propósito, a Geografia, contempla o estudo dos aspectos que compõem a paisagem, desde a determinação e precisão do local onde a mesma se encontra até a explicação de sua configuração, resultado da soma dos elementos naturais e culturais. A paisagem é, então, fruto da natureza e da luta humana para se adequar às dificuldades impostas pelo meio ambiente e pelos outros homens. A cultura se afirma na paisagem ao materializar os símbolos característicos de uma identidade cultural específica. Corrêa; Rosendahl (2004, p.10) enfatizam que

Considerada como um texto, a paisagem é vista desempenhando importante papel na sociedade: por meio dela o sistema social é comunicado, reproduzido, experimentado e explorado. [...] A paisagem é interpretada diferentemente pelos grupos locais e de fora, e evidenciar como essas interpretações foram construídas constitui importante papel para o geógrafo cultural. A retórica da paisagem coloca em questão os processos pelos quais ela, enquanto um texto, é lida, seja pelo impacto objetivo de suas formas, seja por meio de figuras de linguagem nelas impressas. A paisagem tem uma textualidade e uma intertextualidade.

Com a superação da Geografia Clássica, responsável pela valorização da paisagem natural e sua transformação em paisagem cultural, emerge a Nova Geografia e as técnicas quantitativas características dessa Escola Geográfica. Frente ao estudo da paisagem, enfatiza-se que esse período do conhecimento geográfico não representou mudanças expressivas para esse estudo, mantendo a influência da Geografia Tradicional no conceito em questão. Bezzi (1992, p. 14) reforça

No entanto, o uso excessivo de técnicas quantitativas pela Nova Geografia comprometeu o caráter antropocêntrico das pesquisas geográficas e, não foram suficientes para explicar a realidade, bem como não há preocupação com problemas sociais.

A Geografia Crítica atribuiu à noção de paisagem um olhar social característico dessa Escola Geográfica, utilizando as ferramentas teórico-metodológicas do marxismo. Desse modo, o humanismo retorna à Geografia. Enfatiza-se que a Geografia Quantitativa priorizou as ferramentas numéricas e tecnológicas. Nesse sentido, os aspectos cultural, social e individual da paisagem ganham maior atenção nessa fase dos estudos em Geografia. Duncan (2004, p. 121) destaca que esse olhar social instigou os geógrafos culturais a compreenderem

[...] o papel ativo que as paisagens desempenham nos sistemas culturais. Devemos focalizar nossa atenção tanto sobre a significação quanto sobre a retórica da paisagem. Devemos também investigar o papel da textualidade e da intertextualidade no debate sobre discursos e na disputa sobre o significado das paisagens. Esses debates e disputas, que podem se fundamentar em interesses materiais reais, freqüentemente desempenham um papel significativo no processo político.

A vertente crítica do pensamento geográfico considerou a paisagem como fruto dos acontecimentos históricos responsáveis por sua evolução, seguindo os preceitos do método dialético e da compreensão de que as formas influenciadas pela presença de determinada cultura formam essa paisagem, manifestando a relação entre o homem e o meio.

Santos (2002, p. 25) afirma que a paisagem é construída por tudo o que é visível combinado com os movimentos e os sons imersos na mesma. Para o autor, existe a paisagem natural, porém, ela é quase inexistente na atualidade, considerando que grande parte das paisagens apresentam as marcas da ação humana. Wagner; Mikesell (2007, p. 37), concordam com Santos (2002), ao destacarem que

Uma paisagem, sob a influência do homem e da cultura, pode mostrar uma configuração básica muito similar àquela que podia desenvolver somente sob influências naturais: o padrão dominante de colinas e vales, rios e lagos; o clima; o litoral. A linha do horizonte apresenta os mesmos cumes e picos, ou o mesmo horizonte imensamente amplo que existia na eternidade. As chuvas e os ventos, o calor e o frio vêm e vão em suas próprias estações. Entretanto, já nestas principais configurações pode aparecer alguma influência humana: uma encosta escarpada, um entulho de mina, um rio represado, uma atmosfera enfumaçada. Mas a evidência da influência humana é mais surpreendentemente revelada nas características da vegetação. Grandes espaços foram abertos e cultivados na pradaria, floresta ou em área de arbustos. Grande parte da cobertura “selvagem” que resta está danificada ou empobrecida, ou ainda se recuperando da influência humana. Refletindo a maneira de sua alteração e substituição, a cobertura vegetal tende, assim, a apresentar padrões distintos de acordo com específicas comunidades humanas.

Para a verificação da presença de uma determinada cultura, considera-se importante verificar a paisagem urbana do local a ser analisado, pois o espaço urbano possibilita a leitura dessa paisagem. Segundo Corrêa (2007, p. 179-180)

A paisagem constitui “parte do conjunto compartilhado de idéias, memórias e sentimentos que une uma população. (MEINIG, 1979b. p. 164). [...] A paisagem urbana, por outro lado, ao ser um meio de comunicação da identidade social e étnica, torna-se um relevante elemento do processo de

reprodução social, em virtude de ser um repositório de símbolos de classe social e de herança étnica”. Conforme apontam Duncan e Duncan (1984, p. 254). A paisagem residencial está, em realidade, impregnada de sentimentos e simbolismos, como já apontara Firey (1974) em seu estudo sobre a área central de Boston, publicado em 1945. Sentimentos e simbolismos impactam sobre o futuro. Nesse sentido, mais do que identificar tipos ideais de paisagens urbanas, o seu estudo pode revelar a dimensão identitária contida na paisagem urbana e, assim, encaminhar o estudo para um nítido enfoque social e político.

Destaca-se a estreita relação entre paisagem e técnica, ou seja, a formação da paisagem cultural envolve a elaboração e utilização de instrumentos característicos de um grupo que permitem a transformação da paisagem natural em uma paisagem humanizada e, portanto, culturalmente marcada. As ferramentas criadas por meio da elaboração das técnicas servem como uma extensão do homem e, com a larga utilização desses instrumentos, são, também, peças ligadas à natureza. De acordo com Claval (2007, p.161) a Geografia Cultural Francesa, a partir da década de 1980 e início dos anos 90 ressalta que valia a pena

[...] estudar os instrumentos usados pelos seres humanos para aprender as realidades do meio ambiente ou do meio social. No começo dos anos oitenta, esse tipo de pesquisa se desenvolveu rapidamente nas universidades da parte oriental da França, em Grenoble, por exemplo, ou nas universidades da Suíça de língua francesa, em Genève ou Lausanne, por exemplo.

Essas reflexões demonstram como a identidade e outras noções ligadas à cultura, enfatizam que a paisagem não permanece estática, mas se modifica estrutural e funcionalmente com o decorrer do tempo. Santos (1997) reforça tal afirmação quando identifica as formas viúvas da paisagem como aquelas envelhecidas, aguardando uma revitalização, e as formas virgens, configuradas para a realização de novas funções.

Nesse sentido, evidencia-se o caráter mais rico atribuído ao conceito de paisagem pela Geografia Crítica, que valoriza essa categoria de análise do espaço ao abarcar todos os elementos da paisagem e, não apenas, os atributos culturais e naturais. A materialidade e imaterialidade da paisagem tem importância nas pesquisas direcionadas ao olhar crítico da Geografia, entendendo essa categoria como um conjunto único e capaz de expressar todas as marcas da ação humana. Cosgrove; Jackson (2007, p.137) reforçam essa afirmação

Ao se reconstruir os conceitos de paisagem e de cultura com novas referências conceituais, os estudos recentes de geografia cultural enfatizam o caráter de construção cultural sofisticada do próprio conceito de paisagem. [...] o conceito de paisagem é ele próprio, um modo especial de compor, estruturar e dar significado a um mundo externo, cuja história tem que ser entendida em relação à apropriação material da terra. Assim, as qualidades simbólicas da paisagem, que produzem e sustentam seu significado social, tornaram-se objeto de pesquisa, ampliando as fontes disponíveis para a geografia cultural.

O estudo da paisagem enfatiza o caráter humanístico das investigações geográficas, antes, sustentado pela observação e descrição dos caracteres naturais. A relevância de uma paisagem marcada, também, pela imaterialidade, conferiu maior subjetividade ao conceito de paisagem, ou seja, ela é, portanto, o resultado da interação entre a materialidade das formas e o sentimento que desperta nas pessoas que a observam e a vivenciam no cotidiano de suas vidas.

Nessa perspectiva, a Geografia Humanística evidencia a metáfora da paisagem como texto, que, de acordo com Cosgrove; Jackson (2000, p.18) deve “[...] ser lido e interpretado como documento social”, podendo ser compreendida segundo a descrição dos símbolos presentes na mesma. Os primeiros trabalhos inseridos nessa perspectiva de estudo, vinculavam atributos muito superficiais, ligados à estética da paisagem. Outras investigações mais profundas, atreladas à interpretação dessa categoria do espaço, não pertenciam à Ciência Geográfica mas impulsionaram as pesquisas acerca dessa temática. Cosgrove; Jackson (2007, p. 137) afirmam que

O conceito de paisagem como configuração de símbolos e signos leva a metodologias mais interpretativas do que morfológicas. Entre as metodologias interpretativas mais favorecidas estão aquelas da lingüística e da semiótica, associadas ao avanço do pós-guerra. A linha interpretativa dentro da geografia cultural recente desenvolve a metáfora da paisagem como “texto”, a ser lido e interpretado como documento social.

Frente a essa possibilidade de leitura da paisagem como um texto, Mikesell (2000, p. 94) critica, destacando que

O estudo da paisagem também possui um conjunto de problemas não resolvidos. A passagem da descrição morfológica para a interpretação simbólica pode ser considerada um prenúncio de progresso. Todavia, a idéia em voga de que as paisagens podem ser “lidas” como “textos” causa perplexidade. O único limite para a quantidade de leituras plausíveis é o número de leitores potenciais. E qualquer paisagem torna-se um composto “textual” de múltiplas camadas. Mudando da analogia textual para outra, mais

antiga, talvez fosse justo dizer que o estudo da paisagem se inspirou numa variante do princípio cartesiano: *vejo, logo isto existe*. Mas se você não vê o que vejo, como podemos concordar sobre o que “isto” significa?

Assim, o estudo da paisagem pode ser feito através do método iconográfico, que contempla a análise dos símbolos e signos representativos de uma determinada cultura. Cosgrove; Jackson (2000, p. 23) salientam que

As sociedades mais primitivas, com menos comércio, que foram estudadas pela geografia cultural tradicional, tinham códigos simbólicos mais estáveis que os das sociedades contemporâneas. O mundo pós-moderno – marcado pela liberdade de atribuir significados e pela intertextualidade, com a qual invertemos signos e símbolos para reciclá-los em contextos diversos e, dessa forma, transformar sua referência – enfatiza a superfície e, não a profundidade (Youngs, 1985; Daniels e Cosgrove, 1987). Conseqüentemente, poucos são os métodos iconográficos ou de diagnóstico que recorrem à “interpretação em profundidade” para estudar as paisagens contemporâneas.

Nessa linha de raciocínio, Claval (2007, p. 152) aponta que “Iconografia são representações por meio de símbolos, base de todas as suas interpretações do mundo político”. Esse método, mesmo não oferecendo profundidade para a interpretação da paisagem, de acordo com Cosgrove; Jackson (2007, p.139)

A iconografia tem sido aplicada não só no caso mais óbvio de mapas topográficos (HARLEY, 1983), mas também numa coleção de estudos sobre a paisagem, em sentido mais amplo, como *The iconography of Landscape* (COSGROVE e DANIELS, 1987)

Ainda se tratando sobre o estudo da paisagem, Cosgrove; Jackson (2000, p.18), afirmam que

Se a paisagem passa a ser considerada uma imagem cultural, “um meio pictórico de representar ou simbolizar tudo o que circunda o ser humano, então pode ser estudada através de vários meios e superfícies: por intermédio da pintura sobre a tela, da escrita sobre o papel, das imagens gravadas em filme, e mesmo da terra, da pedra, da água e da vegetação sobre o solo” (Daniel e Cosgrove, 1987).

A valorização dos símbolos refere-se, também, à construção de paisagens religiosas, ou seja, aquelas que, através da experiência vinculada à religião, se estruturam e criam formas e funções ligadas à religiosidade de um grupo cultural. Nesse contexto, a Geografia Cultural deve permitir a compreensão da produção dessa paisagem, atrelada à vivência religiosa nesse lugar sagrado e à manifestação

simbólica dessa religião nessa categoria do espaço. Rosendahl (2007, p.214) complementa

Embora lugares sagrados possam resultar de processos de sacralização, as paisagens são criadas por determinados grupos religiosos, no desejo de reproduzir sua própria visão de mundo. Bonnemaïson (1981) nos leva a reconhecer que os símbolos ganham mais força e realce quando se encarnam em lugares religiosos. O espaço é percebido como uma trama geossimbólica¹⁰ de comunicação partilhada por todos. A paisagem é uma estrutura visível, na qual a mensagem que nela se escreve em termos geossimbólicos reflete no peso do sonho, das crenças dos homens e de sua busca de significação.

A paisagem cultural é, constituída, nesse sentido, pelos códigos da cultura que a formou, sendo a expressão da identidade desse grupo por meio de suas formas visíveis e dos seus hábitos, atribuindo significado a essa categoria do espaço.

A representatividade cultural da paisagem não se refere, apenas, aos aspectos materializados, mas à tudo que faz parte dela, sejam os aromas, sons, as pessoas, animais e objetos que “preenchem” essa paisagem de vida, cores e peculiaridades. Essa categoria do espaço exige, não apenas, uma observação superficial, mas uma leitura aguçada do significado das funções que exerce, das formas que apresenta e dos sentimentos que desperta nos indivíduos que vivenciam o cotidiano da mesma.

A cultura torna relevante o sistema simbólico presente na paisagem e, não somente sua função utilitarista, considerando os valores, ideologias e crenças que nortearam e ainda norteiam o grupo cultural formador da mesma. Assim, cada cultura imprime na paisagem e descreve a mesma de acordo com a compreensão que tem do mundo e da vida, ou segundo a forma como seus integrantes se comunicam entre si e com outras culturas. Duncan (2004, p.95) enfatiza

As descrições não são reflexos espelhados; são necessariamente construídas dentro dos limites da linguagem e das estruturas intelectuais daqueles que descrevem. Tal linguagem não é uma série de palavras que tem correspondência exata com a realidade “exterior”. Ela se baseia em discursos que são significados partilhados constituídos socialmente, em ideologias, em

¹⁰ Bonnemaïson (1981, Apud Rosendahl, 2007, p. 215) acrescenta que geossímbolo “pode ser definido como um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade”.

séries de suposições do “senso comum”. As mesmas palavras podem ter diferentes significados em diferentes discursos. As descrições podem ter significado somente em um sentido contextualizado.

Nesse contexto, os homens, movidos por vontades e ideais semelhantes, estruturam, juntamente com outros homens, paisagens semelhantes, porém, são as diferenciações de pequenos detalhes dos instrumentos e outros objetos que eles produzem, bem como, das maneiras como orientam suas condutas no espaço que irão construir as particularidades formadoras de várias culturas. Wagner; Mikesell (2007, p. 39) acrescentam que

Poucas paisagens culturais atuais são inteiramente produtos do trabalho de comunidades contemporâneas. A evolução de uma paisagem é um processo gradual e cumulativo – tem uma história. Os estágios nessa história têm significados para a paisagem atual, assim como para as do passado. Além disso, as paisagens culturais atuais do mundo refletem não apenas as evoluções locais, mas também grande número de influências devido a migrações, difusão, comércio e trocas. Subjacente à maioria das áreas culturais de hoje está uma longa sucessão de diferentes culturas e desenvolvimentos culturais.

Por conseguinte, verifica-se que a paisagem é objeto de estudo de muitas ciências, como jornalistas, historiadores e arquitetos. A Geografia Cultural insere nessa análise, a contribuição dessa categoria do espaço para a dinâmica do processo social. Duncan (2004, p. 90) destaca que

Embora as paisagens tenham sido tradicionalmente reconhecidas como reflexos da cultura dentro da qual foram construídas, ou como uma espécie de indícios produzindo “rastros” de artefatos relacionados a acontecimentos do passado, especialmente de difusão, só raramente elas foram reconhecidas como elementos constituintes na evolução dos processos sociopolíticos de reprodução e transformação cultural. [...] Os geógrafos culturais, que ironicamente pouco se interessaram pela cultura, voltaram sua atenção quase que exclusivamente para os artefatos. Através dos anos, inúmeros artigos em periódicos se dedicaram ao tópico da distribuição regional – e ocasionalmente, da difusão – de artefatos tais como tipos casas, de celeiros, de cercas, ou “conjuntos” de paisagens, dos quais se dizia que revelavam regiões culturais ou focos culturais.

A paisagem cultural deve ser compreendida como a relação entre a evolução de uma cultura no tempo e a transformação que ela provoca na paisagem natural. Essa paisagem cultural se afirmará, desse modo, através das singularidades dos símbolos impressos na mesma, marcando a presença de determinado grupo cultural.

1.7 Da região natural à região como foco de identidade cultural

A Geografia considera a noção de região atrelada à idéia de áreas heterogêneas segundo determinado critério. Derivada do latim *regere*, a palavra região tem significado vinculado à domínio, apoderamento. Brum Neto; Bezzi (2009, p.18) afirmam

[...] Essa categoria de análise reflete a relação sociedade-natureza, uma vez que o uso do espaço e da técnica no decorrer do tempo, apresenta-se de forma desigual, pois as atividades desenvolvidas pelo homem expressam um processo contínuo de transformação segundo os períodos históricos e os estágios técnicos assumidos por determinada sociedade.

Nesse sentido, Leite (1994, p.14) enfatiza que

Embora seja difícil estabelecer com precisão o significado da palavra *região*, é certo que, seja qual for sua definição, está intimamente ligada às formas de produção que vigoram em determinado momento histórico. O processo de diferenciação de áreas, ou regionalização, inicia-se mediante contatos comerciais, migrações e conquistas e assume ritmos distintos, isto é, duração e intensidade variadas. Em determinados momentos, a regionalização se dá com maior rapidez e profundidade, fazendo com que a diferenciação de áreas seja muito notável. Em outros momentos esse processo não ocorre ou é extremamente lento. Uma região é uma área que tem uma categoria histórica. No curso da evolução social, muda com relação aos seus conteúdos e quanto ao grau de diferenciação interna, podendo também alterar-se territorialmente em uma outra medida.

Desse modo, enfatiza-se que, inicialmente, a Ciência Geográfica passou a investigar os aspectos naturais da região, estabelecendo a diferenciação entre região natural e região humana ou geográfica. Dois pensadores da Geografia Moderna tiveram fundamental importância para a consolidação da região como temática geográfica: Alexander Von Humboldt (1769 – 1859) e Carl Ritter (1779 – 1859).

Os dois autores compreendiam a Terra como produto da relação entre os atributos culturais e naturais, permitindo à Ciência Geográfica maior evidência por ser uma vertente particular desse conhecimento que busca, através do estudo da relação homem-natureza, verificar e entender a realidade. Lencioni (1999, p. 94) demonstra que

Ritter e Humboldt, por diferentes caminhos, concebiam a Terra como um todo harmônico com múltiplas relações. Porém, enquanto Humboldt buscava a unidade da natureza por seus aspectos físicos, não fundamentando sua posição numa perspectiva antropocêntrica, Ritter centrava-se na história e na idéia de que o sentido da vida estava em Deus. Uma outra distinção digna de

nota é a de que a ênfase dada nos estudos de Ritter se concentra muito mais no particular do que no geral – ou mais regional do que geral -, enquanto que no de Humboldt, mais no geral ou, em outros termos, mais sistemática. Por isso, é comum a referência a Ritter como fundador da Geografia Regional e a Humboldt, da Geografia Geral. Contudo, isso não significa que Ritter não tenha se voltado a estudos gerais nem que Humboldt, a estudos regionais.

A Geografia Tradicional enfocou essa dicotomia como forma de elencar os aspectos físicos das paisagens formadoras desse espaço regional natural como resultado da interação dos diferentes fatores naturais, seja o clima, vegetação, solo, hidrografia, entre outros, estabelecendo-os como critérios de regionalização. Le Bossé (2004, p. 165) destaca, ainda, que nesse período

[...] a geografia regional era percebida como uma disciplina descritiva e ideográfica que enfatizava regiões ou lugares enquanto indivíduos particulares e discretos, dotados de um caráter único e específico, isto é, de um “espírito” próprio, que um geógrafo artista era o mais capacitado para apreender: um projeto epistemológico contestado, ao menos temporariamente, como sabemos, pela revolução quantitativa e pelos desenvolvimentos da análise espacial.

Deve-se lembrar, portanto, que, com o debate desenvolvido entre os principais autores da Geografia Clássica, muito foi acrescentado para o estudo da região. Haesbaert (1999, p.16-17) reforça que

Devemos relembrar sobretudo nossos clássicos, responsáveis por uma “paternidade” da região em Geografia, especialmente Vidal de La Blache, Carl Sauer e Richard Hartshorne. Estes autores, em distintas perspectivas, enfatizaram a “diferenciação de áreas” como questão fundamental para o trabalho do geógrafo. Mas enquanto La Blache via a região como “algo vivo”, uma “individualidade” ou mesmo uma “personalidade geográfica”, Hartshorne a encarava como um constructo intelectual e que, como tal, poderia variar em sua delimitação de acordo os objetivos do pesquisador. Já Sauer, com um grau de racionalismo que parece ficar a meio caminho entre La Blache e Hartshorne, buscava na Geografia Regional uma “morfologia da paisagem” que não se preocupava apenas com o único, o singular, mas também com a comparação dessas “paisagens individuais”, num sentido corológico pleno, isto é, ordenação de paisagens culturais.

Desse modo, essa fase da Geografia tinha na temática regional, o centro das pesquisas e investigações vinculadas a essa Ciência. Guelke (1982, p.213) aponta que

[...] a ascensão da Nova Geografia, com sua ênfase nas relações espaciais e o uso dos métodos estatísticos, coincidiu com o declínio na importância dos estudos regionais. Atualmente a Geografia Regional, longe de ser considerada o foco essencial da disciplina, é olhada por muitos como um tipo de estudo

subjetivo, largamente descritivo e de importância menor ao avanço desse setor científico.

Considerando que, atualmente, as paisagens naturais são quase inexistentes no Planeta, as classificações das regiões quanto aos fatores naturais estão em desuso, enfatizando que, com a emergência da Geografia Crítica, a região passou a ser fruto das ações humanas sobre a natureza, evoluindo de acordo com as transformações nesse espaço ocasionadas por diferentes elementos, sejam eles, econômicos, culturais, políticos e, mais recentemente, provocados pelo acelerado processo de globalização.

O estudo da região como foco de identificação cultural se refere à essa vertente crítica da Geografia que, dessa forma, compreende essa noção como uma categoria de análise do espaço. Corrêa (2008, p.11) acrescenta

Regiões culturais são áreas habitadas “em qualquer período determinado, por comunidades humanas caracterizadas por culturas específicas” (Wagner e Mikesell, 2000, p. 122), identificadas com base na combinação de traços culturais, materiais e não-materiais que tendem a originar uma paisagem cultural, como evidenciado nos estudos das regiões francesas empreendidos pela Escola Vidalina de geografia. As regiões culturais são áreas apropriadas, vivenciadas e por vezes disputadas. Apresentam diversos geossímbolos, fixos, que, por serem dotados de significados identitários, fortalecem a identidade cultural dos grupos que as habitam (Bonnemaison, 2002). Essas regiões são, via de regra, nomeadas, sendo designadas como diferentes entre si.

Elaborando a noção apontada anteriormente, cita-se Bezzi (2001, p. 55)

Considerando a *identidade cultural* como novo paradigma regional, a região pode ser definida, representada e diferenciada. Assim sendo, a partir do estudo dos costumes e dos hábitos ou das representações que as coletividades fazem de sua existência em um território, é possível superar o entendimento da região como uma simples espacialização ou projeção de fenômenos determinados fora daquele espaço.

A abordagem cultural no estudo da região se consolidou a partir da década de 1970, tendo como principais fontes a Geografia Humanística e a Geografia Cultural. Enfocando a Geografia Cultural, destaca-se que essa tendência geográfica considera o relevante papel das paisagens culturais formadoras dessa região, evidenciando claramente a influência dos pesquisadores alemães, franceses e norte-americanos (oriundos da Escola de Berkeley). Aponta-se a Escola de Berkeley como responsável

pela expressiva contribuição acerca da análise sobre as regiões culturais, bem como, suas caracterizações e verificações.

A base humanística no estudo da região cultural encontrou nos alicerces metodológicos e filosóficos da fenomenologia, o caminho para a ênfase da subjetividade, ou seja, do sentido de pertencimento e da valorização da região como espaço de vivência. A abordagem humanística, introduzida fortemente a partir dos estudos de Sauer, na década de 1960, encontrou nas investigações acerca da percepção, expressiva manifestação da filosofia fenomenológica principalmente na década de 1970. Bezzi (2004, p. 206) afirma que “[...] a Geografia humanístico-cultural procura analisar de que modo os fatores culturais e a percepção interferem nas ações de organização e de elaboração do espaço geográfico e também nos recortes regionais”. De acordo com Lencioni (1999, p.153), é importante enfatizar que

Esse humanismo significou um novo trilhar da Geografia. O espaço, por causa da sua dimensão abstrata, deixou de ser a referência central. A referência passou a ser o espaço vivido, aquele que é construído socialmente a partir da percepção das pessoas. Espaço vivido e, mais do que isso, interpretado pelos indivíduos. Igualmente, espaço vivido como revelador das práticas sociais.

O viés cultural da região considera essa noção como produto da sociedade e das transformações ocorridas no espaço, inserindo um olhar humanístico nos estudos acerca da Geografia Regional. Assim, a ligação entre região e cultura reflete as demandas da Ciência Geográfica de cunho filosófico e metodológico influenciada, portanto, pela dialética e, assim como no caso da presente investigação, pela fenomenologia. Rosendahl (2007, p.205) acrescenta

O conjunto de trabalhos vinculados à perspectiva humanística da geografia focaliza as ligações que as pessoas desenvolvem com lugares sagrados. [...] A área da Salt Lake é marcada por uma homogeneidade interna de inúmeros códigos culturais, que, combinados entre si, favorecem ao geógrafo reconhecer a área em estudo como uma região cultural mórmon. Considera-se como um tipo de área que revela, no plano espiritual e no plano material, uma concentração de representações simbólicas da cultura, vivida de modo coletivo por um determinado número de indivíduos.

Desse modo, a cultura representa a região, sendo esta delimitada de acordo com os critérios estabelecidos pelo sistema simbólico de um grupo cultural específico. A abordagem cultural inserida no contexto regional indica a relação entre homem e meio

nas mais diferentes esferas de estruturação do espaço geográfico. Por isso, ressalta-se Chelotti (2008, p.56) ao evidenciar que o estudo do gênero de vida sempre esteve associado à categoria região. O autor afirma, também que

[...] não há como comparar, por exemplo, o camponês da Campanha Gaúcha, com o camponês do Sertão. Embora os dois sejam camponeses, seu gênero de vida foi organizado de tal forma que possibilitasse esses grupos a se reproduzirem nos seu meio de acordo com as oportunidades oferecidas. Tanto nos elementos materiais, quanto nos imateriais, cada um enveredou para um tipo específico de gênero de vida.

Esse enfoque cultural estabelece critérios baseados na presença de elementos culturais característicos de um grupo como elemento-chave para o recorte de uma região, analisando-a segundo os aspectos humanos e suas inter-relações capazes de produzir e reproduzir o espaço. Corrêa (2008, p.13) recorre à Norton (2000) para enfatizar os três tipos de regiões culturais

[...] regiões formais, funcionais e vernaculares. Os dois primeiros tipos podem também ser referidos à geografia econômica ou urbana. Em relação à geografia cultural, a região formal é definida pela uniformidade de um ou mais traços culturais, como paisagem, língua, religião ou etnicidade. Corresponde à área cultural dos antropólogos e pode apresentar variadas dimensões. A região dos mórmons é um exemplo. Já a região funcional é definida pela conectividade e pode incluir desde o lar até toda a superfície terrestre. Admitimos que as áreas de jurisdição das dioceses católicas sejam um exemplo desse tipo. A região vernacular, por fim, constitui-se em tipo de interesse específico da geografia cultural. Nela, diversos traços culturais são combinados. [...] Corresponde, quando associada a uma pequena dimensão, aos "pays" da cultura francesa. A região dos "cajuns", no delta do Mississipi, é um exemplo de região vernacular. Além desses três tipos de regiões culturais, foram reconhecidas também "ilhas culturais", pequenas áreas étnicas que se distinguem no interior de regiões formais. Exemplifica-se com os menonitas, que tendem a se organizar espacialmente em "ilhas culturais".

Os elementos que configuram a região, sejam humanos ou físicos, oferecem um caráter singular e homogêneo a esse espaço regional que manifesta a expressividade de um grupo. Na concepção de Bezzi (2002, p. 17) uma região cultural é

Um conjunto de relacionamentos culturais entre um grupo e um determinado lugar. A região é uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo, o qual também é um elemento constitutivo da identidade regional. A região sob o enfoque da identidade regional, passa a ser entendida como um produto real, é concreta, existe. Ela é apropriada e vivida por seus habitantes, diferenciando-se das demais, principalmente pela identidade que lhe confere o grupo social.

A identidade cultural, como modelo para a consolidação de regiões moldadas pela cultura e interpretadas como espaços de vivências, permite que os espaços regionais ganhem diferentes interpretações segundo cada observador. Claval (2007, p.158) salienta a importância das reflexões de Frémont para o estudo das regiões e das especificidades culturais das paisagens que as compõem

[...] Para ele, a tarefa de uma descrição incluía a experiência do espaço vivido pelas pessoas da zona estudada. No livro *La région: espace vécu*, publicado em 1976, ele desenvolveu uma nova perspectiva para a geografia regional: em lugar de propor os seus critérios para delimitar as regiões, os geógrafos tinham que partir dos hábitos de mobilidade e das representações mentais das populações locais. Para conhecer a região da Normandia no século XIX, Frémont analisou a novela de Gustave Flaubert, *Madame Bovary*. Ele mapeou os movimentos de Emma Bovary, as suas visitas a Youville ou a Rouen, e identificou, dessa maneira, os lugares centrais desse período; ele analisou as razões pelas quais as pessoas os freqüentavam, a hierarquia das cidades e as imagens de cada um desses lugares.

Por conseguinte, o autor atribui valor aos símbolos e tradições das regiões culturais, promovendo uma discussão acerca da regionalização e da importância de se considerar a percepção que os sujeitos têm do espaço onde vivem como aspectos a serem valorizados no processo de divisão regional. Desse modo, a percepção de uma região cultural envolve, também, atributos psicológicos e pessoais que expressam a forma como o homem enxerga essa base territorial. A subjetividade atrelada ao estudo da região relaciona essa categoria espacial com os lugares através da dimensão do vivido e do percebido, mostrando, não apenas, a influência da fenomenologia, mas, também, do marxismo e do olhar da Geografia Crítica. Lencioni (1999, p. 155) acrescenta que

Armand Frémont, em sua obra *La région, space vécu*, de 1976 – uma clássica canadense da proposta de um estudo geográfico de região sob a perspectiva humanista – considera a região como um espaço vivido. Ele define a Geografia como a ciência que estuda as combinações de fenômenos num quadro espacial e distingue o espaço como objetivo, espaço da vida, espaço social e espaço vivido. O primeiro, relacionado à realidade objetiva. O segundo, espaço da vida, relativo aos lugares freqüentados pelo grupo do qual o indivíduo faz parte. O terceiro, espaço social, referente à relação estabelecida entre os lugares freqüentados pelas pessoas do grupo social. O quarto, espaço vivido, o mais completo, incorpora, além das dimensões dos outros espaços, a dimensão afetiva.

Uma única região cultural pode atribuir várias definições quando examinada por diferentes pessoas. Nesse sentido, Bezzi (2004, p.208 – 209) destaca a classificação elaborada por Frémont (1980). Segundo a autora, Frémont classifica as regiões em três tipos: regiões fluidas, regiões enraizadas e regiões funcionais.

Para Frémont, as regiões fluidas seriam aquelas em que os homens não estabelecem fortes vínculos com os espaços que ocupam, principalmente nos países do Terceiro Mundo. [...] Assim, a fluidez regional é estabelecida entre os homens e os lugares. [...] Já as regiões enraizadas, para o autor, denotam um elo de ligação profundo e vital entre os homens e um espaço que lhes seja próprio. [...] As regiões funcionais apresentam-se relacionadas à sociedade industrial moderna e marcada pela estandardização e funcionalização.

As reflexões de Frémont frente a industrialização da sociedade e as conseqüências que esse processo pode causar na comunicação entre os homens ainda se mantém muito atual por enfatizar alguns questionamentos pulsantes: as regiões deixarão de existir? É pertinente estudar a região nos dias de hoje? Haesbaert (1999, p. 36) reforça

Fica evidente a relevância dos estudos regionais e a necessidade permanente de analisar a produção da diversidade territorial, seja região ou outro nome que dermos para os recortes que ela produz. Porque mais do que avaliar um conceito o que importa é reconhecer a natureza dos novos-velhos processos que constroem o espaço geográfico, neste jogo indissociável entre desigualdade e diferença – a primeira, centro da geografia marxista, a segunda, fundamento de uma geografia pós-moderna e/ou pós-estruturalista.

Para a região cultural, uma importante categoria de análise do espaço, há expressividade por ser, também, uma categoria cultural que valoriza os sistema simbólico de uma coletividade que, ao vivenciar essa porção espacial cotidianamente, apropria-se da mesma, marcando-a com seus signos mais representativos.

Dessa forma, a região deixa de ser uma abstração da mente humana e passa a ganhar materialidade graças aos códigos culturais que marcam a inserção de um grupo numa determinada porção do espaço. A região cultural é visível, é palpável e se manifesta pelos elementos característicos de um povo. Ela é real ao representar a existência de um grupo que organiza esse espaço regional de acordo com os elementos materiais e imateriais de sua cultura.

Por isso, o rompimento entre a Geografia Física, pautada no elemento natural como condicionante para a sobrevivência do homem, e a Geografia Humana, alicerçada na valorização das identidades dos grupos culturais como fator que consolida a região cultural, possibilitou a exaltação dos aspectos relativos às experiências vividas dessas coletividades e, portanto, enriqueceu o estudo da Geografia Regional com a subjetividade e o enfoque para a imaterialidade da cultura. Bezzi (2004, p. 211) reforça

Ocorre então uma ruptura em nível de foco epistemológico, entre o espaço, como um objeto em si, e como um objeto para e nos atores. A região passa a ser, assim, um espaço de referência, conteúdo e contingência que os atores sociais reconhecem como próprios de sua coletividade.

Salienta-se que as experiências vividas numa região cultural fazem com que essa porção espacial ganhe sentido de pertencimento daqueles que a vivenciam cotidianamente ou temporariamente, ressalta-se a contribuição de Yi-Fu Tuan para esse estudo ao reforçar a importância de se conhecer o lugar considerando-o, então, como espaço vivido. A emoção do homem ao visitar esse lugar reflete sua visão de mundo que condicionou e ainda condiciona suas práticas para com o ambiente onde vive. Tuan (1982, p.149) destaca

Qual é o papel da emoção e do pensamento na ligação ao lugar? Considerem o animal como movendo-se ao longo de um caminho, parando de tempo em tempo. O animal pára por uma razão, usualmente para satisfazer uma necessidade biológica importante [...] Nos paramos para atender a exigências biológicas; cada pausa estabelece uma localização como sendo significativa, transformando-a em lugar.

Tuan atribui relevante papel para a Geografia Humanista ao valorizar a percepção humana diante de todos os elementos que configuram o lugar. Tuan (1982, p.146) salienta que

As abordagens científicas para o estudo do homem tendem a minimizar o papel da conscientização e do conhecimento humano. A Geografia Humanística, em contraste, tenta especificamente entender como as atividades humanas e os fenômenos geográficos revelam a qualidade de conscientização humana.

Nesse sentido, nas categorias de análise espaço e lugar são valorizadas as particularidades que conferem identidade às mesmas ao serem exaltados seus

elementos culturais e físicos, capazes de distingui-los. Lencioni (1999, p.153) afirma que

A influência da fenomenologia significou uma crítica persistente à Geografia concebida como uma ciência espacial voltada para a elaboração de técnicas de organização do espaço. Em resumo, uma contramão da Nova Geografia e do seu desdobramento no uso dos modelos matemáticos. Essa crítica se desenvolveu, sobretudo, onde essa Geografia não era proeminente, como na Austrália e no Canadá. Apenas posteriormente, a Geografia de inspiração fenomenológica chegou aos Estados Unidos e à Grã – Bretanha, centros eminentes da Nova Geografia. Em 1974, Yi-Fu Tuan, com seu livro *Topophilia* e E. Relph, com *Place and Placelessness*, de 1976, apontam para aspectos bastante negligenciados na investigação geográfica ao incorporarem os aspectos estéticos e simbólicos, bem como os valores e as intenções, na análise da construção social do lugar.

Enfatiza-se a tendência, nos estudos vinculados à Região Cultural, de se relacionar lugar e região. Agnew (2001, p. 103) reforça que existe um “ [...] renovado interesse atual pela filosofia do lugar e da região e, ainda, do retorno de um enfoque que definem políticas regionais para o desenvolvimento econômico”. O autor destaca a existência de um grande impulso, nos últimos anos, de estudos geográficos que analisam os usos políticos das regiões pelos movimentos sociais baseados em regiões específicas dentro dos estados, onde a questão étnica recebe grande atenção da maioria dos estudiosos. Paasi (2002, p. 80), baseando-se em Gilbert (1988) afirma que a autora

[...] notou a necessidade de conceituar região/lugar já que eles podem ser constituídos por componentes da vida social, das relações e da identidade. Apesar de suas importâncias, os dois são muitas vezes tomados como dados ou subjugados como questões de economia, cultura ou identidade, ou seja, são apenas fenômenos ou processos que ocorrem em determinadas regiões ou locais.

Para Paasi (2002), deve-se considerar também, que os geógrafos nunca teorizaram sobre os problemas relacionados à forma como as regiões/lugares são produzidos e reproduzidos como parte de uma ampla produção social do espaço.

A relação entre região e lugar aflora um questionamento de cunho escalar: como trabalhar uma região ou microrregião na perspectiva do lugar? Como utilizar o método fenomenológico, alicerçado pelas experiências dos indivíduos, em uma área tão extensa? A resposta está em Tuan (1982 apud Bezzi 2004, p. 57) ao enfatizar que a

região pode ser transformada em um lugar, por intermédio de um meio simbólico da arte, da educação ou da política. Castro(1994, p. 159 – 160) salienta

[...] a escala não existe como medida, porque ela não fragmenta, mas, pelo contrário, integra. Ela confere sentido ao real percebido porque informa a realidade que nele existe. Daí a importância de cada território, que, independentemente da nossa visibilidade, contém o real. Os recortes, quaisquer que sejam, serão deliberados, embora o olhar possa ser equivocado.

Para Moore (2008, p. 221), o estudo do conceito de região

Exige a compreensão e valorização da questão escalar pois as configurações escalares são manifestações da agregação do conjunto socioespacial mais básico, delimitadoras do processo de ordenamento relacional. Assim, é a escala que contribuirá para a conformação de uma dada região a partir da coesão de um grupo social no espaço.

Ainda acerca da questão escalar e sua importância para o estudo da região, especificamente, da região cultural, salienta-se a contribuição de Paasi (2004, p. 542)

[...] a escala deve ser continuamente conceituada no contexto da busca de uma definição essencialista onipotente. Geógrafos que analisam as relações estruturais da economia, as redes, a interação, a governação, a política de escala, a territorialidade, a experiência espacial/representações, identidades/lealdades ou socializações espaciais, é muito provável que conceituem escala em termos diferentes dependendo do contexto de pesquisa e das relações de poder inerentes. Se as escalas – como formas de prática social/discurso – são o resultado das relações de poder e lutas, este também será o caso com conceituações de escala (e da região/lugar/identidade). Estas categorias podem, assim, produzir práticas e discursos não só na formação acadêmica, mas, também, ir mais além.

Pode-se afirmar então que no âmbito de estudo direcionado à relação região e lugar tem desafiado os limites disciplinares existentes entre geografia regional e cultural (e também econômica e política). Esse é realmente um momento contextualmente fascinante para os geógrafos refletirem sobre as relações sociais, as estruturas institucionais, ideologias, símbolos, subjetividade/identidade se reúnem em discursos e práticas através das quais ambas as regiões/lugares e narrativas sobre eles nascem, existem e desaparecem. Resta saber se esse campo complexo de ferramentas conceituais e metodológicas permitirá aos geógrafos o desenvolvimento de uma agenda mais coerente para uma “Nova Geografia Regional”.

Assim, o estudo da região cultural tem na noção de regionalismo o enfoque para a questão da identidade cultural e, na idéia de região como a base territorial que sustenta os acontecimentos de cunho político e atrelados ao trabalho da sociedade. Nesse contexto, a interação entre o homem e a natureza produz mudanças nas relações coletivas e, por conseguinte, evidencia novos vínculos humanos no espaço de vivência.

Salienta-se que existe, também, uma diferenciação quanto a ideia de regionalismo e regionalização, sendo o primeiro um reflexo da vivência da cultura, baseado na identidade cultural como caminho norteador para a compreensão das expectativas de um grupo. Já a regionalização espelha uma relação menos forte entre os componentes de um grupo que, por isso, são menos autônomos e mais inclinados a se submeterem às decisões políticas vindas de gestores desinteressados pelas particularidades culturais e do cotidiano do grupo formador desse espaço regional (HAESBAERT, 2010).

Para Haesbaert (2010) regionalização é a região enquanto processo, em constante rearticulação. O autor também se refere à idéia de regionalidade como a propriedade de ser regional. Essas duas noções são interpretadas a partir da grande diferenciação cultural e da desigualdade social produzida, mesmo num mundo tido como globalizado e, portanto, pretensamente mais homogêneo. Castro (1994, p. 161–162) afirma

A preocupação com a região, enquanto problema de investigação, e com o regionalismo, enquanto um dos conteúdos possíveis da primeira, deriva das suas possibilidades explicativas dos processos de transformação do espaço e dos atores mais destacados das mudanças. Na realidade, a identidade sócio-espacial, o espaço do cotidiano, o espaço da participação, da mobilização e da decisão política, o espaço da administração pública e outros mais definem novas questões para investigação e estabelecem o desafio metodológico da escala dos fenômenos que dão sentido ao território regional. Afinal, é possível admitir “regionalidade” como uma quarta “identidade ambígua”, além das três propostas por Wallerstein: nação, raça, classe.

Concordando com essas reflexões, Haesbaert (2010, p. 8) diz que regionalidade

[...] estaria ligada, de forma, genérica, à propriedade ou qualidade de “ser” regional. Mas “ser”, aqui, não no sentido ontológico de um “fato” regional bem

definido e auto-evidente. A regionalidade envolveria a criação concomitante da “realidade” e das representações regionais, sem que elas possam ser dissociadas ou que uma se coloque, a priori, sob o comando da outra – o imaginário e a construção simbólica moldando o vivido regional e a vivência e produção concretas da região, por sua vez, alimentando suas configurações simbólicas.

Acerca da noção de regionalização Haesbaert (1999, p.17) salienta que “ [...] regionalização é um processo amplo, instrumento de análise para o geógrafo em sua busca dos recortes mais coerentes que dêem conta das diferenciações no espaço”.

A região, ligada ao viés cultural, é delimitada pela expressão da identidade de um povo frente à uma porção espacial específica e, nesse sentido, apresenta a manifestação das especificidades culturais de um grupo que conferem à essa base espacial uma afirmação dos alicerces culturais que a constituem e a destacam perante outros espaços regionais.

Nessa perspectiva, a noção de regionalismo vem ao encontro com o estudo cultural ao apontar sua interpretação como movimento coletivo de expressão política atrelado à questão identitária com a finalidade de defender questões específicas ligadas ao território desse grupo. Entende-se, nesse contexto, que a região, como alicerce territorial do regionalismo, se afirma como a interação entre homem e natureza com o sistema simbólico que expressa determinada cultura.

Os símbolos culturais são muito importantes, pois demonstram as características originais de um povo, sejam os hábitos, os caracteres físicos, as gírias e entonações no modo de falar, entre outros atributos culturais. Relacionando esses elementos com o regionalismo, pode-se enfatizar que os mesmos são utilizados como ferramentas políticas para a tomada de poder local promovido pelo conteúdo discursivo de valorização e proteção da região e de suas características tradicionais.

Por conseguinte, verifica-se a emergência da questão territorial relacionada ao regionalismo. O território passa a ser, então, o elemento central da evolução histórica, escondendo a importância das relações sociais e valorizando as problemáticas atreladas ao território. Bezzi (2004, p. 220), baseia-se em Castro (1992) ao afirmar que

[...] há uma superposição no território de escalas de poder, ou seja, existem as regiões de identidade territorial e existe a região delimitada pela administração política do território. Essa impõe a percepção de uma nova escala regional, que pode incluir distintas “regiões de vivência” ou subdividir espacialmente o território.

Nessa perspectiva, a vinculação sentimental dos objetos, a representatividade dos conceitos e do sistema simbólico importa muito para a compreensão do que é uma região de vivência, ou seja, aquela que evidencia a criação da identidade da região cultural, sendo interpretada como espaço de vivência.

Dessa forma, tanto a região de vivência quanto a região político-administrativa enfatizam as experiências e estruturam-se de acordo com o vínculo existente entre as mesmas. Enfoca-se que a região, como expressão cultural, manifesta esses atributos por meio da identidade cultural. Chelotti (2008, p.56) destaca

Torna-se evidente, então, a introdução de questões políticas e culturais na análise regional, associando-se as representações e imagens moldadas sobre a região. A cultura produz identidades e, essas são mutáveis, flexíveis e transformam-se conforme a época. Portanto a perspectiva cultural incorporou na análise regional a dimensão subjetiva.

A cultura é, portanto, um fenômeno partilhado pelo grupo e se manifesta no espaço territorial ocupado pelo mesmo atuando como agente organizador da sociedade que, através da identidade cultural, se reconhece e é identificada pelos outros grupos.

Os estudos regionais atrelados a identidade cultural como norteador da dinâmica da região, afirma que a questão identitária valoriza a regionalização e o regionalismo como elementos vinculados à essa categoria de análise do espaço.

Pelo viés da identidade cultural, compreende-se a delimitação do que é semelhante e diferente em relação às características de uma cultura. Nessa perspectiva, a manifestação do sujeito frente à uma coletividade e ao local onde vive, possibilita a formação de um processo de transformação do espaço segundo sua evolução histórica. De acordo com Bezzi (2002, p. 12)

A região seria, então, definida pela identidade de um determinado grupo social com uma determinada porção do território. Entretanto, as peculiaridades do grupo social e a singularidade do lugar são os elementos que fornecem a

identidade regional, fazendo com que as porções regionais do território sejam diferenciadas e configurem-se como regiões

É possível dizer, então, que existe uma identidade regional, fruto da representação cultural e da dinâmica do espaço, expressiva por manifestar o sistema simbólico de um grupo social aliado às particularidades políticas, econômicas e de configuração espacial. Essa região pode, quando a idéia de Nação unificada não estiver tão presente, apresentar autonomia de decisões direcionadas às questões relativas aos interesses desse espaço regional.

Com esse propósito a região cultural se apóia nas paisagens que imprimem a forma como os povos se organizam e expressam suas particularidades culturais nesse espaço. A região cultural é, assim, a expressão singular e original da interação entre o código de uma cultura específica e suas transformações no decorrer do tempo.

Nesse contexto os códigos culturais são importantes elementos de diferenciação e recorte regional, servindo como critérios centrais para a afirmação dessa região cultural. Considera-se, portanto, que o aspecto central desse espaço regional é a cultura e, por isso, não existe a necessidade de se considerar as escalas e nem os limites político-administrativos da mesma (BEZZI, 2004).

Uma região termina e outra começa quando se evidenciam as diferenças entre os códigos e, portanto, há a manifestação de duas culturas divergentes, capazes de configurar dois espaços regionais distintos de acordo com o critério cultural.

A fronteira, manifesta essa vertente crítica a qual o estudo da região cultural está inserido, enfatizando a importância dos fluxos sociais e culturais que integram e fixam elementos que não representam uma homogeneidade cultural, ou seja, são aspectos únicos que não refletem o sistema simbólico do grupo cultural predominante. Segundo Le Bossé (2004, p.174)

O estudo de Anssi Paasi sobre a fronteira finlandesa-russa na Carélia ilustra de modo exemplar o processo sócio-histórico concreto no qual se definiu literalmente a identidade territorial e nacional da Finlândia contemporânea. O autor trata fronteiras e territórios como fenômenos sociais portadores e reveladores de uma consciência socioespacial.

Segundo Claval (1999, p. 98) “O grupo define a si mesmo por contraste e por exclusão: nós não temos outra possibilidade de dizer *nós* a não ser pelo fato de formarmos uma coletividade que se opõe à massa dos outros”.

Desse modo, a produção do espaço regional é compreendida segundo a identidade cultural dessa região, fundamental para a coesão de um povo e para seu desenvolvimento através do tempo. Um grupo cultural insere na região onde vive, o conjunto de hábitos, valores, crenças e expectativas que irão caracterizá-lo e ao, mesmo tempo, conformar esse espaço. Portanto, o critério cultural atribuí ao espaço regional grande subjetividade, pois evidencia a relação topofílica, de vínculo e pertencimento entre um grupo cultural específico e essa base espacial. Le Bossé (2004, p.174) salienta que

O sentido de identidade regional, de acordo com Paasi, é medido no decorrer do processo sócio-histórico de construção identitária empreendido pelas instituições. Se a região – nome que devemos compreender aqui em seu sentido essencialmente político e lembrando que a palavra deriva de uma raiz latina que significa “reger” ou “administrar” – desenvolve uma identidade própria, ela o faz à medida que existem instituições regionais que constituem sua moldura e sua base. A institucionalização não apenas sugere a existência, como também chama a atenção e facilita o reconhecimento de uma região e de seus símbolos (por exemplo, seu nome ou sua forma física), estabelecendo ainda as condições territoriais e institucionais reais, práticas e estáveis que permitirão que as identidades regionais se produzam e reproduzam ao longo do tempo e em circunstâncias sócio-históricas mutáveis.

Nesse contexto, salienta-se o poder de atração turística atrelado à região cultural, pois não é vivenciada, apenas, pelos que habitam a mesma, mas, também, por aqueles que visitam e percebem a riqueza de determinada cultura manifestada nas paisagens que compõem esse espaço regional. Haesbaert (1999, p. 17) destaca

Ao lado dessa “nova geografia regional” no âmbito acadêmico devemos lembrar também a proliferação do que podemos denominar “geografias regionais populares”, num interesse revigorado pelas singularidades que marcam o espaço geográfico, como bem o demonstra a crescente difusão de revistas e vídeos como os da *National Geographic*, que acaba de lançar sua revista em língua francesa. Mas sem dúvida uma das áreas que mais tem estimulado a diversidade territorial, através da valorização e/ou da re-criação da diferença (quando não do exótico) é o turismo, um dos setores mais dinâmicos da economia contemporânea.

A região cultural não permanece estática, e sim, se reconstrói segundo as transformações que sofre pela inserção de novas culturas e, portanto, novos sistemas simbólicos que caracterizam esses grupos. Assim, a região cultural serve como base espacial de manifestação do processo de ocupação e colonização de determinado local, apresentando os diferentes recortes espaciais que, juntos, imprimem as características compartilhadas e passam a formar um espaço unido, onde os povos se identificam e se afirmam. Wagner; Mikesell (2007, p. 28) destacam que

Quando as pessoas parecem pensar e agir similarmente, elas o fazem porque vivem, trabalham e conversam juntas, aprendem com os mesmos companheiros e mestres, tagarelam sobre os mesmos acontecimentos, questões e personalidades, observam ao seu redor, atribuem o mesmo significado aos objetos feitos pelo homem, participam dos mesmos rituais e recordam o mesmo passado. Inversamente, grandes diferenças em pontos de vista e atividades geralmente refletem a ausência de símbolos e língua comuns. Assim, a cultura também está assentada numa base geográfica, pois é provável que só ocorra comunicação regular e compartilhada entre pessoas que ocupam uma área comum.

Portanto, a região cultural é dinâmica e sua demarcação não pode ser extremamente engessada, pois esse espaço regional sofre as transformações complexas promovidas pela evolução das sociedades no tempo, delimitando progressivamente essa base espacial. Para Corrêa; Rosendahl (2000, p. 14) “As regiões culturais estão sendo refeitas pelos contatos interculturais e a partir de profundas transformações socioculturais”.

O estudo acerca da Geografia Regional no contexto atual, não pode deixar de estar vinculado ao avançado processo de globalização da atualidade, pois a região cultural ratifica as características identitárias que possibilitam a valorização do sistema simbólico, recorrendo ao passado do grupo que constituiu esse espaço regional na busca pela preservação das características originais da cultura desse povo. Bezzi (2002, p.25) salienta que “[...] a tendência à padronização do espaço altera as relações estabelecidas entre homem e natureza, mas não significa a sua homogeneização total, e sim, sua diferenciação em partes”. Nesse contexto, Lencioni (1999, p.192) destaca

Aqueles que vêem o fim da região argumentam que o seu desaparecimento deve-se à anulação das diferenciações regionais decorrentes da expansão do capital hegemônico em todo o planeta.[...] Regiões com formas e conteúdos

em constante mudança, diríamos ainda, mudanças bastante voláteis. O fato de as formas e os conteúdos terem movimentos acelerados não significa o desaparecimento da região. Atualmente, segundo expressão de Milton Santos, as regiões têm uma menor duração de seu edifício regional, ao mesmo tempo que são mais complexas em comparação às construções regionais de antigamente.

Desse modo, as investigações vinculadas à região cultural, nos dias de hoje, são cada vez mais pertinentes para a ciência geográfica pois a relação entre cultura e natureza ainda se mantém viva, ao passo que, a globalização diminui o papel intervencionista do Estado e supervaloriza a economia como único elemento de valor na sociedade. Haesbaert (1999, p. 31) salienta

Se antes a região podia ser vista de forma contínua, como unidade espacial não fragmentada, hoje o caráter altamente seletivo e muitas vezes “pontual” da globalização faz com que tenhamos um mosaico tão fragmentado de unidades espaciais que ou a região muda de escala (focalizada muito mais sobre o nível local, onde ainda parece dotada de continuidade) ou se dissolve entre áreas descontínuas e redes globalmente articuladas.

O recorte regional segundo o critério cultural se configura como importante afirmação contra a padronização da cultura, ou seja, como estratégia para a valorização das diferenças entre os povos em um espaço, mediado pela identidade. Bezzi (2004, p.217) salienta

Estudar uma região pela vertente cultural é então manipular um código de representações e significações de determinado grupo social. Assim, os signos projetados no espaço por um grupo traçam os limites e as distâncias entre esse grupo e os outros. Formam-se então espaços de referências, que são apropriados, mas que não têm qualquer obrigatoriedade de contigüidade espacial.

Portanto, a região cultural valoriza as particularidades que caracterizam um povo na busca por maior originalidade do espaço recortando-o de acordo com os aspectos advindos da cultura e manifestados pelos códigos culturais. Assim, fazer parte de uma cultura e vê-la manifestada em um espaço regional específico, é verificar a presença de uma identidade alicerçada nas características peculiares do espaço no qual a mesma está inserida.

2 METODOLOGIA

Esse capítulo aborda as características da Fenomenologia e sua importância para os estudos referentes à região cultural, bem como as etapas atreladas aos procedimentos técnicos da presente investigação que levaram à obtenção dos resultados da pesquisa.

2.1 O Método

Essa pesquisa, centrada na abordagem cultural do estudo da região, utiliza a fenomenologia como método científico. A fenomenologia, enfatizada nos estudos humanístico-culturais da Geografia a partir da década de 1960 e, mais fortemente, na década de 1970, a qual apresenta como alicerce filosófico os preceitos de Edmund Husserl (1859 – 1938). Nesse sentido, Bello (2006, p.13) destaca

Uma dificuldade para estudar a fenomenologia de Edmundo Husserl é que ele nunca chegou a escrever uma obra apresentando todo o seu percurso investigativo. A cada obra sublinha certo aspecto do percurso integral, num caminho analítico, partindo de um esquema geral. Passo a passo, ele vai chegando a uma consciência completa das diversas vivências, e continuamente se pergunta: “Qual é o significado do ato que estou operando?”, e ao mesmo tempo: Qual é a formação que permite tais atos?

A Fenomenologia teve início na Alemanha no final do século XIX e na primeira metade do século XX. A denominação dessa escola filosófica é resultado da união da palavra grega “fenômeno”, que significa, de acordo com Bello (2006, p.14), “aquilo que se mostra” com a palavra, também grega, logos que quer dizer “capacidade de refletir”. Desse modo, a autora (p. 14) define fenomenologia como uma “[...] reflexão sobre um fenômeno ou sobre aquilo que se mostra”. Lencioni (1999, p. 149) complementa

A fenomenologia foi concebida por Edmund Husserl (1859 – 1918) e se constitui numa corrente filosófica que considera os objetos como fenômenos, os quais devem ser analisados como aparecem na consciência. A fenomenologia prioriza a percepção e entende que qualquer idéia prévia que se tem sobre a natureza dos objetos deve ser abolida. Afirma que toda a disciplina deve questionar a essência que funda o objeto de sua investigação científica.

Nesse contexto, afirma-se que tudo o que se revela a nós, são fenômenos que necessitam ser, antes de tudo, compreendidos segundo seu caráter físico, religioso e, mais direcionado à esse trabalho, seu aspecto cultural. A fenomenologia, como caminho a ser percorrido para a compreensão do sentido das coisas, exige que, primeiramente, o sujeito entenda o sentido das coisas a partir das experiências cotidianas e, em seguida, busque compreender como é esse indivíduo que busca tal sentido.

Enfatiza-se que a primeira etapa referente à abordagem fenomenológica centra-se na compreensão do sentido das coisas como uma possibilidade do homem, mesmo que elas não sejam imediatamente compreensíveis, mas que evidenciem os sentidos dos fatos que ocorrem. Já a segunda fase se refere à interpretação do sujeito, refletindo sobre quem ele é, ou que somos nós. Bello, (2006,p. 28) exemplifica a segunda etapa

Toco a caneta, a mesa etc. Enquanto toco, há o ato de tocar, estou tocando, estou vivendo a experiência de tocar. Há uma coisa que é tocada. Enquanto existente, onde está? Fora. Mas enquanto coisa tocada, onde está? Dentro. Enquanto tocada ela se torna minha. [...] A percepção é uma porta, uma forma de ingresso, uma passagem para entrar no sujeito, ou seja, para compreender como é que o ser humano é feito.

Dessa forma, a percepção está atrelada à essa escola filosófica ao considerar a importância de se ter consciência de algo e, inclusive, de ter consciência de realizar os atos mais simples, como tocar determinado objeto. Assim, as vivências envolvem justamente as experiências conscientes e, as mesmas se relacionam diretamente com os cinco sentidos humanos, principalmente o tato e a visão. Lencioni (1999, p.150) complementa que

Em virtude da consciência se constituir a partir das experiências vividas, a fenomenologia chama atenção para o fato de que é pelo vivido que o indivíduo se põe em contato com o mundo dos objetos exteriores. Por isso, com a compreensão racional do vivido, com sua dimensão subjetiva, distante do mundo objetivo e abstrato da ciência, é que se alcança a essência dos objetos tal como eles se apresentam na consciência. Portanto, é através do percebido, e não do concebido; ou seja, não por idéias prévias, por idéias pré-concebidas ou por conceitos que o homem se põe em contato com os objetos exteriores. A consideração da percepção advinda das experiências vividas é, assim, considerada etapa metodológica importante e fundamental.

Bello (2006) salienta, ainda , que o sujeito vivencia experiências conscientes ligadas às sensações, à psique e ao espírito e, portanto, são diversas qualitativamente, considerando um indivíduo normalmente desenvolvido. Bello (2006, p.45) destaca que a consciência

É como um ponto de convergência das operações humanas, que nos permite dizer o que estamos dizendo ou fazer o que fazemos como seres humanos. Somos conscientes de que temos a realidade corpórea, a atividade psíquica e uma atividade espiritual e temos consciência de que registramos os atos. Ou dito de outro modo, se um ato é psíquico, corpóreo ou espiritual, de qualquer modo, nós o registramos em nossa consciência. [...] Todos têm e operam com a percepção, a recordação, a imaginação, a fantasia e a capacidade de refletir... Nem todos ativam esses atos em um dado momento , porém potencialmente, todos eles estão em cada um dos seres humanos. Sabemos que isso acontece aos poucos pois alguns deles desenvolvem-se na infância, como a atenção e a visão, e outros, especialmente os atos de caráter espiritual, requerem um desenvolvimento já estabelecido previamente, além de apresentar características diversas a cada idade.

A Fenomenologia se consolidou, inicialmente, como abordagem filosófica da psicologia com a Escola Comportamental que considerava, basicamente, a experiência e a consciência e deixava em segundo plano, as idéias pré-estabelecidas. Lencioni (1999, p. 151) afirma que

Na Geografia, a influência da fenomenologia se fez presente, em 1964, no trabalho de Julian Wolpert que, ao discutir a migração, incorporou em sua análise, a dimensão subjetiva dos indivíduos estudados para compreender os motivos que os fizeram migrar. Até então na Geografia, a única interrogação em termos comportamentais dizia respeito a como o homem era condicionado pelo meio; por isso, a incorporação da subjetividade desses sujeitos na análise geográfica pode ser considerada inovadora.

A ciência geográfica, alicerçada no estudo da relação homem X natureza, passou a analisar o comportamento humano frente ao seu ambiente de vivência como forma de perceber essa natureza e a paisagem modificada e construída pelo homem. O viés psicológico também influenciou os estudos fenomenológicos da Geografia, enfatizando pesquisas vinculadas à interpretação dos espaços do medo, por exemplo. Lencioni (1999, p. 151) destaca que

Esta vertente da Geografia passou a ser referida como Geografia da percepção e do comportamento, desdobrando-se em Geografia humanista, voltada mais para a análise da literatura, dos significados e dos símbolos. Assim, sob a influência da fenomenologia, mais do que a **do existencialismo** e a do idealismo, a Geografia colocou em cena elementos negados pelo

positivismo, criticando arduamente a depreciação do vivido em função do concebido.

A fenomenologia trata, desse modo, da percepção que, Bello (2006, p. 47) define como “[...] ato que se dirige a um objeto físico, concreto, que está diante de mim”. Os autores que se inserem nessa escola filosófica, afirmam, ainda, a existência de uma ciência da cultura que, ligada ao espírito, elabora a cultura e exalta a relação entre os grupos sociais. Portanto, o cerne da cultura para a Fenomenologia se encontra na esfera espiritual.

Destaca-se como autor importante para o estudo da Geografia fenomenológica, Eric Dardel, escritor da obra *L’homme et La terre – nature réalité géographique*. Este importante pensador, influenciou autores como Edward Relph, Yi Fu Tuan e Leonard Guelke. Este livro tinha como ideia central, de acordo com Holzer (2001, p. 108-109)

Os geógrafos deveriam se dedicar ao estudo das atitudes humanas duráveis, da realidade circundante e cotidiana, antes de se preocuparem com a delimitação de períodos cronológicos. Essas atitudes duráveis resultariam em uma “concepção global do mundo”, que tem sentido não se consideramos a Terra como um “dado bruto”, mas sim se tratamos a relação homem/Terra como uma interpretação, um “horizonte de mundo”, uma “base” a partir da qual a consciência parte.

Pode-se dizer então que a maneira como um grupo se organiza e forma sua cultura se relaciona com a fenomenologia ao ser valorizada a dimensão interpessoal, ou seja, a ligação entre o comportamento de determinado indivíduo e que interação ele promove com os outros sujeitos. Assim, a perspectiva cultural tem maior relação com a noção de comunidade do que a de sociedade, pois a primeira, pelo viés fenomenológico, consolida vínculos através do contato cotidiano, e a segunda envolve as pessoas de acordo com uma mesma finalidade, mas não estabelece ligações profundas entre elas.

A Fenomenologia analisa a vivência e os atos vinculados ao mundo dos homens e ao interior do sujeito, valorizando, também a natureza e a crença em um deus, a partir do momento em que as experiências nos provam que não temos capacidade de realizar tudo o que desejamos, ou seja, temos nossas limitações. Por isso, a dimensão

espiritual se relaciona com aquilo que apresenta explicação racional ou que está atrelado ao cérebro humano.

Nessa perspectiva, a questão da existência humana é colocada em evidência e, desse modo, aponta discussões de cunho teórico que justificam melhor a presença do homem. Bello (2006, p. 94 – 95) enfatiza que

Todas as coisas existem; eu existo, os outros existem, as comunidades existem, porém Husserl não trabalha sobre o plano da existência, mas do sentido, do significado das coisas que existem. Heidegger, que é discípulo de Husserl, muda esta visão, interessando-se pelo fenômeno da existência humana ao qual denomina *Daisein*. Assim, Heidegger introduz o tema existência. Seguindo essa última perspectiva, o fenômeno da corporeidade¹¹ é analisado por Merleau-Ponty, que tinha lido todos os artigos de Husserl sobre a corporeidade, e por Sartre que escreve o seu primeiro texto sobre o imaginário.

A escola filosófica da Fenomenologia está alicerçada na consciência que, atrelada à experiência, se relaciona também com religião. A consciência religiosa encaminha o homem para a reflexão baseada na razão e, dessa forma, valoriza, ainda, a subjetividade humana. Frente à questão da subjetividade, Lencioni (1999, p.150) aponta

A fenomenologia, é importante observar, tem recebido várias acepções que podem dar margem a leituras subjetivistas. Porém, da maneira que foi concebida por Husserl, não há espaço para essas leituras. O objetivo, perseguido por Husserl, foi fundar uma nova base racional para a ciência, buscando captar a essência das coisas por meio da compreensão que nega o subjetivismo e o relativismo, afirmando o mundo vivido como possibilidade de viver a experiência sensível e de simultaneamente poder pensá-la de forma racional.

Nesse contexto, a ciência geográfica passou a considerar a região cultural como base espacial carregada de significados para aqueles que a vivenciam permanente ou temporariamente, ou seja, é o espaço vivido desses grupos. Assim, a abordagem cultural inserida no estudo da região considera as experiências de vida dos povos que habitam esse espaço regional e, por isso, tem estreita relação com a fenomenologia de Husserl. Bezzi (2004, p. 206) destaca

¹¹ A autora define corporeidade como o vínculo humano com o mundo da natureza.

Para Husserl, a idéia fundamental da fenomenologia é a noção de intencionalidade. Essa intencionalidade é a da consciência, que sempre está dirigida a um objeto e tende a reconhecer o princípio de que não existe objeto sem sujeito e vice-versa. Assim, não é possível nenhum tipo de conhecimento se o entendimento não se sente atraído por algo concreto, ou seja, por um objeto. [...] Dessa maneira, a intencionalidade, característica da vivência, determina que a vivência seja consciência de algo.

Interpretando a região cultural pela fenomenologia caracterizada por Husserl, afirma-se que a realidade desse espaço regional é uma união de tudo o que pode ser observado e que demonstre as características representativas da cultura que compõem o mesmo. A região cultural apresentará diferentes diagnósticos de sua realidade, pois cada um irá refletir a visão de um observador e de tudo que o constitui como pessoa, sejam seus valores, crenças ou ideais, etc. A esse respeito Lencioni (1999, p. 154) afirma que

Considerando os objetos como fenômenos e como estes aparecem na consciência, o enfoque regional passou a desenvolver novos temas. A discussão sobre o modo do espaço ser percebido e sobre os significados e valores modelados pela cultura e estrutura social atribuídos a este espaço passaram a ser analisados com o objetivo de compreender o sentimento que os homens têm por pertencer a uma determinada região. Assim, procurou-se apreender os laços afetivos que criam uma identidade regional. A identidade dos homens com a região se tornou, então, um problema central na Geografia Regional de inspiração fenomenológica. A partir dessa perspectiva, os estudos regionais passaram a conceber o homem com seus valores culturais e sociais, procurando superar o reducionismo de muitas análises que o consideram, acima de tudo, um ser econômico ou um dado de uma matriz. A Geografia passou então a se interessar por textos não diretamente relacionados à produção geográfica científica.

A realidade de uma região cultural não será apresentada de forma homogênea, mas sim, fruto da história de vida, da visão de mundo e, antes de tudo, da intuição do observador. Portanto, não se pode estudar a inserção e representatividade de uma cultura em um determinado espaço regional, sem focar a visão dos sujeitos pertencentes à mesma e a maneira como eles interpretam os objetos formadores das paisagens dessa região.

Existe, dessa maneira, uma relação próxima entre sujeito (representantes de um grupo cultural) e objeto (sistema simbólico de uma cultura que configura as paisagens dessa região cultural). O estudo acerca da região cultural sob a filosofia e método fenomenológico não pode ser feita sem a ligação entre esses dois elementos.

Por isso, esse método orienta investigações que consideram as experiências humanas e as percepções frente a essas práticas como diagnóstico da realidade que será, então, fruto da subjetividade, pois evidencia a história de vida do observador e sua racionalidade cultural.

A partir desse entendimento, compreende-se que a ciência geográfica se apropriou desse método e o relacionou aos estudos culturais, entre eles, à região cultural, para apreender a interpretação do sistema simbólico como caminho para a análise dos fatos que permitiram a fixação e evolução de uma cultura nessa porção regional. Nesse sentido, a valorização dos signos culturais representativos de um povo permitiu a aproximação da Geografia com a semiologia, evidenciando a heterogeneidade de grupos que não apresentam as características da cultura mais representativa de uma região.

Desse modo, a fenomenologia não servirá, apenas, para o estudo do que é semelhante em uma região cultural, mas para o que destoa e atribui outra realidade para essa porção regional, dotada de diferenças no que se refere à formação cultural. Assim, a região ganhará uma conotação de igualdade, ao passo que ela afirma a representatividade de um grupo cultural e, ao mesmo tempo, de diferença por expressar a existência de um outro grupo que, ao manifestar seu sistema simbólico característico, insinua que é desigual frente ao povo que caracteriza esse espaço regional.

A região cultural se utiliza do método fenomenológico ao permitir a observação seletiva dos aspectos culturais dessa base espacial, valorizando os elementos de maior representatividade para o observador e garantindo diferentes interpretações que dependem das experiências e dos valores da pessoa que examina atentamente essa região. Nesse contexto, essa noção não exige uma racionalidade interpretativa, e sim, uma análise orientada pela cultura e pela subjetividade do examinador que, ao encontrar outros indivíduos com compreensões semelhantes sobre essa porção do espaço, exalta a coerência desse diagnóstico.

Por conseguinte, diz-se ser pertinente o método fenomenológico ao se afirmar a necessidade de valorização da região cultural como uma porção do espaço formada a partir das experiências de vida do grupo cultural formador dessa base espacial que manifesta a conduta, comportamento e as sensações desses indivíduos frente aos lugares que compõem essa região.

A abordagem humanístico-cultural, alicerçada metodologicamente pela fenomenologia, refere-se, portanto, à produção da região cultural como uma soma de aspectos imateriais (como valores, crenças e ideais) característicos de um grupo que irão se refletir materialmente na paisagem pelo conjunto de códigos culturais visíveis.

Salienta-se que a utilização desse método permite a compreensão da região, em especial, da região cultural, como fruto dos acontecimentos históricos e da cultura que levam aos grupos a valorização dos sentimentos ligados à vivência cotidiana nessa base territorial. Assim, a região cultural é uma construção subjetiva de uma comunidade e, também, se consolida materialmente através dos códigos culturais materiais e imateriais fornecendo aos recortes espaciais singularidades.

2.2 Metodologia do Trabalho

Para se trabalhar esta investigação na perspectiva fenomenológica, utilizou-se uma variabilidade de fontes e instrumentos técnicos, como a observação participante, entrevistas qualitativas, contato com secretários de cultura das 14 prefeituras municipais, entrevistas com pesquisadores locais e com antigos moradores, visitas à museus e centros culturais, captura de fotografias, registro das histórias de vida, das experiências pessoais e das descrições dos espaços de vivências dos entrevistados e a ligação das mesmas com a presença da matriz cultural lusa na MRG 011, assim como análise das atitudes e diálogos do público pesquisado.

Destaca-se, que esta investigação foi realizada em etapas, sendo que, inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica referente aos principais conceitos que alicerçaram a investigação e estão relacionados à Geografia, Antropologia e Sociologia. Nesse sentido, as principais noções abordadas, foram a de cultura, identidade cultural,

região e paisagem cultural. Além dessas bibliografias, buscou-se o embasamento teórico em obras históricas e folclóricas referente a cultura portuguesa e sua inserção no Rio Grande do Sul e, especificamente, na Microrregião Geográfica de Cruz Alta. Assim, aspectos essenciais da cultura, dos costumes e tradições dessa etnia puderam ser apontados.

A segunda etapa esteve ligada à coleta de informações em fontes secundárias, através dos dados estatísticos fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Fundação de Economia e Estatística (FEE). Paralelamente realizou-se uma pesquisa referente aos aspectos históricos dos 14 municípios que compõem a Microrregião Geográfica de Cruz Alta, obtidos também na página oficial do IBGE, disponível via web.

A terceira fase baseou-se na realização do trabalho de campo (entrevistas), com a verificação *in loco* da problemática em estudo. Nessa etapa, foram realizadas visitas aos municípios da MRG de Cruz Alta na seguinte ordem: Espumoso, Alto Alegre, Campos Borges, Salto do Jacuí, Jacuizinho, Boa Vista do Incra, Ibirubá, Quinze de Novembro, Fortaleza dos Valos, Jóia, Boa Vista do Cadeado, Cruz Alta, Santa Bárbara do Sul e Saldanha Marinho. Enfatiza-se que o trabalho de campo compreendeu todo o mês de fevereiro de 2011.

Para a obtenção das informações relevantes nas entrevistas, estruturou-se dois instrumentos de pesquisa (questionários). O primeiro questionário esteve direcionado aos secretários de cultura das 14 unidades territoriais que integram a MRG 011 (ANEXO A). O segundo, destinava-se aos antigos moradores destes municípios, indicados pelos referidos secretários de cultura (ANEXO B).

No que diz respeito aos informantes qualificados, inicialmente, foram realizadas entrevistas com cada secretário de cultura dos 14 Municípios, porém, alguns não estavam disponíveis e, por isso, a pesquisa também se mostrou disposta a apreender as informações de secretários de turismo, educação (que em alguns municípios, coordenavam também as Secretarias de Cultura) e, também, coordenadores pedagógicos, pois os mesmos tinham expressivo conhecimento acerca dos aspectos

culturais dos municípios onde trabalhavam, pois o ensino dos grupos responsáveis pelo povoamento dessas localidades, faz parte do programa curricular das escolas.

No questionário direcionado a estes informantes qualificados, as questões de 1 a 11 referem-se às características iniciais do povoamento luso na MRG 011, como o número de imigrantes fixados, as principais dificuldades enfrentadas, o que os atraiu até o recorte regional em questão, as atividades econômicas exercidas nos primeiros tempos inserção. As questões 12 a 16 indagam sobre a noção de identidade cultural lusa na Microrregião Geográfica de Cruz Alta, ressaltando a valorização, manifestação e transformação da cultura lusa no recorte regional em estudo. O destaque para a contribuição lusa (luso-brasileira e açoriana) na formação da cultura gaúcha através da incorporação de códigos culturais representativos desta etnia aos elementos culturais sul-rio-grandenses fazem referência às questões 17 a 22.

Posteriormente, foram entrevistados os informantes indicados pelos secretários de cultura/educação/turismo ou coordenadores pedagógicos dos municípios, geralmente, moradores antigos ou pesquisadores da história do povoamento dessas unidades territoriais. Enfatiza-se que, de acordo com indicação dos informantes qualificados, também foram visitados centros culturais e museus que estavam abertos para o público, enfatizando que, em alguns municípios, esses locais não podiam ser visitados por falta de funcionários, ou por estarem em período de férias.

Este segundo grupo de informantes respondeu outras informações relevantes para a pesquisa e estavam representados pelos antigos moradores indicados pelos secretários de cultura das unidades territoriais que compõem a MRG 011. As questões de 1 a 7 indagam sobre o tempo de vivência do antigo morador no município, se apresenta origem lusa (luso/brasileira e/ou açoriana), os hábitos desta etnia que vivencia ou que algum conhecido possua. Considerou-se, também, o conhecimento do morador quanto à manifestação da cultura lusa na paisagem municipal e em alguns elementos culturais gaúchos os quais são enfatizados nas questões 8 e 9. A questão 10 refere-se aos códigos culturais da etnia portuguesa que o morador acredita ter maior

expressividade no município onde mora. Destaca-se que todas as informações colocadas pelos entrevistados foram anotadas para posterior análise.

Salienta-se que, paralelamente às entrevistas, foram capturadas fotografias que demonstram a materialização da matriz cultural lusa na Microrregião Geográfica de Cruz Alta. Entre elas, destacam-se os cemitérios, residências, igrejas, entre outras, que serão demonstradas e comentadas no capítulo 5.

A quarta etapa esteve centrada na análise e interpretação dos resultados obtidos pela investigação, a qual levou à confecção de um folder sobre a matriz cultural lusa no município de Cruz Alta, divulgado na Secretaria de Cultura do município. Por fim, o presente estudo pretende subsidiar novas pesquisas que levem à valorização da cultura local, considerando as culturas invisíveis e/ou substituídas, mas que deixaram “marcas” na paisagem local.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES TERRITORIAIS QUE INTEGRAM A MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CRUZ ALTA/RS

Esse capítulo se refere ao detalhamento das características mais importantes da Microrregião Geográfica de Cruz Alta com a finalidade de situar o recorte regional em estudo e, também, introduzir brevemente a pesquisa referente à presença portuguesa, açoriana e luso-brasileira no Rio Grande do Sul como forma de apresentar as bases para as descobertas relativas às características comuns deste grupo cultural, as quais consolidam a matriz cultural lusa na MRG em questão, estudo central dessa investigação.

3.1 Caracterização e organização socioeconômica da Microrregião Geográfica de Cruz Alta

A organização dos municípios que compõem a Microrregião Geográfica de Cruz Alta tem início em 1809¹², quando o Rio Grande do Sul se desmembrou oficialmente em quatro territórios municipais: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. Esse período remonta a fase em que o atual Estado ainda era uma Capitania e, com o decorrer do tempo, novas divisões municipais se fizeram, fazendo com que o Rio Grande do Sul tivesse mudanças galopantes em sua configuração territorial. Dessa forma, a constituição política e administrativa do Estado mudou e ainda sofre modificações condicionadas por diferentes interesses.

As unidades territoriais que pertencem à Microrregião Geográfica de Cruz Alta ilustram bem o que é a metade norte do Rio Grande do Sul: são todos pequenos (em comparação com os da metade sul do Estado), com grande densidade demográfica que dinamizam a economia gaúcha graças à produção de soja (entre outras culturas) direcionadas para a exportação.(MAPA 1).

¹² Esse desmembramento, ocorrido no dia 7 de outubro de 1809, se deu através de um Provisão Real que formalizou a criação dos 4 municípios já referidos.

Nesse sentido, a MRG 011, até ser o que é atualmente, passou por diversas transformações territoriais. Tentando simplificar esse desmembramento e tendo como base o conteúdo disponibilizado pela página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), considera-se que, inicialmente, o município de Rio Pardo compreendia grande parcela da atual região Noroeste do Rio Grande do Sul e, inclusive, os atuais 14 Municípios da MRG de Cruz Alta.

Em 11 de março de 1833, segundo Provisão Real, o território de Rio Pardo diminui com a criação do município de Cruz Alta e, em seguida, no ano de 1875 o território cruzaltense torna-se menor com a emancipação de Soledade¹³. No ano de 1954 (em 15 de Dezembro), se desmembra e se emancipa de Cruz Alta o município de Ibirubá e, no dia 21 de Janeiro de 1959, Santa Bárbara do Sul também se torna um município desvinculado de Cruz Alta. Enfatiza-se que o município de Quinze de Novembro será emancipado de Ibirubá em 8 de Dezembro de 1987 (Lei nº 8454) e que Saldanha Marinho consolida-se como território desmembrado de Santa Bárbara do Sul em 9 de Maio de 1988 (Lei nº 8593).

Dando seguimento ao estudo do desmembramento do território cruzaltense, salienta-se que o município de Tupanciretã, mesmo não pertencendo à atual MRG 011, se emancipou de Cruz Alta no ano de 1928 e posteriormente, deu origem ao município que compõe a MRG 011, denominado Jóia, em 15 de Maio de 1982 (Lei nº 7656).

Outros municípios que compõem a Microrregião Geográfica de Cruz Alta são Espumoso, que se emancipou de Soledade em 18 de Dezembro de 1954 (Lei nº 2554) e Campos Borges que se desmembrou de Espumoso em 13 de Abril de 1988 (Lei nº 8563). Alto Alegre, Jacuizinho e Salto do Jacuí também se emanciparam de Espumoso, respectivamente, em 2 de Dezembro de 1987 (Lei nº 8428), 16 de Abril de 1996 (Lei nº 10757) e 12 Maio de 1982 (Lei nº 7657).

¹³ Soledade não compõe a Microrregião Geográfica de Cruz Alta, mas seu território deu origem à municípios que pertencem à referida Microrregião

Diretamente do município de Cruz Alta se emanciparam os municípios de Boa Vista do Cadeado em 16 de Abril de 1996 (Lei nº 10739) e Fortaleza dos Valos em 3 de Maio de 1982 (Lei nº 7648). O município de Boa Vista do Incra se emancipou de Cruz Alta no dia 16 de abril de 1996, pela Lei nº 10740.

No que diz respeito à localização da Microrregião Geográfica em questão, de acordo com IBGE (2011), a mesma encontra-se enquadrada entre as coordenadas geográficas 52° 42' 46" a 54° 23' 19" de longitude oeste e de 28° 10' 00" a 29° 10' 00" de latitude sul. Assim, a referida microrregião está localizada no interior do estado do Rio Grande do Sul na Zona Fisiográfica do Planalto Médio, marcada por coxilhas, colinas de vertentes suaves de perfil alongado e ligadas por uma depressão. Essa configuração de relevo favoreceu a introdução de maquinários agrícolas nessa Microrregião Geográfica, possibilitando o sucesso da produção de soja e outros cultivos nessa porção territorial.

De acordo com o SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ ALTA (2011), grande parte da região deste Município se encontra no Planalto Meridional e, portanto, apresenta origem geomorfológica ligada ao vulcanismo que abrange expressiva parcela da Bacia do Paraná graças à abertura do Oceano Atlântico. Nesse sentido, esses derrames vulcânicos são intercalados pelo Arenito Botucatu, que formou rochas ácidas e solos arenosos com afloramento de rochas. A porção basáltica deu origem à solos mais férteis, ou seja, mais argilosos, profundos, de cor avermelhada e com relevo plano.

A MRG de Cruz Alta apresenta, ainda, uma hidrografia composta pelos rios Ingaí, Itapevi, Ivaí, Pinheirinho e, o mais expressivo de todos, o rio Jacuí. Este último rio proporciona para a Microrregião Geográfica em questão, importância no que se refere à produção de energia elétrica graças à Barragem do Passo Real, em Salto do Jacuí, que permitiu a construção das Usinas Hidrelétricas Jacuí e Passo Real, responsável pelo abastecimento de vasta porção da região Noroeste do Rio Grande do Sul.

Quanto ao clima dessa unidade regional, evidencia-se a predominância de dias quentes no verão, com temperaturas médias (do mês mais quente) superiores à 22° C e

inferiores à 18° C nos dias frios, apresentando temperaturas abaixo de zero no Inverno. Salienta-se que o volume de chuvas é bem distribuído durante todo o ano, com volume que varia de 1600 a 1700 mm.

A Microrregião Geográfica em questão, favorecida pelas condições naturais acima apontadas, apresenta expressividade quanto à produção agrícola, principalmente, a produção de soja, milho e trigo. São, portanto, culturas que movimentam a economia desses 14 municípios, formados por uma vegetação de pequeno porte que, antes da chegada dos imigrantes alemães e italianos, abrigava a pecuária bovina e ovina graças a essa vegetação formada por ervas, subarbustos, campos, capões e matas galerias (nos vales e nas proximidades dos rios).

Portanto, de acordo com o IBGE (2009), é possível considerar que Cruz Alta e seu entorno se destacam como os maiores produtores de soja da região, com 177.223 toneladas de grãos produzidos que, somado à produção dos outros 13 Municípios, representa uma das Microrregiões Geográficas mais expressivas quanto à produção desta cultura, vindo, em seguida, a plantação de milho que, em Cruz Alta, chega a 48.231 toneladas de grãos produzidos, sendo Santa Bárbara do Sul um dos maiores produtores desta área, com 52.800 toneladas de grãos produzidos.

Assim sendo, a MRG 011 foi favorecida pelas condições geomorfológicas que possibilitaram o desenvolvimento da agricultura e, com menor expressão, porém, também relevante, a pecuária. Só em Cruz Alta, essa atividade conta com 23.580 cabeças de bovinos e 7.200 cabeças de ovinos (IBGE, 2009).

Quanto ao número de indústrias, a Microrregião em questão não se mostra tão expressiva, destacando-se Cruz Alta e sua representatividade de 114.566 reais de Produto Interno Bruto ligado a essa atividade, segundo dados do IBGE (2008). O Município recebeu recentemente uma unidade de beneficiamento de laticínios da Cooperativa Central Gaúcha de Leite Ltda (CCGL) por ser considerada como centro logístico da produção de leite do Estado.

A Microrregião Geográfica de Cruz Alta recebeu contingente populacional de várias etnias, tendo, atualmente (IBGE 2010), uma população de aproximadamente 144.407 pessoas, onde a maior população se encontra no município de Cruz Alta, com 62.825 moradores seguida por Ibirubá, com 19.312 habitantes.

Por conseguinte, atribui-se relevante contribuição da Microrregião Geográfica para a Região Noroeste do Rio Grande do Sul, pois esta porção regional apresenta inúmeras atividades turísticas e econômicas¹⁴.

Portanto, a pertinência do estudo da Microrregião Geográfica de Cruz Alta se consolida ao evidenciar sua contribuição econômica e, no caso da presente pesquisa, o papel cultural que essa porção regional apresenta e, por isso, se afirma juntamente com outras Microrregiões Geográficas do Rio Grande do Sul, como potencial turístico e de valorização histórica dos 14 Municípios que a compõe.

3.2 O pioneirismo do grupo cultural luso na Microrregião Geográfica de Cruz Alta

As considerações relativas ao histórico das 14 unidades territoriais que integram a Microrregião Geográfica de Cruz Alta procuram demonstrar, a título de contextualização, que este recorte regional foi originado pelo desmembramento do grande território cruzaltense do início do século XIX. Desse modo, as características de povoamento dos atuais municípios são semelhantes e se confundem com as características culturais cruzaltenses, entre elas, do pioneirismo da inserção da cultura lusa, mediante as imigrações portuguesa, açoriana e fixação luso-brasileira.

Destaca-se, nesse sentido, que frente à abordagem fenomenológica desta pesquisa, a qual enfoca uma discussão subjetiva e desconectada com as “amarras”

¹⁴ Mais recentemente, a MRG 011 se organizou em um projeto de cunho turístico que visa desenvolver, entre outros, os 14 Municípios que compõem essa Microrregião Geográfica, denominado de Consórcio Rota das Terras.

positivistas, foi necessária a manutenção do rigor na referência de algumas datas, acontecimentos e nomes para a estruturação deste histórico, pois, mesmo não sendo o objetivo central de análise, o mesmo se consolida como um aporte teórico auxiliar para a compreensão da conformação atual da MRG 011.

Tornando evidente a história dos 14 municípios que formam a MRG 011, enfatiza-se, primeiramente, o município de Cruz Alta que, assim como os demais 13 territórios municipais, tem um breve apanhado histórico apontado na página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Ver referências bibliográficas), disponibilizado via web o qual serve, juntamente com outras referências, como base teórica para os apontamentos enfatizados a seguir.

3.2.1 Cruz Alta

Os primeiros passos da história de Cruz Alta também sinalizam a história dos 13 municípios que atualmente compõem a MRG 011 pois, como já apontado os mesmos se emanciparam direta ou indiretamente¹⁵ de Cruz Alta.

De acordo com o histórico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as primeiras evidências que “marcam” a inserção da matriz cultural lusa remontam o ano de 1637, com a chegada dos bandeirantes, liderados por Francisco Bueno, chegaram com a finalidade de expulsar todos os jesuítas que estavam fixados a leste do rio Uruguai. Assim, a redução de Santa Tereza foi tomada, obrigando os jesuítas a se retirarem desse local, deixando para traz, marcas expressivas do período em que viveram nessa redução. A cruz de madeira em frente à Capela do Menino Jesus, à duas léguas de distância da atual Cidade, é um dos vestígios que remontam a passagem dos representantes da Companhia de Jesus e que deu origem ao nome do Município.

¹⁵ Cita-se como exemplo o município de Campos Borges, que se emancipou de Espumoso em 13/4/1988, enfatizando que Espumoso pertencia até 18/12/1954 a Soledade e que este último município pertencia a Cruz Alta até o ano de 1875.

No grande território que era Cruz Alta nos anos de 1800, já estavam fixadas algumas famílias de sobrenome português que, na realidade, eram tropeiros vindos de outras regiões do Brasil. Um exemplo a ser enfatizado, é a presença de João de Barros, natural do Paraná, que se fixou em Cruz Alta por razões ligadas à negócios organizando o vilarejo a fim de se proteger dos índios que viviam nas proximidades.

Foi marcante, também, a contribuição do imigrante açoriano em território cruzaltense e as semelhanças entre esta etnia e a cultura portuguesa foram fortes o suficiente para que a distinção entre os mesmos seja um tanto difícil de ser feita, principalmente, diante dos escassos documentos que remontam o período de fixação dos referidos grupos culturais em Cruz Alta.

Destaca-se, também, que no ano de 1810, muitos tropeiros e suas famílias se dirigiram até essa localidade primitiva por terem recebido terras do Comandante Geral das Missões. Uma importante figura, responsável, em 1821, pelo primeiro traçado de Cruz Alta, foi Vidal José do Pilar que, em 18 de agosto do mesmo ano, viu o povoado ser fundado e, em 1824, ser a Capela de Cruz Alta promovida a capela curada tendo Antônio Pompeu Pais de Campos como padre.

Nesse contexto, afirma-se a importância do luso-brasileiro e do açoriano para o povoamento e a difusão das singularidades culturais portuguesas no atual município de Cruz Alta.

3.2.2 Alto Alegre

A história do município de Alto Alegre, assim como os demais municípios da Microrregião Geográfica de Cruz Alta, está condicionada aos acontecimentos históricos de outros territórios municipais, pois, como já destacado, Alto Alegre só se emancipou em 2/12/1987 (Lei nº 8428). Em 19/9/1892 esse Município ainda era um distrito de Soledade e tinha a denominação de Depósito permanecendo assim até 1937.

A localidade de Faxinal, nas proximidades do Rio Jacuí, remonta os primeiros momentos que marcam a inserção do grupo cultural luso, o qual contribuiu para a

formação do território alto-alegrense, em meados de 1900. Fazendeiros de sobrenomes Morais e Pereira se dedicavam à pecuária em um período marcado pela predominância de matas virgens e pastagens naturais. Ressalta-se que este período remonta a expressividade da pecuária nesta unidade territorial, destacando que, com a chegada dos imigrantes alemães e italianos, a agricultura passou a ser a atividade de maior expressão em Alto Alegre.

3.2.3 Boa Vista do Cadeado

A ocupação de Boa Vista do Cadeado tem início em 1876, com a chegada da família de origem lusitana Silva, formada por Raimundo Silva e Cândida Prates Silva que, ao adquirirem terras da fazenda de outra integrante da matriz cultural lusa, Maria Tereza Barbosa de Jesus, o casal se fixou na localidade, a qual ganhou esse nome graças ao grande cadeado utilizado por Maria Tereza para fechar a porteira da propriedade. Salieta-se que a fazenda foi vendida para a família Silva depois da morte de seu dono e esposo de Maria, Manuel Moreira de Barros que, em 1822, participou da fundação de Cruz Alta.

Destaca-se, assim, que a Fazenda do Cadeado se tornou referência de localização para os primeiros colonizadores da localidade de Dr. Pestana e Ijuí nos anos de 1870. Era, portanto, passagem obrigatória da região que, por isso, passou a ser chamada de Serra do Cadeado. João Raimundo Silva e Cândida Prates Silva vieram de São Gabriel e permaneceram muitos anos na área do atual município, ajudando a desenvolver o povoado que se fixou perto da propriedade, em cima de uma colina que, do alto, permitia a contemplação de uma abrangente porção de terras, com uma bela paisagem e, por isso, ficou conhecido como Boa Vista.

No ano de 1948, os primeiros a ocuparem a área, João Amaro e João Raimundo morreram nas respectivas localidades de Boa Vista e Cadeado sem conseguirem construir uma escola para a população da área, que já era conhecida por todos da região como Boa Vista do Cadeado desde 1920.

Por conseguinte, em 1957, Iracema Lopes da Silva, auxiliada pelo genro Rosber Brandão, constrói a primeira escola estadual na zona rural da localidade, denominada “Escola Estadual Dr. João Raimundo”.

O território de Boa Vista do Cadeado se destaca como área de terras primitivas do Brasil Imperial e o Distrito mais antigo das missões sendo palco de lutas entre portugueses e espanhóis na disputa pelo continente e, portanto, representa a vitória política na evolução histórica da expansão territorial de Portugal. Como fez parte dos conflitos entre portugueses e espanhóis antes mesmo do período colonial, serviu como base territorial para as frentes expansionistas e missões religiosas.

Assim sendo, Boa Vista do Cadeado sempre teve grande importância para população que habitava essa região. Para os indígenas, era um divisor de águas importante, para os espanhóis e portugueses local de disputas e referência para a assinatura de Tratados como o de Madri e Santo Ildefonso. A vitória portuguesa no movimento de dominação de terras gaúchas fez com que Boa Vista do Cadeado tivesse a presença pioneira desse grupo étnico, não esquecendo que os indígenas da tribo guarani já habitavam a área há mais tempo e que, em tempos mais recentes, recebeu população de origem alemã e italiana oriundas de outras cidades gaúchas.

3.2.4 Boa Vista do Incra

O pioneirismo português relatado pelo IBGE no histórico de Boa Vista do Incra começa no ano de 1839, período em que essa área foi de domínio do Coronel de origem lusa, José Lopes da Silva, dono da Fazenda Boa Vista. Enfatiza-se que essa localidade pertencia ao território cruzaltense que tinha sido criado cinco anos antes e, por isso, seus acontecimentos mais marcantes caminham lado a lado com os de Cruz Alta, até o ano de 1969.

No final da década de 1960 a Fazenda Boa Vista foi dividida e destinada para o reassentamento de algumas famílias que perderam suas propriedades com a construção da Barragem Passo Real. Esses grupos eram formados por pequenos

agricultores, muitos de origem alemã e italiana, vindos de Espumoso, Cruz Alta, Ibirubá, Selbach que viviam às margens dos Rios Jacuí, Jacuí Mirim e Ingaí.

3.2.5 Campos Borges

Os acontecimentos históricos que levaram a formação do atual município de Campos Borges são mais evidentes a partir da década de 1930, existindo poucos relatos no histórico do IBGE sobre as ocorrências que remontam um período anterior, talvez, pela pouca preservação de sua história mais antiga.

Campos Borges era conhecido como o “Rincão dos Toledos” e recebeu a atual nomenclatura devido à importância de um Major de provável origem lusa com o mesmo nome que foi prefeito de Soledade (município que não faz parte da MRG 011, mas pertenceu à Cruz Alta até 1875). Nessa perspectiva, a sede da localidade foi criada em 14 de maio de 1936, pelo referido Major a pedido de uma importante figura do local, um senhor chamado Constante Pierezan, porém, a inauguração dessa localidade não ocorreu no dia planejado devido ao mau tempo. O nome de Constante Pierezan, entre outros importantes autoridades de Campos Borges, indica que o atual município, além de ter tido a fixação de povoadores pertencentes à cultura lusa, também recebeu imigrantes de origem alemã e, como Pierezan, de origem italiana.

3.2.6 Espumoso

A história de Espumoso está enraizada à história de outros municípios e, portanto, sua evolução inicia-se em 1809, com a criação do município de Rio Pardo, no dia 27 de abril. Convém enfatizar que o município de Rio Pardo contemplava mais da metade de todo o território do Rio Grande do Sul e, só em 1833 essa grande área foi desmembrada com a criação de Cruz Alta.

No ano de 1857, o município cruzaltense perdeu vasta porção de terras com a criação de Passo Fundo que, em 1827, passou a receber expressivo número de pessoas. A partir de 1875 o município de Soledade se emancipou de Passo Fundo e,

no ano de 1954, o território de Soledade também ficou menor com a criação do município de Espumoso.

A história mais recente de Espumoso está condicionada à Soledade, porém, não deve ser esquecida a fase em que essa área era dominada por Cruz Alta, pois esta investigação trata da Microrregião de mesmo nome, formada pela semelhanças existentes entre os 14 municípios que a compõe.

Nessa perspectiva, salienta-se que o território de Soledade, bem como o de Espumoso, pertencia à Província das Missões Orientais, território que viveu uma fase de discórdias entre os jesuítas espanhóis e bandeirantes paulistas. Estes últimos, de origem lusa, conseguiram expulsar em 1638 os religiosos da região, podendo os jesuítas retornarem para o local só em 1682, permanecendo no Rio Grande do Sul até 1756, período em que foram definitivamente expulsos por tropas portuguesas e espanholas.

Dessa forma, essa região permaneceu sob a administração de guardas das tropas Castilhanas, os quais se originaram do grupo cultural luso, permaneceram até a conquista das missões efetuada por José Borges do Canto e Manoel dos Santos Pedroso que, auxiliados por, somente, 40 homens, conseguiram agregar essa grande área à Capitania de São Pedro do Rio Grande em 1801.

O povoamento de Soledade, território que, na época, abrangia Espumoso, iniciou-se em 1835, período de marcante presença lusa e, com a criação da Capela Curata em 14 de janeiro de 1857, essa localidade foi elevada à Freguesia. Este momento da história do atual município remonta o transporte de madeiras pelos primeiros povoadores (alguns pertencentes a cultura portuguesa e muitos luso-brasileiros) pelo Rio Jacuí.

Por conseguinte, as cheias do Rio Jacuí, impossibilitavam atravessá-lo, fazendo muitos desses primeiros povoadores esperarem longo tempo até o rio “baixar”. Elevado número de indivíduos, dessa forma, passaram a se fixar na região formando um núcleo de povoamento que tinha localização estratégica: no sentido Sul, ligava-se com

Cachoeira do Sul e Sobradinho e no sentido Oeste-Leste ligava-se com Carazinho, Soledade e Porto Alegre.

Nesse contexto, o histórico dos municípios disponibilizado pelo IBGE ressalta que o povoamento do atual município de Espumoso foi marcado pelo pioneirismo da matriz cultural lusa e, mediante a inserção das correntes recentes de imigração, como a alemã e italiana, atualmente é marcante a expressividade destas duas colonizações.

3.2.7 Fortaleza dos Valos

Não existem marcos históricos muito definidos quanto à origem de Fortaleza do Valos. Sua história gira em torno de seu nome que, de acordo com diferentes versões, remontam diversos períodos e a participação de diferentes grupos sociais.

Nesse sentido, a primeira versão a ser apontada é que a origem do nome da localidade se deu com a existência de enormes valos abertos pelos indígenas em torno de uma fortaleza jesuítica. A segunda versão é que havia na região uma fazenda de nome Fortaleza, que abrigava revolucionários no ano de 1893. Com a explosão dos conflitos entre republicanos e federalistas, eram abertos valos que serviam com trincheiras para os rebeldes.

As duas referidas versões surgiram com os primeiros habitantes de origem portuguesa que moravam na localidade. Um antigo morador da área que nasceu em 1900, chamado Salomão Marques de Matos enfatiza a história da origem mais remota da região marcada pela presença dos índios guaranis que desbravaram os rincões próximos a uma fortaleza.

A terceira e mais plausível história do nome do município, se firma pela construção da Fazenda Fortaleza e seus valos abertos para separarem as invernadas de gado, devido à inexistência de cercas de arame. Até hoje, nas áreas **mais** afastadas do território municipal é possível visualizar alguns valos que comprovam essa versão.

3.2.8 Ibirubá

Assim como vários municípios pertencentes à Microrregião Geográfica de Cruz Alta, Ibirubá é resultado do desmembramento direto do território cruzaltense, formado, inicialmente, por propriedades particulares de lusos e luso-brasileiros que concentravam grandes extensões de terras e retardavam o crescimento populacional. Somente em 1898 as primeiras comunidades começam a surgir nessa área.

Em 1915, devido ao maior crescimento da localidade, Ibirubá tornou-se distrito de Cruz Alta (no dia 24 de maio, segundo decreto nº 3) com a denominação General Osório (decreto 7199, de 1938), porém, quando ainda era um povoado, tinha o nome de Barão de São Jacob. Como poderiam ser feitas confusões com o município do litoral gaúcho chamado Osório, o nome foi trocado para General Câmara (decreto nº 7589, de 1938), porém, outro município tinha nome semelhante, fazendo com que, mais uma vez, a nomenclatura do local fosse trocada.

Em 1939, a localidade passa a se chamar Ibirubá. Alguns moradores afirmam que, com a visita de um membro do IBGE à área, foi sugerido esse nome que, em Tupi Guarani, quer dizer pitangueira do mato, uma árvore muito presente no local.

3.2.9 Jacuizinho

O município de Jacuizinho ganhou este nome devido à proximidade com o rio de mesma denominação que atravessa a localidade e é conhecido por sua beleza e por ser afluente do Rio Jacuí, um dos maiores do Rio Grande do Sul. Há, também, a versão que conta que o surgimento do nome desse Município se deve à nomenclatura de origem indígena que significa o hibridismo de “Jacu” = ave + “y” = rio, com o sufixo português somado a esse nome guarani.

A história de Jacuizinho remonta o ano de 1877, quando inicia-se o período de fixação de várias famílias, de diferentes origens para a localidade. Inicialmente chegaram os portugueses. Depois vieram os espanhóis, negros e açorianos, e, **por** fim,

os alemães, italianos vindos de áreas vizinhas, como Santa Cruz do Sul, Cruz Alta, Soledade, Cachoeira do Sul, entre outras.

Ainda hoje, a paisagem jacuizinhense guarda como relíquia de seu passado, a Igreja Menino Deus, que foi construída em 1883 com a imagem do menino Jesus em seu altar, toda esculpida em madeira e trazida para o local em 1880, período em que viviam muitos moradores de origem lusa, luso-brasileira e açoriana. Entre os moradores mais antigos e interessantes, estão os “Monges Barbudos”, que residiram em Jacuizinho na metade do século passado.

3.2.10 Jóia

O território que, atualmente, pertence ao município de Jóia, era domínio, antes de 1916, dos proprietários de origem lusa, Joaquim Luís de Lima e Marcial Gomes Terra. Com a chegada de imigrantes alemães e italianos, essas terras foram destinadas para esses imigrantes se estabelecerem na localidade.

Assim, Joaquim de Lima e Marcial Terra doaram¹⁶ terras para os senhores de origem italiana, Antonio Mastella e Victorio Bernardi, que se fixaram nas proximidades do Córrego Lajeado Bonito e, mais tarde, puderam estabelecer suas famílias na área. Esses imigrantes já encontraram alguns caminhos abertos na mata, com machados e facões pelos antigos moradores, por onde podia-se andar a cavalo ou a pé.

O nome do Município, entre diferentes versões, teve origem com o Córrego Lajeado Bonito e a existência de uma pedra preciosa encontrada no local.

3.2.11 Quinze de Novembro

A história do município de Quinze de Novembro mesmo sendo reconhecida somente a partir da chegada dos colonos alemães, ou seja, iniciando em 1896 e

¹⁶ Não há como afirmar com certeza se essas terras foram realmente cedidas para os descendentes de italianos ou se foram vendidas para os mesmos.

seguindo até 1914, teve a relevante participação portuguesa que pouco resistiu culturalmente ao tempo e à força da presença alemã na localidade.

De acordo com depoimentos orais de antigos moradores, antes do início da colonização, a área do distrito era ocupada por muitas famílias de origem portuguesa e luso-brasileira (algumas, talvez, açoriana e espanhola) como Amorim, Moura, Gonçalves, Costa, Pereira, Lopes, Matos, Silva, Jesus, Farias, Pimentel, Chaves, Ortiz, Santos, Barbosa, Amaral e Cruz. Esses pioneiros na ocupação da localidade, eram donos de extensa gleba de terras e, pela proximidade com o Rio Jacuí, se fixaram na área para desenvolverem a pecuária e, alguns, se dedicarem à agricultura.

Assim sendo, pouco é lembrado sobre o período de ocupação anterior à presença alemã e a paisagem do município, atualmente, é em sua totalidade, a manifestação da presença germânica, não sobrando marcas do antigo povoamento. A imigração alemã eliminou as raízes pecuaristas e agrícolas deixadas pelos primeiros povoadores vindos da Europa, grande parte de origem lusa, e trouxe novas atividades oriundas da Alemanha, como a funilaria, a fabricação de sapatos, de celeiros, atividades ligadas à serraria, ao moinho, às casas comerciais e tantas outras.

3.2.12 Saldanha Marinho

A história do município de Saldanha Marinho teve início por volta de 1890, com a chegada de tropeiros vindos do Paraguai com destino à São Paulo que acabaram permanecendo na área e trouxeram elementos oriundos da matriz cultural lusa a qual pertenciam, entre eles, José de Melo, Nico Melo, Leonardo e Olívia de Tal, Maruca e João Lopes.

A ocupação efetiva da localidade se deu no ano de 1895, com a vinda de imigrantes das colônias velhas. A senhora Ana Emília de Quadros era, então, proprietária das terras do local e nomeou como seu procurador, José Claro da Silva, para vendê-las para a colonizadora Castro, Silva e Cia Ltda., que dividiu os lotes urbanos e rurais.

Ressalta-se que as atuais estradas do interior, o traçado urbano, bem como a denominação da sede e das ruas, ainda hoje, são os mesmos designados pela empresa. Os primeiros a adquirirem os lotes e se estabelecerem no local, foram as famílias Limberger, Barden, Birckan, Metz Dorf, Kuhn, Hermann, Neuwald, entre outras.

A nome do município foi escolhido pela empresa colonizadora, em homenagem a Joaquim Saldanha Marinho, pernambucano de Olinda que nasceu em 4 de maio de 1816. De 1861 a 1866 foi Deputado da Corte do Rio de Janeiro e, em 1868, foi eleito Senador da Corte, mas a eleição da foi anulada. Nos anos seguintes, Saldanha Marinho foi presidente das províncias de São Paulo e Minas Gerais e, com o advento da República, foi Senador e sua estampa já figurou a cédula de duzentos mil réis.

Com a chegada dos imigrantes alemães, atualmente 50% da população apresenta origem dessa cultura, ficando outros 30% com a descendência de italianos e, os 20% restantes, é composta por brasileiros, índios e paraguaios. Nesse sentido, o desenvolvimento do município teve a relevante participação desses grupos, inicialmente, dedicado à atividade da pecuária e da agricultura de subsistência e, em seguida, foram instalados os engenhos, sendo, o primeiro construído por Evaristo de Castro, membro da empresa colonizadora.

3.2.13 Salto do Jacuí

A ocupação da área que compreende o atual município de Salto do Jacuí ocorreu por volta de 1877, com a chegada de oito famílias açorianas que fixaram suas moradias na localidade oriundas de locais vizinhos. Nesse sentido, a história de formação do município está intimamente ligada ao nome do Capitão Joanes Guerreiro do Amaral, proprietário de, aproximadamente, 40 colônias de terras desde 1870.

Nessa perspectiva, salienta-se que o referido Capitão, assim como os primeiros habitantes das localidades que compreendem a atual MRG de Cruz Alta, em sua maioria, tropeiros ou descendentes de tropeiros de origem lusa, dedicava-se à criação de gado e à agricultura. Conta-se que essa ilustre figura do local, morava próximo a uma árvore nativa denominada guajuvira e que sua moradia era coberta de couro,

servindo de abrigo para os visitantes e empregados. O local era chamado, na época, de “porteirinho” e vulgarmente conhecido como “saco da raposa” por existir somente uma via de acesso para a localidade. Assim, as pessoas que entrassem na área eram obrigadas a sair pelo mesmo caminho.

Desse modo, os primeiros habitantes que se estabeleceram em Jacuizinho, por volta de 1877, eram famílias de descendentes de açorianos e, apenas em 1951, houve um processo de intensificação do povoamento, principalmente na Vila do Salto Grande, com o início das obras de construção do túnel que liga a barragem com a casa de máquinas, feita pela firma Mantiqueira S/A.

Assim, a Vila do Salto Grande recebeu muitos funcionários da CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica), que trabalhavam na usina e impulsionaram o povoamento do território saltojacuiense. Destaca-se que a origem do nome do município é indígena, pois Jacuí”, em guarani, significa rio dos jacus ou rio das canoas e “salto” se refere à queda d’água existente na localidade. Ressalta-se que, antes da emancipação, Salto do Jacuí era chamado de Salto Grande do Jacuí, devido a uma cascata circundada por floresta nativa denominada “Quedas do Salto Grande”.

3.2.14 Santa Bárbara do Sul

Nos primórdios, a área da atual município era um posto de criação de gado e vigilância, estabelecido pelos jesuítas dos Sete Povos das Missões. A localidade serviu, também, como lugar de descanso dos tropeiros e carreteiros que seguiam rumo à São Paulo. Devido às vastas áreas de terras e excelentes pastagens, os animais ganhavam peso e eram comercializados saindo da localidade para os saladeiros em Pelotas.

Por volta de 1871 chegaram os primeiros imigrantes portugueses e os povoadores luso-brasileiros e, posteriormente, se fixaram os primeiros colonos alemães e italianos, entre outros. Segundo conta a história, o primeiro morador do município foi o Barão Silva Machado, seguido de outro morador muito antigo do município, o Alferes Atanagildo Pinto Martins ambos pertencentes à matriz cultural lusa.

Em 1897, a construção dos trilhos da viação férrea alcançou a localidade, recebendo a denominação oficial de “Santa Bárbara”. Com a conclusão da etapa final da via férrea em 1910, ocorreu a inauguração do novo prédio da Estação Ferroviária com a finalidade de atender melhor os passageiros e armazenar as mercadorias que chegavam e saíam da região.

No período de 1950 chegaram em expressivo número, os imigrantes italianos oriundos da região de Caxias do Sul, responsáveis pelo desenvolvimento a atividade agropecuária de Santa Bárbara do Sul. A produção da localidade foi e é composta pelo plantio de soja, trigo e milho em lavouras empresariais, além da criação de bovinos, ovinos e suínos.

4 MATRIZ CULTURAL LUSA: PORTUGUESES, LUSO-BRASILEIROS E AÇORIANOS

Evidenciando a temática central da presente reflexão teórica, propõe-se a compreensão da existência de uma matriz cultural lusa, formada pelas imigrações portuguesa, açoriana e a fixação luso-brasileira. Esses três “elementos” foram responsáveis pelo enraizamento dos alicerces culturais comuns que representam a etnia portuguesa no Brasil, Rio Grande do Sul e na Microrregião Geográfica de Cruz Alta, como a linguagem falada e escrita, a religião católica, entre outros atributos deste grupo cultural.

Desse modo, as considerações deste capítulo reforçam as contribuições da História, entre outras ciências, para a compreensão de que esta matriz cultural foi pioneira no processo de povoamento do Brasil e Rio Grande do Sul, exigindo rigor quanto à referência em datas e acontecimentos, visto que a inserção da cultura portuguesa não ocorreu de maneira igual, mas em vários momentos da consolidação do território brasileiro e sul-riograndense.

4.1 A inserção da cultura lusitana no Brasil e Rio Grande do Sul através das imigrações lusa, açoriana e fixação luso-brasileira

Tentando apresentar de uma forma breve e lógica as imigrações portuguesa e açoriana, as quais possibilitaram a consolidação de uma cultura luso-brasileira, enfatiza-se que no Brasil e no Rio Grande do Sul, as primeiras grandes levas de imigrantes pertencentes à etnia portuguesa chegaram em território brasileiro no período de 1500 a 1700 e, conforme Azevedo (2009, p.1), essa fase demarca uma imigração portuguesa restrita, pois demonstra um movimento tímido e contínuo na busca por pedras preciosas e minérios.

Convém evidenciar, então, que a corrente migratória portuguesa para o Brasil desenvolveu-se por um longo período e de forma ininterrupta, passando pela fase de

colonização exploradora, seguindo no período do Brasil Império e Republicano até chegar aos últimos fluxos populacionais, interrompidos no final do século XX.

Fiss (2001, p. 2) enfatiza que

Portugal sempre foi conhecido como um país com grande tendência à imigração. Historicamente, já nos finais do século XVI, o total de portugueses que deixaram Portugal somava cerca de cento e cinquenta mil pessoas, e hoje esse número chega a quatro milhões e meio. Ou seja, 31 por cento da população que totaliza dez milhões de habitantes. Inúmeros pesquisadores como Arroiteia (1985) salienta que é expressivo o número de portugueses que vivem em países estrangeiros obedecendo a determinados ciclos, onde fatores econômicos e sociais foram determinantes. Os portugueses, por um longo período, migraram preferencialmente para os países do Continente Americano, como o Brasil, Venezuela, Argentina, Estados Unidos e Canadá, pois estes tinham uma política de migração já instituída, ou seja, tiveram o continente americano como preferência se comparado à Europa.

Com a descoberta de ouro e prata no interior do Brasil pelos portugueses e espanhóis, essas duas culturas tinham o intuito de consolidar a colônia brasileira. O povoamento do litoral já garantia a produção de cultivos agrícolas e atraiu, entre 1700 e 1800, 500 a 800 mil portugueses em território brasileiro (GOMES, 2007).

Gomes (2007, p.35) salienta, ainda, que a região de Minas Gerais apresentava o maior número de habitantes dessa cultura, com cerca de 600 mil indivíduos e, em seguida, vinha o Rio de Janeiro, com 500 mil habitantes, sendo que Bahia e Pernambuco também tinham elementos de origem lusa. Convém destacar que, nessa fase, o Brasil contava com, aproximadamente, 3 milhões de habitantes (desconsiderando a população indígena).

Nessa perspectiva, não se pode considerar que as referidas estimativas populacionais sejam totalmente fidedignas, pois dados referentes à esse período, são muito escassos. Assim, no Brasil existia expressivo contingente de pessoas estrangeiras, oriundas de Portugal fixadas, principalmente, na região Nordeste. Esses habitantes lusos preferiram, inicialmente, mais esta região do que o Rio de Janeiro¹⁷,

¹⁷ A presença portuguesa desse período remete à figura de Estácio de Sá, elemento dessa etnia de representatividade política na época, marcada, também, pela construção da fortaleza portuguesa que defendia o Rio de Janeiro contra a invasão francesa

que só registrou a presença da etnia em questão, com a fundação da cidade, em 1565. Portanto, esse território carioca teve expressiva imigração portuguesa e, com a chegada da Família Real em 1808, esse espaço conviveu com um número ainda maior de portugueses.

Pode-se dizer que composição da América Portuguesa no ano de 1808, segundo Gomes (2007, p. 36), era de uma minoria branca (a elite brasileira, de origem portuguesa), e a maioria (cerca de 2/3), de negros, mulatos e mestiços devido a escravidão, mão-de-obra utilizada nessa fase. Com o fim do tráfico negreiro em 1850, exigiu-se maior número de trabalhadores que, graças à crise Européia, atraiu elevado número de portugueses para o Brasil, trazidos pela possibilidade de trabalho e pela semelhança cultural.

Muitos imigrantes lusos serviram como mão-de-obra nas lavouras de café e nas atividades urbanas concentradas em cidades maiores, como o Rio de Janeiro. Os portugueses que desembarcavam no Porto de Santos, em São Paulo, se fixaram nessa cidade portuária e, também, em São Paulo.

Enfatiza-se, ainda, que a imagem de explorador do imigrante luso não é decorrente, apenas, da fase de exploração de minérios e pedras preciosas, mas também, dessa etapa de imigração de transição (entre 1700 – 1850), quando muitos portugueses chegaram ao Brasil com alguma reserva financeira e puderam empreender seus recursos em estabelecimentos comerciais (atividade-símbolo dessa etnia), como açougues, padarias, etc., além de se dedicarem à prestação de serviços. No período pós - independência brasileira, muitos cortiços de cidades maiores, como o Rio de Janeiro, tinham donos de origem portuguesa.

Por conseguinte, esse grupo étnico passou, então, a dominar alguns serviços de especulação de imóveis como forma de adquirir renda, o que não era bem visto pela sociedade brasileira, pois os integrantes da cultura portuguesa, na época, eram considerados estrangeiros e não pertenciam à elite do Brasil. Monteiro (2000, p. 37) enfatiza que, em 1830, chegaram alguns imigrantes portugueses da região do Minho que tinham consideráveis recursos financeiros e puderam desenvolver suas vidas no

Novo Mundo. Os mais pobres, saíram, principalmente, da região do Alentejo, porém, possuíam condições financeiras para comprarem a cara passagem que os trazia para o Brasil. Sousa (2005, p. 2) acrescenta que

A emigração portuguesa transatlântica teve o Brasil como o país ultramarino preferido ao contrário do ocorrido com outros grupos de imigrantes. Além de ser mais extensa, longa e com menores taxas de retorno, a corrente migratória portuguesa ocorreu na sua maior parte às próprias custas (BASSANEZZI, 1995, P. 19) e se concentrou como destino os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, especialmente nas capitais. Os imigrantes portugueses provinham das ilhas atlânticas dos Açores e das províncias do norte: Minho, Beira e Trás-os-Montes (BASSANEZZI, 1995, p.17).

Assim, a fase que compreende a segunda metade do século XIX (a partir de 1850) evidencia a entrada mais numerosa de portugueses no Brasil, Sousa (2005, p. 2) destaca que “Segundo dados do IBGE (1991), o número de imigrantes portugueses de 1884 a 1984, supera a ordem de 1,5 milhões de pessoas”. Já Fiss (2001, p. 3) destaca que

Segundo Memorial do Imigrante (Imigração Portuguesa no Brasil, 1986) a estimativa de entrada de portugueses no Brasil entre 1872 e 1972 é de 1.662.180 pessoas, correspondendo a 31 por cento do total de imigrantes que o Brasil recebeu nesse período.

Tabela		1
Chegada de imigrantes portugueses no Brasil – 1872 – 1972		
Período	Número de pessoas	de
1872 – 1879	55.027	
1880 – 1889	104.690	
1890 – 1899	219.353	
1900 – 1909	195.585	
1910 – 1919	318.481	
1920 – 1929	301.915	
1930 – 1939	102.743	
1940 – 1949	45.604	
1950 – 1959	241.579	

1960 – 1969	74.129
1070 – 1972	3.073
TOTAL	1.662.180

Fonte: Fiss, A. (2001, p. 3, apud Memorial do Imigrante-Imigração Portuguesa no Brasil, 1986).

Nessa perspectiva, Azevedo (2009, p. 3), salienta que a grande chamada de imigrantes lusos para o Brasil, só teve início no ano de 1888, consolidando uma comunidade de origem portuguesa no Brasil mais forte, que já convivia com o Real Gabinete Português (criado em 1837), com a Beneficência Portuguesa (criada em 1840), com o Liceu Literário Português (criado em 1868) e com a Caixa de Socorros Dom Pedro V, indicando, assim, a existência de uma elite consciente de sua posição social e da necessidade de defesa dos seus interesses e daqueles que também pertenciam à cultura lusa. A formação de redes sociais que ligavam esses imigrantes foi vital para o fortalecimento e a preservação dessa etnia no Brasil.

Com o início dos anos de 1870, o perfil da imigração portuguesa mudou consideravelmente, ocasionando um impulso forte no povoamento do território. Anteriormente, dirigiam-se para o Brasil, homens que, ao conseguirem recursos, os enviavam para suas famílias em Portugal, com o intuito de voltarem para este país. De acordo com Sousa (2005, p. 3)

Outro aspecto é que o desejo de retorno que portugueses, no momento da partida para o Brasil, na prática, não se efetivou, havendo baixas taxas de volta do migrante para Portugal, transformando-se em “mito do retorno” (PORTELA & OLIVEIRA, 1987; BASSANEZZI, 1995). Articulado com o mito anterior ocorreu do mesmo modo o “mito da fortuna” em terras brasileiras, isto é, a busca do enriquecimento rápido que tinha suas raízes distantes no passado colonial (PEREIRA, 2002, p.45) e que também o próprio governo brasileiro, interessado na imigração, tratava de estimular.

Assim, com o final do século XIX e início do século XX (principalmente entre 1910 e 1914), mulheres e crianças também se fixaram em terras brasileiras, evidenciando um período de imigração portuguesa de massa. Nesse sentido, famílias inteiras se fixaram no Brasil, aproveitando as passagens mais baratas (custavam

metade do preço de anos anteriores à 1912) graças aos avanços dos meios de transporte e comunicações de massa que se tornaram, também, mais rápidos, ofertando as condições técnicas para o fluxo de muitos portugueses em direção ao continente americano. Sousa (2005, p. 3) ressalta, ainda, que

A substituição total da vela pela energia a vapor dos navios de passageiros que cruzavam o Atlântico, a instalação do cabo telegráfico transatlântico em 1866 e a conclusão de ligações ferroviárias na Europa por volta de 1870 (KLEIN, 2000, p. 23) são notáveis exemplos do aprimoramento técnico que possibilitaram a diminuição do tempo e das distâncias percorridas.

Monteiro (2000, p. 51) destaca que foi maciça a saída de portugueses da região de Braga, Porto, Aveiro, chegando a quase 368% da população local. Vila Real, Viseu e Bragança também registraram perda populacional a partir de 1850. Ressalta-se que o destino inicial era o Rio de Janeiro, para, posteriormente, alguns seguirem para as demais regiões do Brasil.

A chegada maciça de imigrantes lusos no período de 1850 a 1920, ocorreu devido à necessidade de crescimento econômico brasileiro e, conforme Chaves (2007, p. 9)

Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística revela que a quantidade de imigrantes lusos entrados no Brasil a partir de 1880, é intensa. No ano de 1910, entram no país um número total de 34. 725 portugueses, sendo que 20 entram pelo porto de Belém; 23 pelo porto de Recife; 136 pelo porto de Salvador; 74 pelo porto de Vitória; 20 335 pelo porto do Rio de Janeiro; 9 246 pelo porto de Santos; 109 pelo porto de Paranaguá; 8 pelo porto de Florianópolis e 84 pelo porto de Porto Alegre. Embora o número que revela a entrada de imigrantes lusos no porto do Rio de Janeiro seja superior ao dos outros portos, pesquisa realizada no recenseamento municipal da cidade de Rio Grande, Província de São Pedro, mostra que existem 2. 271 portugueses, para população que conta com 39. 492 brasileiros, completando um número total de 44. 835 habitantes.

Entre 1909 e 1919 chegaram enormes grupos dessa cultura para os principais centros urbanos do Brasil. Fiss (2001, p.3) ressalta, ainda, que

[...] na década de 1920 a população brasileira era constituída de 30 milhões de pessoas, sendo 1. 565.961 eram estrangeiros e deste total, 433. 567 eram de origem portuguesa. Os portugueses estavam distribuídos por diferentes regiões brasileiras, especialmente nos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Pará, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. [...] Laytano (1954) salienta que no ano de 1940, o estado do Rio Grande do Sul possuía cerca de

6. 127 portugueses, localizados principalmente nas cidades de Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Bagé.

As vantagens brasileiras garantidas (como passagens muito baratas, vasto campo de trabalho, etc) não eram os únicos estímulos oferecidos para esse imigrante, mas, também, a situação precária de Portugal que, mesmo não querendo enviar seus habitantes para os Continentes Africano e Americano, perdeu expressivo contingente populacional devido aos conflitos políticos internos e à crise econômica mundial que afetou muitos países europeus um pouco antes da 1ª Guerra Mundial. Muitos emigrantes não voltaram para o País de origem, pois as passagens de retorno aumentaram de valor. Sousa (2005, p. 2) ressalta que muitas províncias portuguesas

De acordo com KLEIN (1989, p. 18) enfrentavam “problemas de alta taxa de fecundidade, predomínio de um sistema de pequenas propriedades, heranças com partilhas estreitas e redes de relações sociais fortemente estruturadas”. Esse contingente geral de pessoas que deixaram Portugal para o Brasil teve como motivações o idioma comum, os vínculos históricos, complexas e duradouras relações econômicas e contatos freqüentes em função de uma rede de relações sociais (KLEIN, 1989, p.19).

Azevedo (2009, p. 5) ressalta, ainda, que

[...] Os imigrantes pobres são retratados por um escritor da década de 1820, Raimundo da Cunha Mattos. Diz ele que “o português pobre, ao desembarcar nos portos brasileiros, vestia polaina de saragoça (...) e calção, colete de baetão encarnado com seus corações e meia (...) geralmente desembarcavam dos navios com um pau às costas, duas réstias de cebola, e outras tantas de alhos e uma trouxinha de pano de linho debaixo do braço. Eram minhotos que, para sobreviver, dormiam na rua e procuravam ajuda de instituições de caridade”. Este trecho apenas ratifica e fortalece a mudança do padrão de imigrante que o Brasil recebia. Mesmo com um número significativo de caixeiros imigrantes junto à chegada da Família Real, a imigração de pobres foi caracterizada durante as primeiras décadas de 1900/1920.

Com a aproximação dos anos de 1930 e 1940, a entrada de portugueses no Brasil diminuiu porque, segundo Fiss (2001, p. 3)

Essa redução foi devido as oportunidades de trabalho nos países industrializados da Europa. As facilidades de emprego e a proximidades desses países com Portugal favoreciam a decisão de migrar dentro do continente europeu. França foi o país que mais portugueses recebeu nesse período, hoje vivem cerca de um milhão de imigrantes, seguido de Alemanha, Suíça, Inglaterra e Luxemburgo.

Por conseguinte, a imigração lusa só voltou a crescer na década de 1950 e depois da década de 1960, quando, mais especificamente, em 1974, a Revolução dos Cravos motivou a chegada de grupos de famílias em números expressivos. Fiss (2001, p. 4) destaca que com

A queda do Governo Salazar a situação política de Portugal provocou um grande movimento migratório, onde cerca de 100 000 portugueses decidem migrar para o Brasil (1974 – 1977). A Revolução dos Cravos ocasionou a vinda de famílias, sendo em sua maioria pessoas com boa qualificação profissional e cultural, como empresários, executivos, advogados, economistas, comerciantes e industriais. A faixa de idade estava entre os 30 e 50 anos. Vários grupos eram de Angola e Moçambique, pois estes perderam tudo com os novos regimes estabelecidos nas antigas colônias portuguesas e em Portugal não havia condições de sobrevivência para todos os “retornados”.

Azevedo (2009, p. 4) destaca que havia, também, problemas relacionados à agricultura em Portugal. Os pequenos produtores do norte de Portugal ou eram expulsos de suas terras, ou saíam por vontade própria, devido às secas prolongadas que afetavam à produção nas pequenas propriedades e impediam esse agricultor de pagar suas dívidas e adquirir recursos para sobreviver. Azevedo (2009, p.4-5) ressalta, ainda, que

A crise social ocasionada por más colheitas e pela concentração fundiária em Portugal, acrescida pelo desejo de fugir do serviço militar e o deslanche do desenvolvimento capitalista da economia brasileira foram as razões enumeradas para explicar os motivos mais contundentes ao fenômeno depois de 1910. Somado a este complicado processo, ainda desenrolava-se um aumento demográfico na região, aumento do custo de vida e do desemprego. A formação de latifúndios e a entrada de máquinas afastaram os camponeses e os pequenos proprietários.

Assim, pode-se afirmar que as áreas que mais receberam imigrantes portugueses até os anos de 1960, foram aquelas que tinham redes solidárias que davam assistência para os mesmos, nos primeiros tempos de vivência no Brasil. Rio de Janeiro e cidades gaúchas como Pelotas e Rio Grande ainda apresentam as marcas dessa cultura por terem criado redes sociais fundamentais para a assistência e fixação dessa etnia. Sousa (2005, p.4) salienta que

Dentro deste contexto geográfico e histórico, os emigrantes portugueses usavam as “relações sociais de parentesco, vizinhança e amizade” (LEITE, 2000, p. 182) para se informarem sobre as oportunidades no estrangeiro. Os estudos de BOYD (1989) e MASSEY (1997), por sua vez reforçam a

importância das redes sociais na articulação dos processos migratórios, enfatizando a solidariedade no interior dos grupos migrantes como uma das características que configuram e sustentam as redes.[...] Devemos considerar a base familiar ou a unidade produtiva de sustento no qual o potencial emigrante se insere assim como as políticas estatais de migração e práticas subalternas de migração. Acrescentamos ainda que a importância da articulação dentro de uma rede social de cunho internacional e inter-regional serve como ponderador para diminuir os riscos de uma emigração fracassada. Tais modos de relações sociais coletivas apoiadas nas trocas de informações, circulações de pessoas e experiências em terras estrangeiras ofereceram perspectivas para raciocínios comparativos de prós e contras da decisão de ficar ou emigrar.

Fiss (2001, p. 4), baseando-se em Leite (1999, p.15), sintetiza, então, que três situações motivaram a chegada de muitos portugueses ao Brasil: a vontade de obterem uma carreira profissional, o desejo de adquirirem uma poupança ou a intenção de fugirem da crise que existia em Portugal.

No primeiro grupo estavam, na maioria, jovens do sexo masculino, alfabetizados, já com contatos de familiares e amigos que vinham com o objetivo de se estabelecer. Do segundo grupo faziam parte os artesãos, com experiência em alguma profissão; já mais adultos, às vezes casados, e que após algum tempo de trabalho no Brasil voltavam para Portugal. O terceiro grupo compreendia famílias inteiras, que vinham para o Brasil motivadas pela difícil situação econômica em que se encontravam em Portugal. Casos isolados e situações diferenciadas também ocorriam, como aquelas pessoas que sem garantia nenhuma e de forma precipitada decidiam emigrar. Chegando aos portos brasileiros, contavam com a sorte, no aguardo que alguém os empregasse.

A falta de apoio dos familiares e a inexistência das referidas redes em algumas localidades, fizeram com que muitos imigrantes lusos se submetessem à atividades de trabalho exploradoras que exigiam, inclusive, que os mesmos morassem no local onde estavam empregados, muito comum nas décadas de 1950 e 1960 e originada no início do século XX, quando muitos portugueses chegaram sem seus familiares e tinham como sonho voltar para Portugal com recursos para terem estabilidade financeira.

A sonhada melhoria no padrão de vida foi alcançada por muitos imigrantes, principalmente, se for comparado com a extrema pobreza que viviam no País de origem. Os portugueses que ficaram, foram responsáveis pelo domínio de expressiva parcela do capital oriundo de atividades como o comércio, indústria, investimentos imobiliários, entre outros.

Com as restrições à entrada de imigrantes no Brasil, um número mais reduzido de integrantes dessa cultura se fixaram depois do final da década de 1950. Assim, o luso destinou sua atenção para os países mais desenvolvidos da Europa, como Alemanha, França e Suíça, além dos que fazem parte da América do Norte, como Canadá e Estados Unidos.

Portanto, o Brasil, que desde 1500, registrou a fixação da cultura portuguesa em seu território, atualmente, não é mais o destino de escolha para essa etnia. Os lusos contribuíram muito para a construção deste país latino-americano, principalmente para o desenvolvimento do espaço urbano, pois muitos sequer conheciam as ferramentas e técnicas necessárias para o trabalho no campo e preferiram se aventurar no empreendimento de estabelecimentos comerciais e industriais.

A sociedade brasileira, mesmo tendo a pioneira participação do português em sua formação, encarou (e ainda encara) essa cultura como promotora de exploração e atraso de desenvolvimento. A chegada de outros imigrantes, como o alemão e o italiano, ofuscou ainda mais a participação dessa etnia na formação do Brasil. O português foi visto como um colonizador que, somente, retirou todas as riquezas do território brasileiro e foi embora, deixando a pobreza e o subdesenvolvimento.

No que se refere à imigração açoriana no Brasil, pode-se inferir que a Coroa Portuguesa incentivou a saída de famílias deste arquipélago para o povoamento da colônia sul americana. Cordeiro; Madeira (2003, p. 101) destacam que no início do século XVII, 5% da população açoriana havia se dirigido para terras brasileiras incentivada pela

[...] Coroa nos séculos XVII e XVIII que já então disponibilizava meios de transporte e prometia terras, como forma de aliciamento dos colonos. [...] No século XVII, contudo, assistiu-se uma movimentação mais intensa e numerosa, quase sempre organizada pelo Estado, com intuídos colonizadores ou como contributo militar, para salvaguarda dos interesses portugueses no Brasil.

A segunda metade do século XVII também foi marcada pela considerável imigração açoriana para o Brasil, motivada, entre outras razões, pela erupção vulcânica na Ilha do Faial. O fluxo de imigração açoriana no século XVIII foi mais contido e,

recorrendo novamente à Cordeiro; Madeira (2003, p. 107), enfatiza-se que “[...] A promulgação da lei de 20 de Março de 1720, com aplicação nas ilhas, constituiu forte entrave à livre circulação de pessoas entre o Reino e o Brasil, ao exigir uma justificação documental [...]”

A metade do século XVIII marcou o povoamento do Brasil Meridional por casais açorianos, representando para este Arquipélago, a resolução dos problemas econômicos mais urgentes. Franzen (2003, p. 123) destaca que a imigração açoriana para o Brasil

Nos séculos XVIII e XIX não se tratava somente dos ditames do Estado e das motivações várias da população. Intervinham ainda as perspectivas das autoridades locais sobre a realidade social e econômica das ilhas, além dos interesses, sobretudo econômica das ilhas, de proprietários rurais, agricultores, negociantes e armadores.

Pode-se considerar, desse modo, que imigração açoriana no Brasil foi impulsionada por diferentes razões, entre elas, fenômenos naturais como terremotos e vulcões neste arquipélago, escassez de empregos, venda de trigo a preço baixo, entre outros motivos. É possível compreender, portanto, que a saída desses colonos dos Açores correspondeu às vontades do Estado e às questões que não estavam diretamente ligadas à vontade desses imigrantes de virem definitivamente para terras brasileiras.

Ao tratar acerca da presença lusitana no Rio Grande do Sul, fica ainda mais evidente os estereótipos enraizados na sociedade que, desprivilegia a participação portuguesa no povoamento e formação desse Estado.

É quase impossível ressaltar o processo de povoamento do Rio Grande do Sul, evidenciando, apenas, uma cultura. A constituição cultural gaúcha, nos dias atuais, demonstra que não existe a predominância de um grupo étnico, e sim, várias culturas que configuram o Estado, assim como todo o território nacional.

Nessa perspectiva, a pesquisa sobre a presença de um determinado grupo cultural obriga, também, a referência breve **sobre as demais etnias que se**

fixaram nesse espaço. Desse modo, destaca-se Costa; Moreira (1986, p. 63), que afirmam

Os movimentos de ocupação do território, que se desenvolveram até o presente século¹⁸, fizeram do Rio Grande do Sul uma área tipicamente imigratória (ou seja, de entrada de migrantes) até por volta da década de 1920. Daí em diante, os movimentos migratórios diversificaram-se.

Dessa forma, baseando-se nos referidos autores (1986, p. 63 – 64), existem as seguintes fases de migração

- Século XVII – fluxo (e refluxo) de jesuítas espanhóis e, também, indivíduos portugueses;
- Século XVIII – ocupação das áreas de campo por lagunenses, paulistas, etc;
- Século XVIII – XIX – imigração açoriana para a faixa litorânea e o vale do baixo Jacuí;
- Século XIX – imigração alemã (1824 em diante) para os vales e baixa encosta, e de italianos (a partir de 1875) para a alta encosta do planalto;
- 1ª metade do Século XX – migração interna das “velhas” colônias para o alto Uruguai;
- Século XX, principalmente a partir de 1950 – êxodo rural para os principais centros urbanos do Estado, especialmente a Grande Porto Alegre e migração rural – rural das áreas de expansão colonial (alto Uruguai) para outros estados. Essa última obedeceu a seguinte ordem: Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e, mais recentemente, Mato Grosso, Rondônia, Acre e até Roraima.
- Presume-se ainda que haja cerca de 50 000 gaúchos em terras argentinas e paraguaias.

A imigração portuguesa no Rio Grande do Sul foi marcada pela integração dessa etnia através das manifestações culturais mais representativas como a gastronomia, danças, cantos, entre outras. Nesse sentido, destaca-se a importância de instituições e associações que preservavam as características originais do grupo cultural em questão. Chaves (2007, p. 10) ressalta que

De acordo com Dante de Laytano, a imigração portuguesa para o Rio Grande do Sul foi razoavelmente significativa. Embora o índice de portugueses que se direcionam às terras rio grandenses não seja mais expressivo que o que adentra no Brasil, entre os anos de 1886 a 1912, dezenas de lusitanos vieram,

¹⁸ Os autores fazem referência ao Século XX.

anualmente para esse território, com destaque para os anos de 1887, 1888, 1891, 1895, 1896, 1904, 1906, e entre 1908 e 1912, quando esse número de imigrantes lusos atinge de uma a três dezenas de pessoas. A cidade de Rio Grande se torna um dos destinos preferenciais pela existência do porto e, em geral, esses indivíduos são vindos do Douro, do Minho, da Madeira e dos Açores.

Destaca-se que a presença da cultura lusa no Rio Grande do Sul é muito evidente na metade sul do Estado, sendo Rio Grande, Pelotas e Bagé, as localidades de maior representatividade lusitana. Costa; Moreira (1986, p. 64)

As áreas de campo foram as primeiras a serem povoadas. Sua ocupação foi realizada por luso-brasileiros, com base na atividade pastoril. Tratou-se de um povoamento rarefeito assentado em grandes propriedades e que até hoje é retratado na geografia, seja pela dimensão dos municípios, seja pelas baixas densidades demográficas.

Nessa perspectiva, evidencia-se que a pecuária tradicional era a atividade desenvolvida por esses primeiros imigrantes que, no século XVIII, direcionavam toda a atenção para a terra, o latifúndio, a criação de ovinos e bovinos de corte vendidos para o mercado interno e externo.

Desse modo, enfatiza-se que, conforme Chaves (2007, p.10)

Esses portugueses vem buscar novas oportunidades de vida e servem para prover a carência de mão-de-obra no Brasil, como explica o geógrafo Elisée Reclus: Até o período de transição de monarquia à República, Portugal conservou o papel preponderante na antiga colônia, não pela literatura, nem pela indústria ou pelo comércio, mas sim pelos trabalhadores imigrados.

Assim, a região de Rio Grande e Pelotas, importantes cidades gaúchas e pioneiras na fixação dessa etnia, guardam, até hoje, elementos representativos da cultura portuguesa. De acordo com Fiss (2001, p. 4)

Na região de Pelotas segundo alguns autores (Pombo, 1986 e Branco, 1991), a vinda de muitos imigrantes portugueses ao longo dos tempos aconteceu devido às “cartas de chamada”, como é o caso do senhor Antônio R. dos Santos (esposa e filha) que, após algum tempo tem um total de 48 pessoas cercanas (Branco, 1991).

Chaves (2007, p. 10) destaca, ainda, que

O número de lusos em Rio Grande mostra que a imigração lusa é preponderante na região, muito à frente de outras nacionalidades. Sendo

assim, o contingente de lusos não se concentra somente na capital do Império, mas espalha-se por todo o Brasil, sobretudo pela propaganda positiva que se faz do país, como é o caso do extremo sul.

Na referida região, muitos imigrantes lusos saíram, também, do Distrito de Aveiro (FISS, 2001) e exerceram nesse território gaúcho, diferentes atividades ligadas ao empreendedorismo. Os lusitanos, ao chegarem em terras rio-grandenses encontraram a metade sul do Rio Grande do Sul organizada segundo o panorama político da República Velha, marcada pelo poder de grandes fazendeiros que formaram a elite política da época por conseguirem atrair desenvolvimento para a região. A figura de Gaspar Silveira Martins é um exemplo que ilustra a referida organização desse período, sendo ele o responsável pela construção da importante ferrovia que ligou Rio Grande a Bagé, entre outras relevantes aquisições.

O ano de 1890 foi marco temporal da crise política e social de Portugal, trazendo muitos lusitanos para o extremo sul do Brasil. O poder do capitalismo sobre a antiga economia agrária portuguesa provocou elevado êxodo rural que as cidades lusas não conseguiram suportar, levando à emigração portuguesa para o Brasil e o Rio Grande do Sul.

Salienta-se, ainda, que alguns universitários saíram de Portugal por serem contrários ao regime político português dos anos de 1960, além de se recusarem a lutar contra a independência das colônias africanas. Fiss (2001, p. 5) destaca que

[...] mesmo sendo provenientes da atividade agrícola, na nova pátria muitos se dedicaram a outras inúmeras atividades além daquelas já mencionadas: carregadores no porto, vendedores ambulantes, sapateiros, trabalhadores em padarias, pescadores, motoristas, carvoeiros, leiteiros e outros. Ressaltamos que, em toda a extensão do território brasileiro existe hoje uma grande comunidade de portugueses e de luso-descendentes. Embora não seja mais o país priorizado pelos lusitanos para emigrar, ainda representa a maior comunidade portuguesa fora de Portugal.

A porção norte gaúcha teve a pioneira ocupação de origem lusa, ou de brasileiros descendentes de portugueses (considerando, ainda, a miscigenação de portugueses com nativos e/ou espanhóis e/ou negros), no entanto,

com a introdução das etnias alemã e italiana no século XIX, a metade norte passou a expressar as características desses dois grupos com mais força.

Salienta-se que a presença da cultura portuguesa se mostra na área norte, mais precisamente no nordeste do Rio Grande do Sul, através da imigração açoriana no baixo Vale do Rio Jacuí, no Vale do Rio Taquari e na porção litorânea do Estado, evidenciando, também, a contribuição dos lusos na formação da capital, Porto Alegre.

Na região noroeste do território gaúcho, convém enfatizar, além da participação açoriana, a fixação de um grupo de luso-brasileiros (pressupõe-se, portanto, que alguns, possivelmente, apresentavam mestiçagem com outras culturas), relevante na criação de importantes municípios da referida porção do Estado gaúcho – o tropeiro paulista. Por conseguinte, destaca-se que essa porção do Rio Grande do Sul foi, desde as primeiras décadas da vinda dos portugueses, um caminho por onde passavam os “castelhanos” para o Oceano Atlântico, as tropas de muares para Minas Gerais e uma área estratégica para o controle do Sul do Brasil pela Coroa portuguesa.

A história das tropas na região meridional brasileira teve início no século XVIII, quando os portugueses tinham esperanças de explorar jazidas de metais preciosos e dominar territórios também disputados pela Espanha. Polinari (1989, p.23) acrescenta que

Nesse período, outros produtos coloniais interessam à Coroa enquanto forma de ocupação do território, e é forte a relação de interdependência colônia-metrópole. Há necessidade de metais preciosos e/ou produtos com aceitação e preço no mercado internacional. Por parte da colônia, existia a necessidade de manufaturados e, internamente, de uma “economia subsidiária” que sustentasse a atividade principal. Por isso a demora da Coroa em atender às reivindicações de regiões agropastoris, ao contrário da presteza em instalar casas de quintagem, promover melhoria de vias de escoamento e rígida administração em regiões de garimpo. Durante a colonização portuguesa, nas regiões auríferas vêem-se aumentos populacionais significativos em pequeno espaço de tempo. Para maximizar a extração mineral a Coroa desincentiva a produção agropastoril nas localidades auríferas, fazendo com que outras regiões abasteçam-nas com cereais.

Por conseguinte, a região Sul passou a ter incentivo na produção agropastoril para subsidiar a atividade aurífera e, ao mesmo tempo, consolidou os territórios que faziam limite com o Rio da Prata e que despertavam interesse da Coroa portuguesa

pela posição estratégica que tinham. A região conhecida no século XVIII como continente de São Pedro do Rio Grande e, que hoje, corresponde ao estado do Rio Grande do Sul, era escassa em população e, de acordo com Polinari (1989, p. 24)

[...] segundo André Ribeiro Coutinho, um dos iniciadores da colonização riograndense: *“Realmente o Rio Grande é a terra do ‘muito’. Porque aqui há muita carne, muito peixe, muito pato, muita marreca, muito maçarico real, muita perdiz, muito laticínio, muito ananaz, muito courama, muita madeira, muito barro, muito bálsamo, muita serra, muito lago e muito pântano, no verão há muita calma, muita mosca, muita motuca, muito mosquito, muita polilha, muita pulga; no inverno, muita chuva, muito vento, muito frio, muito trovão e, com todo tempo muito trabalho, muita faxina, muito excelente ar, muita boa água, muita esperança, muita saudade.*

Nesse sentido, a existência de elevado número de cabeças de gado provenientes das reduções jesuíticas e fugidos dos pampas argentinos atraiu habitantes para o território gaúcho, salientando que poucas pessoas moravam na região por ela estar distante da porção sudeste do Brasil que vivenciava, na época, a riqueza da obtenção do ouro e de outros minérios.

Com a necessidade de aquisição de alimentos e animais para a realização de transporte nas áreas de exploração aurífera, muitos paulistas se lançaram à atividade tropeira e iniciaram o processo de povoamento na porção norte rio-grandense, mais especificamente, na região noroeste do Rio Grande do Sul. Desse modo, a referida área, que tinha escasso número de habitantes ganhou, no século XVIII, expressivo número de moradores. Essa fase remonta a etapa da conquista e colonização militar portuguesa no espaço rio-grandense e teve nas invernadas e no comércio de gado direcionado à Minas Gerais significativo ganho econômico.

Por conseguinte, esses tropeiros tornaram-se donos de extensas porções de terras para invernar o gado que compravam em Rio Grande e, também, para criá-los em suas fazendas. Alguns desses proprietários mantinham contato intenso com as áreas urbanas das cidades e, por isso, destinavam inúmeras responsabilidades para seus capatazes, peões e até para os escravos.

Com a decadência da atividade mineradora no Brasil, após 1820, as tropas de boi destinadas para a alimentação e as tropas de burros e cavalos, usadas para o

transporte dos trabalhadores das minas passam a se dirigir para São Paulo, devido à ascensão da produção de café. Sorocaba se tornou o principal destino do gado saído do Rio Grande do Sul por causa da feira de manufaturados e animais existente na localidade.

Nessa perspectiva, o tropeirismo gaúcho se dedicou exclusivamente à criação e comercialização do gado que seguiam, primeiramente, o caminho até as minas (principalmente no século XVIII) e, posteriormente, até Sorocaba para a venda na feira do local (século XIX e primeiras décadas do século XX, com a cafeicultura). Convém destacar que os tropeiros se puseram, também, a serviço dos frigoríficos, consolidando a criação de muitas cidades e de um modo de vida que influenciou grandemente a cultura gaúcha, demarcando, entre outros atributos, os elementos característicos da etnia portuguesa no Brasil.

Reforçando a referida afirmação, salienta-se novamente, Polinari (1989, p. 25), ao caracterizar o perfil da sociedade tropeira do sul do Brasil.

A sra. Francisca Batista de Carvalho, nascida em 1895, é descendente de portugueses, tendo sido seu avô professor de letras e seu pai, um negociante que comprava gado no Rio Grande para vender em Sorocaba, para dono de fazendas de gado, e curtumes. Nasceu D. Francisca em uma casa por ela descrita como “de estilo colonial, simples, de beiral largo, e muito comprida”. Era composta de cinco quartos, sala de visitas, sala de jantar, copa, cozinha, despensa, quarto de empregada, quarto de hóspede e escritório. [...] O Sr. Dinart Garret nasceu em 1920. Era neto de portugueses. Seu pai era ferreiro, o que lhe permitiu a compra de terra para criar e invernar gado. Órfão de pai aos nove anos, Garret continuou a trabalhar na fazenda com gado. Foi capataz de tropas: também se envolveu na política, chegando a ser vereador por três ou quatro gestões pelo PSD. Médio proprietário e produtor, impediu a dissipação do patrimônio da família, quando da partilha da herança, pela compra das partes de seus irmãos.

A imigração portuguesa no Brasil contribuiu de maneira significativa para a formação cultural deste território que, de uma forma contínua, recebeu a cultura lusa em vários períodos da história do povoamento brasileiro. Em uma fase posterior, o Rio Grande do Sul passa a apresentar os aspectos da etnia portuguesa com a chegada dos lusitanos (muitos açorianos) pelo porto de Rio Grande e, também, de **IUSO**-brasileiros conhecidos como tropeiros paulistas que foram responsáveis pela formação de muitas

idades gaúchas (todas com grandes extensões territoriais e dedicadas à pecuária bovina e ovina).

Por conseguinte, enfatiza-se que esse grupo cultural não foi responsável, somente, pela exploração das riquezas brasileiras e gaúchas, mas conseguiram desenvolver essa grande porção territorial através da persistência em abrir os primeiros caminhos, construir as primeiras estradas, desenvolver os primeiros estabelecimentos comerciais e as primeiras vilas que, mais tarde, se tornaram importantes cidades. Foram os imigrantes portugueses e os luso-brasileiros que criaram condições para a fixação de outros povos europeus, reconhecendo-se que o papel negativo do lusitano frente ao indígena e ao negro criou uma imagem desfavorável da etnia portuguesa na história do Brasil, até hoje fixada nos livros e nas mentes da população rio-grandense e brasileira.

A imigração açoriana no território sul rio-grandense, marca o período setentista desta colonização no século XVIII. Ressalta-se que a chegada dos açorianos permitiu à Coroa defender seu território das invasões espanholas que ameaçavam a fronteira dos atuais estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Cordeiro; Madeira (2003, p. 108-110) afirma que

Com objetivos bem delineados pela Coroa, mas, simultaneamente, respondendo às solicitações das gentes das ilhas, que passavam por dificuldades várias, assistiu-se a uma atividade inédita no fluxo emigratório açoriano para aquelas regiões. [...] Depois da efervescência colonizadora de meados do século, de que resultou, pelo menos parcialmente, o povoamento do Brasil Meridional, a lei de 4 de Julho de 1758 é peremptória em limitar a emigração, sob o argumento da insuficiência de mão de obra para assegurar a normalidade da vivência insular.

Ressalta-se que muitos açorianos chegaram ao Rio Grande do Sul enfrentando a reprovação do Estado português, sozinhos fugindo da burocracia estatal, o que gerou, nos Açores o estereótipo de que sua população era demasiadamente propensa à emigração para não exercerem atividades braçais, principalmente aquelas ligadas à agricultura.

A presença açoriana no território riograndense remonta o ano de 1751, aportados de Rio Grande. Franzen (2003, p. 124) ressalta que há influência açoriana

“[...] marcante na formação da sociedade sul-riograndense, tanto no que se relaciona com a constituição étnica da população como com o seu modo de ser e a sua cultura”. A imigração açoriana no Rio Grande do Sul ocorreu motivada pela defesa e fortalecimento do território da América portuguesa que, após a assinatura do Tratado de Madri, colocou em vigência o direito de *Utis possidetis*.

Por conseguinte, estes colonos, inseridos juntamente com suas famílias, ou sozinhos e, também, exercendo funções militares, auxiliaram de maneira considerável o povoamento e desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Nessa perspectiva, pode-se evidenciar a importante contribuição, não somente, do açoriano, mas do luso e luso-brasileiro na “construção” da figura típica da cultura atual Estado brasileiro: o gaúcho.

4.2 A contribuição do luso, luso-brasileiro e açoriano na formação do gaúcho típico

A herança cultural formadora dos elementos que caracterizam a figura típica do Rio Grande do Sul, ou seja, o gaúcho, vem, primeiramente, do povo luso-brasileiro, afirmado categoricamente pelo historiador Dante de Laytano que através dos seus estudos acerca da composição cultural do Rio Grande do Sul, atribuiu aos brasileiros de origem portuguesa, papel relevante na constituição do gaúcho típico¹⁹.

Assim, os antigos povoadores de origem lusitana, principalmente, os militares que possuíam grandes extensões de terras e os tropeiros foram os pioneiros na formação da cultura rio-grandense e, com a chegada de outros imigrantes, esse alicerce cultural não foi modificado, mas complementado. Como prova dessa afirmação, vemos descendentes de alemães, italianos e poloneses fazendo o típico churrasco aos domingos.

¹⁹ A pesquisa utiliza as contribuições de Dante de Laytano na perspectiva das singularidades culturais lusas que contribuíram para a formação cultural gaúcha, porém, é relevante evidenciar que a união de elementos lusos, espanhóis, indígenas e negros na “construção” da figura típica sul rio-grandense não foi pacífica. Ressalta-se, também, que Dante de Laytano enfatizou as particularidades da cultura gaúcha pelo viés do folclore, o que a presente investigação não procura destacar, reconhecendo a originalidade da interpretação de Cyro Martins, criador da Trilogia do Gaúcho a Pé, a qual divulgou as mudanças sociais e econômicas do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, constata-se que desde os primórdios da formação do território gaúcho até o ano de 1801, portugueses e espanhóis disputaram o território rio-grandense e, nessa perspectiva, diz-se, ainda, que existe a influência espanhola na composição da cultura do Rio Grande do Sul (bem menos expressiva), bem como a importante participação indígena e negra na consolidação desse elemento típico do Estado. Atualmente, vemos que o gaúcho é o resultado de uma miscelânea de grupos sociais que por aqui permaneceram, ou seja, teve-se a pioneira constituição lusa, indígena, negra e espanhola e, com a chegada do alemão, italiano, polonês, entre outras etnias, a figura-símbolo do Rio Grande do Sul foi sendo enriquecida e complementada.

Por conseguinte, o papel do imigrante luso em território gaúcho foi de assegurar o domínio de Portugal e, por isso, a influência dos açorianos, luso-brasileiros, tropeiros e militares foi determinante para a afirmação da cultura lusitana no Rio Grande do Sul. Laytano (1984, p. 11) ressalta que, dessa forma, o atual Estado, no século XVIII, tinha metade de sua população de origem açoriana e, somado aos chegados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo e Pernambuco (eram militares, soldados, oficiais e tropeiros), considera-se que houve, portanto, a pioneira influência da cultura lusa no Rio Grande do Sul, sendo essa etnia, a enraizadora dos elementos culturais e do folclore que caracterizam o povo gaúcho.

Destacando a formação da cultura rio-grandense pelo imigrante luso, salienta-se que os mesmos chegaram da região do Minho, Algarve, Alentejo, Douro e Trás-os-Montes e, nessa perspectiva, as tradições gaúchas apresentam características da cultura dessas localidades e, como já enfatizado, das etnias indígena e negra (esses dois grupos consolidaram o arcabouço da cultura gaúcha, caracterizando-a como luso-brasileira), além da cultura espanhola (e rio-platense). Destaca-se que a chegada dos alemães, italianos e poloneses serviu para complementar a configuração cultural do Rio Grande do Sul, porém, não modificaram os atributos que caracterizam o gaúcho típico e seu modo de vida.

A participação da matriz cultural lusa, ou seja, dos imigrantes portugueses, açorianos e povoadores luso-brasileiros na construção cultural gaúcha é manifestada através das festividades, como o Terno de Reis, caracterizada como uma festa tradicional ligada à Sagrada Escritura e das danças como a valsa, originada na Áustria e trazida pelos portugueses no século XVIII conhecida como “valsa figurada”, sendo que no século XIX foi difundida por todo o Império. Destaca-se, também, o chote, uma dança originada na Hungria e trazida pelos portugueses no período Regencial, enfatizando que os imigrantes açorianos e seus descendentes dançam o “chote afigurado”, sem limites de passos e figuras. Evidencia-se, ainda, a chimarrita, uma dança que lembra muito as evoluções de várias coreografias portuguesas, trazida pelos colonos açorianos na segunda metade do século XVIII que era muito popular no Arquipélago dos Açores e na Ilha da Madeira. Franzen (2003, p. 124) reforça esta afirmação

A cultura sul-riograndense apresenta inúmeras manifestações que demonstram claramente essa influência. Entretanto, à medida que o tempo passa, essa influência vai aos poucos se diluindo. A influência açoriana é percebida no folclore (danças, costumes, tradições, terno-de-reis na época de Natal, hoje, mais explorado em face do turismo (festivais de música, especialmente nas cidades do litoral norte, que tem origem açoriana, daqueles que fugiram do Sul em face invasão castelhana de 1763 ou que migraram de Santa Catarina), na arquitetura das cidades onde sua presença foi marcante (Rio Pardo, Triunfo, Taquari, Santo Antônio), nos costumes, tradições, mito, na religião (o culto do Espírito Santo). Esta cultura é percebida até os dias atuais e não podemos permitir que desapareça.

Dando continuidade à influência portuguesa nos códigos culturais tipicamente gaúchos, aponta-se outra dança muito popular no Rio Grande do Sul: o Pezinho, que apresenta uma coreografia muito simples e bela, com uma melodia muito popular em Portugal e nos Açores, obtendo considerável popularidade no litoral de Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. A gastronomia gaúcha foi influenciada pela cultura portuguesa através dos doces, como o quindim e o arroz de leite, o azeite de oliva e o vinho destacando, também, o arroz com charque, prato tipicamente gaúcho que marca o período de valorização da pecuária e das charqueadas no Rio Grande do Sul.

Ressalta-se, ainda, a religião como valorizado elemento da etnia lusitana que teve grande influência no Rio Grande do Sul, destacando a crença em Nossa Senhora

de Fátima e na Santa brasileira conhecida como Nossa Senhora Aparecida. A Festa do Divino Espírito Santo também caracteriza a participação da cultura portuguesa em território gaúcho.

Outro importante atributo da cultura gaúcha que remonta a participação da etnia lusa são as lendas e, entre elas, a do Negrinho do Pastoreio, que trata acerca do momento da escravidão no Rio Grande do Sul, período em que o patrão, de origem portuguesa, maltratava seus escravos e utilizava a mão-de-obra do negro no trabalho das grandes estâncias existentes em todo o Estado.

Nessa perspectiva, compreende-se que, para a conformação da cultura gaúcha, tem-se, de acordo com Laytano (1984, p. 15), o português, índio e negro como etnias essenciais; o luso-açoriano e o luso-brasileiro como etnias diversificadas; o hispano-rio-platense e os judeus como etnias secundárias; o alemão e o italiano como etnias atuais e os poloneses, japoneses, libaneses, holandeses, chineses, franceses, uruguaios, argentinos, espanhóis, ucranianos, russos e letonianos como etnias menores.

Nessa perspectiva, pode-se verificar a integração do português, índio, negro e, também, do espanhol, nos inúmeros elementos culturais do Rio Grande do Sul não demonstram, somente, a influência portuguesa, mas também, dos referidos grupos culturais. Como festividade típica, tem-se a Carreira de Bois, como principais jogos citam-se o Jogo de Osso, o Sete-em-Porta e o Truco. Com relação aos brinquedos, verifica-se a grande influência indígena na criação dos mesmos, como o Arco e Flecha, o Arco e Trava, a Arapuca, o Aviãozinho de Lata, o Bilboquê, o Bodoque, os Bois de Sabugo e a Bola de Meia.

Quanto às danças, destacam-se a Milonga, a Rancheira, a Vanera, o Bugiu, a Rancheira de Carreirinha, o Anú, o Tatú, além das lendas mais expressivas, como a do Boitatá, da Salamanca do Jarau, do Caverá, do João de Barro e a do São Sepé.

A cultura do Rio Grande do Sul, de raiz ruralista, destaca os costumes da tradição campeira dos gaúchos do Brasil Meridional, que são frutos da ocupação e conquista portuguesa (e das lutas contra os espanhóis e hispano-rio-platenses) e

reforçados devido à fixação açoriana, luso-brasileira, indígena e negra. Desse modo, existe uma estreita ligação da figura típica rio-grandense com a tradição pastoril da lida nos campos do interior gaúcho (a valorização do cavalo e do gado), com o consumo do churrasco, do chimarrão, da declamação da trova, do toque da gaita e do violão, da atividade campeira e a relação entre patrão, peão e capataz, do papel da mulher como mãe e dona de casa diferenciando-as das “chinas” (prostitutas) e dos instrumentos, ferramentas e indumentária que simbolizam essa cultura (boleadeiras, bombachas e arreios, por exemplo).

Nessa perspectiva, enfatiza-se o papel da comunicação oral que caracteriza o gaúcho através de seu linguajar característico, apresentando muitos termos de origem espanhola que, nada mais são, do que o resultado da proximidade com a Argentina e Uruguai. Na realidade, a linguagem do gaúcho é, em maior parte, expressão da cultura açoriana fixada nesse território, podendo-se afirmar que o folclore gaúcho é a demonstração da influência do folclore açoriano.

Por inúmeras vezes, vê-se o gaúcho estereotipado como um “anti-brasileiro”, como se estivesse negando sua ligação com a cultura lusa que o formou e foi responsável pela construção de um país de dimensão continental. Ouve-se, também, que sempre existiu um desejo maior de que o território rio-grandense estivesse ligado às colônias espanholas, atuais Argentina e Uruguai, por ter-se maior semelhança com a cultura vinda da Espanha. Esta última afirmação é uma inverdade, pois a identificação com os referidos países de colonização espanhola surgiu pela proximidade entre os territórios e não pela predominância desta etnia no Rio Grande do Sul.

Portanto, não se deve evidenciar, apenas, a cultura gaúcha pelo viés do ruralismo, ou seja, da vida da estância, mas, também, examinar os aspectos culturais rio-grandenses evidenciando as raízes campeiras dos costumes e a sobrevivência dos mesmos frente à realidade do êxodo rural, da vivência nas áreas urbanas, da imigração alemã e italiana que alteraram o quadro cultural do Estado, mas não conseguiram transformar os alicerces étnicos da composição desse elemento típico do Rio Grande do Sul – o gaúcho. Este indivíduo, formado pela cultura lusitana, mais basicamente, a

portuguesa, açoriana e luso-brasileira mesclou-se com o indígena e o negro, criando um conjunto de atributos que caracterizam a figura símbolo do Rio Grande do Sul, diferenciando-o do “gaucho” argentino e uruguaio.

4.3 A fixação de imigrantes portugueses e povoadores luso-brasileiros na Microrregião Geográfica de Cruz Alta/RS

O atual território da Microrregião Geográfica de Cruz Alta, desde o período colonial brasileiro, passando pelo Império e início da República foi importante terreno de disputas e palco das histórias mais marcantes do Rio Grande do Sul.

Nesse contexto, através da realização do trabalho de campo e das obras mais atuais referentes à gênese de Cruz Alta, ressaltando, dessa forma, o pesquisador Rossano Viero Cavalari que, ao realizar um estudo aprofundado sobre a formação do município cruzaltense que, até a metade do século XX, dominava os atuais Municípios da Microrregião Geográfica em questão, apresenta a fixação dos inúmeros grupos culturais na área de estudo e, entre eles, a etnia portuguesa. O referido autor também menciona em suas obras, as pioneiras pesquisas de outros escritores locais, responsáveis pela valorização dos acontecimentos que remontam o passado da área em destaque, como Evaristo Afonso de Castro, Hemérito Velloso da Silveira, Prudêncio Rocha, Aristides de Moraes Gomes, Isaltina do Pillar Rosa, entre outros pesquisadores.

Considera-se que a formação da “velha Cruz Alta”, ou seja, do grande território que era domínio cruzaltense e que, atualmente é constituído por vários municípios, entre eles, os pertencentes à Microrregião Geográfica 011, se deu com a participação de vários grupos sociais, destacando, os de origem portuguesa como os lusos, os luso-brasileiros (tropeiros e soldados) e os açorianos.

Portanto, enfatiza-se que, no início do processo colonial português, o território gaúcho foi “esquecido” por esses imigrantes sendo, então, habitado somente por índios Guaranis, Gês e Pampeanos. Desse modo, ressalta-se que a predominância de índios Tupi-guaranis na parte litorânea e na região centro-sul do Brasil serviu como, de acordo com Cavalari (2004, p. 17)

[...] fator receptivo ao homem europeu. Esta característica foi fundamental para configurar os traços da própria nacionalidade brasileira, pois a grande maioria de uma massa composta por soldados, vaqueiros, abridores de picada, lavradores e guias, foram índios aliados aos colonizadores lusos.

Nessa perspectiva, compreende-se, então, que o processo de povoamento rio-grandense e, mais especificamente, da MRG 011, aconteceu aleatoriamente primeiramente com os luso-brasileiros e europeus de origem portuguesa que, em busca de tesouros, chegaram em Rio Grande e seguiram pela Lagoa dos Patos até encontrarem o interior do atual Estado.

Esses primeiros colonizadores, por não encontrarem ouro e outros minérios, não se fixaram por muito tempo nessa região, deixando algumas marcas de suas rápidas permanências através de alguns artefatos, vestimentas típicas, ranchos paulistas e marcas do comércio de roupas, principalmente, no Vale do Rio Ibicuí. Mesmo com o embate entre os historiadores, sendo que muitos afirmam que não houve fixação do bandeirante em terras rio-grandenses e, portanto, inexistem contribuições culturais deste luso-brasileiro, Cavalari (2004, p.27) ressalta que

[...] Não tardaram a aparecer os bandeirantes para saquear as primeiras reduções fundadas no Rio Grande do Sul. De 1635 a 1641 a ação destas bandeiras intensificou-se, colocando em alerta os padres destas localidades. Antonio Raposo Tavares, talvez o nome mais importante dentre os bandeirantes, em fins de 1636 e à frente de 150 mamelucos e 1500 tupis, atacou com violência, capturando os índios e destruindo as reduções [...] Em fins de 1637, a bandeira chefiada pelo famoso Fernão Dias Pais e seu irmão Paschoal, à frente de 100 mamelucos paulistas e 1300 índios tupis, percorrem o território rio-grandense, sendo provavelmente o primeiro grande contingente militar a atravessar os campos onde futuramente seria fundada a cidade de Cruz Alta. [...] Fernão Dias, devoto de São Roque (um santo francês que curava pessoas atacadas por pestilências), manda erguer no alto de uma coxilha próxima, uma pequena e tosca capelinha em honra a São Roque, na esperança que seu contingente melhorasse, a fim de seguir viagem.

Desse modo, salienta-se que os bandeirantes eram ameaças para os jesuítas fixados no território em questão, reforçando que muitos não permaneciam na referida área, se dirigindo para Sorocaba, onde moravam. Através da referida afirmação de Cavalari, percebe-se que, mesmo não se fixando na atual Microrregião Geográfica de Cruz Alta, os bandeirantes deixavam marcas por onde passavam, como a capelinha dedicada a São Roque que foi construída antes mesmo da criação do povoado de Cruz Alta. Os restos desse “signo” representativo do povo bandeirante, responsável por

assegurar o domínio português no espaço rio-grandense, permaneceu, provavelmente, até a fundação de Cruz Alta.

Nesse contexto, destaca-se que, em 1641, a grande bandeira comandada por Jeronymo Pedroso de Barros e auxiliada por Manoel Pires foi responsável pela retirada gradativa dos jesuítas da margem esquerda do Rio Uruguai e obrigando-os a se dirigirem para a Argentina. Salienta-se que a tropa dos dois referidos bandeirantes perdeu a batalha de M' Bororé para os guaranis militarizados. Assim, muitas cabeças de gado ficaram abandonadas ao sul do Rio Jacuí, tornando-se bravios e formando a Vacaria Del Mar. Esse período marca, também, a separação dos reinos de Portugal e Espanha, intensificando as disputas entre esses dois países e aumentando os conflitos no atual território da MRG 011.

Cavalari (2004, p. 28) salienta que, a fundação da Colônia do Sacramento em 1680

[...] cidadela, várias vezes atacada, destruída e reconstruída, constituiu-se num marco importantíssimo da colonização do Rio Grande do Sul, pois desenvolveu entre portugueses e luso-brasileiros o amor à terra, a tenacidade e a bravura que vão caracterizar o gaúcho rio-grandense... já que a própria fundação do Rio Grande a 19 de fevereiro de 1737 é uma das conseqüências como o foram Laguna e Montevidéu. Os portugueses residentes na Colônia do Sacramento descobrem as imensas reservas de gado na Vacaria Del Mar e passam a exercer a atividade predatória. Aliando-se a estes, espanhóis e índios aldeados principiam também a prear animais, vendendo couro e sebo a quem pagasse mais e levando as tropas para São Paulo.

Nesse sentido, evidencia-se que a presença portuguesa no Rio Grande do Sul e nas proximidades do atual Estado foi aumentando consideravelmente com a fundação de Rio Grande, enfatizando que a proximidade desta cidade com Colônia do Sacramento e Laguna despertou a atenção dos castelhanos que, temendo perder a porção do território gaúcho a que tinham domínio, incumbiram, em 1649, aos jesuítas e índios das Reduções, de protegerem essa região. Dessa forma, muitas reduções foram criadas nessa fase.

No entanto, não tardou para ser iniciado um período de intensos conflitos, primeiramente entre luso-castelhanos e jesuítas (Guerra Guaranítica 1750-1761) pois,

com o Tratado de Madri eliminando os limites do Tratado de Tordesilhas (1494), cada um dos reinos deveria conservar as terras ocupadas na fronteira (Portugal deveria entregar a Colônia do Sacramento e Espanha deveria entregar os Sete Povos das Missões). De acordo com Cavalari (2004, p. 38), as tropas luso-castelhanas, em 1756, visando expulsar os indígenas da área próxima à Cruz Alta, caracterizam o local

Dia 6 de maio de 1756... pelas duas horas da tarde passamos por duas casas bem feitas e mais asseadas que as mais que temos visto. As paredes eram de pau-a-pique, forradas de taquara rachadas por fora, para conservação das paredes, e mais unidas. As ditas casas tinham seus alpendres ou varandas na frente. Pouco distante delas, estava colocada uma cruz grande de pau, muito bem feita. Junto das casas estavam dois grandes currais desta estância.

Nessa perspectiva, com a vitória luso-espanhola, a queda dos Sete Povos e o massacre dos indígenas, iniciou-se um segundo momento conflituoso: portugueses e espanhóis ainda não tinham demarcado os limites territoriais e, só em 1801, essas questões foram definitivamente resolvidas.

Desse modo, em 1747, começou um movimento incentivado pelo rei português, Dom João V, de imigração açoriana no Rio Grande do Sul. Assim, a cultura portuguesa poderia ser difundida com maior força em território rio-grandense, diminuindo a pobreza do Arquipélago dos Açores. Cavalari (2004, p. 42) sintetiza a relevância dessa etnia para a “velha Cruz Alta”, afirmando que

A presença açoriana nestas cidades²⁰ é de suma importância para o estudo da formação de Cruz Alta, pois vários destes ilhéus portugueses, originaram tradicionais ramos familiares que teriam intrínseca ligação com este povoado e tornando-se figuras de destaque na vida social cruzaltense.

A assinatura do Tratado de El Pardo (1761) marca a definitiva expulsão dos jesuítas do Sete Povos das Missões, sendo que, em 1777, o Tratado de Santo Ildefonso foi colocado em vigor levando à Espanha ter domínio definitivo da Colônia do Sacramento e Portugal assumir posse da Ilha de Santa Catarina. Nessa perspectiva, foi definido, também, a criação de Campos Neutrais, estando a antiga cruz que

²⁰ O autor se refere à Santo Amaro, Triunfo, Rio Pardo, Cachoeira, Taquari e Caçapava.

demarcava o grande e extenso território cruzaltense, localizada nessa faixa sem domínio de nenhuma das duas Coroas. Cavalari (2004, p.51) salienta que

O Tratado de Santo Ildefonso é, portanto, um marco importantíssimo para a história da localidade, pois a partir do estabelecimento desse “corredor”, começou uma intensa movimentação de pessoas das mais variadas ocupações pela sua extensão. Em razão disto, houve inclusive um excessivo movimento migratório de paulistas, que a cada ano aumentava nesta região de Cruz Alta. Entre estes, muitos malfeitores.[...] Já por essa época, provavelmente muitos paulistas contrabandeavam tropas de muares e gado em pé, conduzindo através destes caminhos, os animais para comercialização na região de Sorocaba em São Paulo. Com estas tropeadas, vários destes paulistas burlavam os registros, obrigando o então governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara a determinar o confisco dessas tropas para auxiliar o provimento do tesouro.

Por conseguinte, Cruz Alta passa a atrair população para o seu território e para os atuais municípios da MRG 011, ao ser reconhecida como o Pouso da Cruz Alta, em 1747. Essa denominação deu-se graças a passagem dos tropeiros pela região, dedicados à invernar os animais e encaminhá-los até São Paulo para serem comercializados.

Como política da Coroa Portuguesa, grandes extensões de terras eram destinadas aos chefes militares que haviam lutado contra os espanhóis, formando-se novos núcleos de povoamento para proteção do território português, criando, assim, uma elite proprietária de terras alicerçada na figura do militar de origem lusa. A doação de sesmarias, formada por, aproximadamente, 13 mil hectares de terras, era destinada para os oficiais do Regimento dos Dragões que, após o conflito entre Portugal e Espanha pelo domínio de território da América Meridional, formaram um total de 841 propriedades espalhadas pelo Rio Grande do Sul. A consolidação do regime das estâncias, originou uma elite pecuarista consolidada também em terras da MRG 011, hoje, dedicada à atividade agrícola.

Com o fortalecimento da cultura portuguesa em terras rio-grandenses, devido à ocupação ilegal de territórios espanhóis, a Coroa Espanhola, em 1801, declara guerra contra Portugal. Com a vitória portuguesa, conforme Cavalari (2004, p.54)

Terminava, assim, a epopéia deste grupo de voluntários, que em poucos dias incorporava ao domínio português uma vasta região do território e quando a

paz decretada pelo Tratado de Badajós em 6 de agosto de 1801 chega ao Brasil, a conquista estava feita... e como o Tratado ignorava esses fatos, silenciou sobre a devolução de territórios tomados à força, e as Missões, apesar dos esforços posteriores dos castelhanos, permaneceram para sempre rio-grandenses. As terras de Cruz Alta, depois de terem pertencido à Coroa Espanhola e ao território de ninguém (Campos Neutrais), agora faziam parte de Portugal, mas com um pé no Brasil.

Desde o ano de 1736, iniciou-se a fixação dos primeiros tropeiros que vinham das regiões de São Paulo e de Laguna, estabelecendo-se, inicialmente, nos campos de Viamão. Esse grupo de migrantes desenvolveram currais e invernadas, sendo responsáveis, ainda, pela demarcação da Estrada Real. Salienta-se que com o afastamento dos indígenas da porção noroeste do território gaúcho, foi possível criar a Estrada das Missões, tendo a extensa área de Cruz Alta como parada preferencial.

Nesse sentido, a referida área, além de apresentar a fixação de grupos de luso-brasileiros oriundos de São Paulo e Santa Catarina, passou a atrair contingente vindo do Paraná, principais fundadores das primeiras comunidades campeiras, abrindo novas rotas para o tropeirismo. Com a criação e comércio de mulas na região, a atividade tropeira foi o principal meio de ganho financeiro da área cruzaltense. Cavalari (2004, p. 56) enfatiza que

O trabalho desses homens era difícil, penoso e heróico, pois ao realizar a compra desses animais, o tropeiro deveria deslocar a tropa pelo caminho íngreme, áspero e estreito da Serra de São Martinho, transferindo-as para o alto da serra próximo à região de Cruz Alta, pois ali era o grande centro de pouso e local de encontro das comitivas que desciam para o sul com as outras que seguiam rumo à São Paulo. Ficavam estes animais nas invernadas da região, até que o período de adaptação e engorda estivesse à contento, para só então partirem com destino à Feira de Sorocaba.[...] Esta foi a lida de centenas de tropeiros que constantemente desafiavam a própria vida nas longas e perigosas jornadas conduzindo tropas para comercializá-las em São Paulo. Certamente esta também foi a rotina do tropeiro João José de Barros, a saber, o responsável pela fundação de Cruz Alta.

Ainda ressaltando o nome de João José de Barros, existe a possibilidade de este tropeiro ter sido o responsável pela reabertura do Caminho das Missões, em 1808, ligando as Capitânicas de São Paulo e Rio Grande, permitindo a condução das tropas em direção à São Paulo. Salienta-se que o referido tropeiro só se fixou permanentemente em Cruz Alta, depois de transitar pela região muitas vezes.

Com a conquista das Missões e a incorporação do território ao domínio luso, houve a intensificação da ocupação da região cruzaltense por militares convocados pela Coroa Portuguesa para proteger o território missioneiro. Assim, uma grande onda migratória de pessoas vindas das províncias do norte do Brasil ocorreu devido à necessidade de consolidar o domínio lusitano nas Missões.

Entre os militares convocados, cita-se o nome de Vidal José do Pilar, oriundo de São Paulo e fixado no Rio Grande do Sul em companhia de seus tios maternos, João José de Barros e o Alferes Antônio José de Barros. Enfatiza-se que os mesmos residiram às margens do Rio Jacuí até o momento em que Vidal José do Pilar ingressou na vida militar. Cavalari (2004, p. 60) salienta que

Dentre os futuros moradores de Cruz Alta, Vidal foi quem primeiro pisou em seu território, talvez antes mesmo que seu tio, o tropeiro João José de Barros o fizesse. [...] Vidal foi um personagem importante para a vida da futura cidade de Cruz Alta e independente das calorosas discussões em torno de quem realmente fundou a cidade, não nos cabe aqui abrir mais um foco de controvérsias sobre esse ponto.

O ano de 1808 marca a criação de novas rotas exploradas graças à abertura da Picada de Botucará e os atalhos descobertos por Atanagildo Pinto Martins que iniciava em Santa Catarina e ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul sem passar por Lages. De acordo com Cavalari (2004, p.62)

Estes caminhos colaboraram para a povoação da região do Planalto Médio, cujo núcleo central será Cruz Alta, preparando dessa forma, a estrutura social básica para o emergente núcleo habitacional, formado em sua maioria por migrantes da Província de São Paulo e sua Comarca de Curitiba, hoje, Paraná; imigrantes portugueses e filhos destes vindos das cidades rio-grandenses de colonização açoriana [...]

Nessa perspectiva, acredita-se que as terras dos Campos de São Miguel, compradas em 1808 ao Cabildo do Povo de São João Batista constituiu a posse mais antiga legalmente consolidada no grande território cruzaltense. Nesse sentido, Cavalari (2004) destaca os nomes como: Francisco Alexandrino Freire, Ricardo Antônio de Melo, José Joaquim Batista, Joaquim José de Toledo, Vidal José do Pilar, Salvador Martins França, Gabriel Rodrigues de Carvalho, Gabriel Carvalho Pinto, José Tomás da Silva, Agostinho Soares da Silva, Antônio Moreira Pais, Ana Cândida Vieira, João José de

Barros, Alferes Antônio José de Barros foram os primeiros ocupantes das terras cruzaltenses.

Citam-se outros primeiros povoadores, como Joaquim Thomaz da Silva Prado, José Manoel da Encarnação, Manoel Gomes de Moraes, Tristão Ferreira de Barros, Joaquim de Almeida Pires, Manoel Gonçalves Terra, José de Moura e Silva, João Gonçalves de Almeida Laguna, Bernardino José Lopes, Antônio Machado Soares, Manoel Teixeira Buenavida, Manoel Esteves Veríssimo da Fonseca, entre outros.

Observando os nomes dos referidos pioneiros na efetiva ocupação do extenso território cruzaltense, atual MRG 011 (e demais municípios que não pertencem à Microrregião em questão), afirma-se que os mesmos apresentam origem luso-brasileira, oriundos de São Paulo, Paraná, Lages e Vacaria.

O ano de 1808 marcou o início do processo de fundação do povoado de Cruz Alta pois houve um salto numérico relativo à quantidade de moradores nessa região, estabelecidos, também, nas atuais terras circunvizinhas do que é hoje a cidade de Cruz Alta. Nessa perspectiva, ressalta-se que esses campos foram ocupados gradativamente por posseiros e sesmeiros que, aos poucos, completaram o povoamento da imensa área pertencente ao território cruzaltense.

No dia 18 de agosto de 1821, devido à chegada de ordens do Comandante da Fronteira de Missões ao Comandante do Distrito da Cruz Alta, o Tenente Antônio Pinto da Silva, o povoado cruzaltense foi fundado e, por conseguinte, iniciou-se a medição e demarcação dos terrenos da futura povoação, efetivada em 1825. De acordo com alguns historiadores locais, como Isaltina Vidal do Pilar Rosa, o fundador do referido povoado foi Coronel Vidal José do Pilar (lembra-se que a pesquisadora é descendente desta importante figura de Cruz Alta), enfatizando que não existe comprovação acerca dessa afirmação.

Ressalta-se que o principal responsável pelo documento de fundação do povoado, foi João José de Barros, tio de Vidal. Este último, conforme estudos

genealógicos, demonstra ligação com Érico Veríssimo, do qual seria trisavô pelo lado paterno do escritor. Segundo Cavalari (2004, p. 91)

A mãe de Vidal chamava-se Ana Maria da Trindade, irmã do tropeiro João José de Barros. Vidal casou-se com Gertrudes Bactista de Almeida e tiveram 12 filhos, entre eles Maria Lucia do Pilar, que acabaria casando com o coronel Antônio de Melo e Albuquerque, o Melo Manso. Desde o consórcio nasceram 7 filhos, sendo um destes Adriana Firmina que mais tarde casaria com Franklim Veríssimo da Fonseca, um dos 10 filhos do casal Domingos Veríssimo da Fonseca e Mariana Lucas Anes, e neto do português Manoel Esteves Veríssimo da Fonseca. Dos filhos que tiveram Franklim e Adriana, um deles chamou-se Sebastião Veríssimo, que posteriormente casou-se com Abegahy Lopes. Desta união nasceu Érico Veríssimo. Pelo lado materno do escritor Érico Veríssimo, Vidal também seria seu tataravô: Laurentina Joaquina do Pilar, a primogênita de Vidal, casou-se com Antônio Rodrigues Pereira, o Apiaí, e tiveram entre outros, a filha Saturnina Joaquina do Pilar. Saturnina casou-se com José Lopes da Silva e deste matrimônio nasceu Aníbal Lopes da Silva, que posteriormente casaria com Maurícia Leite de Moraes. Uma das filhas deste casal recebeu o nome de Abegahy Lopes, que ao casar-se com Sebastião Veríssimo tornariam-se pais do escritor. A numerosa descendência originada a partir de Vidal José do Pilar, gerou ao longo do tempo, uma imensa gama de importantes famílias e personagens para a história de Cruz Alta e do próprio país. Sem dúvida, um legado digno de um verdadeiro patriarca.

Nessa perspectiva, o próprio Érico Veríssimo afirma suas raízes portuguesas no livro "Solo de Clarineta: Memórias I" (1995, p. 1 – 2)

Senti um dia curiosidade de descobrir a origem dos Veríssimo. Graças a um amigo dado a pesquisas genealógicas, fiquei sabendo que o ramo brasileiro dessa família de nome superlativo começou no Brasil com o português Manoel Veríssimo da Fonseca, natural da Freguesia do Ervedal, na Beira Alta. Tendo emigrado de Portugal em 1810, casou-se aqui com a moça Quitéria da Conceição, natural de Ouro Preto. O casal mudou-se para o extremo sul do país, atraído não sei por quem nem por que, e com ele começa o tronco paterno do meu clã. O materno – também de origem portuguesa – veio possivelmente do Planalto de Curitiba e de São Paulo. Desconfio que de seus ramos brotaram alguns desses tenazes tropeiros de Sorocaba, que desciam a cavalo ao Rio Grande do Sul para comprar mulas, a fim de revendê-las na feira de sua vila natal. Cruz Alta foi um ponto de encontro de dois troncos cujos ramos se uniram e, numa sucessão de enxertos e cruzas, tornaram possível desabrochar desse espécime humano que agora me contempla, irreverente, do fundo do espelho. [...] Analisando a vida e as proezas de meu pai, sinto que em suas veias predominou – vá lá mais esta simplificação! – o quente e turbulento sangue dos Mello e Albuquerque. Um de meus bisavós, um gaúcho que, apesar de sua bravura e de seu gosto pela ação militar, carregou vida em fora a alcunha de Mello Manso, era coronel do exército imperial, lutou contra os Farrapos e – segundo ouvi de murchos mas orgulhosos lábios avunculares – foi ele quem prendeu Anita Garibaldi no combate de Curitibaano.

Outra importante figura de Cruz Alta, que tinha origem portuguesa e possuía grandes extensões de terras e, por isso, muito poder político no enorme território cruzaltense do século XIX, era Firmino de Paula e, de acordo com Cavalari (2007, p.20)

O pai de Firmino, homem de baixa estatura era enérgico com os filhos e herdou seguramente muitos hábitos de Portugal, pátria de seu pai Manoel da Silva Jorge, natural da Ilha do Faial (mas que já residia no vale do Taquari desde 1785, quando foram doadas algumas sesmarias para primitivas famílias). Muito religioso, mantinha boas relações com a igreja e seus representantes numa grande região do Rio Grande do Sul, em especial com a Diocese de Taquari, que o enalteceu em diversas publicações.

A família de Firmino de Paula apresenta trajetória muito semelhante à de inúmeros luso e luso-brasileiros que se fixaram no enorme território de Cruz Alta e, segundo Cavalari (2007, p. 23), João da Silva Machado, tio de Firmino.

Foi negociante de gado e comprava tropas no Rio Grande do Sul e repúblicas vizinhas para revender nas Feiras de Sorocaba, na Província de Minas, na Feira de Santana na Bahia e até nas proximidades do Maranhão [...] Recebeu a posse de sesmaria onde localizou-se o Rincão de São Jacob no primitivo Município de Cruz Alta e no ano de 1821 foi escolhido eleitor da Quinta Comarca de São Paulo, encarregado da eleição dos representantes do Brasil às Côrtes de Lisboa.

Ressalta-se que no dia 15 de junho de 1833, a Câmara do Rio Pardo pediu por ofício a definição dos limites do território de Cruz Alta, fixados em 10 de julho de 1833. Cavalari (2004, p. 94) caracteriza essa porção territorial, enfatizando a enorme área pertencente à Cruz Alta sendo que, atualmente, essas terras compõem a atual Microrregião Geográfica 011 e outros Municípios gaúchos. Portanto, as já inúmeras vezes em que referiu-se o nome de Cruz Alta, ao mesmo tempo, foi anunciado os outros 13 territórios municipais que, a partir do final do século XIX e, em maior escala, no século XX, foram se desmembrando do território cruzaltense e formando novos Municípios, conformando a porção norte do Rio Grande do Sul, ou seja, afirmando as características inerentes à região: pequenos municípios voltados à agricultura e indústria.

Veja a seguir, uma visão mais detalhada do imenso território de Cruz Alta quanto aos seus limites, maior inclusive que vários países da Europa; Ao Norte, limitava-se pelo Rio Uruguai, desde o Rio Ijuí pela sua foz próximo ao atual Porto Xavier até a cidade de Marcelino Ramos, ao norte de Erechim; a Leste contornando a Serra de Botucarái, abrangia as atuais Soledade, Salto do

Jacuí, descendo até o Pinhal logo acima de Santa Maria e já no limite Sul, que fazia parte São Martinho, São Pedro do Sul e pelo Rio Toropi para a direção Nordeste até suas nascentes próximas ao atual município de Tupanciretã. Contornava a nascente do Rio Jaguari pela coxilha de onde nascem os Rios Jaguari, Camaquã e o Piratini, alcançando as vertentes do Rio Nhacapetum e por este ao Norte até a sua foz no Rio Piratini. Daí cortava pela Coxilha do Pirapó por baixo do Rio Ijuí, até sua foz no Rio Uruguai completando o limite Oeste.

Com a criação da Vila do Espírito Santo da Cruz Alta, conforme a Lei Provincial de 28 de maio de 1834, a paisagem campestre do território cruzaltense se transformou com a construção de casas mais sólidas, indicando a permanência efetiva das famílias na região. No dia 5 de agosto de 1834, a recém instalada Câmara Municipal de Cruz Alta oficializou a divisão do enorme território do referido Município, proposta pelo vereador Bernardino José Lopes, que estabeleceu 6 distritos, cujos limites gerais confrontavam com os municípios de Rio Pardo e Cachoeira pelo sul, São Borja à oeste, Santo Antônio da Patrulha à leste e finalmente uma parte da Argentina e Santa Catarina ao norte. Cavalari (2004, p. 100) ressalta que

1º Distrito – Vila da Cruz Alta e arredores – limitava-se ao Norte pelo Arroio Porongos (atual Caxambu) e sua extensão pelas pontas do Jacuí até o “Sertão”; pelo Sul por uma vertente que nasce da Coxilha Grande junto a Estrada Geral e próximo à Fazenda de São Pedro e que pela dita estrada segue até o Durasnal denominado São Bernardo; pelo Oeste, com as matas das margens abaixo do Ijuí e finalmente à Leste pelo Rio Jacuí. 2º Distrito – São Martinho – limitava-se ao Norte com as mesmas divisas que o 1º Distrito tinha ao Sul; à Leste e ao Sul com a Serra Geral e ao Oeste com o Termo de São Toropi e as pontas do Jaguari. 3º Distrito – Botucaraí- limitava-se este distrito ao Sul e a Leste com a Serra Geral; a Oeste com as matas à margem direita do Rio Jacuí e ao Norte com o chamado Mato Castelhana. 4º Distrito – Passo Fundo – tinha seus limites ao Norte com o dito Mato Castelhana ou princípio do Sertão do Rio Pelotas; ao Sul com o Arroio Jacuí; à Leste pelo rio Jacuzinho cujas vertentes partem do Mato Castelhana, limitando-se com a divisa oeste do Distrito de Botucaraí e a Oeste com as matas da margem esquerda ou além do Jacuí. 5º Distrito – Erval da Palmeira – limitava-se ao Sul com a divisa norte do 1º distrito ou seja, o Arroio dos Porongos; ao Oeste pelo Rio Ijuí Grande; à Leste com o Rio Jacuí e ao Norte com o “Sertão dos Bosques Montanhosos do Rio Uruguai”. 6º Distrito – São Miguel – distrito da região missioneira, dividia-se ao Leste pelo Rio Ijuí; a Oeste fazendo divisa como o Termo de São Borja; ao Sul pela Coxilha por sobre a qual corre a estrada que leva a São Borja; e ao Norte com o dito “Sertão”.

O destaque para a referida afirmação de Cavalari, apontada na forma de uma grande citação, tenta comprovar o que já, por inúmeras vezes, foi ressaltado na pesquisa: se a pioneira colonização de Cruz Alta foi feita por portugueses, luso-brasileiros e açorianos, no momento em que era de domínio cruzaltense uma enorme

porção de terras que, atualmente, constituem-se vários Municípios, entre eles, os que pertencem à MRG 011, está claro que o pioneirismo da cultura lusitana também ocorreu nos 13 territórios municipais que compõem a Microrregião Geográfica de Cruz Alta. Outra importante contribuição dos estudos de Cavalari (2004, p. 103) pode ser salientado no momento em que o autor, ao enfatizar a lista do primeiro Corpo de Jurados do Conselho do Município, formada, entre outros, por Alexandre Garcia da Rosa, Antonio Bento Soares, Joaquim Fagundes, Joaquim Frâncico da Silva, Manoel Joaquim Alves, Manoel Joaquim dos Santos, Manoel José Braga, etc, destaca que

Nota-se pela relação nominal, a grande quantidade de Antônios, Joaquins e Manoéis, comprovando a descendência portuguesa na Vila da Cruz Alta. Isto mostra o porquê da localidade ser considerada um centro do partido Conservador durante a Guerra dos Farrapos, pois esta facção política era, em nível nacional, integrada basicamente por portugueses... monarquistas naturalmente.[...] Cruz Alta era notadamente um forte reduto de monarquistas conservadores que, na figuras de Vidal José do Pilar e seu genro Antônio Melo Manso Albuquerque, representavam com fidelidade esse quadro.

Após a Guerra dos Farrapos (1835 – 1845), o território cruzaltense passou por transformações, sendo que Passo Fundo se desmembrou de Cruz Alta e, junto com Soledade, formou um novo município. Em 1849, o juiz Dr. Antônio Gomes Pinheiro Machado chegou a levantar a idéia de criar a Província de Missões (depois chamada de Província do Alto Uruguai) devido à grande extensão do território cruzaltense que, teria área equivalente à atual Região Noroeste, Missões e parte do Planalto Médio. No entanto, Dom Pedro II não considerou uma boa idéia essa divisão política, mas passou a voltar seus olhos para essa região, fornecendo maiores recursos que puderam sanar as dificuldades que a grande localidade enfrentava na época.

Em 12 de abril de 1879, conforme a lei provincial de nº 1175, o Presidente da Província elevou Cruz Alta à categoria de cidade, movimentando a rotina da população. Destaca-se que, no ano de 1861, foi elaborada a planta urbana, com os quarteirões, casas e ruas delimitadas. Cavalari (2004, p.150) sintetiza que

Através da lista de eleitores residentes em Cruz Alta no ano de 1881, podemos observar alguns aspectos interessantes: Prevalciam os sobrenomes de origem luso/brasileira: alguns poucos com descendência espanhola e germânica. Não constam da lista vários nomes de figuras tradicionais de Cruz Alta; ou por estarem dispensados de votar; ou por estarem enfermos; ou por

residirem em distritos mais afastados da cidade, cuja lista geral não está reproduzida. Nota-se que alguns quarteirões concentram pessoas com o mesmo sobrenome, formando verdadeiros feudos ou núcleos familiares.

Quanto à presença negra na Microrregião Geográfica de Cruz Alta, pode-se enfatizar que a utilização da mão de obra africana é uma marca da colonização portuguesa nesse território, pois este escravo foi o primeiro imigrante não lusitano a penetrar, fixar e guardar as terras rio-grandenses, ao lado do luso-brasileiro. Nessa perspectiva, Cavalari (2004, p.153) evidencia que

Na região de Cruz Alta, o negro aparece oficialmente nos documentos em que se aborda o tropeirismo, seja acompanhando as tropas como peão ou até mesmo como dono da tropa. O tropeiro João José de Barros [...] fundador de Cruz Alta, durante as suas tropeadas atravessou por inúmeras vezes os campos onde hoje está a cidade, conduzindo suas tropas com o intuito de negociá-las na Feira de Sorocaba. Obviamente não viajava sozinho. Em sua companhia é certo que o acompanhavam uma peonada firme nas lides da profissão de tropeiro e dentre estes, certamente existiam negros escravos. Quando decidiu estabelecer-se nas terras de Cruz Alta, João José de Barros necessitou da mão de obra escrava para auxiliá-lo nas tarefas de campo e trabalhos em geral. Depois de sua morte, quando da realização do inventário, foram declarados os seus bens e a relação dos escravos que a ele pertenciam. Alguns destes negros foram testemunhas da fundação do povoado, pois com ele estiveram nos primeiros momentos da criação da vila.

Salienta-se que, em 1882, o português Evaristo Affonso de Castro, fundou em Cruz Alta a Sociedade Literária Aurora da Serra, um clube abolicionista que realizou uma campanha para libertar os escravos de Cruz Alta, reunindo muitos intelectuais cruzaltenses. Nesse contexto, destaca-se que o pioneirismo luso não foi, apenas, na implantação do regime escravocrata, mas as primeiras lutas abolicionistas na área em destaque também partiram dessa cultura, mesmo que tardiamente.

Com a Proclamação da República, em 15 de Novembro de 1889, e a Revolução Federalista, Cruz Alta provou, através deste acontecimentos, ser um lugar importantíssimo e estratégico por apresentar localização privilegiada e personalidades políticas relevantes nas tomadas de decisões que influenciaram os rumos do Rio Grande do Sul. Como referencial de grande importância na caracterização deste período, indica-se outra obra de Rossano Viero Cavalari “O Ninho dos Pica-paus”, também utilizado como bibliografia para o presente trabalho.

De forma breve, baseando-se em Cavalari (2004, p. 221 – 240) apresenta-se, em anexo, as primitivas famílias de Cruz Alta indicando a origem cultural vinda do português, luso-brasileiro e açoriano. Destaca-se, mais uma vez, que era de domínio cruzaltense, extensa porção territorial que, atualmente, refere-se aos 14 municípios da Microrregião Geográfica em estudo, além de outros territórios municipais que não interessam à presente investigação.

Salienta-se, ainda, que a determinação da origem dos indivíduos apontados nos quadros 1, 2 e 3 (ANEXOS C, D e E) foi realizada através da verificação do local onde nasceram e também de seus pais. Alguns indivíduos apontados apresentam origem portuguesa, mas nasceram no Brasil, evidenciando que seus pais (ou um deles) vieram de Portugal.

Desse modo, a partir dos quadros apresentados em anexo, compreende-se que a pioneira constituição cultural do território cruzaltense foi marcada pela presença lusitana, com grande ocorrência de luso-brasileiros (tropeiros paulistas e paranaenses ou descendentes desses tropeiros, além de militares) que povoaram essas terras como forma de manter o domínio português na Microrregião em questão.

Infelizmente, não foi possível caracterizar as localidades onde cada um desses indivíduos fixaram residência, grande parte, provavelmente, no atual e bem reduzido território cruzaltense e nos outros 13 municípios da MRG 011 além das demais localidades que pertenciam à Cruz Alta, mas hoje, não fazem parte da Microrregião Geográfica em questão.

Através do histórico dos municípios, apresentado pela página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da realização do trabalho de campo é possível apontar no Quadro 2 (ANEXO D) outras famílias de origem lusa e os municípios pertencentes à MRG 011 onde as mesmas se fixaram.

Portanto, como forma de não torná-la tão repetitiva, optou-se por não apontar os habitantes que se fixaram no atual município de Cruz Alta, evidenciando que, devido à

algumas imprecisões de cunho histórico, escolheu-se elencar, apenas, as famílias, as origens e os territórios municipais de maior confiabilidade teórica.

Propõe-se, também, ressaltar os nomes dos primeiros padres que atuaram em terras cruzaltenses (ANEXO E) como forma de enfatizar suas proximidades com a cultura lusa (grande parte tinha origem luso-brasileira). Sabendo-se que a religião é um importante código cultural e um veículo de transmissão das normas e valores representativos de um grupo social, pode-se constatar que esses padres ajudaram na divulgação da imaterialidade intrínseca à etnia portuguesa através dos sermões, missas e aconselhamentos religiosos.

Convém salientar que as considerações acerca da presença portuguesa na MRG 011 feitas até essa etapa, referem-se, também, aos resultados obtidos através da realização do trabalho de campo. Ao ressaltar que essa investigação se insere nos estudos fenomenológicos e na ênfase para a questão da identidade atrelada à cultura portuguesa, enfatiza-se que as limitações relacionadas à presença, consistência, quantidade e confiabilidade dos “frutos” desse trabalho são reflexo do nível de conhecimento e identificação dos entrevistados (qualificados e não qualificados) com o grupo social em destaque, ou seja, os portugueses²¹.

4.4 A ligação entre imigração portuguesa e açoriana na Microrregião Geográfica de Cruz Alta

Essa pesquisa, na tentativa de evidenciar a presença cultural portuguesa na Microrregião Geográfica de Cruz Alta e o papel dessa etnia na construção desse espaço, enfatizou como grupos responsáveis pela introdução de elementos característicos portugueses nessa porção espacial os lusos, os luso-brasileiros e açorianos.

²¹ Portanto, pode-se destacar que, como visitação às matrizes teóricas vinculadas à presença da cultura lusa na MRG 011 essa pesquisa já as mencionou, bem como todos os resultados atrelados à temática capturados via trabalho de campo. Os “entraves” teóricos que podem ser considerados estão melhor caracterizados no item 4.1 e 4.2 estes tem ligação estreita com a noção de identidade.

Nessa perspectiva, é necessário compreender que a imigração açoriana, principalmente no Rio Grande do Sul, apresentou características peculiares, diferentes das, já apontadas nesse trabalho, vinculadas ao expedicionário (e explorador) português (conhecido como bandeirante) e, ainda, ao militar e ao tropeiro luso-brasileiro.

Por conseguinte, convém ressaltar Wiederspahn (1979) quando o autor diz que a imigração açoriana no Brasil começou no século XVII (1677), com a chegada de 50 famílias vindas da Ilha do Faial com destino ao atual estado do Pará. Cavalari (2004, p.41) destaca que

A presença açoriana no sul, foi resultado da autorização do Rei de Portugal, Dom João V, que no ano de 1747 estaria promovendo a emigração de casais das ilhas do Arquipélago dos Açores, com o objetivo de aumentar a cultura das terras de Santa Catarina e da Capitania de São Pedro do Rio Grande e dessa forma, solucionar o verdadeiro problema: a explosão demográfica e escassez de terras aráveis nas ilhas portuguesas. A primeira leva de açorianos, foi deslocada para a Vila do Desterro (Florianópolis), em 1749 e no ano seguinte, durante o Tratado de Madrid, um outro grupo de 300 famílias chega ao porto de Rio Grande e dali espalham-se para o interior, principalmente para as margens setentrionais do Rio Jacuí até as proximidades de Rio Pardo. Esses açorianos teriam como destino programado, colonizar as terras das Missões Jesuíticas, que por direito passariam a pertencer à Coroa portuguesa conforme estabelecido no Tratado de Madri. Em virtude da demora na demarcação desses limites de fronteiras e principalmente pelo fracasso na consecução deste objetivo, a grande maioria desses casais acabou estabelecendo-se em pequenos núcleos urbanos em formação como Santo Amaro, Triunfo, Rio Pardo, Cachoeira, Taquari e Caçapava.

Evidencia-se, nesse contexto, a presença dos açorianos nas referidas cidades pois esses ilhéus lusos originaram as tradicionais famílias que se destacaram na vida social do grande território cruzaltense, atual Microrregião Geográfica 011. Segundo Cavalari (2004) no final de 1751 chegaram mais açorianos em Desterro (Florianópolis) e, dentre esses, chegaram sessenta casais para a antiga sesmaria de Jerônimo de Ornelas Menezes de Vasconcelos, o Porto de Ornelas (atual Porto Alegre). Spalding (1967 apud Cavalari 2004, p. 42) mostra 59 nomes desses açorianos, alguns deles se dirigiram para outras áreas do atual Estado, entre elas, a da MRG de Cruz Alta.

Quadro 4 - Nomes dos açorianos fixados no Rio Grande do Sul (atual Porto Alegre) em 1751

Manoel Ferreira Gonçalves	Antônio da Silveira (II)	Manoel de Borba	-
Manoel de Espínola	Antônio Martins de Souza	José Nunes	André Silveira
Manoel Cardoso	Francisco da Fonseca	Antônio Machado Figueiredo	José Silveira Pereira
Manoel Machado da Silveira	Francisco de Borba	José Antônio da Silva	José Silveira de Brito
Gregório Machado	Gregório Gonçalves	Francisco Pereira	Bernardo Machado
Jerônimo de Oliveira	João M. Torrão	Manuel Pereira Soares	Antônio Fernandes
Manoel Silveira	José de Borba	Antonio da Cunha	Francisco Machado de Borba
Antônio de Souza	José Silveira da Luz	João Inácio	Francisco Garcia (II)
Joaquim de Bittencourt	Luis José Viegas	João Nunes	Teresa Nunes
Francisco Garcia	Manoel de Aguiar Laranja	Antonio Francisco	Manoel Nunes Golarte
Antônio de Souza Brasil	Manoel Furtado	Antônio Silveira	Manoel Pereira Pinheiro
Manoel de Mendonça	Manoel Gonzaga	Manoel Machado	Antônio Machado
Bernardo de Oliveira	Manoel Pinheiro	Henrique José	Maria Inácia
Caetano de Borba	Silvestre Vieira	Manoel Cardoso Beirão	Vital de Oliveira
Manoel de Lemos	Tomé Teixeira	Simão Dias	Tomé Machado

Fonte: CAVALARI, R. (2004, p.42 apud Spalding, 1967) **Org:** CAETANO, J. N., 2011

Nesse sentido, a presença açoriana aumentou de forma expressiva o número de pessoas não somente no atual Estado, mas nas terras que, hoje, compõem a Microrregião Geográfica de Cruz Alta. Esse grupo possibilitou a introdução de novos aspectos vinculados à vida social e cultural dessa área, pois viabilizaram o plantio de trigo em larga escala, entre outros cultivos, como cevada, ervilha, feijão, centeio e a produção (em pequena escala) de vinho. De acordo com Cavalari (2004, p. 42) “[...] também em Cruz Alta teve uma pequena produção feita por portugueses no decorrer do século XIX.

Laytano (1956 apud Cavalari 2004, p. 43) contribui, ainda, acerca da influência açoriana no grande território cruzaltense do século XIX, atual MRG 011 entre outros municípios, afirmando que

Legaram-nos também os açorianos, incontáveis expressões de um vocabulário sui-generis, falado diferentemente nas ilhas do Arquipélago dos Açores, como por exemplo: *mio(milho)*, *ovéias (ovelhas)*, *abéias (abelhas)*, *carcanha (calcanhar)*, *vespra (véspera)*, *sestroso (manhoso)*, *samear (semear)*, *sêmos*

(somos), vertude (virtude), açucre (açúcar), agachar (acocorar, abaixar), alembrar (lembrar), alevantar (levantar), fruita (fruta), perjuízo (prejuízo), luita (luta), escuitá (escutar), alumiar (iluminar), alimá (animal), entre muitas outras, ainda bastante usadas no Rio Grande do Sul, inclusive em Cruz Alta, cidade que recebeu influência açoriana em vários aspectos de sua história, sejam eles de caráter cultural, social, ou mais claramente, religioso.

Por conseguinte, afirma-se que a Microrregião Geográfica de Cruz Alta teve o pioneirismo da imigração portuguesa, não apenas, através da chegada do luso e luso-brasileiro, mas, também, do açoriano que, desde 1750 estabeleceram-se em terras rio-grandenses depois de uma fracassada tentativa do governo em habitar o território missioneiro pela necessidade de garantir o domínio das terras para os portugueses.

5 A IDENTIFICAÇÃO DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CRUZ ALTA COM A MATRIZ CULTURAL LUSA

Com a realização do trabalho de campo nos 14 municípios que compõem a MRG 011²², algumas considerações podem ser feitas acerca da identidade lusa nessa área de estudo promovida pelas imigrações portuguesa, açoriana e a fixação de luso-brasileiros.

Primeiramente, enfatiza-se que, através das leituras vinculadas à temática, principalmente aquelas que ofereciam embasamento histórico sobre a formação dos 14 municípios da Microrregião Geográfica de Cruz Alta, notou-se que a cultura portuguesa (considerando a luso-brasileira e açoriana) foi pioneira no processo de povoamento dos referidos territórios municipais.

Partindo desse pressuposto, esperou-se encontrar os códigos culturais que materializam e imaterializam essa etnia. Desse modo, a verificação “in loco” só poderia ser efetivada através do trabalho de campo.

Desse modo, a pesquisa procurou relacionar a memória dos antigos moradores entrevistados com a identidade cultural portuguesa, reconhecendo-se o desafio de trabalhar com informações tão subjetivas, porém, vinculadas com o método fenomenológico e reveladoras da identificação destes indivíduos com o grupo cultural em questão.

5.1 Identidade lusa na Microrregião Geográfica de Cruz Alta: a verificação *in loco*

5.1.1 Alto Alegre

Primeiramente, realizou-se a entrevista com a secretária de Educação, Cultura e Desporto, Irani Lourdes Dalberto, que acrescentou ser visível a presença ítalo-

²² Ver Mapa 1 (página 17)

germânica no município de Alto Alegre e, por isso, não soube afirmar se ainda havia na paisagem da unidade territorial em questão, códigos culturais da matriz cultural lusa.

Dalberto afirmou, também, que é possível identificar a presença do grupo cultural luso através dos sobrenomes de muitos moradores, porém, não soube orientar se os mesmos se reconheciam como descendentes de luso, luso-brasileiros e/ou açorianos. A secretária aponta ser muito difícil designar os elementos culturais lusitanos, visto que esta etnia se “misturou” muito, a ponto de ser identificada de maneira geral, como brasileiro e como gaúcho, mesmo estes sendo resultados da “mescla” de várias culturas.

Como moradores antigos, Dalberto indicou Luiza Rosa e João Vizzotto, sendo o último, o único entrevistado, visto que não foi possível localizar a informante sugerida pela secretária de cultura.

Nesse contexto, João Vizzotto destacou que em Alto Alegre é quase inexistente a cultura portuguesa, pois há um grande número de alemães e italianos na unidade territorial em questão. Vizzotto ressalta a importância das imigrações alemã e italiana para o desenvolvimento de Alto Alegre, pois, antes da chegada destes colonos, este território era um “descampado”, sem moradores, apenas alguns estancieiros que se apropriavam de grandes extensões de terras para criação de gado. Por conseguinte, não foi possível verificar singularidades da matriz cultural lusa devido à falta de referências por parte dos informantes entrevistados.

5.1.2 Espumoso

Evidenciando a realização do trabalho de campo no município de Espumoso, primeiramente buscou-se entrevistar o secretário de cultura do referido local, porém, o mesmo não estava presente no momento e, por isso, o chefe de gabinete (promotor de alguns eventos culturais em Espumoso) manifestou-se no intuito de auxiliar o desenvolvimento da pesquisa. Assim, o senhor José Moraes enfatizou a inexistência de imigração portuguesa no município de Espumoso na atualidade, evidenciando a presença italiana como cultura predominante no município.

Nesse sentido, mesmo quando questionado acerca dos primeiros povoadores da atual área Espumosense, o profissional destacou o pioneirismo italiano, como primeira etnia a povoar esse território. É necessário solicitar ao leitor que, recorra ao histórico do Município em questão para notar que os primeiros imigrantes a povoar esse local foram os de origem lusa e luso-brasileira.

Caracterizando João Moraes como um informante qualificado, foi solicitado que o mesmo indicasse antigos moradores do município para serem entrevistados, ou seja, habitantes interessados pela história de Espumoso. Dessa forma, foi indicada a geógrafa Lúcia Laner, escritora do livro “Das picadas do Botucaraí à RS 332: A evolução histórica de Espumoso” e, também, a funcionária da associação cultural do local, Simone Lara Parizoto, muito atuante na realização dos principais eventos culturais do município em questão.

Simone Parizoto na referida associação que, por não se sentir apta a responder os questionamentos da entrevista, apenas disponibilizou alguns folhetos de divulgação dos principais eventos de Espumoso.

A realização da entrevista com a geógrafa Lúcia Laner foi feita na sua residência. Ela é atualmente coordenadora pedagógica do município. Frente aos questionamentos vinculados à presença da etnia portuguesa, Laner enfatiza que essa cultura não teve participação significativa na formação do município.

Ao recorrer às primeiras páginas de sua obra, observou-se que a autora remonta o desenvolvimento cultural de Espumoso, desde o momento em que este território ainda pertencia a Rio Pardo e, posteriormente, a Cruz Alta, porém, evidencia, apenas, como cultura importante, a italiana a qual se fixou no município só no início do século XX. Na tentativa de reproduzir seu discurso, acrescenta-se que Laner atribui ao imigrante italiano o desenvolvimento espumosense pois, segundo a geógrafa, o italiano é um povo solidário, responsável pela introdução da agricultura familiar.

A pesquisadora destaca, ainda, a manifestação da riqueza italiana através dos jantares dançantes realizados em Espumoso, dos capitéis, da reza do terço entre

outros elementos que representam esta cultura. Laner conclui a entrevista enfatizando que o luso foi, em Espumoso, o imigrante pioneiro, que abriu as primeiras picadas e cita o nome de Sebastião Borges da Silva como um dos responsáveis pela formação do povoado, originado pela proximidade com o Rio Jacuí.

A referida pesquisadora afirma que a primeira aglomeração surgiu graças às cheias desse rio, que obrigava muitas pessoas a permanecerem por um longo período na região. Por conseguinte, foram surgindo os primeiros povoados e parapeiros onde muitos luso-brasileiros podiam permanecer até as águas do Jacuí baixarem.

Quando indagada acerca da existência de algumas casas com detalhes representativos da cultura portuguesa, Laner indica que as mesmas não existem mais e que a falta de preservação desses símbolos. Salienta-se que essa etnia teve seus símbolos culturais identificadores substituídos pelos da cultura italiana. Laner evidencia, ainda, o cuidado do italiano em manter seus “signos” representativos. A entrevistada aponta que Sebastião Borges da Silva deixou muitos descendentes, entre eles, Iolanda da Silva, senhora que já conta com idade avançada e, por isso, não entrevistada por motivo de doença.

A procura por elementos representativos da matriz cultural lusa se mostrou dificultosa pois a arquitetura de Espumoso demonstra características atuais e italianas, as festividades (com música, dança e vestimenta típica) também caracterizam a valorização da etnia italiana nesse território. Por indicação da geógrafa entrevistada, dirigiu-se até a avenida principal que, por ser mais antiga, poderia apresentar alguns elementos portugueses, porém, nenhum elemento foi encontrado.

5.1.3 Campos Borges

No município de Campos Borges entrevistou-se a secretária de educação e cultura, Elisa Adriana Benedetti Ghuzi, responsável pela publicação do livro “Das matas e nascentes a campos de progresso”, de autoria de Alcides José Arnhold.

Diante dos questionamentos relacionados à presença portuguesa em Campos Borges, Elisa acrescenta que o município é composto culturalmente por “brasileiros” que, segundo ela, são portugueses miscigenados com índios, espanhóis e negros, e que só depois, chegaram os alemães e italianos na região.

Quando indagada sobre a manifestação do grupo cultural luso em Campos Borges, a secretária de cultura não acredita que exista uma expressão “pura” do luso nesta unidade territorial, mas, através do gaúcho, muito dos elementos da cultura lusitana podem ser verificados. Nessa perspectiva, Elisa Ghuzi enfatiza a existência do CTG (Centro de Tradições Gaúchas) do município, de piquetes e das festividades ligadas à valorização da cultura rio-grandense, como os rodeios realizados no território de Campos Borges.

Por conseguinte, a secretária de cultura, conclui que atualmente, a localidade apresenta várias culturas e que as mesmas se expressam através das festividades, exemplificando que a etnia italiana se mostra através do evento denominado Italianito, entre outras manifestações. Utilizando como referência essa afirmação, perguntou-se por que a festa italiana mostra a originalidade de seus elementos culturais, enquanto as de origem portuguesa demonstram uma miscigenação com outros grupos sociais.

Dessa forma, a entrevistada enfatizou que a etnia portuguesa fez questão de manter contato com outras culturas pela necessidade de mão de obra e pelas guerras, já o italiano preferiu se relacionar entre si e formar comunidades mais “fechadas”, sem tanta influência de outros grupos.

Como antigo morador, a secretária indicou Alberino Pierezzan, habitante da referida unidade territorial que, não pôde ser entrevistado, por não se encontrar em sua residência, na principal avenida do município.

5.1.4 Salto do Jacuí

O secretário de cultura de Salto do Jacuí, Flávio de Jesus Nogueira, enfatizou que há grande mistura de “raças” na localidade, porém, não existe a cultura portuguesa

manifestada em sua originalidade no município. Para este entrevistado, a paisagem de Salto do Jacuí representa com maior expressividade as culturas alemã e italiana.

Como principais eventos apontados pelo secretário, a Romaria dos Navegantes, o Rodeio, a Feira Exposalto, as festas do CTG Potreiro Grande e as festividades da Comunidade Adventista representam bem a cultura diversificada da localidade.

Nesse contexto, o entrevistado indicou o nome de Elvio Cherubini como antigo morador por residir em Salto do Jacuí há muito tempo. Desse modo, a entrevista foi feita com a esposa do senhor indicado pelo secretário da cultura, pois o mesmo não se encontrava no momento.

Assim, a senhora Loeci Cherubini (cujo nome de solteira é Loeci Borges de Almeida) destacou que há em Salto do Jacuí, um grande número de “brasileiros” que, para ela, são pessoas “misturadas” (português com negro). Enfatiza-se que, no momento em que se aproximou um menino indígena no estabelecimento dessa entrevistada, a mesma o designou como negro.

Quando indagada sobre a arquitetura da localidade e onde poderiam existir antigas residências, Loeci afirmou que quando era jovem, ainda existiam muitas casas antigas, mas que hoje tudo foi demolido e reconstruído de um “jeito mais moderno”. No final da entrevista, Cherubini ressaltou que há muitas gerações a sua família mantém a crença em Nossa Senhora Aparecida e que ela participa da Romaria há mais de 59 anos. Loeci Cherubini indicou o nome de Joana Rodrigues, a mais antiga moradora de Salto do Jacuí, para ser entrevistada e as residências da Avenida Maia Filho como as que melhor preservaram sua arquitetura original.

Há algumas residências antigas do município, duas indicadas por Loeci Cherubini. A primeira, segundo a funcionária do estabelecimento, foi construída há mais de 50 anos por uma família de sobrenome Pereira. Uma outra casa, ainda mais antiga, pertence à família de Joana Rodrigues.

Assim, a senhora Joana Rodrigues enfatizou que sua família foi uma das primeiras a se fixar na localidade e que possuía grande extensão de terras na região. Sendo uma dos 15 filhos de Ana Guerreiro do Amaral e Pacífico Rodrigues da Silva, Joana acredita ter descendência italiana de ambas as partes da família (nota-se que, através do histórico dos municípios do IBGE, os Guerreiro do Amaral são açorianos, e não italianos).

Por morar em Salto do Jacuí há mais de 77 anos, Joana não acredita que tenha existido lusos e luso-brasileiros em Salto do Jacuí, porém, levantou a hipótese de a família paterna ter algum ramo português e da antiga professora, Sissi Sampaio também apresentar origem lusitana.

5.1.5 Jacuizinho

A secretária de educação e cultura de Jacuizinho, Jeanete Maria Steffanello Fiuza, destacou que o município apresenta colonização mista e que é maior o número de habitantes no interior da localidade que na área urbana do mesmo. Para a entrevistada, não é possível encontrar manifestações da cultura portuguesa em Jacuizinho, mas admite a possibilidade dessa etnia ter sido pioneira no povoamento da região.

Maria Fiúza salienta, ainda, a existência de uma comunidade quilombola em Jacuizinho que pode, inclusive, denotar a fixação da etnia portuguesa no atual município, pois essa cultura possuía grandes extensões de terras e utilizava mão de obra escrava.

Ao ser questionada sobre o estilo da arquitetura e as festividades de Jacuizinho, Maria Fiúza, salienta que as casas da localidade tiveram massiva reconstrução a partir da década de 1960 e, por isso, apresentam arquitetura atual. A secretária enfatiza que o que havia na região eram casas antigas de estância, num estilo “gaúcho”, porém, poucas ainda existem.

Quanto aos eventos, a entrevistada evidencia o maior número de festividades gaúchas e a de Nossa Senhora Aparecida, lembrando que o padroeiro da cidade é Menino Deus, cuja Igreja remonta o ano de 1883.

Ao ser questionada quanto a algum morador antigo de Jacuizinho que poderia fornecer informações, a secretária de cultura não indicou nenhum nome que ainda residisse no município, porém, citou o nome de Glades Goelzer Fiúza. Por conseguinte, a entrevista com esta informante não se realizou devido ao fato de ela não estar em casa ou não querer participar da pesquisa.

5.1.6 Boa Vista do Inkra

A secretária de educação e cultura, Cláudia Luciane Barbosa Pezzarico destaca que há em Boa Vista do Inkra uma colonização feita por “brasileiros”, que ela caracteriza como elementos miscigenados, entre outras etnias, por lusos. Mesmo afirmando essa característica, a entrevistada não acredita que, na manifestação da cultura brasileira, exista atributos de expressão portuguesa pura.

Nessa perspectiva, Cláudia Pezzarico ressalta que a manifestação original da cultura européia em Boa Vista do Inkra ocorre, somente, através da etnia italiana que, se comparada com outras cidades da MRG 011, como Espumoso, existe em número reduzido.

Entre os eventos mais importantes realizados no município, a secretária de educação destaca a Caminhada da Fé, a Romaria de Nossa Senhora Aparecida e o Tradicional Jantar Italiano. A entrevistada evidencia, ainda, a existência de uma arquitetura contemporânea devido à reforma das antigas residências ou destruição das mesmas.

Como moradores indicados por Cláudia Pezzarico, estão Olívio Camargo e Marlene Camargo que residiam no interior do município. Ao ser encontrada a residência do casal, a filha deles indicou que os mesmos estavam na rodoviária de Cruz Alta.

Encontrando-os no referido local, o casal enfatizou a existência de italianos em Boa Vista do Incra, mas que eram brasileiros, ou seja, miscigenados.

Quando questionados sobre a participação portuguesa na construção da cultura brasileira e, portanto, na possibilidade de terem “sangue” luso, Olívio e Marlene Camargo acreditam que essa etnia faça parte de suas construções culturais, mas que não conseguem identificar os elementos que caracterizam os portugueses e, portanto, não poderiam dizer se seus hábitos caracterizam esse grupo cultural.

5.1.7 Ibirubá

A secretária de cultura e educação, Maria Cristina Veiga Brignoni, enfatizou que Ibirubá apresenta uma mistura de culturas, sendo possível identificar os brasileiros (os de pele morena), alemães e italianos, além de negros.

Quanto à manifestação do grupo cultural luso, a entrevistada relata que, atualmente, não há na paisagem da localidade qualquer expressão desta cultura e que, inclusive, poucos moradores se identificam como integrantes da etnia em questão, porém, a evidência da fixação lusitana na região se deve, também, à presença negra, pois a mão de obra escrava era utilizada pelos estancieiros da região e os negros atuavam, também, como peões.

Maria Brignoni ressalta que há no município festividades alemãs e italianas, porém, reconhece que existe a necessidade de criar um grupo de origem espanhola e de afro-descendentes em Ibirubá, pois acredita que o alemão e o italiano, por meio da valorização da mídia e pelo fato de terem se protegido da intervenção de outras culturas, acabaram se integrando em comunidades fechadas e conseguiram manter a originalidade de suas culturas, diferente do luso, espanhol e negro.

A secretária de cultura salienta, ainda, que no ano de 2011 ocorreu o primeiro carnaval de Ibirubá, como forma de valorizar a presença negra no município. Quando questionada sobre a existência de casas antigas na localidade que pudessem expressar a pioneira fixação lusa/luso-brasileira e açoriana, Maria ressalta que as

residências e os monumentos ibirubenses fazem referência à imigração italiana no local, como a Casa do Imigrante, o Monumento ao Imigrante, e a Casa/Pizzaria Italiana.

Cabe ressaltar que o nome indicado pela secretária de cultura como antigo morador foi o de Nabor Faria, pesquisador da história da região de Ibirubá que produziu material expressivo sobre as riquezas culturais e históricas do município e arredores. Ministrante de várias palestras na universidade de Cruz Alta e outras instituições da região Noroeste do Rio Grande do Sul, natural de Ibirubá ele é morador da cidade há 71 anos.

Nabor Faria ressaltou que a formação inicial de Ibirubá, assim como várias cidades da região, é lusa, luso-brasileira e, principalmente, açoriana, e que sua família por parte de pai tem origem açoriana. Quanto à identificação da matriz cultural lusa na paisagem municipal, o pesquisador afirma que a imigração portuguesa em Ibirubá remonta um tempo muito antigo e que a representação lusitana foi se perdendo com o progresso do município. O italiano e o alemão ainda apresentam suas “marcas” porque chegaram depois e se mantiveram unidos, fortalecendo seus laços e preservando os elementos de suas culturas.

O entrevistado afirmou que as localidades ibirubenses de São Lucas e Rincão Seco (atualmente conhecida como Pinheirinho) eram estâncias de descendentes de portugueses, mas muito dos códigos culturais materializados na paisagem por essa etnia se perdeu com a demolição e reconstrução conforme o modelo de arquitetura contemporânea, exigindo uma busca muito profunda, muitas vezes dentro de propriedades particulares.

Nesse sentido, Nabor Faria acredita ser muito mais expressiva atualmente a imigração alemã (imigrantes oriundos da colonização de General Osório, Lajeado e Santa Cruz do Sul) e italiana (localizados na região norte e sul de Ibirubá) do que a portuguesa. O pesquisador afirma que a presença do Rio Jacuí Mirim permitiu a fixação dos portugueses e açorianos nos campos da porção oeste do atual Município, expulsando os espanhóis e índios dessa região. Entre os integrantes da cultura lusa em

Ibirubá, estavam os avós paternos de Nabor, Luiz Gonzaga Pires e José Gonçalves de Faria.

O pesquisador afirma também que a imigração portuguesa ocorreu em vários períodos e que o ramo luso de sua família (é filho de Otaviano Faria Sobrinho e Hilária Georgina Faria) é resultado da mistura de portugueses (os Faria) e açorianos (os Simões Pires) que, na realidade, não apresentam diferença étnica, pois seus antepassados açorianos, de sobrenome Simões Pires, eram portugueses que foram deportados para os Açores.

Nesse contexto, Nabor evidencia que muitos de seus familiares viviam em Rio Pardo, uma localidade que até hoje preserva a cultura açoriana e, considerando que este antigo Município originou Cruz Alta que, em seguida, deu origem aos territórios municipais da MRG 011, é possível que existam fortes laços açorianos na formação dessas localidades, mas que muito tenha se perdido com a chegada de outras etnias e com a modernização da arquitetura.

5.1.8 Quinze de Novembro

A secretária de educação e cultura de Quinze de Novembro, Luiza Prante Budke, afirmou que 90% da população de Quinze de Novembro apresenta origem alemã e que os outros 10% pertencem à etnia italiana (fixados no distrito de Sede Aurora). Assim, para a entrevistada, é inexistente a cultura lusa nesse território, mesmo antes da emancipação do município.

Luiza Budke, elenca elementos comprobatórios da massiva presença alemã em Quinze de Novembro, como a religião luterana (para a entrevistada, o nome da localidade se deve à data de inauguração da igreja), a arquitetura típica, as tendas rurais do Município, a venda de produtos coloniais tipicamente alemães, os museus, entre outros elementos. A entrevistada não indicou nenhuma antiga residência ou qualquer elemento de influência lusa no município.

Como moradores mais antigos, possíveis conhecedores da história de Quinze de Novembro, a secretária de cultura indicou o professor de alemão Anselmo Pott. Entretanto, optou-se por não entrevistá-lo devido ao fato de que, segundo a própria entrevistada, ele compreende muito pouco a língua portuguesa, já que exercita a língua alemã tanto em seu cotidiano quanto em sua profissão.

É necessário alertar a contradição entre as informações obtidas mediante a realização da entrevista com Budke e o que o histórico do município de Quinze de Novembro, disponibilizado no site do IBGE, aponta ao citar o nome das pioneiras famílias do município, todas de evidente origem lusa ou luso-brasileira, tornando relevante, ainda, os dados disponibilizados pela mesma secretária via folheto informativo utilizado para o estudo das prendas de Quinze de Novembro: há mais de 20% de descendentes de portugueses na localidade, superando o número de descendentes de italianos (10%), característica não destacada pela informante qualificada.

5.1.9 Fortaleza dos Valos

A entrevistada foi, Elisabete Mulinari Melo, profissional da educação de Fortaleza dos Valos a qual destacou que existiu, no município, a participação de várias culturas, como a indígena, a lusa (açoriana e luso-brasileira), alemã e italiana e que as duas últimas se destacam por terem permitido o crescimento de Fortaleza dos Valos. A expressão do italiano e do alemão no local se efetiva através dos jantares típicos entre outros eventos.

Para a entrevistada, não há elementos representativos da matriz cultural lusa em Fortaleza dos Valos. Elisabete Melo indicou o nome de Imério Rossato e Ana Rossato como conhecedores da história do município que participaram do processo de emancipação e guardam muitos documentos, destacando que o irmão de Imério, Ermélio Rossato, escreveu o livro intitulado “História de Fortaleza dos Valos”, que trata sobre os aspectos históricos mais importantes da localidade.

No interior de Fortaleza dos Valos, entrevistou-se Ana Rossato que destacou a importância do marido para a emancipação do local ao mostrar sua reunião de recortes de jornais que noticiaram os acontecimentos importantes, responsáveis pela autonomia da localidade. Imério Rossato foi o primeiro prefeito do município e promoveu vários jantares culturais, entre eles, o italiano, o alemão e o luso, culturas que formaram o território municipal.

A entrevistada salientou que a importância da cultura lusa é igual à das outras culturas, porém, ela se miscigenou muito e passou a incorporar elementos de outros grupos. Segundo ela, a chegada dos alemães e italianos é mais recente e, talvez, por isso mais valorizada e documentada. É importante destacar que a festa lusa (que atualmente não acontece mais) teve a presença do cônsul português no Brasil.

Quando questionada sobre a presença de códigos culturais característicos do grupo cultural luso em Fortaleza dos Valos, Ana ressaltou que eles não existem na paisagem do município, havendo maior manifestação das culturas alemãs e italianas por serem etnias de fixação mais recente. Ana Rossato acredita que se tiver existido algum elemento característico da cultura lusa, este provavelmente não existe mais devido à falta de preservação, ou por “dar lugar” a outros grupos culturais.

A atenção de Ana à pesquisa foi tamanha, que a informante, no intento de provar a diversidade cultural do município, indicou a localização de uma das antigas residências de Fortaleza dos Valos, de origem húngara. Como o foco da pesquisa é a matriz cultural lusa, a qual enfatiza as presenças portuguesa, açoriana e luso-brasileira não há necessidade de caracterizar melhor este grupo no local, porém, ressalta-se que esse é um importante sinal da contribuição oferecida por esta antiga moradora para a pesquisa.

5.1.10 Jóia

Fabiana Taís da Silva, coordenadora pedagógica de Jóia, destacou que a área do atual município foi povoada por italianos, porém, com o assentamento do Movimento

Sem Terra (MST) e a fixação de pessoas retiradas das áreas inundadas pela barragem do Rio Jacuí. A localidade apresenta, hoje, população de várias culturas.

Para a entrevistada, a paisagem de Jóia manifesta essa diversidade cultural através das festividades religiosas dedicadas à São Pedro, São José, São Roque, Santo Antônio e ao Divino Espírito Santo, além da festa do Colono e Motorista, os Rodeios da Semana Farroupilha, entre outras comemorações.

A coordenadora pedagógica acredita que, nos primeiros tempos de ocupação do território gaúcho tenham existido imigrantes portugueses e açorianos na área que corresponde atualmente ao município de Jóia, porém, não existe mais esse grupo na localidade ou se existir, é uma minoria, bem como os símbolos culturais que os identificam. Fabiana da Silva salienta que a cultura portuguesa, manifestada nos imigrantes lusos, açorianos e povoadores luso-brasileiros, nunca se preocupou em preservar suas características, diferente do italiano e alemão.

A entrevistada ressalta também que muito dos aspectos históricos e do povoamento de Jóia pode ser verificado na Casa Dutra e Silva (atual museu Retomada do Pontão) e indica a responsável pelo mesmo, professora de história e geografia da rede municipal de ensino e pesquisadora, Judith Furlan. A pesquisadora e antiga moradora trabalha e reside no distrito de São Pedro do Pontão, local que deu origem ao município.

Judith Furlan foi entrevistada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Sepé Tiarajú, no distrito de São Pedro do Pontão. A professora ressaltou que para compreender-se o povoamento de Jóia e do Rio Grande do Sul, é necessário entender as questões históricas, pois o território municipal está na divisa entre a Campanha e a Colônia. Assim, Jóia apresenta, atualmente, características que representam a Colônia, ou seja, a presença expressiva de imigrantes italianos e, com o passar do tempo, também abrigou outros imigrantes.

Furlan destaca que, ao chegarem os italianos em Jóia, existia um senhor negro de nome Salvador da Luz, responsável pela organização das terras devolutas para a

colonização italiana. A presença dessa pessoa de nome português e origem africana denota que a localidade, antes da chegada dos italianos, apresentava grandes estâncias de propriedade dos luso e luso-brasileiros que utilizavam mão de obra escrava. Furlan salienta a existência de uma senhora de origem portuguesa que era dona das terras que começavam desde a sede do município e terminavam na atual rua joiense denominada 21 de Abril.

A professora afirma entender a dificuldade de se fazer uma pesquisa sobre uma cultura tão desvalorizada no Rio Grande do Sul, como a lusitana. Em sua experiência de quase 30 anos em sala de aula, a entrevistada declara que as crianças não aceitam pertencerem à cultura indígena, porque eles são pobres, à negra, pois já foram escravos e à cultura portuguesa, pois eram exploradores e desprovidos de inteligência (devido ao grande número de piadas que estereotipam essa etnia). Essas mesmas crianças, preferem ser de origem alemã e italiana, pois eles são brancos, trabalhadores e, atualmente, são os donos de grandes extensões de terras produtoras de soja em Jóia.

Na tentativa de eliminar essas visões negativas frente às etnias que formaram Jóia, Judith destaca em suas aulas de história e geografia que não há cultura melhor ou pior, mas que todas contribuíram muito para o desenvolvimento do atual município e salienta a importância das imagens para a compreensão concreta das peculiaridades de uma determinada cultura.

As contribuições de Judith Furlan não se referem, apenas, à presença lusa em Jóia, mas na Microrregião Geográfica de Cruz Alta e, por isso, seus apontamentos foram enfatizados nas considerações finais dessa pesquisa, por ajudarem a interpretar a influência da matriz cultural lusa na construção espacial da MRG de Cruz Alta.

5.1.11 Boa Vista do Cadeado

A secretária de Cultura de Boa Vista do Cadeado, Marzia Francine Araújo Copetti, afirmou que, por ser natural de Cruz Alta, talvez não tivesse o conhecimento

exigido pela entrevista, mas que acreditava que não fosse possível encontrar no município qualquer sinal da presença lusitana.

A entrevistada ressaltou, a expressiva presença de famílias de origem italiana vindas de Val de Serra, Silveira Martins, Augusto Pestana e Jóia. A secretária de cultura afirma, que a paisagem de Boa Vista do Cadeado não manifesta a cultura italiana por meio da arquitetura das casas e das igrejas, pois as mesmas apresentam estilo contemporâneo, um modelo “comum”. A cultura italiana se define melhor no município através da gastronomia e das festividades.

Marzia Copetti acredita que existe a possibilidade de encontrar descendentes das antigas famílias da localidade no interior do município e indicou o nome de uma antiga moradora, professora de história aposentada, Maria Jair que vive em local afastado da sede municipal. A secretária de cultura indicou também, a senhora Iraci Daltrozo Barassuol e Celso Antônio Barassuol, moradores de Boa Vista do Cadeado antes mesmo da emancipação desta unidade territorial.

Nesse contexto, procurou-se entrevistar a senhora Maria Jair, porém, a mesma não se encontrava em casa no momento. Por conseguinte, foram entrevistados os senhores Celso e Iraci Barassuol, naturais de Boa Vista do Cadeado.

Os entrevistados enfatizaram que no município é possível encontrar italianos, alemães e brasileiros (definidos por eles como “misturados”, de pele morena). Quando questionados sobre a possibilidade de existir elementos típicos do grupo cultural luso na localidade, ambos ressaltam que inexistem qualquer casa, monumento ou festividade típica lusitana em Boa Vista do Cadeado, mas que isso não quer dizer que essa etnia não tivesse se fixado no local, e sim, que essas marcas foram demolidas ou se encontram fora da sede municipal.

Esses antigos moradores, assim como a secretária de cultura, não conseguiram indicar qualquer código cultural luso, lembrando que Celso e Iraci Barassuol afirmaram pertencerem à cultura italiana, sendo que seus avós chegaram ao Rio Grande do Sul vindos da Itália e que seus pais eram naturais de Ivorá e Silveira Martins.

5.1.12 Santa Bárbara do Sul

A antiga secretária de cultura e atual coordenadora pedagógica de Santa Bárbara do Sul, Silviane Cerutti Kern, ressaltou que há no município uma “mistura de raças”, destacando a participação da cultura italiana, alemã e francesa (a família Dumoncel) e que a comprovação da presença desses grupos é a predominância da atividade agrícola.

Para a coordenadora pedagógica inexistente a cultura lusa em Santa Bárbara do Sul, pois as festividades, como a Festa do Kerb, o café colonial, o programa de rádio em língua italiana, o Pavilhão dos Alemães, as casinhas italianas de madeira provam a predominância das culturas alemã e italiana. Silviane enfatiza a presença negra na localidade, mas que não é tão forte quanto a das duas últimas culturas.

Como informantes não qualificados, ela indicou os nomes de Linara dos Santos, pesquisadora da história do povoamento de Santa Bárbara do Sul e, também, de Dejonara Lírio, coordenadora da museu municipal e responsável pela organização de muitas exposições na unidade territorial em questão.

Por não residir em Santa Bárbara do Sul, não foi possível entrevistar Linara dos Santos. Recorreu-se, nesse sentido, à Dejonara Lírio que, por não se sentir apta a responder os questionamentos ligados às presenças portuguesa, açoriana e luso-brasileira no município, apenas disponibilizou materiais e documentos que tratavam da ocupação do atual território municipal para consulta no próprio museu.

Esses documentos apresentavam alguns detalhes importantes sobre a presença lusa em Santa Bárbara do Sul, como a existência de militares de origem portuguesa que receberam sesmarias na localidade e na região de cima da serra, em 1820. Devido à presença de ervais, muito da economia da região passou a ser desenvolvida, evidenciando, ainda, grandes fazendas de criação de gado originadas pelas concessões de posse para os militares lusos e luso-brasileiros.

As primeiras concessões das terras da atual Santa Bárbara do Sul foram destinadas ao Alferes Atanagildo Pinto Martins em 1826, destacando que este importante povoador nasceu na Vila de Castro, no Paraná em 1772, cujo pai era o Capitão-mor Rodrigo Félix Martins (natural de Portugal) e sua mãe era Ana Maria de Jesus (nascida em Minas Gerais). Os documentos salientavam, também, que Atanagildo protagonizou uma importante expedição pelos campos paranaenses e catarinenses e estabeleceu-se por volta de 1826 no atual município, na margem direita do Rio Jacuí Mirim.

Outros elementos de origem lusa que se fixaram nas proximidades do atual território municipal, foi Manoel José da Encarnação, tio de Atanagildo Martins e Francisco de Paula Pinto, outro tio do Alferes. Nesse sentido, a grande Estância Santa Bárbara, da família de origem portuguesa, deu origem ao município, fato pouco reconhecido e valorizado.

Após revisitar os antigos documentos pertencentes ao museu, verificou-se que em Santa Bárbara do Sul surgiu às margens do antigo caminho dos tropeiros que transportavam gado *vacuum* e muares até a Feira de Sorocaba e que seu povoamento ocorreu através da fixação de grandes proprietários de terras de origem lusa e luso-brasileira, como João da Silva Machado (o Barão de Antonina), Athanagildo Pinto Martins, Joaquim Thomas da Silva Prado, Manoel José da Encarnação, João Ferreira Amado e Jeremias Ferreira Amado.

Outra importante família de origem portuguesa de Santa Bárbara do Sul era a de sobrenome Lírio, que se fixou inicialmente no atual território de Ibirubá e, devido à rivalidades, se dirigiram para as terras santabarbarenses. Manoel Vicente Lírio nasceu na cidade do Porto, em Portugal, filho de Vicente José da Rocha e Antônia Albina de Trindade. Chegando ao Rio Grande do Sul, casou-se com Maria Tereza de Almeida em primeiras núpcias, passando a residir em terras que ainda pertenciam à Cruz Alta. Tiveram dois filhos: Hilíbia Maria de Almeida (nascida em 1820) e José Vicente (nascido em 1825).

Manoel Vicente Lírio casou-se pela segunda vez com Margarida Antônia de Oliveira e tiveram os filhos Maria Margarida Lírio (nascida em 1827 e casada com o francês Victor Dumoncel), Manoel Vicente Lírio e Maria da Paixão Flores (nascida em 1831 e casada com Felisbino de Souza).

Alguns documentos antigos disponibilizados no museu, ressaltam que, antes da emancipação de Santa Bárbara do Sul, quando existia, apenas, a vila, havia uma farmácia de nome “Independência” cujo proprietário era Ildefonso Gomes Moreira, de evidente origem lusa.

Convém lembrar que Dejonara Lírio, funcionária do museu municipal, pertence à referida família Lírio e, quando indagada sobre a origem de sua família, ressaltou que conhecia muitas histórias sobre a fixação da mesma em Santa Bárbara do Sul, mas, em nenhuma delas, era enfatizada a origem lusa deste clã.

5.1.13 Saldanha Marinho

A secretária de cultura, Elivete Picinini de Oliveira Castelli declarou que a maior parte dos moradores do município apresentam origem alemã, ressaltando, ainda, o expressivo número de italianos que residem na localidade.

A entrevistada enumera diversos elementos que representam essas etnias, em especial, a alemã, como o Kerb no dia 6 de janeiro, feriado no município, as residências de arquitetura típica, a igreja Luterana, entre outros atributos característicos dessa cultura.

Elivete Castelli afirma que não há nenhuma marca da cultura lusa em Saldanha Marinho, nem mesmo a gastronomia, código cultural que, segundo ela, é facilmente transmitido de uma geração à outra. A secretária de cultura admite, nesse contexto, que as imigrações portuguesa, açoriana e inserção luso-brasileira foram pioneiras no povoamento do atual município, mas que esse grupo cultural não preservou seus costumes, o que, para Elivete, parece estranho, afinal, o Brasil foi domínio português durante muito tempo.

A entrevistada afirma, ainda, que os alemães e italianos compraram terras de uma colonizadora conhecida como Castro e Silva, denotando a possibilidade de muitas terras que pertenciam à lusos e luso-brasileiros serem vendidas para imigrantes vindos da Alemanha e da Itália. A secretária de cultura lembra, também, que as terras da colonizadora Castro e Silva eram próximas da grande propriedade do Tenente Coronel José Dias, militar de origem lusa que recebeu sesmarias pela dedicação à Coroa Portuguesa.

Como antigos moradores a serem entrevistados, Elivete Castelli indica Lúcia Ferri, filha de imigrantes italianos que compraram terras da colonizadora Castro e Silva e, também, Adelina da Fonseca, senhora que conta com mais de 90 anos, de provável origem lusa, moradora da localidade desde que nasceu.

Ao procurar-se Adelina da Fonseca em sua casa, próxima à praça principal do município, verificou-se por meio de sua vizinha, que esta senhora estava muito doente e tinha problemas de audição. Por isso, optou-se por entrevistar a senhora Lúcia Ferri, natural de Saldanha Marinho e proprietária de terras herdadas dos pais, imigrantes italianos, compradas da colonizadora Castro e Silva.

Lúcia Ferri acrescentou que mora na localidade há mais de 75 anos e que o município apresenta muitos moradores de origem alemã mas, que nos últimos tempos, muitos brasileiros e italianos se fixaram no local. Nesse contexto, a entrevistada destacou que havia em Saldanha Marinho elevado número de pessoas de sobrenome português e que, devido à venda de terras, esses indivíduos foram embora de Saldanha Marinho.

Nesse contexto, Lúcia lembrou que quando seus pais chegaram no atual município, compraram algumas terras de uns senhores de sobrenome Soares ou Silva. De acordo com a entrevistada, essas famílias de origem lusa/luso-brasileira queriam sair da região e ir para o Mato Grosso para adquirirem terras mais baratas, porém, devido à motivos que Lúcia desconhece, essas pessoas voltaram e se fixaram nas terras do atual município de Carazinho.

A senhora enfatizou, também, que a valorização das terras da região obrigou muitos antigos moradores (de provável origem lusa) a se retirarem, pois a agricultura passou a ser a atividade chave, enquanto que eles ainda desenvolviam uma pequena agricultura ligada à pecuária bovina. Lúcia Ferri salientou que, quando seus pais chegaram na localidade, encontraram muitas atafonas que serviam para fazer farinha de mandioca, evidenciando a existência desta agricultura de subsistência atrelada à criação de gado.

5.1.14 Cruz Alta

A coordenadora do Departamento de Cultura, Turismo e Meio Ambiente de Cruz Alta, Patrícia da Silva Martins, afirmou que o município apresenta uma cultura diversificada e valoriza essas etnias por meio da criação de casas típicas no Parque de Exposições do município.

Patrícia Martins afirmou que, entre os municípios da região Noroeste do Rio Grande do Sul, Cruz Alta se destaca pela manifestação de sua raiz portuguesa e açoriana, principalmente através da arquitetura de inspiração colonial, mas que a falta de preservação tem promovido o esquecimento desse grupo cultural e a desvalorização do pioneirismo do mesmo no povoamento, não apenas, do atual município, mas de todo o território que era de domínio cruzaltense e foi emancipado no decorrer do tempo.

A coordenadora do Departamento de Cultura afirmou, ainda, que o luso foi sempre “mal visto” pela sociedade de Cruz Alta porque formavam grupos fechados de pessoas que possuíam grandes extensões de terras e educavam seus filhos fora do país. Com o tempo, essa cultura foi perdendo poder econômico e político, formando uma sociedade de ex-estancieiros falidos, que viram integrantes de outros grupos culturais, principalmente alemão e italiano, prosperarem economicamente e ganharem evidência na esfera política do município.

Para Martins, a falta de poder econômico do grupo cultural luso não permitiu a valorização dos elementos representativos dessa etnia na paisagem municipal, enquanto que o italiano e o alemão, através do desenvolvimento financeiro que

conseguiram com a agricultura e a introdução das primeiras indústrias na região, fizeram questão de “marcar” as características de suas etnias na paisagem cruzaltense por meio da construção de casas típicas, da promoção de festividades, jantares típicos, celebrações religiosas, entre outros elementos. Nesse contexto, Patrícia Martins indicou os nomes do escritor e diretor do Museu Érico Veríssimo, Rossano Viero Cavalari, da pesquisadora da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ, Vâia Freitas e do médico, pesquisador e criador do site “Nossa Velha-Nova Cruz Alta”, Alfredo Roeber. Como antigo morador, Martins indicou o nome de Antônio Augusto Lopes.

Antônio Augusto Lopes nasceu há 81 anos na localidade de Morredouro, norte de Portugal e chegou ao Brasil no ano de 1953, dirigindo-se primeiramente à cidade de São Paulo onde, juntamente com os tios, passou a trabalhar no ramo comercial vendendo tecidos.

Ao chegar em Cruz Alta, poucos anos depois, casou-se com uma descendente de italianos de sobrenome Aita e estabeleceu duas casas de venda de tecidos na rua Pinheiro Machado, centro de Cruz Alta. Como representante da fábrica de tecidos Covilhã na cidade, Lopes observou o desenvolvimento do município enfatizando a importância de Cruz Alta para a economia do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX.

O entrevistado destacou que muitos “patrícios” de Portugal já moravam em Cruz Alta há bastante tempo quando ele chegou e os mesmos foram responsáveis pelo desenvolvimento do município como a família Annes Dias, Noronha, Barros, Mendes, Gonçalves, Dias, Teixeira, entre outras, as quais detinham consideráveis extensões de terras e propriedades na unidade territorial em questão.

Lopes afirmou, também que os nascidos no Rio Grande do Sul ao se referirem aos “pelos duros” não reconhecem que estes foram originados, entre outras etnias, por portugueses e, atualmente, são eles que carregam os sobrenomes e o legado cultural de Portugal. O entrevistado ressalta, ainda, que muitos elementos da cultura portuguesa foram se perdendo e, para ele, açorianos e portugueses não apresentam

diferenças culturais mesmo que os primeiros tenham convivido com modos de vida diferenciados atrelados ao cotidiano nas ilhas de domínio português.

Lopes ressalta que, assim como muitos imigrantes portugueses, em seu país de origem dedicava-se à pequena agricultura familiar e, ao chegar em território brasileiro, viu o grande potencial econômico do comércio e da indústria. Para este entrevistado, que mesmo pertencendo ao Catolicismo tem uma visão crítica sobre a Igreja, há muitas semelhanças entre a paisagem cruzaltense e a portuguesa, como a religião, a arquitetura e os hábitos. Para ele, festas religiosas como a Romaria de Fátima e a festa do Divino Espírito Santo se parecem muito com as realizadas em Portugal.

Segundo Lopes, as avenidas Pinheiro Machado e Presidente Vargas eram “dominadas” por moradores portugueses, como os Lima, donos de muitas quadras da primeira avenida citada. A imaterialidade da cultura portuguesa é evidenciada por Lopes, quando o mesmo enfatiza a sua criação, o carinho dos pais, a estrutura patriarcal de sua família, a necessidade das mulheres saberem cozinhar e costurar e dos homens aprenderem vários ofícios, o sotaque carregado, a utilização de expressões como “vai à breca”, “pois”, entre outras peculiaridades.

Há 20 anos, Antônio Lopes reside no bairro cruzaltense Bonini II e, ao chegar no município, fixou-se na avenida Pinheiro Machado, onde relata o período em que a mesma era iluminada por lâmpadas a óleo diesel. O entrevistado afirma que a atividade comercial foi a principal exercida pelo imigrante português, mas que a pecuária no período das doações de sesmarias manifestou a habilidade destes povoadores lusos em realizar atividades no campo.

No que se refere à entrevista com Rossano Viero Cavallari, autor de obras importantes para o conhecimento do povoamento, formação e desenvolvimento de Cruz Alta, pode-se evidenciar a presença lusa no município através dos tropeiros, alguns deles, portugueses legítimos que deram início à gênese de Cruz Alta. A imigração açoriana também foi responsável pela inserção da cultura portuguesa no território municipal em questão através da formação de núcleos de povoamento na antiga localidade de Santo Amaro, próximo ao Rio Jacuí. O escritor destaca o nome de Mateus

Soares da Silva, filhos de ilhéus portugueses, nascido em 1752 que residiu em Cruz Alta e faleceu em 1856.

Para Cavalari, a maior expressão da presença lusa em Cruz Alta é a organização política do município ressaltando que, em 1834, dos 7 vereadores, 2 eram portugueses legítimos sendo que um deles era bisavô de Érico Veríssimo, um monarquista retrógrado da elite cruzaltense.

O historiador aponta, também, que o expressivo número de escravos em Cruz Alta denota a marcante presença lusa no município e destaca o nome de Mota Rico como um proprietários de terras cruzaltenses detentor de muitos escravos. O escritor evidencia, ainda, uma peculiaridade cultural lusa em Cruz Alta que contrariou a potencialidade natural do Planalto rio-grandense: a produção de vinhos (que não durou muito tempo devido às condições geomorfológicas e climáticas local).

Cavalari acredita que, devido à extensão expressiva do território de Cruz Alta no século XIX, é evidente que muitos portugueses, luso-brasileiros e açorianos tenham se fixado nos atuais territórios de outros municípios, os quais compõem a MRG 011 e exemplifica esta afirmação ao citar o nome de Evaristo Afonso de Castro, proprietário de terras de origem portuguesa do atual município de Saldanha Marinho que fez loteamentos regionais para a fixação de imigrantes alemães e italianos.

Outra “marca” da fixação cultural lusa alicerça-se na esfera religiosa de Cruz Alta, através do padres portugueses como o frei lisboeta Santavertano, que foi excomungado em Portugal e, em Cruz Alta, organizou em 1827 o primeiro livro de registros paroquiais presente, atualmente, na Mitra Diocesana do município. As festas religiosas como a do Divino Espírito Santo, as extintas Cavalhadas e a crença em Ns^a Sr^a de Fátima são importantes representações portuguesas nesta unidade territorial, segundo o escritor.

Cavalari aponta que outros elementos da cultura lusa podiam ser observados no município, como a elaboração de doces feitos a base de gemas de ovos, o palavreado

típico mediante a utilização de termos como “acorda” (prato da gastronomia portuguesa), algibebe (mascates), alveitar (ferradura de mulas), entre outras.

O historiador acredita na existência de estereótipos negativos vinculados a cultura portuguesa e na eliminação de muitas singularidades deste grupo cultural devido à falta de preservação em Cruz Alta sendo urgente a valorização do patrimônio que resta através da divulgação de imagens. O autor ressalta que na Avenida Presidente Vargas existe, ainda, alguns casarios em estilo açoriano pouco preservados.

Cavalari atualmente coordena o Museu Érico Veríssimo, em 2011 publicou o livro “Dicionário de Cruz Alta Histórico e Ilustrado” e também desenvolveu o projeto “GenCruz”, no qual divulga sua pesquisa sobre a genealogia dos municípios originários de Cruz Alta.

Enfatizando a importante participação da professora e pesquisadora Vâia Freitas, a entrevistada preferiu tratar de aspectos gerais relativos à temática de estudo e não aos questionamentos da entrevista. Ela salientou, que não há valorização da questão cultural em Cruz Alta e, por isso, sua paisagem não se expressa como um “ambiente biblioteca” e, nem mesmo os jornais que datam os anos de 1900 foram preservados, sendo necessário a divulgação das particularidades culturais por meio de imagens.

Freitas ressalta a relevância das informações encontradas nos jornais que tratam da paisagem, da cultura, do patrimônio e que ninguém valoriza, pois esse estudo deve começar na sala de aula. A entrevistada destacou que, frente à tamanha diversidade cultural existente no Brasil, a cultura portuguesa precisa mostrar suas características culturais, assim como os alemães e italianos. A contribuição da historiadora não serviu, somente, para considerar as peculiaridades da presença lusa em Cruz Alta, mas em toda a Microrregião Geográfica 011.

O médico e pesquisador Alfredo Roeber, outro importante informante indicado pela coordenadora do Departamento de Cultura de Cruz Alta foi entrevistado em seu consultório e preferiu salientar os aspectos mais relevantes que levaram à criação do site “Nossa Velha-Nova Cruz Alta”, página disponibilizada via web com fotografias

antigas e atuais da arquitetura cruzaltense, que denotam questões relativas ao patrimônio e às transformações da paisagem.

Alfredo Roeber afirmou que, devido ao fato de ter recebido pela internet 40 fotos, dos séculos XIX e XX, mostrando antigas residências de Cruz Alta, houve um despertar de curiosidade sobre a divulgação dessas imagens e o impacto que poderia causar na sociedade local sobre a preservação do patrimônio e as transformações na paisagem causadas por vários motivos. O médico salienta que não tem conhecimento aprofundado sobre a influência étnica dessas casas e nem se, entre elas, há residências características da cultura portuguesa.

O entrevistado ressaltou que teve o cuidado de capturar as fotografias no mesmo ângulo das imagens antigas para que a comparação entre a “velha” e a “nova” Cruz Alta fosse mais evidente. O resultado dessa análise, de acordo com Roeber, é a conclusão de que existe pouca preservação patrimonial em Cruz Alta, pois a população não valoriza a manifestação de sua riqueza histórica. Para Alfredo, há uma tradição de tolerância e aversão às coisas antigas no município, pois tudo o que é velho é demolido e esquecido pelos moradores e autoridades políticas.

O pesquisador destacou, ainda, que atualmente existe um despertar tímido relativo ao cuidado com as antigas residências e monumentos no território cruzaltense graças à autoridades que, por meio do estudo e da pesquisa, têm o discernimento do quanto é necessário manter a materialização histórica e cultural de Cruz Alta através da arquitetura.

A repercussão após a divulgação do site e das atividades de preservação patrimonial no município foi imediata e, de acordo com Roeber, impediu a venda e reforma (e possível descaracterização) de casas antigas, além da criação de um projeto promovido por arquitetos cruzaltenses apoiado pela Universidade de Cruz Alta em selecionar residências que apresentam características arquitetônicas de expressivo valor cultural e patrimonial para que as mesmas sejam, futuramente, tombadas e preservadas.

Alfredo Roeber afirmou que 47 residências já foram pesquisadas e caracterizadas como importantes exemplares da riqueza arquitetônica cruzaltense, mas que não tem conhecimento se as mesmas representam a cultura portuguesa, apesar de saber que o município é um dos poucos da região que ainda apresenta moradias inspiradas pela arquitetura colonial lusa.

O pesquisador concluiu a entrevista afirmando que as pessoas apresentam um sentimento nostálgico, de valorização do passado, porém, isso não é colocado em prática quando a questão econômica fala mais alto. Os interesses do setor imobiliário de tornar tudo mais eficiente e novo, impulsionam a demolição de moradias antigas e a construção de casas nos moldes contemporâneos. Essa questão, somada à falta de conhecimento e sensibilidade da população e dos políticos torna o patrimônio cruzaltense cada vez mais degradado. Diante dessa situação, Roeber preferiu utilizar imagens porque, segundo ele, elas são capazes de sensibilizar, de mostrar a gravidade da inexistência de cuidado com o patrimônio, com o passado e a cultura de Cruz Alta.

5.2 A herança lusa e sua manifestação na Microrregião Geográfica de Cruz Alta: os códigos culturais mais expressivos

Essa investigação, por se tratar de um trabalho inserido na perspectiva da Geografia Cultural, tem como uma das principais preocupações, a verificação e localização dos códigos culturais materiais e imateriais representativos do grupo cultural luso, considerando, nesse sentido, as representações portuguesas, açorianas e luso-brasileiras.

Durante a realização do trabalho de campo, ou da verificação “*in loco*” acerca das manifestações relativas à presença deste grupo cultural na Microrregião Geográfica de Cruz Alta, observou-se considerável invisibilidade desses elementos – ou porque realmente já não existiam mais, ou devido à falta de orientação dos secretários de cultura (entre outros profissionais) dos municípios.

Frente a essa situação, houve um questionamento importante: a pesquisa perderia seu valor científico por não ser possível apresentar esses atributos culturais

relativos à presença do grupo cultural luso na MRG 011 ou este seria um ponto importante para novas discussões vinculadas à temática cultural na Geografia? Ou seja, é possível resgatar a gênese da presença lusa sem ser possível perceber sua (i)materialização na paisagem e no (ir)reconhecimento da população entrevistada com esta matriz cultural, mesmo que, alguns destes indivíduos pertencessem a este grupo através da comprovação em referências teóricas fidedignas.

Acreditando-se nesse desafio, deu-se andamento às atividades desse estudo nos municípios selecionados. É importante destacar que os resultados eram apresentados de forma semelhante: uma paisagem repleta de elementos ítalo-germânicos e entrevistados qualificados e não qualificados que afirmavam a predominância das culturas alemã e italiana nessas localidades. Assim, a cultura principal que deu origem a esse recorte espacial havia sido “sucumbida”, foi substituída radicalmente.

Diante desses resultados, preferiu-se, nesse sentido, abordar as razões que acarretaram o desaparecimento da cultura lusa no espaço da MRG de Cruz Alta, encontrando nas contribuições dos entrevistados, já referidos no subitem anterior, Judith Furlan, Vâia Freitas e Alfredo Roeber, algumas possíveis respostas para essas questões.

Como forma de tentar apontar alguns elementos que remontam a presença lusa, porém, já desprovidos de originalidade, destacam-se determinados atributos, como o sítio localizado em Alto Alegre, de nome “Velha Atafona”, fazendo referência à existência de atafonas utilizadas pelos primeiros imigrantes lusos e povoadores luso-brasileiros para fazerem farinha de mandioca na região. Outro elemento pouco visível na Microrregião Geográfica de Cruz Alta, é a pecuária, uma atividade realizada pelos primeiros portugueses e luso-brasileiros fixados na área e que, com a chegada dos alemães e italianos, foi se extinguindo dando lugar à agricultura.

No município de Salto do Jacuí, a arquitetura e a religião fazem referência à influência lusa/luso-brasileira na localidade, como a casa da Família Pereira, construída há mais de 50 anos, e a casa da família de origem açoriana, Guerreiro do Amaral, além

de algumas casas geminadas, já desprovidas das características representativas da etnia portuguesa, mas que são traços da mesma. A crença em Nossa Senhora Aparecida, santa encontrada por volta do ano de 1717 na atual cidade de Aparecida do Norte/SP por moradores de origem portuguesa, pode evidenciar, também, a influência lusa/luso-brasileira nesse local.



Fotografia 1: Casa da família Pereira.

Fonte: Trabalho de Campo, 2011.
Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.



Fotografia 2: Casa da família Guerreiro do Amaral.

Fonte: Trabalho de Campo, 2011.
Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.



Fotografia 3: Casas geminadas no centro do município

Fonte: Trabalho de Campo, 2011.
Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.



Fotografia 4: Igreja de Ns^a. Sr^a. Aparecida.

Fonte: Trabalho de Campo, 2011.
Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.

No município de Jacuizinho, algumas casas de estâncias antigas, localizadas na área rural da localidade fazem referência a uma arquitetura de influência portuguesa,

ressaltando, ainda, a construção da Igreja Menino Deus, em 1883, período em que viviam no atual território municipal, muitos imigrantes açorianos.



Fotografia 5: Capela do Menino Deus.
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.
Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.



Fotografia 6: Placa de mármore da do Menino Deus.
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.
Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.

Os municípios de Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Jóia, Santa Bárbara do Sul e Saldanha Marinho manifestaram poucas residências de arquitetura lusa e luso/brasileira, sendo que as únicas que apresentaram alguma proximidade com o estilo arquitetônico, como as de “porta e janela” e as geminadas, já estavam descaracterizadas por elementos contemporâneos de construção.



Fotografia 7: Antiga residência de inspiração lusa em F. dos Valos/RS.
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.



Fotografia 8: Residências geminadas em Ibirubá/RS.
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.

Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.



Fotografia 9: Antigas residências de inspiração lusa em Jóia/RS.

Sta B.

Fonte: Trabalho de Campo, 2011.
Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.



Fotografia 10: Casas geminadas em do Sul/RS.

Fonte: Trabalho de Campo, 2011.
Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.



Fotografia 11: Casas geminadas em Sta. B. do Sul/RS.

Fonte: Trabalho de Campo, 2011.
Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.



Fotografia 12: Construção de inspiração lusa em Saldanha Marinho/RS.

Fonte: Trabalho de Campo, 2011.
Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.

Destaca-se, ainda, que em Jóia, o Museu Comunitário Retomada do Pontão coordenado pela professora Judith Furlan, possuía alguns objetos de antigas famílias, entre elas, de proprietários de terras que foram embora do Município, podendo haver entre esses artefatos, alguns elementos representativos da cultura lusa e luso-brasileira.



Fotografia 13: Objetos e utensílios expostos no museu Retomada do Pontão em Jóia/RS.
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.
Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.



Fotografia 14: Fachada frontal do Retomada do Pontão em Jóia/RS.
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.
Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.

Convém ressaltar que, assim como em Salto do Jacuí, os municípios de Jacuizinho, Boa Vista do Incra e Saldanha Marinho também manifestam a crença em Nossa Senhora Aparecida, santa encontrada no Rio Paraíba do Sul, em São Paulo, por moradores de origem lusa, sendo esta, a Padroeira do Brasil. Assim, os referidos territórios municipais realizam festividades em sua homenagem como uma tradição religiosa passada para as gerações.



Fotografia 15: Imagem de Nossa Senhora Aparecida em Saldanha Marinho.
Fonte: Trabalho de campo, 2011.
Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.

Nesse contexto, é possível considerar que a originalidade dos elementos representativos da etnia lusa foram perdidos no decorrer do tempo, verificando-se algumas “marcas” que não chegam a representar fielmente a cultura lusa/luso-brasileira e açoriana no espaço da Microrregião Geográfica de Cruz Alta, pois alguns atributos já

demonstram influência da contemporaneidade, ou misturam características de outros grupos sociais.

5.3 A resistência das manifestações culturais lusas no município de Cruz Alta

Com a realização do Trabalho de Graduação intitulado: *“A importância do lugar no processo de ensino-aprendizagem: identidade portuguesa e a abordagem cultural no município de Cruz Alta/RS”*, sob a orientação do Professor Doutor Lauro Figueiredo, as questões relativas ao processo de fixação do grupo cultural luso no território cruzaltense puderam ser feitas com maior facilidade, sendo necessário, apenas, a captura de maior número de fotografias que pudessem expressar a presença desse grupo no Município em questão.

Nessa perspectiva destaca-se que os elementos culturais trazidos pelos portugueses, luso-brasileiros e açorianos eram visíveis, principalmente nos primeiros habitantes do Município. O tipo físico, a organização familiar, a arquitetura das casas, os festejos com gastronomia típica, a religiosidade e os hábitos da população local formaram culturalmente a cidade e caracterizam, até hoje, esta matriz cultural, pioneira no povoamento do Município.

Nesse contexto, ressalta-se que a organização da família, extremamente patriarcal, configura a influência da cultura lusa na época. Cavalari (2007, p. 48) complementa a afirmação considerando que o pai de Firmino de Paula, ilustre figura política de Cruz Alta mostrava-se como “[...] um homem de baixa estatura, era enérgico com os filhos e herdou seguramente muitos hábitos de Portugal, pátria de seu pai Manoel da Silva Jorge, natural da Ilha do Faial”.

Os tipos físicos dos habitantes da cidade, muito morenos e de estatura variável caracterizam o imigrante do norte de Portugal . De acordo com Cavalari (2007, p. 50)

Em várias janelas, alheias a tudo, podia se ver as típicas moçoilas desta região, com a tez pendendo para o moreno e os cabelos negros bem amarrados por trás, que, em duplas, confabulavam, “bombeando”, ora para um cavaleiro que passava pelas calçadas, ora para outro cavaleiro, que a trote lento percorria a via pública, exibia a bela montaria com aperos de couro trançado, argolas e as bombas de prata.

Por conseguinte, entre diversos hábitos portugueses da população cruzaltense, destaca-se o de apelidar lugares, pessoas e tudo o que fizesse parte do cotidiano do povo local, como ressalta Cavalari (2007, p. 51) [...] o povo habituou-se a apelidar tudo o que via pela frente e do jeito mais natural possível, numa clara mania herdada dos portugueses, que por sinal residiam em número expressivo na cidade”.

Evidenciam-se, ainda, as festas típicas da cidade, de influência lusitana, que ocorriam em clubes respeitados como a Sociedade Bailante Progresso de Cruz Alta”, criada em 9 de agosto de 1879. Outras comemorações eram de cunho religioso, como a Festa do Divino, em que as famílias da antiga Cruz Alta seguiam para lugares determinados pelo trajeto da bandeira e, à noite, concentrava-se grande parte da população na Praça da Matriz, onde eram vendidos quitutes (alguns pratos típicos da gastronomia portuguesa, como o quindim), com muita música.



Fotografia 16: Catedral do Divino Espírito Santo em Cruz Alta/RS

Fonte: Trabalho de Campo, 2011.
Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.

Cabe enfatizar que, atualmente, a religião cruzaltense, influência do catolicismo de Portugal, é marcada pela Romaria de Nossa Senhora de Fátima, Santa muito

devotada, que apareceu durante seis meses para três crianças na localidade portuguesa de Fátima, em 1917. O Monumento de Nossa Senhora de Fátima materializa o código cultural religião no município, atraindo muitos fiéis não somente durante a Romaria, mas ao longo de todo o ano (Fotografia 17).



Fotografia 17: Monumento de Nossa Senhora de Fátima
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.
Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.

Como símbolo da presença lusa já não mais existente no território municipal, mas guardado na lembrança de muitos antigos moradores, evidenciam-se as cavalhadas realizadas no município, porém, esta comemoração, além de ser herança portuguesa, também tem influência espanhola, pois remonta os tempos de dominação luso-espanhola em nosso território. As cavalhadas eram a dramatização das lutas entre cristãos e muçulmanos, e ocorriam em toda a festa cívica e religiosa do Rio Grande do Sul.

Destaca-se, ainda, que no período próximo ao Carnaval, muitas lojas da cidade preparavam-se para oferecer diversos apetrechos para a população divertir-se. O hábito de esguichar água nas pessoas era uma forma de marcar este período do ano e, acabou originando o Carnaval d' Água de Cruz Alta, recentemente extinto na cidade. Cavalari (2004, p. 217) salienta

Os muitos portugueses de origem, que vieram para Cruz Alta, nos primórdios de sua fundação, trouxeram alguns hábitos de sua terra, como o intróito, uma orgia pagã que simbolizava a introdução à quaresma. O intróito virou intrudo, mas a brincadeira em Portugal era de certa forma violenta e até suja, pois as pessoas jogavam umas nas outras todo o tipo de líquidos... e sólidos.

Evidenciando o estilo arquitetônico de influência portuguesa das antigas residências da cidade representa com extrema fidelidade a relação entre arquitetura e contexto cultural. A arquitetura anuncia o momento cultural em que essas casas foram construídas, além de expressar culturalmente a sociedade local que vivia em Cruz Alta nos primórdios de sua ocupação.

Como exemplo, cita-se a casa de Firmino de Paula Filho, importante figura política de Cruz Alta, a qual foi construída no início da segunda década do século XX. A localização da casa fica junto à Praça General Firmino de Paula e, representa o urbano das cidades portuguesas, esta localização tem um significado específico. De acordo com Silva (2000, p. 48)

No modelo urbano renascentista utilizado na implantação das cidades da América Portuguesa, a praça principal é o centro de poder, reunindo os poderes religioso (igreja), político (intendência) e social representado pelas residências dos grandes proprietários/detentores de poder político. Homens como o Coronel Firmino de Paula Filho participam deste conjunto.



Fotografia 18: Casa de Firmino de Paula Filho

Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.

Cabe ressaltar, ainda, a casa de outra figura ilustre do Município, Érico Veríssimo, que foi construída em 1883 por Franklin Veríssimo, avô do escritor. O primeiro representante da família Veríssimo, pai de Franklin, chegou em torno de 1810, oriundo de Portugal. Atualmente a casa de Érico Veríssimo foi transformada em Museu que leva o mesmo nome do autor e conta um pouco sobre sua história de vida e de suas obras literárias (Fotografia 19).



Fotografia 19: Residência do escritor Érico Veríssimo.
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.
Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.

Dessa forma, a existência de residências com configuração espacial interna nos moldes da arquitetura colonial, mostrando a fachada frontal construída com características da arquitetura oficial, casas erguidas em estilo neocolonial, marcando o período posterior à Primeira Guerra Mundial, ou aquelas de estilo ribatejano e açoriano, mostram que os exemplares arquitetônicos de Cruz Alta demonstram a influência da etnia portuguesa em seu espaço municipal. Cavalari (2007, p. 50) afirma

Ainda residiam de pé, algumas casas erguidas no começo da povoação. Umas de “porta e janela” que lembravam o estilo açoriano, desafiavam a “modernidade” da era republicana; outras com a fachada mais alta, quase um sobrado, ostentando a já desgastada madeira de lei que ornava os marcos das aberturas, pareciam orgulhar -se de sua imponência. O reboco de outras tantas, no entanto já despencara pelo chão de tonalidade marrom, resultado do barro ressequido, que revestia com relativa profusão, as calçadas, a parte inferior das casas e obviamente as ruas desta importante cidade rio-grandense.

Nesse sentido, as fotos a seguir ilustram a arquitetura de inspiração lusa na paisagem do município.



Fotografia 20: **Casas geminadas no centro de Cruz Alta/RS.**

Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.

2011.



Fotografia 21: **Fachada das residências geminadas em Cruz Alta/RS.**

Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Org: CAETANO, Jessica Nene,



Fotografia 22: **Residência apresentando alpendre, peculiaridade da arquitetura lusa.**

Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.



Fotografia 23: **Antiga construção de Inspiração lusa em Cruz Alta/RS.**

Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.



Fotografia 24: Residência de inspiração lusa construída no início do séc. XX.
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.
Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.



Fotografia 25: Casa em estilo “porta e janela” no município de Cruz Alta/RS.
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.
Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.



Fotografia 26: Residências em estilo açoriano no município de Cruz Alta/RS.
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.
Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.



Fotografia 27: Construções geminadas próximas à viação férrea de Cruz Alta/RS.
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.
Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.

Mesmo que os exemplares acima destacados representem uma arquitetura de inspiração lusa, não sendo, portanto, expressões originais dessa cultura, ressalta-se que, de todos os municípios pesquisados pertencentes à Microrregião Geográfica de Cruz Alta, esses elementos imprimem com considerável fidelidade a pioneira presença lusitana nesse território municipal.

5.4 A verificação da presença lusa na Microrregião Geográfica de Cruz Alta a partir da pesquisa em cemitérios

Os cemitérios são ricas fontes de pesquisas, utilizados frequentemente pela História, Antropologia, Sociologia, entre outras ciências. A ciência geográfica, mais recentemente, vem buscando respostas através da pesquisa cemiterial, investigando a representatividade dos túmulos na reprodução da Geografia social dos grupos. Costa (2003, p. 237) afirma que

A nova mentalidade emergente no final do século XVIII, racional e laica, esconde a incômoda ideia, qual seja, o que fazer com a morte? [...] No passado, os mortos conviviam no mesmo espaço com os vivos: os mortos protegiam e velavam os vivos. Espacializar e disciplinar um lugar para a morte indicava que a cidade não vivia mais no ritmo das lembranças do seus antepassados: assiste-se ao triunfo do futuro sobre o passado. Mais do que uma medida de higiene e de saneamento público, esse isolamento do espaço da morte significou nova atitude ocidental diante da morte. Viver modernamente não combinava com a proximidade dos mortos, porque estes lembravam sempre a finitude humana.

Desse modo, os distintos espaços cemiteriais manifestam as diferenças econômicas, étnicas, religiosas entre os indivíduos, sendo amplamente empregados, também, nas ciências da saúde como “bancos de dados” para a análise do número de óbitos, principalmente, de crianças que, devido às deficiências do sistema público de saúde, não têm suas mortes registradas, influenciando expressivamente o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a diminuição de falecimentos dessa faixa etária. Meirelles (2010, p. 5) enfatiza

[...] passando pelos trabalhos de Cláudia Rodrigues (1997; 2005), Harry Bellomo (2000), Renato Cymbalista (2002), Livia Sorio (2009), Juliana Shimitt (2010); ou pela tese de Mara do Nascimento (2006) e pela dissertação de Mauro Dillman Tavares (2007), só para citar alguns recentes exemplos, as produções brasileiras em história, arquitetura ou cultura material tem sido invadidas, cada vez mais, pela temática da morte e do espaço funerário.

As pesquisas geográficas, através das tendências Humanística, Cultural e da Religião, encontram-se, ainda, em uma fase embrionária quanto aos estudos em cemitérios, no entanto, já se mostra atuante em investigações dessa temática ligada ao patrimônio, à percepção e à presença de grupos culturais em determinada porção do espaço. A ciência geográfica, baseia-se consideravelmente nos estudos voltados à Geografia Social da Morte evidenciando, de acordo com Meirelles (2010, p. 8)

O espaço da sepultura que era um dos requisitos básicos que todo o cristão, até o século XVIII, deveria seguir para garantir que sua alma alcançasse o

Paraíso. Tal doutrina, denominada de *boa morte*, ainda que começasse a ficar ultrapassada em meados de 1750, influencia as crenças posteriores. O local do corpo morto, se não mais tem carácter santo, será vital para informar a sociedade quanto a posição social do falecido.[...] O local ocupado pelas sepulturas pode dizer sobre o cadáver ali enterrado.

Costa (2003, p. 238) baseia-se em Claval (2002) ao complementar esta ideia afirmando que

Na nova abordagem de geografia cultural Claval afirma que não se podem isolar os aspectos materiais das técnicas dos seus aspectos mentais. Portanto, é nessa perspectiva que, ao analisar as mudanças de mentalidade em relação à doença e à morte no mundo ocidental e o surgimento de nova racionalidade médica é preciso tentar compreender de que forma elas repercutiram nas técnicas de organização do espaço, na elaboração de outras regras para localização e construção de cemitérios.

Ressalta-se, nesse sentido, as contribuições do geógrafo Sylvio Fausto Gil Filho, que, entre outras produções científicas, discute juntamente com Leonel de Castro Filho, “A Finitude Humana e suas Diferentes Expressões no Espaço Cemiterial: Representações e Percepções do Lugar”. Os autores (2006, p. 38), inserindo a dimensão fenomenológica de estudo sobre Geografia e o espaço cemiterial, consideram que

Entendemos que a Geografia está inserida plenamente na questão física do cemitério; no entanto, não podemos pensar apenas fisicamente, pois todos os dados que se busquem para a construção, zoneamento, demografia, legislação, etc sempre estará voltada para um sujeito específico: o ser humano; melhor ainda, o vivente pois os ambientes e os enterrados existem em função da necessidade da manifestação de valores, crenças e vontades dos viventes.

Carrasco; Nappi (2009, p. 49-50) compartilham da visão fenomenológica de Gil Filho ao evidenciarem a imaterialidade dos espaços cemiteriais. Os autores afirmam que um

[...] Aspecto relacionado à imaterialidade é abordado ao ser dito que a palavra cemitério está associada quase sempre à tristeza e ao sentimento de perda, mas que pode estar associada, também, a adjetivos como medo, pavor e morbidez. [...] Embora façam parte do imaginário popular, é preciso compreender que esses aspectos reforçam o preconceito que leva ao afastamento das pessoas dos cemitérios e, por consequência, ao seu abandono, transformando-os em ambientes propícios aos atos de vandalismo.

O trabalho realiza, nesse sentido, uma discussão frente à importância da imigração portuguesa (considerando, também, a fixação açoriana e luso-brasileira) e sua manifestação nos antigos cemitérios dos 14 municípios da Microrregião Geográfica de Cruz Alta/RS compartilhando das reflexões de Steyer (2004, p. 1-2), que acrescenta

O cemitério é um dos locais mais propícios para o homem manifestar suas atitudes diante da morte, antes de mais nada, atitudes comunicacionais. As crenças e posturas humanas diante da morte aparecem no cemitério através de uma série de representações e manifestações, como epitáfios, as fotografias, os objetos colocados nos túmulos, a arquitetura tumular, etc. Estas manifestações todas podem ser consideradas como atos comunicativos pois as pessoas pretendem se comunicar com elas mesmas, com os parentes falecidos e também com os vivos que circulam pelo cemitério, sempre com o objetivo de conviver de uma forma mais amena com a morte e compreendê-la melhor, além, é claro, de cultuar a memória do morto.

Após a realização das entrevistas e da comprovação de que a presença lusa no espaço da Microrregião Geográfica de Cruz Alta não foi reconhecida por esses informantes, bem como, a verificação de poucas e, até, nenhuma representação do grupo cultural luso nessas localidades, recorreu-se, então, à visita de cemitérios de localidades afastadas desses municípios. Enfatiza-se que a localização desses cemitérios foi possível graças à indicação dos referidos informantes, bem como da população que residia nas proximidades desses locais e a confirmação da origem lusa dos nomes dos sepultados foi realizada a partir do Histórico dos Municípios Brasileiros disponibilizado via web pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ressalta-se, no entanto, que alguns túmulos, de moradores muito antigos da região, se encontravam dentro de propriedades e, por isso, não foi possível visualizá-los. Nesse sentido, ressalta-se que não houve a necessidade de procurar e pesquisar todos os cemitérios dos 14 municípios da MRG 011, pois o que interessava à pesquisa era a reunião de túmulos de lugares afastados, antigas áreas de estâncias, pioneiras no processo de povoamento dessa região, como forma de compreender que estes espaços cemiteriais são, também, patrimônios representativos da matriz cultural lusa na MRG 011. De acordo com Carrasco; Nappi (2009, p. 48-49)

Os cemitérios, como patrimônio cultural, carregam valores que estão diretamente ligados aos bens materiais e aos bens imateriais. Três importantes

valores patrimoniais podem estar relacionados aos bens materiais. São aqueles de caráter ambiental/urbano, de caráter artístico e de caráter histórico. [...] Além desses valores referentes à materialidade há, ainda, aqueles relacionados aos bens imateriais, de valor simbólico ligados às crenças e ao culto popular.

Nessa perspectiva, alguns cemitérios, como o encontrado em Campos Borges, apresentava sepultados de outros territórios próximos ao atual município, de acordo com a secretária de educação e cultura, Elisa Ghuzi. A constatação da presença de pessoas de origem lusa foi realizada, principalmente, através dos sobrenomes das mesmas, bem como o ano em que elas nasceram, dando-se preferência aos túmulos mais antigos, pois remontavam a presença pioneira do imigrante português, açoriano e luso-brasileiro no recorte regional de estudo.

Dessa forma, na localidade de Rincão dos Toledos, em Campos Borges, próximo ao município de Alto Alegre e Espumoso, foram identificados os túmulos de pessoas com sobrenome de origem lusa, como o de Emília dos Santos, nascida em 1893, Francisco dos Santos, nascido em 1895, Antônio Borges da Silva, nascido em 1910 e Maria Madalena da Paixão, nascida em 1919 (Fotografias 28, 29 e 30) .



Fotografia 28: Sepultados Bernardes dos Santos
Fonte: Trabalho de Campo, 2011. **Org:** CAETANO, Jessica Nene, 2011.



Fotografia 29: Túmulo da família Paixão em Campos Borges/RS da família
Fonte: Trabalho de Campo, 2011. **Org:** CAETANO, Jessica Nene, 2011.



Fotografia 30: Sepultados da família Borges da Silva em Campos Borges/RS.

Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.

No município de Fortaleza dos Valos, através da indicação de Ana Rossato, visitou-se o cemitério mais afastado da cidade, na saída do município em direção à Cruz Alta. Nele, verificou-se, também, túmulos de pessoas de sobrenome português, nascidas entre 1880 e início dos anos de 1900, como o de Emília da Rosa (nasceu em 1883), Francisco Siqueira (nasceu em 1884), Conceição Ferreira da Silva (nasceu em 1895), José de Andrade (nasceu em 1900), Anthero Silveira das Chagas (nasceu em 1900) e Maria de Campos (nasceu em 1904) (Fotografias 31, 32 e 33).



Fotografia 31: Túmulo da família da Rosa em Fortaleza dos Valos/RS.

Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.



Fotografia 32: Sepultados da família

Ferreira da Silva em Fortaleza dos

Fonte: Trabalho de Campo,

Org: CAETANO, Jessica



Fotografia 33: Túmulo da família Siqueira em Fortaleza dos Valos/RS.
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.
Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.

Na localidade de São Pedro do Pontão, distrito de Jóia, foi possível pesquisar os túmulos de um pequeno cemitério indicado pela professora Judith Furlan, localizado dentro de uma propriedade rural do município. Nessa área, foram encontradas sepulturas antigas, de pessoas que nasceram nos anos de 1870 e, outras nascidas no início do século XX. Destacando-se a sepultura de Severino da Silva Jardim (nascido em 1878), Gasparina Carneiro (nascida em 1880), Marcolino de Oliveira (nascido em 1896), Libino de Freitas (nascido em 1900), Cândida da Rosa (nascida em 1902) e Maria Freitas (nascida em 1908) (Fotografias 34, 35 e 36).



Fotografia 34: Sepultados da família Silva Jardim, em Joia/RS.
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.
Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.



Fotografia 35: Túmulo da família Carneiro e Moraes em S. Pedro do Pontão/Jóia/RS.
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.
Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.



Fotografia 36: Sepulturas das famílias Oliveira e Da Rosa em Jóia/RS.
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.
Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.

Em Boa Vista do Cadeado foi visitado o cemitério mais antigo, indicado pelos entrevistados Iraci Barassuol e Celso Barassuol localiza-se na área urbana do município e, nele, foram encontrados túmulos de pessoas com sobrenome português que nasceram em torno de 1860 e, em maior número, de sepultados nascidos no final do século XIX e início do século XX. Salientando-se os túmulos de Manoel José Vieira (nascido em 1862), Auria J. Vieira (nascida em 1875), Emilio Alves da Silva (nascido em 1910) e Guilhermina R. da Silva (nascida em 1914) (Fotografias 37, 38 e 39).



Fotografia 37: Túmulo da família em B. Vista do Cadeado/RS.
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.
Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.



Fotografia 38: Outros sepultados da família Vieira em B. Vista do Cadeado.
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.
Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.



Fotografia 39: Túmulo da família Silva em Boa Vista do Cadeado/RS

Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.

É importante destacar, também, que alguns cemitérios antigos, como o indicado pela entrevistada de Saldanha Marinho, Lúcia Ferri, não puderam ser pesquisados por se encontrarem localizados em propriedades rurais particulares (Fotografia 41).



Fotografia: 40: Túmulos do cemitério localizado dentro de uma propriedade rural, próximo à Capela Santa Tereza, em Saldanha Marinho.

Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.

Outro exemplo, é o cemitério do clã de origem lusa, Sá, em Santa Bárbara do Sul. O mesmo encontrava-se no interior da propriedade da família, na área rural do Município e foi citado pela entrevistada Silviane Kern (Fotografia 42).



Fotografia: 41: Capela do cemitério localizado na propriedade rural da família Sá, em Santa Bárbara do Sul.

Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011.

Chama-se atenção para o fato de que os cemitérios pesquisados comprovaram a existência de descendentes dos primeiros lusos, açorianos e luso-brasileiros fixados nas unidades territoriais que compõem a Microrregião Geográfica de Cruz Alta (consideração não feita pelos informantes entrevistados). Os mesmos serviram, também, para evidenciar a inexistência desses primeiros povoadores em algumas áreas dessa Microrregião, como o caso do cemitério da localidade de Santa Clara, distrito do município de Quinze de Novembro (indicado pela entrevistada Luiza Budke).

De maneira geral, as características dos túmulos estudados, principalmente os mais antigos, afirmam a fé católica trazida pelos primeiros imigrantes de origem lusa e açoriana e, também, pelos pioneiros povoadores luso-brasileiros. Carrasco; Nappi (2009, p. 51) destacam que esta peculiaridade cultural torna “[...] Os túmulos mais ornamentados, com a presença de signos não-verbais como figuras de anjos, entre outros”. A pesquisa no espaço cemiterial da localidade de Santa Clara, confirma a afirmação de Carrasco; Nappi (2009, p. 51) os quais evidenciam que os túmulos da religião protestante dos imigrantes alemães mantém uma sobriedade característica.

A Geografia, como uma ciência centrada no estudo das transformações do espaço, procura compreender as manifestações das técnicas e dos hábitos característicos de um grupo social, capazes de configurar paisagens singulares e representativas de uma cultura.

Nesse sentido, os elementos materiais e imateriais característicos de uma etnia são importantes, pois comprovam a presença da mesma em um determinado recorte espacial. No entanto, a presente pesquisa, alicerçada na investigação do sistema simbólico português na Microrregião Geográfica de Cruz Alta, obteve como resultado, a inexpressividade dos códigos culturais lusos, mesmo com a comprovação em referências teóricas de que esta etnia fixou-se no recorte espacial em questão, antes dos imigrantes alemães e italianos.

Observou-se o expressivo reconhecimento da contribuição oferecida por estas duas culturas pelos participantes entrevistados, enquanto que a etnia portuguesa foi pouco mencionada. Frente às exigências de uma pesquisa inserida no viés geográfico, especificamente, na esfera da Geografia Cultural, uma tendência centrada no estudo dos aportes simbólicos presentes na paisagem, a não verificação desses elementos atrelados à cultura lusitana, mostrou novos desafios ao estudo.

A investigação do espaço cemiterial da Microrregião Geográfica de Cruz Alta comprovou a presença desse grupo cultural no recorte espacial em questão através da data de nascimento, nome dos sepultados, localização e configuração dos túmulos, consolidando-se como um expressivo código cultural, com suas peculiaridades e características próprias.

Deste modo, as contribuições do presente trabalho alicerçam-se no entendimento de que o estudo cemiterial em Geografia compreende esse espaço como uma fonte de pesquisa e um elemento material de representação cultural, mediante a investigação das características de elaboração dos jazigos. É, também, um atributo imaterial da cultura, pois os cemitérios são expressões da subjetividade humana, ou seja, da crença de que é necessário impor uma “marca” simbolizando a pessoa que se foi, e dos valores que orientam a necessidade de expressar consideração ao indivíduo que faleceu através da construção e cuidado dos túmulos.

Evidencia-se a relevância da pesquisa em cemitérios para a verificar a presença de indivíduos pertencentes a determinado grupo social evidenciados através do sobrenome. No caso da matriz cultural lusa, considerada pelos entrevistados como

“ausente” no povoamento desses territórios, bem como, invisível na paisagem desses municípios, deu-se preferência pela pesquisa em cemitérios afastados das áreas urbanas, pois as características dos túmulos apresentam-se de forma original. Conforme Carrasco; Nappi (2009, p. 58) a pesquisa em espaços cemiteriais está ligada à “[...] diversas áreas do conhecimento, em que os cemitérios são fontes materiais de extrema riqueza que ajudam na construção do conhecimento sobre as diferentes culturas”.

A comprovação da presença dos imigrantes luso, açoriano e do povoador luso-brasileiro feita por cemitérios denota a escassez de informações sobre essa etnia na Microrregião Geográfica de Cruz Alta, obrigando o pesquisador a procurar alternativas e se deslocar para áreas distantes da sede desses Municípios, utilizando-se dos cemitérios, para através dos sobrenomes reconstituir a gênese dessa Microrregião Geográfica.

Dessa forma, a fixação de um grupo importante na construção do espaço dessa microrregião geográfica pode ser comprovada. No entanto, devido à falta de valorização (tanto por parte das autoridades políticas, quanto dos moradores), passou a se manifestar, somente, nos jazigos dos cemitérios. Tal fato denota que a materialização dos códigos da matriz cultural lusa foi destruída, ficando “esquecida” e sendo superada por etnias mais recentes como a alemã e a italiana.

Assim, enquanto por, inúmeras vezes, escutou-se um “não” com relação a presença lusa nos 14 Municípios estudados, os cemitérios pesquisados deram resposta afirmativa quanto à existência desse grupo cultural na MRG 011.

5.5 Matriz cultural lusa e o desenvolvimento socioeconômico da Microrregião Geográfica de Cruz Alta

A colonização lusa, açoriana e a inserção dos luso-brasileiros na Microrregião Geográfica de Cruz Alta, assim como no Rio Grande do Sul, ocorreu com um atraso de dois séculos, se comparado ao povoamento português no litoral brasileiro. A existência de gado “xucro” (criado livre) deixado pelos jesuítas no norte do atual Estado atraiu roceiros e tropeiros, antigos bandeirantes no período da descoberta do ouro que,

devido à necessidade de abastecer essa região mineradora, se dedicaram à invernagem do gado solto para Sorocaba.

Nessa perspectiva, o atual território da Microrregião Geográfica de Cruz Alta, gradualmente, passou a apresentar como atividades econômicas promovidas pelo imigrante luso, a criação de gado vinculada à produção agrícola, algumas práticas fabris simples, como a fabricação de farinha de mandioca em atafonas, a produção de charque (de menor importância, se comparada à região de Pelotas), e o curtimento do couro.

Desse modo, com a abertura da Estrada dos Conventos que levava à Vacaria dos Pinhais e a alteração desse caminho para a porção oeste do atual Rio Grande do Sul, conhecido como Caminho Novo da Vacaria, houve maior dinamismo da economia dos territórios que hoje compõem a MRG de Cruz Alta, devido à atividade tropeira.

Ressalta-se que não foi, apenas, o gado a principal fonte de renda para as localidades que, atualmente, formam essa Microrregião Geográfica. Outra herança jesuítica utilizada pelo imigrante luso-brasileiro para desenvolver economicamente esse território, foram os ervais e, nessa perspectiva, a área em destaque se evidenciou por apresentar abundância dessa planta em sua porção territorial.

O chá preparado com a erva-mate foi incentivado pelos jesuítas para que os indígenas se afastassem das bebidas alcoólicas e pudessem se manter sóbrios para o trabalho e a catequese. Na metade do século XIX, a erva mate possibilitou o desenvolvimento da área de estudo através da abertura de novos caminhos para que essa produção fosse escoada, juntamente com as criações de bovinos e muare – os três principais elementos da economia dessa porção territorial. Entre os caminhos e picadas abertas por esse imigrante pioneiro, destaca-se a Estrada do Pinhal que, segundo Cavalari (2004, p. 128)

A construção dessa estrada, de cuja obra era inspetor o Guarda-Mor Francisco de Paula e Silva, pai de Firmino de Paula, concretizou-se na década de 1850 e foi determinante para a decadência da Vila de São Martinho, já que o trânsito

das Carretas desviou daquele lugar, favorecendo o desenvolvimento da incipiente povoação de Villa Rica, futuro Município de Júlio de Castilhos.

Nesse sentido, esse e outros caminhos representavam vantagens para a economia da região, pois não custavam caro à Província e desenvolviam o comércio de erva-mate, enfatizando que os ervais nas serras e nos pontões de serra localizados na atual MRG de Cruz Alta empregavam muitos moradores dessas localidades, obrigando a preservação desses ervais nativos conforme regulamento estabelecido pelos vereadores do antigo município de Cruz Alta.

Por conseguinte, toda a erva-mate produzida nas localidades que, atualmente, formam a Microrregião Geográfica 011, e na metade do século XIX faziam parte do município de Cruz Alta, eram direcionadas por meio de carretas vindas de Palmeira das Missões, Nonoai e Soledade até à Fronteira Oriental ou a Itaqui, consolidando esse cultivo como o melhor produto de toda essa área e, também, da região missioneira.

Cavalari (2004, p.129) destaca que

Embora se fale da pecuária como base principal da economia gaúcha, notadamente nesta região do Planalto Médio, a extração de erva mate é ponto relevante. [...] A erva-mate, que representava na época cerca da metade do orçamento da Vila, foi o principal item econômico da região seguido de outro que se manteve em atividade desde os primórdios da fundação de Cruz Alta: o comércio de muares.

A importância do comércio de muares, outra atividade tipicamente lusa/luso-brasileira em terras do antigo e extenso município cruzaltense, na segunda metade do século XIX, levou à expressiva exportação desses animais para a região sudeste do Brasil e dinamizou a economia da atual Microrregião Geográfica de Cruz Alta. A venda dessas bestas substituiu a criação de gado nessa área, pois exigia menos cuidados e oferecia maior porcentagem de lucros.

Dessa forma, a pecuária, a venda de couro e de carne, que no início da fixação lusa na MRG 011 (e em todo o Rio Grande do Sul) eram as principais fontes de lucratividade nesse território, foram deixadas em segundo plano para que o comércio de muares ganhasse espaço e atenção dos criadores, grande parte de origem lusa e

luso-brasileira, naturais de São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Cavalari (2004, p. 129) acrescenta

[...] o gado tinha pouco ou quase nada de valor, muito embora os campos estivesse relativamente povoados e a carne se constituísse no principal item da população. Somente com o desenvolvimento da indústria das charqueadas na região de Pelotas entre 1860 e 1890 foi que essa atividade refletiu-se no quadro econômico da região, apontando para um bom desenvolvimento e lançando luzes de interesse dos criadores. Depois de revitalizada a criação de gado, os criadores mandavam suas tropas para a *tablada* pelotense, onde arrematavam-se 300 mil bois gordos por ano para abastecer as mais de 20 charqueadas locais. Este charque seguia em navios na direção da Corte ou à Europa, voltando de lá carregados de novidades, que agitavam ainda mais a efervescente sociedade daquela cidade, considerada a capital cultural e econômica deste período no Rio Grande do Sul.

Por conseguinte, através das leituras em referências bibliográficas ligadas à temática e, também, por meio da realização do trabalho de campo, a imagem do luso/luso-brasileiro como explorador foi, em vários momentos, ressaltada. A questão central, que ainda está confusa nas raízes históricas do Brasil e Rio Grande do Sul, assim como, na mente das pessoas, é que a exploração dos recursos foi efetivada de forma considerável nos primeiros tempos de intervenção lusa. Com a necessidade de fixação do lusitano para que o domínio português se assegurasse, houve a introdução de atividades responsáveis pelo desenvolvimento econômico brasileiro e gaúcho.

Em território da atual Microrregião Geográfica de Cruz Alta, esse processo ocorreu da mesma forma, ou seja, do desinteresse quanto ao povoamento dessa área, houve a gradual fixação dos imigrantes lusos e luso-brasileiros para essa localidade, sendo eles, os responsáveis pela internada do gado “xucro” e o encaminhamento desses animais até a porção sudeste do Brasil, bem como, do curtimento do couro e venda da carne, da implantação da atividade agrícola atrelada à pecuária, da introdução de pequenas fábricas e atafonas, da produção e exportação de erva-mate e, também, da criação, deslocamento e venda de muares para a Feira de Sorocaba.

Portanto, a relevância da fixação portuguesa nessa microrregião geográfica, mesmo que comprovadamente (por meio do trabalho de campo) desvalorizada, se afirma através da introdução das primeiras atividades, assentadas na trilogia gado

bovino – erva-mate – muares, responsáveis pelo desenvolvimento econômico da mesma.

5.6 Reflexões obtidas a partir da verificação *in loco*: a cultura portuguesa como uma “cultura invisível” na Microrregião Geográfica de Cruz Alta

Antes da verificação “*in loco*” ou seja, da realização do trabalho de campo, já havia o conhecimento (através de leituras, vivência no Município, pesquisa de iniciação científica e de conclusão de curso) de que Cruz Alta apresentava colonização mista, ou seja, ocorreu a participação de diversas etnias no povoamento desse território, entre elas, a lusa (luso-brasileira e açoriana), negra, espanhola, alemã e italiana, entre outras.

No entanto, o que foi verificado através da realização do trabalho de campo, foi o esquecimento da participação lusitana no povoamento dos territórios municipais que compõem a MRG 011 que, até o início do século XIX, pertenciam ao município de Cruz Alta, ou seja, a invisibilidade de representações lusas, açorianas e luso-brasileiras nessas localidades, bem como a falta de identificação dos profissionais ligados ao desenvolvimento cultural dos 14 municípios e dos moradores entrevistados conforme indicação desses secretários, com a etnia portuguesa. Esse estudo aponta em suas considerações alguns caminhos que podem nortear as respostas que explicam a invisibilidade das representações culturais lusas em grande parte do espaço da MRG de Cruz Alta, inspirados através de entrevistas com professores e pesquisadores.

Dessa forma, grande parte dos informantes qualificados e dos não qualificados não consideraram a presença da matriz cultural lusa no recorte regional de estudo, nem mesmo como pioneiros no processo de ocupação. A referência em considerar os imigrantes portugueses, açorianos e povoadores luso-brasileiros como integrantes de uma matriz cultural lusa reflete a compreensão de Brum Neto (2007, p. 226), que afirma

Ao se referir ao português, oriundo do continente ou açoriano [...] destaca-se que, ambos têm na etnia portuguesa a sua matriz cultural, porém, manifestando

algumas particularidades quanto ao seu modo de vida, em função do contexto socioeconômico e natural que compõe suas realidades.

Evidencia-se, também, que poucos entrevistados reconheceram a contribuição lusa e açoriana para a formação do gaúcho sul rio-grandense, juntamente com outros grupos culturais.

Lembra-se que, os municípios visitados, com exceção de Cruz Alta, apresentaram poucos elementos representativos da presença lusa. Nesse contexto, evidencia-se, ainda, a falta de identificação da população com esta cultura, prova disso, foi a entrevistada Joana Rodrigues, indicada pelo secretário de cultura Flávio Nogueira, se reconhecer como descendente de italianos sendo ela integrante da família Guerreiro do Amaral, importante família de origem açoriana, detentora de grandes extensões de terras em Salto do Jacuí.

Outro exemplo a ser destacado, é o de Dejonara Lírio, informante não qualificada indicada pela coordenadora pedagógica Silviane Kern, que não se sentiu apta a informar a respeito da presença lusa no município de Santa Bárbara do Sul e, somente no final da visitação ao museu onde trabalha, enfatizou ser integrante da família Lírio, importante clã de origem portuguesa, pioneiros no povoamento do atual município.

Como resultado das etapas referentes aos procedimentos metodológicos do presente trabalho, evidenciando as contribuições das entrevistas com informantes qualificados e não qualificados, enfatizam-se os fatores que levaram à invisibilidade relativa à representatividade da cultura portuguesa na Microrregião Geográfica de Cruz Alta. A partir da realização do trabalho de campo, pode-se apontar algumas considerações, enfatizando as contribuições das professoras e pesquisadoras Vâia Freitas e Judith Furlan, do pesquisador, Alfredo Roeber e do historiador e escritor Rossano Viero Cavalari, as quais geram novos questionamentos e discussões acerca desta temática.

Enfatiza-se, também, que, como forma de oferecer bases teóricas para as explicações apontadas pelos pesquisadores entrevistados, foram destacadas as contribuições de filósofos, antropólogos, historiadores, entre outros, os quais, através

de suas obras, ratificam as considerações destes informantes, mesmo que evidenciando não apenas a Microrregião Geográfica de Cruz Alta, mas a presença lusa no Brasil e no território sul-rio-grandense.

5.6.1 A chegada precursora

O grupo cultural luso, considerando, os luso-brasileiros e açorianos foram os primeiros não nativos a ocuparem esse recorte espacial. O antropólogo Darcy Ribeiro (1995, p. 409) aponta como um componente cultural sul-rio-grandense os “[...] lavradores matutos de origem principalmente açoriana, que ocupam a faixa litorânea do Paraná para o sul”. Ribeiro (1995, p. 411) destaca também que

O motor fundamental da formação do Brasil sulino foi, porém, a empresa colonial portuguesa conduzida desde muito cedo com o propósito explícito de levar sua hegemonia até o rio da Prata. Esse propósito buscado inicialmente pela operação bandeirante de conversão dos índios em mercadoria escrava, que estabeleceu o primeiro circuito mercantil transbrasileiro, corporificou-se, a seguir, com a instalação da Colônia do Sacramento no rio da Prata.

Desse modo, esses primeiros colonizadores enfrentaram muitas dificuldades para se instalarem nessa porção do espaço rio-grandense, pois nesse período existiam péssimas condições de infraestrutura. Os conflitos com espanhóis e indígenas também representavam constantes ameaças para esses imigrantes. Ribeiro (1995, p. 436) justifica esta afirmação traçando um paralelo comparativo com as imigrações alemã e italiana no território sul-rio-grandense ao considerar que o governo imperial ofereceu muitas vantagens para incentivar a chegada de imigrantes vindos da Alemanha e da Itália, enquanto que nunca subsidiou condições semelhantes para a fixação de luso/luso-brasileiros e açorianos nessa região brasileira. O autor evidencia, ainda, que

O empreendimento colonizador foi um dos objetivos mais persistentemente perseguido pelo governo imperial, que nele investiu enormes recursos, assegurando aos colonos o pagamento de transporte, facilidades de instalação e manutenção e concessões de terras. Condições semelhantes jamais foram oferecidas a populações caipiras brasileiras [de origem lusa], que, então, formavam grandes massas marginalizadas pelo latifúndio.

A falta de reconhecimento da população e secretários de cultura entrevistados frente às contribuições oferecidas pela cultura lusa na MRG de Cruz Alta denotou o desconhecimento quanto aos subsídios oferecidos por esse grupo cultural, como o de desenvolver o plantio, transporte e venda de erva-mate, comercializar muares, abrir as primeiras picadas e estabelecimentos comerciais, além de implantar a pecuária no recorte espacial em questão. Melo et al (2003, p. 5) apontam como uma das razões o fato de haver

Pouca atenção dada por muitos historiadores à imigração portuguesa que talvez se deva porque eles acabaram se diluindo no conjunto da população. Alguns autores como Graham e Merrick (1981) compreenderam a imigração portuguesa pós 1872 como a continuidade do tradicional fluxo migratório entre Portugal e Brasil desde o período colonial.

No entanto, Oliveira (2006, p. 122) aponta alguns atributos característicos da cultura portuguesa, os quais estão presentes também em algumas unidades territoriais do recorte regional em estudo.

No Brasil, os portugueses faziam renascer, de um lado do Atlântico, a casa da aldeia, a comida da terra, o que mostra o sucesso da política portuguesa em terras brasileiras . Foi no espaço doméstico que se preservaram muitas raízes portuguesas: a imagem de Nossa Senhora de Fátima, o galo de Barcelos, a aldeia lembrada em quadros ou em pratos de parede. [...] A proximidade de língua, de religião católica de tipo físico e até de nomes facilitou sua integração no Brasil, ainda que os laços culturais com Portugal ainda se mantivessem.

Por conseguinte o pioneirismo da fixação da matriz cultural lusa na MRG 011 influenciou na maneira como a mesma é compreendida atualmente. As singularidades materiais e imateriais deste grupo cultural não resistiram ao tempo neste recorte regional, porém, a presença de luso, luso-brasileiros e açorianos foi fundamental para o desenvolvimento da microrregião geográfica em questão.

5.6.2 O modo de fixação

Tratando especificamente dos imigrantes portugueses e dos povoadores de origem luso-brasileira, verificou-se que os mesmos não se organizaram em comunidades, mas isolados em grandes propriedades de terras, ou como Darcy Ribeiro identifica por “estância como trincheira”, originadas pelas doações de sesmarias. Desse

modo, esses primeiros povoadores não conseguiram fortalecer a identidade cultural lusa, expressando traços característicos de outras culturas as quais eles mantiveram contato. Ribeiro (1995, p. 412) esclarece que

[...] a postura “portuguesa” dos luso-brasileiros frente à postura “castelhana” dos hispano-americanos com que se defrontavam, fixando uma identificação étnica tanto mais profunda porque permanentemente posta à prova. Esta auto-identificação se vê reforçada ainda mais porque, estando associada às disputas hegemônicas das suas metrópoles, compelia cada estancieiro não só a definir-se claramente por uma ou outra como também, definida sua identidade, defender a bandeira respectiva, fazendo a estância a sua trincheira.

Nesta linha de raciocínio, Ribeiro (1995, p. 419) reforça esta ideia considerando que

Por longo tempo, a atividade desses estancieiros fora aquerenciar o gado selvagem arrebanhado nos próprios campos ou trasladado das antigas vacarias e, depois, criar cavalos e muares. Trabalhavam sempre com os olhos postos no horizonte, de atalaia contra ataques castelhanos. A larga faixa de fronteira indiferenciada, movendo-se conforme a pressão de um lado ou do outro ameaçava mais à estância e a seu gado do que à pátria mesmo. Assim, cada estancieiro de um e outro lado da fronteira se faz um caudilho, entrincheirado em seu rancho com seus gaúchos, sempre pronto a engajar-se nas correrias que punham a salvo o seu rebanho e às vezes permitiam acrescê-lo com o que arrebatesse de outra banda.

Brum Neto (2007, p. 176) ao afirmar que o povoador luso contribuiu para a formação do gaúcho, confirma o isolamento deste elemento típico sul-rio-grandense o qual determinou sua personalidade austera como um dos atributos imateriais da cultura do Rio Grande do Sul.

As condições que favoreceram o povoamento do Rio Grande do Sul através de disputas e conflitos pela posse da terra e a preia do gado solto trouxeram para o sul um português ou luso descendente com costumes diferentes daqueles encontrados no sudeste e nordeste brasileiro. O povoador do Rio Grande do Sul assumiu uma postura mais rígida, muitas vezes, até chamado de “grosseiro” em virtude do seu comportamento e dos termos regionais para se expressar. Tal situação deve-se, em grande parte, a vida em acampamentos e a lida no campo, que tornaram os costumes mais “rudes” em virtude da realidade vivida nas terras sulinas. No início do povoamento a vida social era praticamente inexistente, resumia-se a reuniões noturnas em volta do fogo de chão nas estâncias, geralmente, com peões.

Recorre-se mais uma vez a Ribeiro (1995, p. 418) quando o autor afirma que a integração da unidade cultural portuguesa no Brasil sulino

[...] prosseguiu por um esforço lúcido e persistente da Coroa Portuguesa – nisso apicada pelos paulistas – para a ocupação e apropriação da área. Esta se faz através de dois procedimentos: a implantação na faixa costeira de famílias trasladadas das ilhas portuguesas, principalmente dos Açores, para constituir um núcleo permanente de presença portuguesa, e a concessão de sesmarias nas zonas de campo onde se instalavam as invernadas, que se procedeu com desusada profusão. A esses açorianos se somaram militares portugueses – recrutados principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas – mandados para a Colônia do Sacramento e para o antigo território dos Sete Povos das Missões.

O caráter da organização do grupo cultural açoriano na MRG de Cruz Alta expressou maior união, manifestando seus símbolos, principalmente no município de Cruz Alta. Essa etnia, influenciada por suas raízes portuguesas, desenvolveu consideravelmente o comércio cruzaltense, assim como, inseriu a produção de trigo nessa unidade territorial. Ribeiro (1995, p. 428) considera que os açorianos

Entregues, porém, a seu próprio destino, acabaram aprendendo os usos da terra que estavam a seu alcance, através do convívio com os grupos já conformados pelas protocélulas brasileiras que se vinham expandindo ao longo do litoral.

O caráter de isolamento da fixação lusa não caracteriza, somente, o período inicial desta imigração, mas a chegada de alguns indivíduos pertencentes a esta cultura em momentos posteriores, diferentemente dos alemães e italianos. Melo et al (2003, p. 6) aponta que

Os portugueses chegavam, quase sempre, solteiros e duplamente endividados: com os contratadores e com a família, os pais e irmãos deixados em Portugal. Os italianos também contraíam dívidas na viagem, mas traziam consigo a família, e quando chegavam ao Brasil todos se engajavam no mercado de trabalho para garantir o sustento do núcleo familiar. Não por acaso o comportamento dos imigrantes portugueses chamou a atenção do cônsul americano em 1922, que comentou: *os trabalhadores portugueses, em particular, fazem qualquer coisa para preservar seu emprego*. Em outros termos, os imigrantes portugueses não contavam com outros membros da família para garantir o nível de renda pessoal.

Por conseguinte, afirma-se que o caráter de isolamento da inserção da matriz cultural lusa, em especial do imigrante luso e povoador luso-brasileiro, foi determinante para o enfraquecimento dos elementos representativos da etnia portuguesa na MRG de Cruz Alta, visto que estes povoadores mantiveram contato com outras culturas. Ressalta-se, ainda, que as características de fixação dos açorianos neste recorte

regional, assim como em todo o Rio Grande do Sul, foram marcadas pelo abandono, fazendo com que estes indivíduos também incorporassem atributos de outras culturas em seu cotidiano.

5.6.3 Os estereótipos

Os alicerces históricos de exploração, violência e abandono trazidos pelas primeiras levadas de imigrantes lusos que, interessados na obtenção de riquezas e retorno ao país de origem, não se interessaram em desenvolver o território brasileiro construindo uma visão distorcida desse colonizador. Oliveira (2006, p. 118) afirma que “Os portugueses viajavam procurando uma melhor sorte e sempre estiveram guiados pelo desejo de regresso. Vinham [...] como senhores e sentiam no fundo de si a necessidade de um retorno simbólico à Europa”. Oliveira (2006, p. 120) afirma também que

Os pioneiros e o efeito-demonstração de seus casos exerciam grande atração, difundindo o sonho de vir para o Brasil e retornar rico. As redes de apoio comunitário no ponto de destino também eram importantes, já que delas dependia muito do êxito alcançado.

Para Lopez (2001, p.14) a dominação portuguesa no Brasil, até possibilitou a importação da cultura lusa em sua colônia, porém isto ocorreu a partir da exploração e da opressão, o que atribui a este povoador, um estereótipo negativo. O autor considera, também, que

O colonialismo cultural ajuda a neutralizar através de processos mistificadores, os eventuais conflitos (e não só eventuais) que o colonialismo econômico provoca.[...] Enfim, funciona como a contrapartida a qualquer potencial revolucionário ostensivo ou subjacente. [...] A dominação ideológica e cultural, por outro lado, faz com que a maioria se mantenha amorfa e passiva em relação em relação a qualquer alternativa de contestação ao sistema vigente, o que é outra forma de cooptação, a cooptação pela alienação.

A busca extremada pela riqueza, a qual gerou exploração e violência, é uma característica presente nos bandeirantes de acordo com o mecenas e escritor do Modernismo brasileiro, Paulo Prado. A filósofa Marilena Chauí (2000, p. 24) ressalta que, para Prado, estes desbravadores tinham “ânsia de independência, brutesas, pouco

escrupulosos, ambição de mando, ganância de riqueza (herdada de cristãos novos)". Enfatiza-se, também, o estereótipo mais popular de que os imigrantes lusos são "burros" e que a pobreza do Brasil é resultado dessa fixação são, entre outras, perspectivas preconceituosas que permanecem até hoje no imaginário dos brasileiros e dos sul-riograndenses. Oliveira (2006, p. 146) considera que

Ao longo do século XX, o personalismo e o patrimonialismo foram conceitos-chave presentes nas análises que apontaram o atraso e o subdesenvolvimento brasileiro como *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e *Os donos do poder*, de Raimundo Faoro. Considerados "herança Ibérica", tais traços culturais são responsabilizados pela modernidade capenga, incompleta, inautêntica do Brasil. Os antiiberistas, em sua maioria, nos lembra Jessé Souza (2000), comungaram do pressuposto da superioridade moral e cultural do protestante ante a cultura católica.

Reforçando a existência de estereótipos "fixados" na imagem do imigrante português, Chauí (2000, p. 22) ressalta que há uma plenitude na elaboração ideológica do "caráter nacional" brasileiro e que esta, de acordo Silvio Romero, é uma plenitude negativa devido às características presentes no quadro psicológico do povoador luso. Entre elas, destacam-se a "resignação, patriotismo e filantropia". Estas características podem ser resultado do que Oliveira (2006, p.128) evidencia como frutos da "[...] proclamação da República no Brasil e a virada do século que fizeram a cultura portuguesa ser atacada, já que fora com ela que se construíram a sociedade e o Império nos trópicos".

Chauí (2000, p. 25) salienta, ainda, que para Gilberto Freyre os portugueses apresentavam singularidades em seu quadro psicológico, as quais representavam uma plenitude positiva para o caráter do brasileiro. Nesse sentido, para Freyre, são peculiaridades tipicamente lusas

Flutuante, riqueza de aptidões incoerentes, não práticas, genesia violenta, gosto pelas anedotas de fundo erótico, brio, franqueza, lealdade, pouca iniciativa individual, patriotismo vibrante, imprevidência, inteligência, fatalismo, aptidão para imitar, antagonismo de introversão-extroversão, mobilidade, miscibilidade, aclimatabilidade, sexualidade exaltada, purismo religioso, caráter nacional quente e plástico, tristeza, espírito de aventura, preconceitos aristocráticos, em alguns grupos, amor à agricultura, continuidade social e gosto pelo trabalho negro, paciente e difícil.

A visão de Freyre reforça a união de sentimentos entre lusos e brasileiros, definido com um luso-tropicalismo. No entanto, esta visão serviu mais à ideologia do

Estado português e não se fixou no imaginário brasileiro e sul-rio-grandense. Oliveira (2006, p. 142) descreve a compreensão de Freyre, afirmando que

[...] Gilberto Freyre enxerga uma identidade dada pela natureza tropical e pela presença portuguesa. O luso-tropicalismo se apresenta como uma aculturação em mão dupla, uma “antropofagia de mão dupla”: a lusitanização do nativo se daria da mesma forma que o colono se americaniza, se africaniza, se orientaliza. O colono levou aos nativos sua fé e a sua língua – não as impôs -, e aprendeu com os nativos elementos da sua cultura que possibilitaram sua presença nos territórios tropicais.

Baseia-se, novamente, em Chauí (2000, p. 38), quando a autora afirma o reconhecimento da “ação civilizatória dos portugueses, que introduziram a unidade religiosa, de língua, a tolerância racial, a mestiçagem, as marcas morais, a definição e a segurança do território brasileiro” mesmo que seja uma interpretação paternalista de Gilberto Freyre ou reforce uma ideologia “verdeamarelista”. Ribeiro (1995, p. 404) enfatiza que o estereótipo negativo do imigrante português ligado à ideologia do branqueamento da raça no Brasil levou à

[...] realização de enormes investimentos públicos a fim de atrair ao país colonizadores brancos, na qualidade de reprodutores destinados a “melhorar a raça”. E não se queriam lusitanos porque também contra seus avós portugueses se rebelava a alienação oligárquica, convencida de sua própria inferioridade racial e que explicava seus êxitos pessoais como exceções.

A chegada do século XX também pode justificar a fixação de estereótipos negativos relativos à presença da cultura lusa. Oliveira (2006, p. 131) afirma que

As relações entre Portugal, o criador, e o Brasil, a criatura, enfrentaram muitas turbulências no início do século XX. Para muitos intelectuais brasileiros, o passado comum possibilitava a afirmação de nossa origem européia. Para outros, ela não deveria ser valorizada, já que era urgente superar o passado de colônia portuguesa e necessário afirmar a identidade nacional e negar a identificação com Portugal. Ou seja, para o Brasil era importante marcar as diferenças, enquanto para Portugal importava mostrar a permanência, a continuidade. A aproximação dos dois países nos primeiros anos do século XX foi uma demanda mais portuguesa do que brasileira.

É possível afirmar, também, que a inserção da cultura portuguesa no Brasil e no Rio Grande do Sul (e portanto na atual MRG de Cruz Alta), principalmente através dos

povoadores portugueses nunca foi compreendida propriamente como uma imigração. Oliveira (2006, p. 118) ressalta que isto ocorre devido ao fato de que

Os portugueses partiram e agiram como se nunca tivessem saído de casa. Mais tarde pagariam essa vocação migratória sem invenção de identidade, por assim dizer, com um suplemento de nostalgia. Os milhões de portugueses que partiram ao longo dos séculos não dotaram essa experiência de um sentido trágico, nem mesmo dramático, diz Eduardo Lourenço. Talvez isso explique porque a nossa literatura [portuguesa] tenha tomado tão pouco em conta a figura do imigrante.

Verificou-se que grande parte dos moradores dos 14 municípios da Microrregião Geográfica de Cruz Alta entrevistados, mesmo sendo netos e bisnetos dos primeiros povoadores de origem lusitana, não reconheciam a importância de pertencerem a essa etnia ou diziam-se serem descendentes de italianos e/ou alemães. Esta compreensão dos entrevistados se assemelha muito ao que o escritor Álvaro Bomilcar, em sua obra *“A política no Brasil ou o nacionalismo radical”*, de 1920 ressalta. Oliveira (2006, p. 132) afirma que Bomilcar acreditava que

A presença lusitana também se fez presente em nossa intolerância e hostilidade aos brasileiros que têm a infelicidade de descender mais proximamente dos negros e dos espoliados indígenas. Confirmando isso tudo, o autor menciona que os surtos de progresso só aparecem nos estados do sul do Brasil, exatamente aqueles em que a influência portuguesa foi mínima.

Desse modo, a permanência de estereótipos, em grande parte, negativos a respeito da imigração portuguesa tanto no Brasil como em todo o Rio Grande do Sul fazem com que, não somente estes imigrantes, mas toda a matriz cultural lusa seja compreendida de forma deturpada e desprovida de reconhecimento quanto às contribuições que esses primeiros povoadores foram responsáveis para o recorte regional em questão.

5.6.4 O processo de hibridismo cultural e aculturação

Destacando novamente o caráter de isolamento dos primeiros imigrantes portugueses e povoadores luso-brasileiros da MRG de Cruz Alta, enfatiza-se que esses indivíduos utilizaram como mão de obra o trabalho do indígena e do escravo africano, convivendo com características culturais diferentes. Ribeiro (1995, p. 414) explica que

os gaúchos brasileiros “Surgem da transfiguração étnica das populações mestiças de varões espanhóis e lusitanos com mulheres Guarani”.

Para o indivíduo de origem lusitana o contato com esses dois grupos “diferentes” era, muitas vezes, mais próximo do que com aqueles que pertenciam à mesma etnia e, por isso, o dono de estância, representante da cultura lusa passou a agregar as características do indígena e do negro. Frente à ligação entre as culturas lusa e Guarani na formação do gaúcho, Ribeiro (1995, p. 418) evidencia que

[...] o gaúcho, falando guarani que os mamelucos paulistas podiam entender, fazendo roçados de mandioca, de milho, de abóboras, e fabricando farinha, como todos os povos do tronco tupi. Esses gaúchos, incorporados aos núcleos neobrasileiros que se começavam a fundar na campanha, serviram como campeiros e aquerenciadores do gado, amansadores de bois de serviço e como criadores de cavalos e de muas.

Convém enfatizar que esta interação entre diferentes culturas não ocorreu de forma pacífica. A utilização do trabalho indígena e africano permitiu o contato do luso com diferentes atributos culturais destes grupos, havendo miscigenação, visto que muitos filhos nascidos de escravas e de índias eram frutos da exploração sexual do lusitano. Lopez (2001, p. 20) complementa esta ideia ao considerar que “[...] O português se deitava com as índias e negras como quem possuía um objeto, e não como alguém que se relaciona com uma criatura humana”. Por conseguinte, os filhos legítimos do povoador de origem portuguesa nasciam do casamento do mesmo com uma mulher portuguesa ou descendente desta cultura. Oliveira (2006, p. 122) explica

Já no início do século XIX, o imigrante português se comportava de modo mais regrado do que comumente se imagina. Ao encontrar no Brasil uma base populacional maior e mais assentada, ele praticava uma seleção – buscava portuguesas até onde estas lhe fossem disponíveis, partia para as brasileiras brancas descendentes de imigrantes lusos recentes e, por fim, para as brasileiras brancas de longínqua ascendência lusitana.

Ressalta-se que muitos povoadores luso-brasileiros eram descendentes de paulistas, os quais cultuavam hábitos característicos da convivência com o indígena deixando os atributos culturais característicos da matriz portuguesa que os originou. Ribeiro (1995, p. 366) evidencia que eles tinham

[...] modo de vida, rude e pobre, era o resultado das regressões sociais do processo deculturativo. Do tronco português, o paulista perdera a vida

comunitária da vila, a disciplina patriarcal das sociedades agrárias tradicionais, o arado e a dieta baseada no trigo, no azeite e no vinho.

Evidencia-se, também, que a proximidade com o colonizador espanhol permitiu a incorporação de características dessa etnia à cultura lusitana. Desse modo, pode-se considerar que o português e luso-brasileiro, ao se fixarem na atual MRG de Cruz Alta automaticamente apreenderam atributos novos de outras culturas que passaram a fazer parte do cerne dos moradores desse recorte espacial.

O gaúcho típico resultou desse hibridismo cultural, conceito considerado por Burke (2005) e Canclini (2008) como uma noção ambígua. Canclini (2008, p. 19) define hibridismo como “[...] processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existem de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”. Assim, as estruturas características das culturas indígena, espanhola, portuguesa e negra, mediante os contatos impulsionados pelas práticas pastoris ligadas à estância, originaram o gaúcho e organizaram uma cultura própria com utensílios e técnicas próprias do habitante sulino.

Assim, muito da cultura lusa é visto através de danças e músicas trazidas de Portugal e dos Açores pelos colonos. Através do contato com moradores e profissionais da esfera cultural dos 14 municípios, os mesmos não reconheceram a contribuição lusitana para a formação dessa figura tradicional sul rio-grandense. Recorrendo-se novamente à Ribeiro (1995, p. 416) se pretende explicar que

Originalmente, os gaúchos não se identificavam como espanhóis nem como portugueses, do mesmo modo como já não se consideravam indígenas, constituindo uma etnia nascente, aberta à agregação de contingentes de índios destribalizados pela ação missionária ou pela escravidão, de novos mestiços de brancos e índios desgarrados pela marginalidade, e de brancos pobres segregados de suas matrizes. [...] A incorporação de uma parcela desses gaúchos à etnia brasileira é um processo posterior, decorrente da disputa dos paulistas por participar da exploração do gado sulino, da competição entre portugueses e espanhóis pelo domínio da região cisplatina e, sobretudo, da integração do Sul ao mercado provedor de bestas de carga para as minas de ouro.

Oliveira (2006, p. 144) avalia o contato entre as culturas portuguesa, indígena e negra como que permeadas pela valorização e pelo preconceito. A autora, ao considerar o conceito de mito fundador de Chauí (2000, p. 9) o qual se define como “[...] aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novas ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo”, enfatiza que

As relações do Brasil com o mundo ibérico e, em especial, com Portugal são relações permeadas pela mais profunda ambigüidade. O português integra o mito de fundação do país ao constituir, pela miscigenação com a índia e depois com a negra, o povo brasileiro. A colonização produziu extrema mistura racial, que recebeu diferentes avaliações ao longo do tempo. Houve momentos de valorização da mestiçagem, e outros de reprovação. Igualmente variada tem sido a avaliação da herança ibérica, ora de aprovação, ora de condenação. Há mesmo linhagens de autores que acusam e recusam a herança ibérica, como há outras que valorizam esse passado e o consideram adequado aos novos tempos.

É possível considerar, ainda, o caso dos açorianos fixados na antiga região missioneira do atual território sul-rio-grandense. Ribeiro (1995, p. 428) acrescenta que estes imigrantes

Fizeram-se matutos, ajustando-se a um modo de vida mais indígena que açoriano, lavrando a terra pelo sistema de coivara, plantando e comendo mandioca, milho, feijões e abóboras. Mesmo no artesanato praticado hoje nos núcleos de seus descendentes, não se pode distinguir peculiaridades açorianas. É essencialmente o mesmo das populações caipiras e assim deve ter sido no passado, para suprir suas necessidades de panos, de tralha doméstica feita de trançados e de cerâmica e de instrumentos de trabalho. [...] Sua contribuição à cultura neobrasileira foi nula porque esta se havia saturado dos traços do patrimônio português que podia absorver. Sua influência na cultura regional e seu papel social foram, todavia, decisivos no aportuguesamento linguístico e no abrasileiramento cultural da campanha e, sobretudo, na constituição do núcleo leal ao poderio português e, mais tarde, imperial, que se requeria naquelas fronteiras, por um lado tão remarcadamente castelhanas e, pelo outro, tão independentes em sua lealdade a caudilhos autônomos.

Os processos recentes de imigração, como a chegada dos alemães e italianos às atuais 14 unidades territoriais membros da MRG de Cruz Alta também promoveu a aculturação do imigrante de origem lusa. Enquanto que o colono alemão e italiano organizou sua fixação em comunidades onde seus atributos culturais eram cotidianamente cultuados, o povoador lusitano, isolado em grandes propriedades e miscigenado com indígenas, negros e espanhóis havia perdido suas características

culturais originais. Ribeiro (1995, p. 436) afirma que a configuração histórico-cultural da região sulina constituída por brasileiros de origem germânica, italiana, entre outros grupos de imigração recente os consolida como

[...] brasileiros como os demais, porque não saberiam viver nas pátrias de seus pais e avós e porque são brasileiras as suas lealdades fundamentais, configuram uma parcela diferenciada da população por sua forma de participação na sociedade nacional. Distingue-os o bilinguismo, com o emprego de um idioma estrangeiro como língua doméstica, alguns hábitos que ainda os vinculam as suas matrizes européias e, sobretudo, um modo de vida rural fundado na pequena propriedade policultora, intensivamente explorada, e um nível educacional mais alto do que o da população geral.

Assim, a cultura portuguesa já “enfraquecida” pelo hibridismo promovido mediante o contato com os indígenas, espanhóis e negros ficou “ofuscada” pela força das imigrações alemã e italiana nesse recorte espacial, resultado dos incentivos e melhores condições oferecidas pelo Império. Ribeiro (1995, p. 436) explica que a chegada desses imigrantes teve início no período imperial, resultado das motivações

[...] da oligarquia das nações latino-americanas, alçada ao poder com a independência: sua alienação cultural que a fazia ver a sua própria com olhos europeus. Com estes, olhavam suspeitosos os negros e mestiços que formavam a maior parte da população e explicavam o atraso prevalecente no país pela inferioridade racial dos povos de cor. Sob a pressão desse complexo de alta identificação “denigrante” puseram-se a campo para substituir aos seus próprios povos, radicalmente se praticável, por gente eugenicamente melhor. E essa seria a população alva da Europa Central, que se trasladava então, em grandes contingentes.

A força cultural alemã e italiana na MRG de Cruz Alta, assim como em todo o território sul-rio-grandense levou o imigrante oriundo da matriz cultural lusa a incorporar elementos culturais ítalo-germânicos, fazendo com que muito da originalidade cultural lusa fosse perdida. Ribeiro (1995, p. 437-438) procura explicar tal processo, afirmando que

O bolsão cultural gringo [...] exhibe uma grande uniformidade social no seu modo de vida, na paisagem humana que criou. Colorido, embora por diferenciações que permitem distinguir as subáreas alemãs das italianas [...] As uniformidades sociais decorrem essencialmente da forma de constituição das colônias, pela concessão de terras em pequenas propriedades de exploração familiar e pela habilitação profissional que trouxeram os imigrantes para a prática de uma agricultura intensiva de granjeiros. As culturais provêm da segregação em que viveram nas primeiras décadas, como quistos implantados numa sociedade profundamente diferente, com a qual não mantinham convívio. Cada grupo pode, organizar autonomamente sua própria vida, instalar suas escolas e

igrejas, constituir suas autoridades, formando as primeiras gerações ainda no espírito e segundo as tradições dos pais e avós imigrados. Vivendo ilhados, o próprio domínio da língua portuguesa só seria alcançado muito mais tarde, como meio de comunicação com os brasileiros e entre os próprios colonos de diferentes idiomas. Tensões herdadas do mundo europeu também opunham essas etnias umas às outras, por discriminações que contribuíram para segregá-las ainda mais.

Ribeiro (1995) considera importante enfatizar que, o nazifascismo implantado durante a Segunda Guerra Mundial, reforçou o sentimento de superioridade da população de origem centro-européia. Para este autor (1995, p. 440-441)

Criou-se, assim, uma situação de trauma que gerou sérios atritos entre luso-brasileiros, de um lado, e os gringo-brasileiros, de outro. As condições de relativa segregação em que se desenvolveram esses núcleos, seu conservadorismo cultural e linguístico facilitavam essa ação dissociativa. [...] As diversas áreas de colonização européia formam, hoje, uma região com fisionomia própria aglutinada em vilas pela concentração de moradores em torno do comércio, da igreja e da escola. Delas partem estradas inteiramente novas nas paisagens brasileiras, correndo entre as cabeças dos lotes, densamente habitadas de um e de outro lado e, por isso mesmo, cuidadosamente mantidas. Essas vilas rurais formam redes encabeçadas por cidades cuja produção se diversificou e se ajustou às condições do mercado, somando atividades industriais de base artesanal às agrícolas. Implantou-se assim, uma economia regional próspera, numa paisagem cultural europeizada dentro da relativa uniformidade luso-brasileira do país.

Entende-se, portanto, que hibridismo e aculturação são noções atreladas ao estudo da influência cultural lusa na (re)organização do espaço da Microrregião Geográfica de Cruz Alta mediante a compreensão de que esta cultura se fixou em uma porção espacial “marcada” pela convivência com o indígena, espanhol e negro, gerando novas estruturas materiais e imateriais de seu sistema simbólico, adquirindo hábitos e utensílios representativos destes três grupos culturais, estruturando, assim, a cultura gaúcha. Destaca-se, por sua vez, que a matriz cultural lusa também manteve contato com os imigrantes alemães e italianos, incorporando rápida e integralmente os atributos culturais destes imigrantes.

5.6.5 O (des)cuido do patrimônio

O pioneirismo da inserção da matriz cultural lusa na MRG de Cruz Alta demonstra a necessidade de cuidado com o patrimônio dessas 14 unidades territoriais,

pois os atributos visíveis desse recorte espacial como residências, estâncias, monumentos, utensílios, objetos, vestimentas, documentos, entre outros, por existirem há mais tempo, são facilmente extintos pela ação do tempo.

Considerando que, até o início do século XX grande parte das unidades territoriais que, atualmente, compõem a Microrregião Geográfica em questão, pertencia ao município de Cruz Alta, verificou-se que o espaço urbano desse território municipal apresentou maior expressividade quanto à existência de códigos culturais lusos, enquanto que os demais municípios não manifestaram essa cultura em suas paisagens.

No entanto, esperava-se que em localidades afastadas dos distritos sedes, fossem encontradas “marcas” dessa etnia, como antigas estâncias e casas, porém, grande parte das construções apresenta modelagem contemporânea, reconstruídas e desprovidas das características originais.

Nesse sentido, pode-se afirmar que não houve interesse por parte dos moradores e autoridades políticas da MRG em questão, em preservar o patrimônio representativo lusitano, pois para que exista esse cuidado é necessário que essas pessoas considerem a importância dessa cultura e se reconheçam como integrantes dela. Esta consideração remete à relação entre as noções de representação, memória e identidade.

A compreensão de representação refere-se à apreensão do conhecimento mediante narrativas de memórias. No caso do presente estudo, o interesse pela narrativa de antigos moradores, secretários de cultura e pesquisadores possibilitaria o entendimento da relação que estes entrevistados teriam com a matriz cultural lusa neste recorte regional. Diehl (2002, p. 87) afirma a importância deste tipo de representação ao enfatizar que “[...]Narratividade significa, em primeiro lugar, o fato de que toda a história é apresentada como um contar sobre o passado. Isso significa representar o passado como histórias”.

Após a realização destas entrevistas, verificou-se que tanto os moradores quanto os secretários de cultura de grande parte das unidades territoriais integrantes da

MRG 011 não inferiram a relevância do grupo cultural luso para o desenvolvimento do atual recorte regional, evidenciando questões relativas à memória e identidade. A relação entre estas noções são evidenciadas por Diehl (2002, p.111 - 112) ao afirmar que

[...] memória e identidade assumem posições estruturais. Tempo, espaço e movimento passam a compor expectativas essencialmente existenciais, especialmente nos quadros de re-simbolização e revalorização dos sentidos e funções culturais. Portanto, parece-nos que uma das chaves da compreensão da situação atual das perspectivas historiográficas é o estudo da memória e da identidade. Claro está que esse estudo não mais poderá recorrer à memória como um ato apenas de busca de informações do passado, tendo em vista a reconstituição do passado. Mas, deve ser entendida como um processo dinâmico da própria memorização. Além disso, a noção de identidade precisa ser antropologizada com o objetivo de ampliar seus aspectos de possibilidades saindo-se assim, da conceituação de identidade como sendo meramente ideológica.

Seguindo esta compreensão, pode-se considerar que memória implica no exercício constante de manter viva a identidade de determinado grupo cultural a partir da memorização e que este ato pode ser vivenciado e difundido a partir da representação da narratividade. Somente assim é que as manifestações do signos permanecerão nas paisagens, se consolidando como um patrimônio cultural. Recorre-se novamente à Diehl (2002, p. 113), quando o autor ressalta que

A situação de estetização simbólica ou, em outras palavras, a ornamentação de signos e significados de determinados grupos sociais étnicos privilegia uma recolonização das experiências do cotidiano, especialmente levando-se em conta a profunda crise atual de valores modernos e seus respectivos projetos de futuro. Aqui, novamente o debate em torno da memória e da identidade poderá ser uma opção de entendimento e compreensão.

Esta questão atrela-se diretamente à ausência de representações imateriais ligadas à presença da matriz cultural lusa na MRG 011, sendo estas investigadas a partir das crenças, valores e normas desta cultura. É possível afirmar que a raiz fenomenológica deste estudo encontra-se nesta questão: a cultura portuguesa foi responsável pelo pioneiro povoamento da atual MRG 011, alicerçada através das imigrações portuguesa, açoriana e fixação luso-brasileira, porém, entre outros fatores, a inexistência de identificação dos entrevistados com este grupo cultural, resultado da invisibilidade de representações/narrações ligadas à memória desta população

denotam que esta matriz cultural é pouco lembrada e manifestada neste recorte regional.

5.6.6 A decadência econômica

O território que, atualmente, compreende a Microrregião Geográfica de Cruz Alta destacava-se pela trilogia produtiva de erva-mate – muares – gado, atividades alicerçadas na grande propriedade rural adquirida graças às doações de sesmarias para os militares de origem lusa. Ribeiro (1995, p. 417) ressalta que

No começo do século XVIII voltam os paulistas junto aos curitibanos para se instalarem na região como criadores. Visavam, então, arrebanhar e aquerenciar o gado e, mais tarde, criar cavalos e muares para vender aos novos mercados surgidos nas zonas de mineração de ouro.

Com a chegada dos açorianos e a fixação de alguns desses imigrantes na área urbana do município de Cruz Alta, o comércio tornou-se outra atividade econômica expressiva, assim como a produção de trigo em pequenas propriedades.

Mediante a fixação dos imigrantes alemães e italianos, a pecuária e a venda de muares foram perdendo representatividade na economia desse recorte espacial, enquanto que a agricultura diversificada em propriedades menores passou a ter maior expressividade na esfera econômica dessa porção espacial. Ribeiro (1995, p. 443) enfoca que devido à consolidação de uma agricultura granjeira promovida por esses imigrantes, houve um

[...] salto à indústria artesanal e, depois, à fabril, foi possibilitado pelo conhecimento por parte dos colonos de técnicas produtivas européias singelas porém mais complexas que as dominadas pelos outros núcleos brasileiros. Mas ele se explica, principalmente, pelo bilinguismo, que lhes dava acesso a melhores fontes de informação técnica e possibilitava contatos europeus que permitiram importar equipamentos e pessoal qualificado, quando necessário, e obter assistência na implantação e expansão de suas indústrias.

Grande parte dos latifundiários de origem lusa vendeu suas terras para esses imigrantes dirigindo-se para o município de Cruz Alta ou para outros locais. Ribeiro (1995, p. 439) enfatiza que “Em princípio, toda a área circundante das colônias, constituídas de terras devolutas ou acessíveis a baixo preço, operava com uma fronteira aberta à sua expansão”.

Nessa linha de raciocínio, é possível observar que, atualmente, o estancieiro de origem lusa da atual MRG de Cruz Alta tornou-se habitante das áreas urbanas deste recorte regional, exercendo atividades ligadas ao comércio ou àquelas completamente desvinculadas do trabalho no campo. O imigrante de origem alemã ou italiana transformou-se no grande proprietário de terras, dedicado às lavouras de exportação, como a soja e o trigo, manifestando o sucesso que o mesmo obteve fixando-se em terras sulinas. Nesse contexto, destaca-se, novamente Ribeiro (1995, p. 409), quando o antropólogo acrescenta que

[...] a lavoura de modelo arcaico dos matutos, o pastoreio gaúcho e a pequena propriedade explorada intensivamente dos colonos gringos – funciona, porém, como fixadora de suas diferenças. Mesmo em face dos efeitos homogeneizadores da modernização decorrentes da industrialização e da urbanização, cada um desses complexos tende a reagir de modo próprio, integrando-se com ritmos e modos diferenciados nas novas formas de produção e de vida, dando lugar a estilos distintos de participação na comunidade nacional.

Assim, os “comedores de mato”, modo como eram conhecidos os colonos alemães e italianos adquiriram maiores extensões de terras, enquanto que os de origem lusa passaram a se dedicar às atividades urbanas, como o comércio. Com a ascensão econômica, os imigrantes vindos da Alemanha e Itália obtiveram reconhecimento da comunidade, podendo expressar seus atributos culturais, diferente do grupo cultural luso, que se viu enfraquecido frente ao desprestígio econômico e, por conseguinte, social.

É importante destacar, também, que diferente dos municípios de Pelotas e Rio Grande, o grande território cruzaltense que, atualmente compreende as 14 unidades territoriais em destaque, entre outros municípios, não possuía e nem possui redes de solidariedade, como casas de Beneficência Portuguesa. Oliveira (2006, p. 124) ressalta a necessidade destas redes de solidariedade e sociedades recreativas pois as festividades promovidas pelas mesmas fortaleciam as singularidades da cultura portuguesa em terras brasileiras.

Uma das festas típicas organizadas nessas casas era a que homenageava com banda de música, barraquinha de jogos, de sorteios e de comidas os dias de Santo Antônio, São João e São Pedro. As festas juninas confirmavam a fé religiosa, o espírito de família e reafirmavam a superioridade dos padrões e valores portugueses. Ao reforçar a identidade do grupo e garantir sua coesão,

esses clubes ajudavam o imigrante a enfrentar o afastamento da aldeia natal e suas festas contribuíram para a adaptação do camponês português à vida urbana. A cultura trazida pela maioria dos imigrantes era a da vida rural, atrelada aos vínculos da sociedade comunal. As festas, as cantigas e as músicas dos imigrantes se fundiram com as tradições medievais lusas, oriundas do período colonial e já mescladas com as africanas e as indígenas.

Desse modo, os integrantes desta cultura não puderam se reunir e criar organizações de cooperação capazes de fortalecer seus vínculos na MRG 011 e, por isso, não houve fortalecimento cultural luso nessa porção espacial.

Ressalta-se, nesse sentido, que a decadência econômica da matriz cultural lusa na MRG 011 exerceu influência na difusão e permanência dos atributos que materializam e imaterializam este grupo cultural no recorte regional em questão, visto que o poder financeiro é determinante para a consolidação de uma cultura como promotora de desenvolvimento local. O desaparecimento da estância pecuarista, da produção de erva-mate e criação de muares reflete o fortalecimento econômico de correntes de imigração recentes, as quais inseriram um novo cenário produtivo para esta microrregião geográfica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Geografia Cultural, centrada no conceito de cultura, entende essa noção como responsável pela organização social, modificou-se consideravelmente após a década de 1970, deixando de abordar, somente, a caracterização e localização dos elementos representativos de uma certa cultura, para entender as questões que tornaram a mesma importante num dado espaço ou ausente em outro, devido a diversas razões, entre elas as de ordem social, econômica e política.

Considerando a renovação da Geografia Cultural, foi possível compreender que as transformações que levaram ao esquecimento da participação lusa e luso-brasileira na MRG de Cruz Alta apresentam raízes da contemporaneidade, ou seja, da supervalorização do que é novo e da eliminação e/ou substituição das representações que tornam a paisagem envelhecida e marcada pelo passado de sua formação, o qual não correspondem mais às necessidades socioeconômicas atuais.

As questões que afloraram através da verificação *“in loco”* sobre a influência portuguesa na construção do espaço da Microrregião Geográfica de Cruz Alta foram: Por que não foi possível verificar, na maioria dos municípios visitados, a presença do grupo cultural luso? Por que os moradores antigos desses municípios não afirmaram a existência da matriz cultural lusa na localidade onde moram e, mesmo aqueles que apresentavam origem portuguesa e/ou açoriana, não se reconheciam como integrantes da mesma?

Essas indagações foram abordadas e aprofundadas no capítulo 5.6 com o auxílio das contribuições das entrevistadas Judith Furlan, professora de História e Geografia da Escola Municipal Sepé Tiarajú e coordenadora do museu do distrito de São Pedro, em Jóia; da historiadora e professora universitária de Cruz Alta, Vâia Freitas, do médico e pesquisador Alfredo Roeber, criador do site “Nossa Velha-Nova Cruz Alta” e do escritor Rossano Viero Cavalari.

Com relação à cultura portuguesa, essa eliminação e/ou substituição quase completa de suas “marcas culturais”, evidencia o descaso frente a esse grupo, fruto de

alicerces históricos da colonização promovida pelos portugueses no Rio Grande do Sul e no Brasil, responsável pela exploração inicial desse território, mas capaz de contribuições relevantes para a consolidação e legitimação dos espaços brasileiro, sul-rio-grandense e da MRG de Cruz Alta.

Por conseguinte, mesmo com o desmembramento desse grande território municipal, essa característica não se perdeu, pois a história inicial dos 14 municípios da MRG 011 começa com os acontecimentos da antiga e extensa Cruz Alta e vão se diferenciando no decorrer do tempo, com o processo de desmembramento e emancipação das diversas unidades territoriais, as quais se originaram do município mãe, ou seja, Cruz Alta, e integram, na atualidade, a MRG de Cruz Alta. Nessa perspectiva, esperava-se encontrar na MRG de Cruz Alta, elementos representativos da matriz cultural lusa atrelada a diversas etnias.

No que diz respeito à identificação da população com o grupo cultural luso, considerou-se que esta poderia ser observada, pois os sobrenomes de origem portuguesa são ainda presentes na Microrregião Geográfica e, nesse sentido, o(s) entrevistado(s) se reconheceriam como pertencentes a esse grupo cultural ou identificariam conhecidos que tivessem essa “marca” transmitida através das gerações. Salienta-se, ainda, que a cultura lusa se diferencia da italiana e alemã e, por meio dessa distinção, os informantes qualificados e antigos moradores poderiam sinalizar a existência de códigos culturais de origem portuguesa, açoriana e luso-brasileira presentes na paisagem dos municípios nos quais residem.

No entanto, o que foi verificado através da realização do trabalho de campo, através de entrevistas, foi o “esquecimento” da participação lusitana no povoamento dos territórios municipais que compõem a MRG 011 que, até o início do século XIX, pertenciam ao município de Cruz Alta, ou seja, a substituição, destruição ou número pouco significativo das representações lusas, açorianas e luso-brasileiras nesses municípios, bem como a falta de vínculos com esta matriz cultural dos profissionais ligados ao desenvolvimento cultural dos 14 municípios e dos moradores entrevistados conforme indicação desses secretários, com a etnia portuguesa.

Mediante esta constatação, é possível afirmar a existência da tradição portuguesa na MRG 011 e no Rio Grande do Sul, porém, mediante a *verificação in loco* essa cultura se mostrou pouco expressiva na atualidade porque poucas pessoas se reconheceram como integrantes dessa etnia no recorte regional em questão. Mesmo aqueles que evidenciaram essa origem através do sobrenome e até das características físicas, se dizem italianos e alemães porque esses dois últimos grupos étnicos são os mais presentes na atualidade e, conseqüentemente, os seus elementos culturais são encontrados no design urbano e nas atividades econômicas, ou seja, são elas que dinamizam a MRG de Cruz Alta.

Assim como em todo o Rio Grande do Sul, as terras da atual Microrregião Geográfica de Cruz Alta foram apropriadas por militares de origem lusa que chegaram em áreas de campo e matas fechadas para organizar e promover o domínio português do território porém, a inexistência de conhecimentos mais detalhados sobre a presença lusa na MRG em questão é consequência da maneira superficial como é relatado processo de povoamento de todo o território sul-rio-grandense.

Muitos imigrantes lusos, ao chegarem no Brasil, no Rio Grande do Sul e na atual Microrregião Geográfica de Cruz Alta, vieram com o intuito de adquirirem riquezas e retornarem para Portugal. Eram tempos de guerras, que impossibilitavam a fixação de qualquer grupo nesse território. Talvez essa seja uma das razões, ou seja, por não se fixarem, suas marcas culturais na paisagem foram restritas. A maioria eram residências que na venda da propriedade provavelmente foram destruídas e em seu lugar construídas residências com os marcos culturais de seus moradores, grande parte pertencentes a etnia alemã ou italiana, uma vez que elas que apresentam em maior número de população na MRG de Cruz Alta atualmente.

Salienta-se que a imaterialidade da cultura portuguesa inserida através das imigrações lusa, açoriana e fixação luso-brasileira permanece muito enraizada na organização da sociedade desta Microrregião, assim como na sociedade sul rio-grandense e brasileira, pois persiste o machismo patriarcal que é herança do luso, obrigado a defender o território, proteger a família e participar de guerras, enquanto a

mulher deveria cuidar da casa, gerar filhos e organizar as atividades vinculadas à organização da estância e dos escravos.

A religião, um dos códigos culturais mais expressivos em qualquer etnia, também é valorizada pela matriz cultural lusa. Destaca-se a crença no Divino Espírito Santo trazida pelos açorianos, as procissões cristãs e as rezas do terço que permeavam a rotina do imigrante pertencente a esta matriz cultural e até hoje fazem parte da sua cultura. No entanto são raras as materializações desse código nas unidades territoriais visitadas.

Evidencia-se, também, a peculiaridade do código cultural arquitetura neste recorte regional. As casas de estâncias vistas, principalmente, no interior dos 14 municípios da MRG 011, representam a presença dessa matriz cultural e nelas encontram-se os cemitérios com “a cruz portuguesa” e a simplicidade dos túmulos, conhecidos como “cemitérios de campanha”, localizados dentro de propriedades rurais. A dificuldade de locomoção, o afastamento e a distância dos povoados fizeram com que o imigrante luso sepultasse seus familiares na própria estância.

Outra evidência que aponta o pioneirismo da presença lusa na MRG 011 é a proximidade dos municípios que integram este recorte regional com a região da Campanha, uma porção espacial povoada por imigrantes lusos. Ressalta-se, ainda, a presença negra na Microrregião Geográfica em questão, a qual evidencia a existência de grandes estâncias de propriedade dos luso e luso-brasileiros que utilizavam mão de obra escrava antes da chegada de correntes imigratórias recentes.

Afirma-se, também, a existência da cultura lusitana não só na MRG 011, mas em todo o Rio Grande do Sul, através do tradicionalismo gaúcho. Este pode ser uma manifestação da influência lusa em território rio-grandense. Desse modo, é necessário reconhecer que os portugueses e luso-brasileiros ganham mérito no desenvolvimento da atual Microrregião Geográfica de Cruz Alta e do Estado sulino, pois conviveram com o isolamento, administrando sozinhos extensas porções de terras onde tudo era longe, diferente do italiano e do alemão, que viviam em comunidades unidas, onde conseguiam cultuar seus hábitos.

A força do imigrante açoriano no Rio Grande do Sul, mesmo que pouco reconhecida, também deve ser considerada na “construção” da cultura gaúcha. Este grupo foi deixado à própria sorte nas Missões, próximo à MRG de Cruz Alta, tendo que lutar para sobreviver e permanecer em território sul-rio-grandense, ajudando a povoar municípios, como Rio Pardo, do qual foi desmembrado o município de Cruz Alta.

Tratando-se acerca da manifestação da matriz cultural lusa na cultura gaúcha, é possível reconhecer que esta figura típica sul-rio-grandense é uma junção de outras culturas. A originalidade da cultura portuguesa, inserida mediante o povoamento de lusos, luso-brasileiros e açorianos, de modo geral, não é percebida no espaço da MRG de Cruz Alta. Pode-se dizer que o que torna a cultura lusa singular e expressiva é dificilmente identificável devido a uma tradição de desconhecimento e falta de valorização relativa à esse grupo cultural na MRG 011.

Através da convivência com o indígena e o negro, houve uma certa incorporação de elementos destes dois grupos à cultura lusa, fazendo com que a originalidade das características portuguesas fosse perdida. Como forma de fortalecer a identidade cultural lusa na MRG 011, o descendente luso deve se reconhecer no gaúcho e cultivar as festividades que valorizam as danças, as músicas, as vestimentas tipicamente rio-grandenses, pois elas são marcas, entre outras etnias, da influência lusitana no atual Estado.

Considera-se, ainda, que já no século XIX, o imigrante luso, em terras da atual Microrregião Geográfica 011, deparou-se com a força cultural alemã e italiana e, nessa perspectiva, incorporou alguns desses elementos, fazendo com que muito da originalidade lusa fosse perdida, ressaltando que o contato com o indígena e o negro já tinham permitido a apreensão de características típicas desses dois últimos grupos pelo imigrante lusitano, acarretando transformações que fariam do luso-brasileiro, o gaúcho dos pampas rio-grandenses.

O português, comparado ao imigrante alemão e italiano, estava só e sob a ameaça de conflitos, obrigado a abrir as primeiras picadas no território da atual MRG 011, a cortar as primeiras árvores na tentativa de tornar tudo mais habitável. Nesse

contexto, não houve preocupação do povoador de origem portuguesa em preservar a originalidade de sua cultura. Havia, portanto, a necessidade maior do português em sobreviver diante de tantas condições adversas da época.

Pode-se afirmar, então, que a matriz cultural lusa, como pioneira no povoamento, atualmente é representada na MRG 011 de forma menos expressiva, não só em Cruz Alta ou em sua Microrregião, mas em todo o Rio Grande do Sul devido à uma questão de tempo e espaço – tempo porque essa fixação não foi recente, como a alemã e italiana, fazendo com que muitos signos culturais se perdessem; e espaço porque a forma como esse grupo se fixou em território gaúcho, ou seja, “isolado” em grandes extensões de terras, sem interagir com outros elementos da mesma cultura, fizeram com que muitas características desaparecessem.

Nessa perspectiva, pode-se verificar que houve maior aceitação da população entrevistada pelas culturas alemã e italiana, conhecidos como trabalhadores e, atualmente, donos de grandes extensões de terras produtoras de soja no território da MRG de Cruz Alta.

Deve-se apontar, também, que muitos imigrantes lusos saíram da MRG de Cruz Alta, devido à desvalorização da pecuária, o que fez com que alguns desses donos de terras tivessem que vendê-las para os italianos e alemães que eram conhecidos como “gafanhotos” ou “comedores de mato”, e foram responsáveis pelas lavouras temporárias nessa Microrregião Geográfica.

Acerca da questão patrimonial, pode-se afirmar que os portugueses, luso-brasileiros e açorianos por chegarem há mais tempo que os outros imigrantes, tiveram as singularidades representativas desta matriz cultural pouco preservadas, não permanecendo estes atributos na paisagem da MRG 011.

Reconhece-se, nesse sentido, a possibilidade de existir ainda muitas evidências da presença lusa na MRG 011, a questão é que poucas pessoas puderam orientar a localização desses elementos, pois as características da etnia portuguesa são desconhecidas para grande parte da população que reside na Microrregião Geográfica

em questão. Assim como o patrimônio luso nessa área de estudo foi demolido e esquecido, a atividade econômica característica desse grupo foi deixada de lado – a pecuária, substituída pela agricultura, evidenciando-se que há estreita ligação entre economia e valorização cultural.

As raras demonstrações de elementos arquitetônicos característicos da cultura lusa na MRG 011, ocorre devido à falta de preservação desse patrimônio motivada pelo interesse do setor imobiliário em demolir e construir residências novas.

Há, também, falta de incentivo em preservar estas “marcas” culturais lusas por parte das autoridades políticas, centradas no ganho econômico e desprovidas de conhecimento relativo a esta cultura. A falta de manutenção de antigas moradias que expressam a presença deste grupo social em Cruz Alta e na MRG 011 manifesta considerável falta de cuidado quanto à preservação do patrimônio representativo da matriz cultural em questão representando a desvalorização do grupo cultural luso no espaço dessa MRG.

Por conseguinte, a contribuição dos entrevistados qualificados (secretários de cultura) norteou a constatação de que o grupo cultural luso na Microrregião Geográfica de Cruz Alta é uma “cultura invisível”, pois existiu a presença desse grupo na área de estudo, porém, devido aos fatores já apontados, principalmente aqueles ligados à preservação do patrimônio e identificação com a cultura lusa, na atualidade, é bastante restrita e pontualmente localizada no município de Cruz Alta.

Desse modo, é provável que os aspectos relativos à presença lusa na MRG de Cruz Alta apontados por essa pesquisa suscitem mais questionamentos do que respostas, principalmente porque esta reflexão teórica propõe, a partir da noção de *matriz cultural lusa*, a integração das semelhanças entre os sistemas simbólicos luso/luso brasileiros e açorianos, consolidando os elementos comuns que “firmaram” a cultura portuguesa neste recorte regional. Evidencia-se, desse modo, o caráter desafiador desta pesquisa.

O caráter cultural diversificado do povoamento da MRG de Cruz Alta amplia o conceito tradicional de cultura e o coloca sob o viés das transformações promovidas pelos acontecimentos contemporâneos, como a relação entre preservação cultural e poder econômico, o papel dos veículos midiáticos na atribuição de uma imagem positiva ou negativa para um grupo social, a aculturação, não somente como uma mescla dos atributos de culturas diferentes, mas da manifestação das características do grupo mais “forte”, entre outros aspectos. Essa pesquisa ressalta que cultura lusa não foi, somente, responsável pela exploração de todo o território brasileiro, mas possibilitou o desenvolvimento dessa área em um período de solidão, conflitos e escassez de recursos.

Portanto, as questões relativas à influência lusa na construção espacial da Microrregião Geográfica de Cruz Alta tratam de uma Geografia Cultural atual, que sofre a influência de fatores da contemporaneidade e não abordam, somente, a existência de códigos culturais materiais e imateriais em determinada porção do espaço, mas as razões que acarretaram sua preservação ou seu desaparecimento como resultado da dinâmica do tempo, do espaço e da sociedade.

Diante do que foi realizado na presente investigação científica, enfatiza-se que a diversidade cultural da Microrregião Geográfica de Cruz Alta, manifesta a expressão da força de grupos, como o alemão e o italiano e a ausência de representatividade lusa, açoriana e luso-brasileira embora a gênese da MRG esteja ligada a esta etnia. Justifica-se tal situação por motivos pautados em considerações influenciadas pelos pesquisadores entrevistados, os quais destacaram a maneira como o povoador pertencente a matriz cultural lusa se fixou nesse espaço.

Nesse sentido, a pesquisa contribui com novos questionamentos sobre a Geografia Cultural sendo abordadas novas questões relativas à identidade cultural, preservação patrimonial, ausência dos elementos representativos de uma etnia, construção histórica da imagem de uma cultura, entre outras discussões.

REFERÊNCIAS

AGNEW, John. Regions in revolt. In: **Progress in Human Geography**. v. 1, n. 25, 2001.

_____. **From the political economy of regions to regional political economy**. In: **Progress in Human Geography**. v. 1, n. 24, 2000.

ALMEIDA, Carlos. **Capitalismo e emigração em Portugal**. Coleção Cadernos de Hoje, n. 10. Prelo Editora, Lisboa, 1975.

ARNHOLD, José Alcides. **Das matas e nascentes a campos de progresso**. Tapera:Gráfica Gespi Ltda, 2009.

AZEVEDO, Luís Eduardo Maciel. As redes, remessas e impactos da imigração portuguesa na cidade do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideu. **Anais...** Montevideu: Associação dos Geógrafos da América Latina, 2009. p. 1-7.

BELLO, Ângela Agnes. **Introdução à Fenomenologia**. Tradução Ir. Jacinta Garcia e Miguel Mahfoud. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

BEZZI, Meri Lourdes. **Região: uma (re) visão historiográfica** - da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2004.

_____. Região como foco de Identidade Cultural. In: **Geografia**. Rio Claro. v. 27, n.1, p. 5 – 20, abr 2002.

_____. As Distintas abordagens sobre o conceito de região . In: **Revista do Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas**. São Paulo. Ano 1, n. 4, p. 4 – 56, Nov. 2001.

_____; BRUM NETO, Helena. A materialização da cultura no espaço, os códigos culturais e os processos de identificação. **Geografia**, v. 33, 2008, p. 253-268.

_____; MARAFON, Gláucio José. **Manual didático sobre a evolução do pensamento geográfico**. Santa Maria: UFSM, CCNE, Curso de Geografia, 2003. (Inédito)

BRUM NETO, Helena. **Região cultural**: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha. 2007. 319 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

_____; BEZZI, Meri Lourdes. A região cultural como categoria de análise da materialização da cultura no espaço gaúcho. In: **RA' E GA**, Ed. da UFPR, Curitiba , n.17, p. 17-30, 2009.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**. São Paulo: EDUSP, 2008.

CASTRO, Iná Elias de. Visibilidade da Região e do Regionalismo – A escala brasileira em questão. In: LAVINAS, L., CARLEIAL, L.M. da F., NABUCO, M.R.(Org.). **Integração, região e regionalismo**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p. 155-171.

CASTRO FILHO, Leonel; GIL FILHO, Sylvio Fausto. A Finitude Humana e Suas Diferentes Expressões no Espaço Cemiterial: Representações e Percepções do Lugar. **Geografar**, Paraná, ano 1, n. 1, p. 38 -41, 2006.

CARRASCO, Gessonia Leite de Andrade; NAPPI, Sérgio Castelo Branco. Cemitérios como fonte de pesquisa, de educação patrimonial e de turismo. **Revista Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 2, p. 46-60, 2009.

CAVALARI, Rossano Viero. **Os Olhos do General** – Por que Firmino de Paula foi um dos homens mais temidos de seu tempo?, Porto Alegre: Martins Livreiro – Editor, 2007.

_____. **A Gênese da Cruz Alta**. Cruz Alta: Ed da UNICRUZ, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAVES, Larissa Patrón. As sociedades portuguesas de beneficência do Rio Grande do Sul – representações e alteridade. **Sitefee**, Porto Alegre, n. 2, abr. 2007 Disponível em <www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/h1-04.pdf>. Acesso em 20 de jan. 2011.

CHELOTTI, Marcelo. Região, Cultura e Gênero de Vida: Leituras “Geográficas” Sobre a Obra Sagarana de João Guimarães Rosa. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 9, n. 26, jun, p. 53-64, 2006.

CLAVAL, Paul. A Contribuição Francesa ao Desenvolvimento da Abordagem Cultural na Geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 147-166.

_____. A Paisagem dos Geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2004. p. 13–75. (Geografia Cultural)

_____. O papel da Nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2001, p. 35 – 86. (Geografia Cultural)
2001

_____. **A Geografia Cultural**. Tradução: Luiz Fugazzola Pimenta; Margareth Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

CORDEIRO, Carlos Alberto da Costa; MADEIRA, Arthur Boavida. A emigração açoriana para o Brasil (1541-1820): uma leitura em torno dos interesses dos interesses e vontades. **Arquipélago – Revista da Universidade dos Açores**. Açores, 2ª série, v. 7, 2003. Disponível em: <www.repositorio.uac.pt/bitstream/Carlos_Cordeiro> Acesso em 20 de janeiro de 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região Cultural – um tema fundamental. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Espaço e cultura: pluralidade temática**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2008. p. 11 – 46.

_____. A Geografia Cultural e o Urbano. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 167 – 186.

_____; ROSENDAHL, Zeny. Geografia Cultural: Introduzindo a Temática, os Textos e uma Agenda. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 9 – 18.

_____. Paisagem, Textos e Identidade: Uma apresentação. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2004. p. 7–13. (Geografia Cultural)

_____. Apresentação: Geografia Cultural: Um Século. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia Cultural: Um Século (2)**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2000, p. 9 – 14. (Geografia Cultural)

COSGROVE, Denis. Em Direção a uma Geografia Cultural Radical: Problemas da Teoria. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 103 – 134.

_____. Mundos de Significados: Geografia Cultural e Imaginação. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia Cultural: Um Século (2)**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2000, p. 33 – 60. (Geografia Cultural)

_____; JACKSON, Peter. Novos Rumos da Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 135 – 146.

_____. Novos Rumos da Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia Cultural: Um Século (2)**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2000, p. 15 – 32. (Geografia Cultural)

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Os Cemitérios e a Espacialização da Morte. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTI, Alessandro. **Geografia: Leituras Culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003, p. 237-260.

COSTA; Rogério Haesbaert da; MOREIRA, Igor. **Espaço e Sociedade no Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

DIEHL, Astor. **Cultura Historiográfica: Memória, Identidade e Representação**. Bauru: EDUSC, 2002.

DUNCAN, James. O Supra-Orgânico na Geografia Cultural Americana. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 63 – 102.

_____. A Paisagem como Sistema de Criação de Signos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2004. p. 91–132. (Geografia Cultural)

_____. Após a Guerra Civil: Reconstruindo a Geografia Cultural como Heterotopia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia Cultural: Um Século (2)**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2000, p. 61 – 84. (Geografia Cultural)

FISS, Regina Lúcia Reis de Sá Brito Fiss. A imigração portuguesa e as associações como forma de manutenção da identidade lusitana – Sul do Brasil. **Scripta Nova: Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais**, Barcelona, n. 94, ago.2001. Disponível em: <www.ub.edu/index.php/ScriptaNova> Acesso em 20 jan. 2011.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. Açorianos no Rio Grande do Sul: a identidade açoriana na obra de cronistas, viajantes e historiadores sul-riograndenses. **Arquipélago – Revista da Universidade dos Açores**. Açores, 2ª série, v. 7, 2003. Disponível em: <www.repositorio.uac.pt/bitstream/Carlos_Cordeiro> Acesso em 20 de janeiro de 2011.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. Porto Alegre, 2011. Disponível em:<www.fee.tche.org.br> Acesso em 20 de jan. 2011.

GANDY, Matthew. Paisagem, Estéticas e Ideologia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs). **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2004. p. 76– 91. (Geografia Cultural)

GOMES, Laurentino. **Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil**. São Paulo:Planeta, 2007.

GUELKE, Leonard, Geografia Regional. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 213 – 224.

HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. In: **Antares**. n.3. Jan – Jun 2010.

_____. Região, Diversidade Territorial e Globalização. In: **GEOgrafia**. Ano.1. n.1. 1999.

HOLZER, Werther. A Geografia Fenomenológica de Eric Dardel. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2001, p. 103 – 122. (Geografia Cultural)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidades> Acesso em 20 jan. de 2011.

LAYTANO, Dante de. **Folclore do Rio Grande do Sul**: levantamento dos costumes e tradições gaúchas. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1984.

LANER, Lucia; FÜLBER, Jurema. **Das picadas do Botucaraí à RS 332**. Espumoso: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, 2000.

LE BOSSÉ, Mathias. As questões de identidade em Geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p.157-179.

LEITE, Maria Angela Faggin. **Destruição ou Desconstrução?** São Paulo: HUCITEC, 1994.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Ed. da USP. 1999.

LOPEZ, Luis Roberto. **História do Brasil Colonial**. São Paulo: Mercado Aberto, 2001.

MATTELART, Armand. **Diversidade Cultural e Mundialização**. São Paulo: Parábola, 2005.

_____. NEVEU, Érik **Introdução aos Estudos Culturais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MEIRELLES, Pedro Von Mengden. **Geografia Social da Morte: Uma análise espacial do cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1850)**. 2010. 79 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História Bacharelado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MELO, Hildete Pereira de; ARAÚJO, João Lizardo de; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Raça e nacionalidade no mercado carioca na Primeira República. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, n. 3, set. 2003. Disponível em: <www.scielo.br/scielo> Acesso em 20 jan. 2011.

MIKESELL, Marvin. Posfácio: Novos Interesses, Problemas não Resolvidos e Tarefas que Persistem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia Cultural: Um Século (2)**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2000, p. 85 – 112. (Geografia Cultural)

MONDADA, Lorenza; SÖDERSTRÖM, Ola. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2004, p. 133 – 156. (Geografia Cultural)

MOORE, Adam. Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice. In: **Progress in Human Geography**. v. 2, n. 32. 2008.

NOSSA VELHA NOVA CRUZ ALTA. **A história de Cruz Alta em imagens**. Cruz Alta, 2011. Disponível em: <www.unimedplanaltocentralrs.com.br/cruzalta> Acesso em 20 jan. de 2011.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Nós e Eles: Relações Culturais entre Brasileiros e Imigrantes**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

PAASI, Anssi. Place and Region: looking through the prism of scale. In: **Progress in Human Geography**. v. 28(4). 2004.

_____. Place and Region: regional worlds and words. In: **Progress in Human Geography**. v.6. n.26. 2002a.

POLINARI, Marcello. **Tropeirismo**: um modo de vida. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura; Coordenadoria do Patrimônio Cultural, 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ ALTA. **Histórico**. Cruz Alta, 2011. Disponível em: <www.cruzalta.rs.gov.br> Acesso em 20 jan. 2011.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROSENDAHL, Zeny. Espaço, Cultura e Religião. In: **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 147 – 161.

ROSSATO, Ermélio. **História de Fortaleza dos Valos**. Ibirubá:Gráfica Mérito Ltda, 1988.

SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SAUER, Carl Ortwin. Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007 , p. 19 – 26.

SILVA, Mara Kramer. **Arquitetura de Cruz Alta**: Um século de História. Cruz Alta:Ed da UNICRUZ, 2000.

SOUSA, Roberto Ribeiro de. Imigração portuguesa, identidade e representação geográfica: o lugar da casa regional no movimento associativo luso-brasileiro. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 22, jan/dez. 2005. Disponível em: <www.nepec.com.br/ribeirosousa_Espaço_e_cultura22.pdf> Acesso em 20 de jan. 2010.

STEYER, Fábio Augusto. O cemitério como fonte para estudos de folkcomunicação. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE FOLKCOMUNICAÇÃO, 7., 2004, Lajeado. **Anais...** Lajeado: Grupo de Estudos sobre Folkcomunicação, 2004, p. 1-5

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982, p. 143-164.

VERÍSSIMO, Érico. **Solo de Clarineta – Memórias I**. São Paulo: Globo, 1995.

WAGNER, Philip; MIKESELL, Marvin. Os Temas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 27 – 62. (Geografia Cultural)

WOODWARD, Katryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. 2000. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia Cultural: Um Século (2)**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2000, p. 15 – 32. (Geografia Cultural)

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. **A Colonização açoriana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Instituto Cultural Português, 1979.

ANEXOS

ANEXO A – Questionário direcionado aos secretários de cultura, educação e turismo dos 14 municípios da Microrregião Geográfica de Cruz Alta/RS.

1- Município:

2- Órgão:

3- Data de fundação/emancipação:

4- Acredita que as imigrações portuguesa, açoriana e fixação luso-brasileira foram expressivas no município? Sabe quais as regiões aonde vieram esses povoadores que se dirigiram ao município?

5- Quantos imigrantes vindos de Portugal e dos Açores vieram inicialmente para o município?

6- Quais as principais funções exercidas em seus países de origem? Mantiveram as mesmas funções no município?

7- Quais as principais atividades econômicas e produtos cultivados inicialmente? Como era a comercialização? (troca ou venda)?

8- Acredita que a inserção da matriz cultural lusa no município tenha ocorrido pelo poder de atração de Cruz Alta no período em que o território cruzaltense dominava grande parte dos municípios da Microrregião?

9- Quais as principais dificuldades enfrentadas por esses povoadores nos primeiros anos de instalação no atual município?

10- Houve casos de desistência e retorno para Portugal ou para os Açores por parte de alguma família?

11- Atualmente, a maioria da população do município:

() descende de portugueses e açorianos

() é composta por outras etnias

() não é possível identificar a origem étnica atual

12- De que forma os descendentes de portugueses e açorianos procuram manter e valorizar as suas tradições culturais no município? Há participação de algum órgão público ou privado neste processo?

13- Há uma identidade cultural proporcionada pela fixação de luso, luso-brasileiros e açorianos no município? A sociedade se reconhece nesta matriz cultural lusa e procura manter vínculo com a mesma? Em caso afirmativo, como?

14- O processo de adaptação socioespacial acarreta algumas transformações, principalmente no que se refere aos hábitos cotidianos e ao uso de determinados materiais. Nesse sentido, quais as principais transformações ocorridas na cultura original portuguesa trazida pelos povoadores lusos, luso-brasileiros e, também, açorianos no município no que se refere aos códigos culturais?

15- Qual a principal contribuição da matriz cultural lusa para a organização do espaço local? A cultura se materializa e é visível no espaço municipal? De que forma?

16- Os portugueses, luso-brasileiros e açorianos sofreram a influência de outro(s) grupo(s) devido à proximidade e à convivência? Como?

17- A permanência desses povoadores no Rio Grande do Sul demonstra a adaptação deste grupo cultural à nova realidade proposta. Diante disso, como seus descendentes vêem a cultura gaúcha?

18- Portugueses, luso-brasileiros e açorianos do município se reconhecem a partir da identidade cultural:

() vinculada à origem étnica

() gaúcha

() ambas

Por que?

19- O descendentes da matriz cultural lusa do município acreditam ter contribuído para a construção da cultura gaúcha? Como? Quais os códigos culturais envolvidos neste processo?

20- Há manifestações da cultura gaúcha no município? Onde ocorrem? (somente em CTGs ou em outros locais).

21- Como os portugueses (considerando os luso-brasileiros e açorianos) e seus descendentes do município se inserem no contexto regional? Procuram se integrar ou se mantém à parte, procurando preservar a originalidade cultural lusa evitando a integração? Eles interagem dentro do contexto regional com outras etnias?

22- Tendo como base que o alicerce cultural dos povoadores lusos, luso-brasileiros e açorianos é a cultura portuguesa, os códigos que melhor identificam esse grupo se referem a:

- Comunicação (oral, escrita, principais características, sotaques, obras literárias, etc)

- Gastronomia (pratos típicos, principais produtos)

-Vestuário Típico (como é composto, masculino e o feminino)

- Música (instrumentos utilizados)

- Casa (estilo original e atual)

- Religião

- Festividades Típicas (objetivo e data, qual o ritual exibido)

- Valores (regras morais, tabus, autoridade, leis, responsabilidade, respeito, crenças e normas éticas)
 - Ideologias (construções laicas e racionais que dão sentido à história e garantem a ordem social)
 - Convenções (família e sociedade)

ANEXO B: Questionário direcionado aos antigos moradores indicados pelos secretários de cultura, educação e turismo da Microrregião Geográfica de Cruz Alta/RS.

1- Município

2- Órgão

3- Data de fundação/emancipação

4- É morador (a) do município há quanto tempo?

5- Apresenta origem portuguesa e/ou açoriana ou conhece algum morador do município que seja descendente?

6- Se pertence ao grupo cultural luso, que hábitos julga serem típicos desta cultura?

7- Se conhece moradores de origem portuguesa (considerando os luso-brasileiros e açorianos) quais hábitos, utensílios e objetos você considera serem diferentes dos seus?

8- De que forma você acredita, tendo origem ou conhecendo moradores de origem lusa, que é possível manifestar esta cultura no espaço? Isso é visível no município onde mora?

9- No município onde reside, é possível reconhecer a cultura portuguesa trazida pelos povoadores lusos, luso-brasileiros e, também, pelos açorianos:

Em muitos moradores, inclusive na sua família

Na sua família e em poucos moradores

Não é possível reconhecer esta cultura no município. A(s) cultura(s)_____é (são) mais expressivas

É possível reconhecer alguns elementos da cultura lusa nas festividades gaúchas do município. Quais?_____.

10- Você consegue notar a expressividade da cultura lusa no município onde mora através:

da comunicação

da religião

da gastronomia

das festividades típicas

do vestuário

dos valores

da música

ideologias

das casas

convenções

em nenhum dos elementos culturais citados acima

ANEXO C – Quadro 1: As primitivas famílias de Cruz Alta e suas origens

Nome	Origem	Local de nascimento
Agostinho Soares da Silva (1762 – 1848)	Açoriana	Triunfo/RS
Alexandre Jacinto da Silva (?– 1876)	Luso-brasileira	-
Ana Cândida Rodrigues (1785 – 1879)	Ilha da Madeira	Rio Pardo/RS
Ana Maria do Espírito Santo (1812 - ?)	Luso-brasileira	Bagé/RS
Antônia Pedrosa de Oliveira (1812 - ?)	Luso-brasileira	Rio Pardo/RS
Antônio de Melo e Albuquerque (1803 – 1859)	Luso-brasileira	Rio Pardo/RS
Antônio de Mello Rego (1785-1846)	Luso-brasileira (paulista)	Parnaíba/SP
Antônio Gomes Pinheiro Machado	Luso-brasileira	Sorocaba/SP
Antônio José de Barros	Luso-brasileira(mãe) e portuguesa (pai)	Curitiba/PR
Antônio Novais Coutinho	Portuguesa	Freguesia de São Tomé (Arcebispado de Braga) Portugal
Antônio Pedroso de Moraes	Luso-brasileira	Rio Pardo/RS
Atanagildo Pinto Martins	Portuguesa (pai) e luso- brasileira (mãe)	Vila de Castro/PR
Antônio Rodrigues Pereira (faleceu em 1871)	Luso-brasileira	Vila de Apiaí/SP
Bárbara Perpétua de Jesus	Luso-brasileira	Paraná
Bernardo José Fagundes	Luso-brasileira (paulista por parte de pai e lagunense por parte de mãe)	Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Arroio – Osório/RS
Caetano Pereira da Mota (1816 – 1892)	Portuguesa	Freguesia de Santo Ildefonso, cidade do Porto, Portugal
Clara Maria de Oliveira (faleceu em 1866)	Luso-brasileira (pai e mãe lagunenses)	Aldeia dos Anjos, Gravataí/RS
Diniz Rodrigues Dias (1825 – 1892)	Luso-brasileira	São Miguel das Missões/RS
Domingos Veríssimo da Fonseca (faleceu em 1872)	Luso-brasileira	Congonhas do Campo/MG
Fidélis Militão de Moura	Luso-brasileira	Lapa/PR
Fortunato do Amaral (faleceu em 1851)	Luso-brasileira	-
Francisca Maria do Sacramento	Portuguesa (pai) e luso- brasileira (mãe)	Curitiba/PR
Francisco Antônio Carpes	Luso-brasileira	-
Francisco de Paula Pinto (nascido em 1787)	Portuguesa	Castro/PR
Francisco de Paula e Silva	Portuguesa (o pai nasceu na	Taquari/RS

(1796 – 1871)	Ilha do Faial/Portugal) e luso-brasileira (mãe nasceu em Rio Pardo/RS)	
Francisco Ferreira de Castilho (1814 – 1871)	Luso-brasileira	Vila de Santo Antônio da Patrulha/RS
Francisco José Dias (1778 – 1847)	Portuguesa (o pai era natural da Vila de Sinde, em Portugal) e luso-brasileira (a mãe nasceu na Freguesia de S. Luís do Estreito de Mostardas/RS)	Triunfo/RS
Gabriel Rodrigues de Carvalho (por volta de 1760 – 1828 ou 1930)	Luso-brasileira	Freguesia de Santo Antônio da Lapa/PR
Henrique Vieira Gonçalves (faleceu em 1856)	Luso-brasileira	Provavelmente no Paraná, antiga Província de São Paulo
João Bonifácio Antunes	Luso-brasileira	Natural do Paraná
João Chrisóstomo de Moraes (1787 – 1868)	Luso-brasileira	São João Batista de Atibaia/SP
Jesuíno Garcia de Oliveira (1810-1845)	Luso-brasileira	Vila de Cachoeira/RS
João José de Barros (1756-1845)	Portuguesa (o pai nasceu em Porto, Portugal) e luso-brasileira (a mãe nasceu em Curitiba)	Curitiba/PR
João Vieira de Alvarenga (1788 – 1856)	Luso-brasileira	Curitiba/PR
Joaquim Fortunato do Amaral (1795 – 1848)	Luso-brasileira	Lages/SC
Joaquim José de Almeida (1775 – 1831)	Luso-brasileira	São Paulo/SP
Joaquim Thomaz da Silva Prado (1791 – 1856)	Luso-brasileira	Na Província de São Paulo (ou em Minas Gerais)
José Antônio de Quadros (1792 – antes de 1860)	Luso-brasileira	Castro/PR
José da Rosa Santos	Luso-brasileira	Rio Pardo/RS
José Egito do Amaral (1797 – 1848)	Luso-brasileira	Lages/SC

José Gaspar dos Santos Lima (nasceu em 1804)	Luso-brasileira	Vila da Lapa/PR
José Gomes Portinho (1814 – 1886)	Luso-brasileira	Cachoeira do Sul/RS
José Joaquim Batista (nasceu por volta de 1766)	Luso-brasileira	Sorocaba/SP
José Joaquim de Carvalho (faleceu no ano de 1835)	Luso-brasileira	Bagé/RS
José Joaquim dos Santos Lima (nasceu em 1817)	Portuguesa	Vila Provezende, no Alto Douro em Portugal
José Lopes da Silva (1807 – 1885)	Luso-brasileira	Santo Antônio da Patrulha/RS
José Manuel de Oliveira (nasceu em 1835)	Luso-brasileira	Curitiba/PR
José Manuel Lucas Anes (1796 – 1879)	Luso-brasileira	Povo Novo/RS, próximo à Rio Grande
José Pereira da Mota (falecido em 1868)	Portuguesa	Porto, Portugal
Laureano José Ramos (nasceu em 1762)	Açoriana	São Miguel/SC
Leonardo José de Carvalho	Luso-brasileira	Provavelmente em Cachoeira do Sul
Lourenço Carneiro Lobo	Luso-brasileira	Castro/PR
Manoel Esteves Veríssimo da Fonseca (1792 – 1869)	Portuguesa	Vila de Ervedal, Portugal
Manoel José da Encarnação (1786 – 1846)	Luso-brasileira	São Roque/SP
Manuel Antônio do Amaral (faleceu em 1851)	Luso-brasileira	-
Manuel Gomes de Moraes (1777 – 1846)	Luso-brasileira	Vila de São Roque/SP
Manoel Joaquim de Albuquerque (faleceu em 1868)	Luso-brasileira	Paraná
Manuel José Nogueira de Andrade (faleceu em 1857)	Luso-brasileira	-
Manuel Moreira Paes (faleceu em 1859)	Luso-brasileira	Provavelmente em Sorocaba/SP ou Lages/SC
Manuel Vicente Lírio	Portuguesa	Porto, Portugal
Maria da Conceição Penides do Amaral	Luso-brasileira	Cruz Alta/RS

(nasceu por volta de 1830)		
Maria Gabriela de Carvalho (nasceu em 1810)	Luso-brasileira	Cruz Alta/RS
Maria Joaquina de Almeida (nasceu cerca de 1830)	Portuguesa	Portugal
Matheus Soares da Silva (1752 – 1856)	Açoriana	Porto dos Casais (atual Porto Alegre)/RS
Maximo Vieira Gonçalves (faleceu em 1864)	Luso-brasileira	Vila do Príncipe/PR
Policiano de Braga	Luso-brasileira	Vila da Lapa/PR
Rodrigo Felix Martins	Portuguesa (o pai nasceu em Portugal) e luso-brasileira (a mãe é natural de São José, no Paraná)	Castro/PR
Reginaldo Alves dos Santos	Luso-brasileira	-
Salvador José de Carvalho (faleceu em 1844)	Luso-brasileira	Curitiba/PR
Salvador Soares de Albuquerque (faleceu antes de 1840)	Luso-brasileira	-
Salvador Martins França	Luso-brasileira	Vila do Príncipe (Lapa)/PR
Serafim Ferreira de Oliveira e Silva (nasceu em 1834)	Luso-brasileira	Lapa/PR
Vidal José do Pilar (1780 – 1846)	Portuguesa (o pai nasceu em Vila de Barcelos, em Portugal) e luso-brasileira (a mãe nasceu em Curitiba)	Curitiba/PR

Fonte: CAVALARI, Rossano Viero, 2004
Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011

ANEXO D – Quadro 2 - O pioneirismo das famílias de origem lusa fixadas nos municípios da Microrregião Geográfica de Cruz Alta/RS

Nome	Origem	Atual Município
Família Morais e Pereira	Portuguesa	Alto Alegre
Eurico Matias de Moura	Portuguesa	Alto Alegre
João Leonel dos Santos	Portuguesa	Alto Alegre
João Raimundo Silva/ Cândida Prates Silva	Luso-brasileira	Boa Vista do Cadeado
Maria Teresa Barbosa de Jesus	Luso-brasileira	Boa Vista do Cadeado
Manuel Moreira de Barros	Luso-brasileira	Boa Vista do Cadeado
João Amaro Silva	Luso-brasileira	Boa Vista do Cadeado
Iracema Lopes da Silva	Luso-brasileira	Boa Vista do Cadeado
Cel. José Lopes da Silva	Luso-brasileira	Boa Vista do Incra
Major Campos Borges	Luso-brasileira	Campos Borges
João Francisco Pinto	Luso-brasileira	Campos Borges
Salomão Marques de Matos	Luso-brasileira	Fortaleza dos Valos
Joaquim Pinto	Açoriana	Jacuizinho
Joaquim Luís de Lima	Luso-brasileira	Jóia
Marcial Gomes Terra	Luso-brasileira	Jóia
Família Amorim	Luso-brasileira	Quinze de Novembro
Família Moura	Luso-brasileira	Quinze de Novembro
Família Gonçalves	Luso-brasileira	Quinze de Novembro
Família Costa	Luso-brasileira	Quinze de Novembro
Família Pereira	Luso-brasileira	Quinze de Novembro
Família Lopes	Luso-brasileira	Quinze de Novembro
Família Matos	Luso-brasileira	Quinze de Novembro
Família Silva	Luso-brasileira	Quinze de Novembro
Família Jesus	Luso-brasileira	Quinze de Novembro

Família Farias	Luso-brasileira	Quinze de Novembro
Família Pimentel	Luso-brasileira	Quinze de Novembro
Família Chaves	Luso-brasileira	Quinze de Novembro
Família Santos	Luso-brasileira	Quinze de Novembro
Família Barbosa	Luso-brasileira	Quinze de Novembro
Família Amaral	Luso-brasileira	Quinze de Novembro
Família Cruz	Luso-brasileira	Quinze de Novembro
José de Melo/Nico Melo	Luso-brasileira	Saldanha Marinho
Maruca Lopes/João Lopes	Luso-brasileira	Saldanha Marinho
Ana Emília de Quadros	Luso-brasileira	Saldanha Marinho
Evaristo de Castro	Luso-brasileira	Saldanha Marinho
Joanes Guerreiro de Amaral	Açoriana	Salto do Jacuí
Barão Silva Machado	Luso-brasileira	Santa Bárbara do Sul
Alferes Atanagildo Pinto Martins	Portuguesa/luso-brasileira	Santa Bárbara do Sul
Manoel Vicente Lório (natural de Porto, Portugal)	Portuguesa	Santa Bárbara do Sul
Sebastião Borges da Silva	Luso-brasileira	Espumoso
Família Faria	Portuguesa	Ibirubá
Família Pires	Açoriana	Ibirubá

Fontes: Histórico dos Municípios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2011) ;
Trabalho de Campo/Fevereiro de 2011.
Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011

ANEXO E – Quadro 3 - A origem lusa dos primeiros padres de Cruz Alta

Nome	Origem	Local de Nascimento
Padre Antônio Pompeu Paes de Campos (atuou entre 1824-1827)	Luso-brasileira	Sorocaba/SP
Frei José de Santo Avertano (atuou entre 1827-1831)	Portuguesa	nasceu em Lisboa, Portugal
Padre Francisco Gonçalves Pacheco (atuou entre 1831-1834)	Luso-brasileira	São Paulo/SP
Padre Rafael G. da Silva (atuou entre 1834-1838)	Luso-brasileira	Vila de Castro/PR
Padre Francisco Leite Ribeiro (atuou entre 1838-1843)	Luso-brasileira	São Paulo/SP
Padre Joaquim de Sá Souto Maior (atuou entre 1843 – 1844)	Luso-brasileira	Curitiba/PR
Padre Francisco Gonçalves Pacheco (atuou entre 1844 – 1850)	Luso-brasileira	-
Padre Cândido Lúcio de Almeida (atuou no ano de 1850)	Luso-brasileira	Sorocaba/SP
Padre Antônio Rodrigues da Costa (atuou entre 1851-1855)	Luso-brasileira	Bahia
Padre José de Noronha Nápoles Massa (atuou entre 1855-1864)	Luso-brasileira	Bahia
Padre Custódio Joaquim da Costa (atuou entre 1865-1871)	Luso-brasileira	Bahia
Padre José Antônio de Almeida e Silva (atuou entre 1871-1872)	Luso-brasileira	São Paulo
Padre Ambrósio Amâncio de Souza Coutinho (atuou entre 1872 – 1874)	Luso-brasileira	Rio de Janeiro
Padre Francisco de Almeida Leme (atuou entre 1874 – 1876)	Luso-brasileira	Sorocaba/SP
Padre João Francisco	Portuguesa	Localidade de Portugal

Alves (1876-1879)		indeterminada referencial	pelelo
-------------------	--	------------------------------	--------

Fonte: CAVALARI, Rossano Viero, 2004
Org: CAETANO, Jessica Nene, 2011

ANEXO F: Folder sobre as manifestações da matriz cultural lusa no município de Cruz Alta/RS.

O Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (NERA) do Curso de Geografia da Universidade Federal de Santa Maria, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Meri Bezzi e integrado por alunos de graduação e pós-graduação, realiza pesquisas voltadas à Geografia Cultural e Regional, entre outras temáticas. O estudo acerca da manifestação da cultura lusa no município de Cruz Alta procura valorizar a importância desta etnia para a formação da unidade territorial em questão.

Matriz cultural lusa no município de Cruz Alta/RS

As representações culturais portuguesas trazidas pelos lusos, luso-brasileiros e açorianos presentes na paisagem cruzaltense.

Elaborado por Jessica Nane Caetano, Mestranda PPG-GEO/NERA/UFSM.



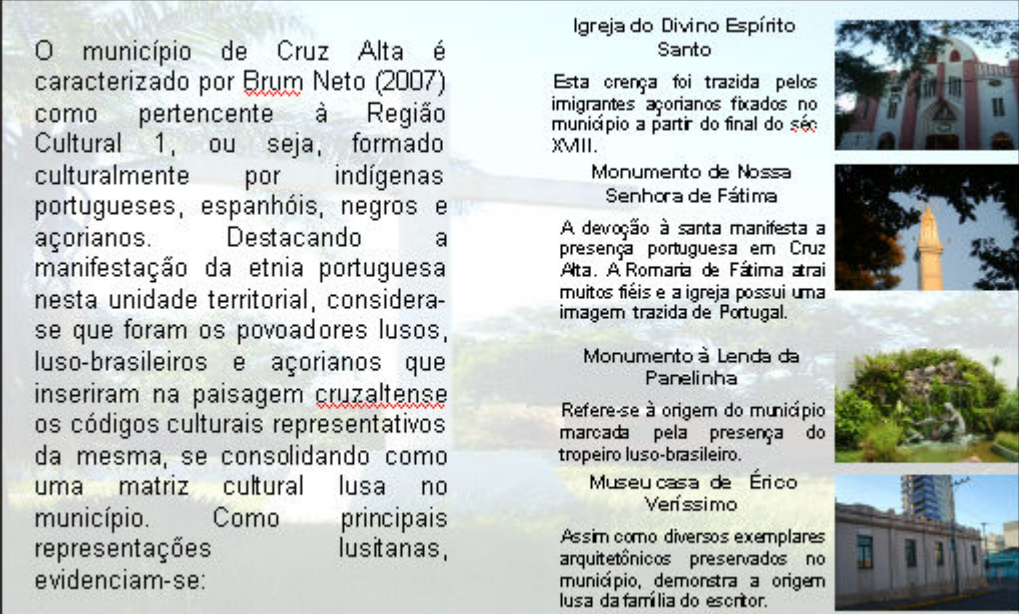
O município de Cruz Alta é caracterizado por Brum Neto (2007) como pertencente à Região Cultural 1, ou seja, formado culturalmente por indígenas portugueses, espanhóis, negros e açorianos. Destacando a manifestação da etnia portuguesa nesta unidade territorial, considera-se que foram os povoadores lusos, luso-brasileiros e açorianos que inseriram na paisagem cruzaltense os códigos culturais representativos da mesma, se consolidando como uma matriz cultural lusa no município. Como principais representações lusitanas, evidenciam-se:

Igreja do Divino Espírito Santo
Esta crença foi trazida pelos imigrantes açorianos fixados no município a partir do final do séc. XVIII.

Monumento de Nossa Senhora de Fátima
A devoção à santa manifesta a presença portuguesa em Cruz Alta. A Romaria de Fátima atrai muitos fiéis e a igreja possui uma imagem trazida de Portugal.

Monumento à Lenda da Panelinha
Refere-se à origem do município marcada pela presença do tropeiro luso-brasileiro.

Museu casa de Érico Veríssimo
Assim como diversos exemplares arquitetônicos preservados no município, demonstra a origem lusa da família do escritor.



ANEXO G: Fluxograma do desmembramento dos municípios da
Microrregião Geográfica de Cruz Alta/RS